



PROCURADORIA DA REPÚBLICA - TOCANTINS

CÍVEL - TUTELA COLETIVA

Data de Autuação: 03/10/2023

# Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições - PA - INST

## 1.36.000.000671/2023-67

Volume I

Capa:

Monitorar a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA na avaliação e destinação da área denominada "Lote 14, Loteamento Serra do Taquaruçu", localizada em Monte do Carmo/TO, arrecadada para criação do Projeto de Assentamento Taboca.

Resumo:

1ª CCR. Monitoramento da atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA na avaliação e destinação da área denominada "Lote 14, Loteamento Serra do Taquaruçu", localizada em Monte do Carmo/TO, arrecadada para criação do Projeto de Assentamento Taboca. Cópia de IC Arquivado.

Partes:

INTERESSADO - ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TABOCA DE MONTE DO CARMO e outros  
REPRESENTANTE - CICERO TEIXEIRA DE CARVALHO

Distribuição:

PR-TO - 03/10/2023 - PR-TO - 3º OFÍCIO

Grupo temático principal:

1ª Câmara - Direitos Sociais e Atos Administrativos em geral

Tema:

11873 - Política Fundiária e da Reforma Agrária (DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)

Observação:

Originado de desmembramento e cópia do IC 1.36.000.001240/2018-51

Município(s):

MONTE DO CARMO - TO

Movimentado para:

03/10/2023 - PR-TO/GABPR3-AIM - ALEXANDRE ISMAIL MIGUEL



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - TOCANTINS**  
**COORDENADORIA JURÍDICA E DE DOCUMENTAÇÃO DA PR/TO**

**Termo de Distribuição e Conclusão**

*(Gerado automaticamente pelo sistema)*

**Expediente:** PA - INST - 1.36.000.000671/2023-67

Os presentes autos foram distribuídos conforme descrição a seguir:

**Titularidade da Distribuição**

**Ofício Titular:** PR-TO - 3º OFÍCIO

**Grupo de Distribuição:** Núcleo de Tutela Coletiva - NTC - 1ª e 3ª Câmaras - Estadual

**Forma de Execução:** Manual

**Conclusão da Distribuição**

**Vínculo:** Substituto - Designado

**Responsável:** PAULO DE TARSO MOREIRA OLIVEIRA

**Ofício Responsável:** PRM-PA-SANTARÉM-4º Ofício

**Forma de Execução:** Automática

**Usuário:** ANDERSON STANLEY MACEDO ALVES

**Data:** 03/10/2023 07:02:25



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - TOCANTINS**  
**COJUD/PRTO - COORDENADORIA JURÍDICA E DE DOCUMENTAÇÃO DA PR/TO**

**Termo de Remessa**

*(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)*

**Expediente:**

1.36.000.000671/2023-67

**Remetente:**

COJUD/PRTO - COJUD/PRTO - COORDENADORIA JURÍDICA E DE DOCUMENTAÇÃO DA PR/TO

**Destinatário:**

GABPR3-AIM - GABPR3-AIM - ALEXANDRE ISMAIL MIGUEL

**Usuário:**

ANDERSON STANLEY MACEDO ALVES

**Data:**

03/10/2023 07:02:25

**Observação:**

Concluso para este ofício em substituição designada, pois o Ofício Titular está suspenso.  
Ofício Substituto: PAULO DE TARSO MOREIRA OLIVEIRA. Gabinete de movimentação: PR-TO/GABPR3-AIM - GABPR3-AIM



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS  
3º OFÍCIO - NÚCLEO DE TUTELA COLETIVA**

**Portaria/PA de Acompanhamento n. 30/2023/PR-TO/3º OFÍCIO NTC, da data da  
assinatura eletrônica.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições decorrentes da Constituição Federal e da Lei Complementar n.º 75/93; e

CONSIDERANDO o arquivamento do Inquérito Civil n.º 1.36.000.001240/2018-51, instaurado nesta Procuradoria com o objetivo de apurar irregularidades na emissão de título definitivo a Luciano Aires da Silva e realizar diligências para cancelamento da matrícula gerada, relativa à área transferida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para criação do Projeto de Assentamento Taboca, em Monte do Carmo/TO;

CONSIDERANDO que as diligências realizadas no referido IC culminaram no cancelamento do título e da matrícula da área que estava em sobreposição ao imóvel rural, Lote 14, Loteamento Serra do Taquaruçu, destinado para a criação do PA Taboca;

CONSIDERANDO informações prestadas pelo INCRA, no bojo do aludido IC, de que os procedimentos necessários para avaliação e destinação da área do Lote 14 seriam iniciados em 2023;

CONSIDERANDO os empecilhos observados na resolução da demanda do mencionado IC e a necessidade de monitorar as medidas que serão adotadas pelo INCRA para devida regularização e destinação do Lote 14;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República);

CONSIDERANDO que o art. 38, I, da Lei Complementar n.º 75/93 incumbe ao MPF a atribuição para instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos e que a Resolução CNMP n.º 174/2017 regulamenta a instauração de procedimento

administrativo no âmbito do Ministério Público, resolve:

**INSTAURAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com o objetivo de monitorar a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA na avaliação e destinação da área denominada "Lote 14, Loteamento Serra do Taquaruçu", localizada em Monte do Carmo/TO, arrecadada para criação do Projeto de Assentamento Taboca.**

Encaminhe-se a presente portaria à Coordenadoria Jurídica desta Procuradoria para registro e atuação como procedimento administrativo de acompanhamento vinculado à **1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - 1ª CCR.**

A Secretaria deste 3º Ofício deverá comunicar a instauração deste PA à 1ª CCR, remetendo-lhe cópia deste ato para publicação, de acordo com o art. 16, § 1º, I, da Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e o art. 7º da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

Em seguida, como diligência, oficie-se ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, solicitando informações sobre os procedimentos já adotados para destinação da área do “Lote 14, Loteamento Serra do Taquaruçu” e estruturação do assentamento do Projeto de Assentamento Taboca, em Monte do Carmo/TO.

Após o cumprimento das diligências, venham os autos conclusos para deliberação.

Palmas, *data da assinatura eletrônica.*

PAULO DE TARSO MOREIRA OLIVEIRA

**Procurador da República**

*Em Substituição no 3º Ofício*



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS**  
**3º OFÍCIO - NÚCLEO DE TUTELA COLETIVA**

Ofício nº 2754/2023/PRTO/GABPR3-PTMO

Palmas/TO, 3 de outubro de 2023.

A Sua Senhoria

**Edimundo Rodrigues Costa**

Superintendente

Superintendência Regional do Tocantins (SR-26)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

302 Norte (AA NE 40), Alm 01, Lote 01-A, Plano Diretor Norte

77006-336 | Palmas/TO

(63) 3219-5200 | 5201 | 5240

servico.protocolo@pmj.incra.gov.br | gabinete@pmj.incra.gov.br

**Assunto:** solicita informações sobre destinação do “Lote 14 (Serra do Taquaruçu) e estruturação do PA Taboca (Monte do Carmo/TO)

**Referência:** Procedimento de Acompanhamento n.º 1.36.000.000671/2023-67 (mencioná-lo ao responder este ofício)

**Anexo:** cópia da portaria de instauração do PA

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que tramita nesta Procuradoria da República no Tocantins o Procedimento de Acompanhamento em epígrafe, instaurado com o objetivo de monitorar a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA na avaliação e destinação da área denominada "Lote 14, Loteamento Serra do Taquaruçu", localizada em Monte do Carmo/TO, arrecadada para criação do Projeto de Assentamento Taboca.

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - TOCANTINS	Acne 1, R. Ne 3, Cj 2, Lt 43, Ed. Transamérica, Plano Diretor Norte - CEP 77006018 - Palmas-TO Telefone: (63)32197200
---	---	---

Dessa forma, visando à instrução dos autos, o Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, e com fundamento no art. 129, VI, da Constituição da República/88, **solicita** informações sobre os procedimentos já adotados para destinação da área do “Lote 14, Loteamento Serra do Taquaruçu” e estruturação do assentamento do Projeto de Assentamento Taboca, em Monte do Carmo/TO.

O prazo para atendimento à solicitação é de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento deste, com resposta formal e escrita, que deverá ser apresentada por meio do protocolo eletrônico do MPF: <https://www.mpf.mp.br/mpfservicos>.

Atenciosamente,

**PAULO DE TARSO MOREIRA OLIVEIRA**  
**Procurador da República**  
*Em Substituição no 3º Ofício*

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA - TOCANTINS	Acne 1, R. Ne 3, Cj 2, Lt 43, Ed. Transamérica, Plano Diretor Norte - CEP 77006018 - Palmas-TO Telefone: (63)32197200
---	---	---



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS  
3º OFÍCIO - NÚCLEO DE TUTELA COLETIVA**

---

**Portaria/PA de Acompanhamento n. 30/2023/PR-TO/3º OFÍCIO NTC, da data da  
assinatura eletrônica.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições decorrentes da Constituição Federal e da Lei Complementar n.º 75/93; e

CONSIDERANDO o arquivamento do Inquérito Civil n.º 1.36.000.001240/2018-51, instaurado nesta Procuradoria com o objetivo de apurar irregularidades na emissão de título definitivo a Luciano Aires da Silva e realizar diligências para cancelamento da matrícula gerada, relativa à área transferida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para criação do Projeto de Assentamento Taboca, em Monte do Carmo/TO;

CONSIDERANDO que as diligências realizadas no referido IC culminaram no cancelamento do título e da matrícula da área que estava em sobreposição ao imóvel rural, Lote 14, Loteamento Serra do Taquaruçu, destinado para a criação do PA Taboca;

CONSIDERANDO informações prestadas pelo INCRA, no bojo do aludido IC, de que os procedimentos necessários para avaliação e destinação da área do Lote 14 seriam iniciados em 2023;

CONSIDERANDO os empecilhos observados na resolução da demanda do mencionado IC e a necessidade de monitorar as medidas que serão adotadas pelo INCRA para devida regularização e destinação do Lote 14;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República);

CONSIDERANDO que o art. 38, I, da Lei Complementar n.º 75/93 incumbe ao MPF a atribuição para instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos e que a Resolução CNMP n.º 174/2017 regulamenta a instauração de procedimento

administrativo no âmbito do Ministério Público, resolve:

**INSTAURAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com o objetivo de monitorar a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA na avaliação e destinação da área denominada "Lote 14, Loteamento Serra do Taquaruçu", localizada em Monte do Carmo/TO, arrecadada para criação do Projeto de Assentamento Taboca.**

Encaminhe-se a presente portaria à Coordenadoria Jurídica desta Procuradoria para registro e atuação como procedimento administrativo de acompanhamento vinculado à **1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - 1ª CCR.**

A Secretaria deste 3º Ofício deverá comunicar a instauração deste PA à 1ª CCR, remetendo-lhe cópia deste ato para publicação, de acordo com o art. 16, § 1º, I, da Resolução n.º 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, e o art. 7º da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

Em seguida, como diligência, oficie-se ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, solicitando informações sobre os procedimentos já adotados para destinação da área do “Lote 14, Loteamento Serra do Taquaruçu” e estruturação do assentamento do Projeto de Assentamento Taboca, em Monte do Carmo/TO.

Após o cumprimento das diligências, venham os autos conclusos para deliberação.

Palmas, *data da assinatura eletrônica.*

PAULO DE TARSO MOREIRA OLIVEIRA

**Procurador da República**

*Em Substituição no 3º Ofício*

**INCRA-SR/TO**  
DOC Nº 4042,23  
EM 04 OUT 2023  
*Moyra*  
**RECEPCIONADO**

PR-TO-00026087/2023



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO TOCANTINS**  
**3º OFÍCIO - NÚCLEO DE TUTELA COLETIVA**

Ofício nº 2754/2023/PRTO/GABPR3-PTMO

Palmas/TO, 3 de outubro de 2023.

A Sua Senhoria

**Edimundo Rodrigues Costa**

Superintendente

Superintendência Regional do Tocantins (SR-26)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

302 Norte (AA NE 40), Alm 01, Lote 01-A, Plano Diretor Norte

77006-336 | Palmas/TO

(63) 3219-5200 | 5201 | 5240

servico.protocolo@pmj.incra.gov.br | gabinete@pmj.incra.gov.br

**Assunto:** solicita informações sobre destinação do “Lote 14 (Serra do Taquaruçu) e estruturação do PA Taboca (Monte do Carmo/TO)

**Referência:** Procedimento de Acompanhamento n.º 1.36.000.000671/2023-67 (mencioná-lo ao responder este ofício)

**Anexo:** cópia da portaria de instauração do PA

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que tramita nesta Procuradoria da República no Tocantins o Procedimento de Acompanhamento em epígrafe, instaurado com o objetivo de monitorar a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA na avaliação e destinação da área denominada "Lote 14, Loteamento Serra do Taquaruçu", localizada em Monte do Carmo/TO, arrecadada para criação do Projeto de Assentamento Taboca.



PROCURADORIA DA  
REPÚBLICA -  
TOCANTINS

Acne 1, R. Ne 3, Cj 2, Lt 43, Ed. Transamérica, Plano  
Diretor Norte - CEP 77006018 - Palmas-TO

Telefone: (63)32197200

Assinado com login e senha por CHAUNIO PEREIRA COLHO em 09/10/2023 09:46:20 Para verificar a autenticidade acesse [https://www.traspacidade.mp.br/validacao\\_documento](https://www.traspacidade.mp.br/validacao_documento). Chave 4ed168107:10543266:e0792a7:64a3a07



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR  
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
 Quadra 302, Alameda 01, Lote 1 A - Plano Diretor Norte, - Bairro Palmas, Palmas/TO, CEP 77006-336  
<https://www.gov.br/incra>

OFÍCIO Nº 62696/2023/SR(TO)G/SR(TO)/INCRA-INCRA

Palmas, *data da assinatura eletrônica.*

A sua Excelência o senhor  
**Fernando Antônio de Alencar Alves de Oliveira Júnior**  
 Procurador da República  
 Procuradoria da Republica - Tocantins  
 ACNE 1, r. Ne 3, cJ2, Lt 43, Ed. Transamérica,  
 CEP: 77006-018 – Palmas - TO

Assunto: **Complementação de Resposta ao Ofício MPF nº 1042/2022/PRTO/PRDC**  
 Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 21451.000763/1983-78.

Senhor Procurador,

Em complementação de resposta ao Ofício nº 1042/2022/PRTO/PRDC, especificamente ao item (a): se tem ciência sobre a venda e a ocupação de área de preservação permanente na área do Projeto de Assentamento Taboca e que medidas podem ser adotadas para apurar esse fato, informa-se o que se segue:

Inicialmente, informa-se que o Incra não tem conhecimento sobre a venda de áreas de preservação permanente do PA Taboca.

Dessa forma, não é possível neste momento avaliar esta situação, tendo em vista que as definições da ocupação; uso da área e localização de reserva legal e Área de Preservação Permanente (APP) são realizadas no contexto de demarcação do projeto de assentamento (PA), com a conseqüente implantação do parcelamento de lotes, o que não foi concluído até a presente data, obstando, inclusive, na inscrição do Cadastro Ambiental Rural do projeto.

Sendo o que consta para o momento, colocamo-nos a disposição.

ANEXO: I - Plano PDA - TABOCA (4538771).

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edmundo Rodrigues Costa, Superintendente**, em 03/10/2023, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.incra.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **17814092** e o código CRC **F41EBCBE**.

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 21451.000763/1983-78

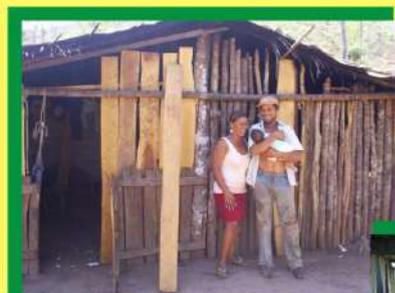
SEI nº 17814092



# COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS LIBERAIS DO VALE ARAGUAIA



## PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TABOCA



**Monte do Carmo - TO  
2007**

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TABOCA

## Cooperativa de Profissionais Liberais do Vale Araguaia – COOPVAG

Helvécio Mesquita Melo  
Presidente

Marcos Ferreira da Silva  
Coordenador do Núcleo Operacional do Tocantins

### Equipe Técnica do Núcleo de Tocantins

Engenheiros Agrônomos	Charles Lopes de Oliveira Jonatas Azevedo Pereira Marcos Ferreira da Silva
Engenheiros Ambientais	Euryandro Ribeiro Costa Jacqueline Bailão da Silva
Socióloga	Antonia Maria Alves Lima
Assistente Social	Cliseuda da Silva
Técnicos em Agropecuária	Hiuton Leite de Freitas Leandro Gomes dos Santos Osmar Alves de Deus Filho Rangel Alves Bastos
Estagiário	Isabella Todeschini Peres

### Equipe de Elaboração do PDA

Antonia Maria Alves Lima  
Euryandro Ribeiro Costa  
Jacqueline Bailão da Silva  
Jonatas Azevedo Pereira

## Agradecimentos

Agradecemos primeiramente a Deus por nos permitir concluir esse trabalho e nos proteger em todos os nossos passos.

Nossos agradecimentos em especial aos assentados, que participaram das oficinas, das reuniões, das entrevistas, do grupo que fez o levantamento do meio físico, e que são os reais autores desse plano.

Ao INCRA, que através de seus técnicos, acompanharam nosso trabalho e sempre disponibilizaram as informações necessárias ao Plano. E também, aos técnicos que participaram da pesquisa (entrevistas) e aos parceiros (representantes do INCRA, NATURATINS, SEAGRO, ADAPEC), grandes colaboradores no processo de restituição, contribuindo bastante para o bom resultado dos trabalhos.

Aos nossos familiares, que souberam compreender nossas ausências e nos apoiar durante todo o processo de elaboração do PDA.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente com opiniões, críticas, correções, etc.

A EQUIPE RESPONSÁVEL

## SUMÁRIO

	<b>Pág.</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>vii</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>ix</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>x</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>xii</b>
<b>LISTA DE ANEXOS.....</b>	<b>xiv</b>
<b>1 APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>2 IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS.....</b>	<b>02</b>
2.1 Identificação do Empreendedor.....	02
2.2 Identificação da Entidade Responsável pela Elaboração do PDA.....	02
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>03</b>
3.1 Elaboração do Plano.....	03
3.1.1 Motivação.....	04
3.1.2 Diagnóstico.....	04
3.1.2.1 Diagnóstico Interno.....	04
3.1.2.2 Diagnóstico Externo.....	05
3.1.3 Restituição.....	06
3.1.4 Conclusão e Apresentação do PDA.....	07
3.2 Assessoria Técnica, Social e Ambiental.....	07
<b>4 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO.....</b>	<b>09</b>
4.1 A Região.....	09
4.2 Caracterização do Meio Físico.....	10
4.2.1 Geologia/Geomorfologia.....	10
4.2.2 Pedologia.....	10
4.2.3 Hidrografia.....	11
4.2.4 Climatologia.....	11
4.2.5 Uso da Terra.....	11
4.3 Caracterização do Meio Biótico.....	12
4.3.1 Flora.....	12
4.3.2 Fauna.....	12
4.4 Condições de Conservação/Degradação Ambiental da Área de Influência.....	13
4.5 Caracterização do Meio Socioeconômico e Cultural.....	14
4.5.1 Histórico do Município.....	14
4.5.2 Espaço Geográfico.....	15
4.5.3 Situação Demográfica.....	16
4.5.4 Situação Fundiária.....	16
4.5.5 Cultura e Lazer.....	17
4.5.6 Promoção Social.....	18
4.5.7 Educação.....	18
4.5.8 Saúde.....	20
4.5.9 Organização Social.....	21
4.5.10 Transporte.....	22

4.5.11 Comunicação.....	22
4.5.12 Energia Elétrica e Iluminação Pública.....	23
4.5.13 Abastecimento de água e saneamento básico.....	23
4.5.14 Estrutura de Produção, Armazenamento e Beneficiamento.....	24
4.5.15 Produção.....	24
4.5.16 Comércio, Indústrias e Serviços.....	25
4.5.17 Mineração.....	26
4.5.18 Potencial Turístico da Região.....	26
4.5.19 Instituições de Apoio e Assessoria Técnica.....	27
<b>5 DIAGNÓSTICO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO.....</b>	<b>28</b>
5.1 Informações Gerais do Assentamento.....	28
5.2 Localização Geográfica do Projeto de Assentamento.....	29
5.3 Diagnóstico do Meio Físico.....	30
5.3.1 Solos.....	30
5.3.2 Relevo.....	35
5.3.3 Recursos Hídricos.....	35
5.3.3.1 Disponibilidade de Águas Superficiais.....	35
5.3.3.1 Disponibilidade de Águas Subterrâneas.....	36
5.3.4 Uso e Cobertura da Terra.....	37
5.3.5 Capacidade de Uso da Terra.....	39
5.3.6 Estratificação Ambiental dos Agroecossistemas.....	40
5.4 Diagnóstico do Meio Biótico.....	42
5.4.1 Flora.....	42
5.4.2 Reserva Legal e Área de Preservação Permanente.....	44
5.4.3 Fauna.....	46
5.5 Organização Territorial Atual.....	47
5.6 Diagnóstico do Meio Socioeconômico e Cultural.....	48
5.6.1 Histórico do Projeto de Assentamento Matão.....	48
5.6.2 Aspectos Demográficos.....	50
5.6.3 População.....	51
5.6.4 Organização Social.....	52
5.6.5 Composição da Associação.....	53
5.6.6 Forma e Nível de Articulação com Outras Instituições.....	54
5.6.7 Infra-Estrutura Física, Social e Econômica.....	55
5.6.7.1 Infra-estrutura Produtiva.....	55
5.6.8 Sistema Produtivo.....	56
5.6.9 Serviços de Apoio à Produção.....	58
5.6.9.1 Assistência Técnica e Pesquisa.....	58
5.6.9.2 Crédito.....	58
5.6.9.3 Capacitação Profissional.....	59
5.6.10 Serviços Sociais Básicos.....	59
5.6.10.1 Educação.....	59
5.6.10.2 Saúde e Saneamento.....	60
5.6.10.3 Cultura e Lazer.....	62
5.6.10.4 Habitação.....	62
5.6.10.5 Outros Programas Governamentais e Não-Governamentais.....	63
5.7 Análise das Potencialidades e Limitações do PA Taboca.....	63
<b>6 PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>66</b>
6.1 Apresentação.....	66
6.2 Justificativa.....	66

6.3	Objetivos.....	67
6.3.1	Objetivo Geral.....	67
6.3.2	Objetivos Específicos.....	67
6.4	Programas de Desenvolvimento.....	67
6.4.1	Programa de Organização Territorial e Infra-estrutura Social.....	69
6.4.1.1	Apresentação.....	69
6.4.1.2	Subprograma de Habitação.....	74
6.4.2	Programa Produtivo.....	76
6.4.2.1	Apresentação.....	76
6.4.2.2	Subprograma Produção Agropecuária.....	77
6.4.2.2.1	Bovinocultura de Leite.....	77
6.4.2.2.2	Capineira.....	80
6.4.2.2.3	Suinocultura.....	81
6.4.2.2.4	Avicultura.....	83
6.4.2.2.5	Roça de Toco (Feijão, Milho e Arroz).....	86
6.4.2.2.6	Produção de Mandioca.....	89
6.4.2.2.7	Apicultura.....	91
6.4.2.3	Subprograma Agroindustrial.....	94
6.4.2.3.1	Mini-unidade de Beneficiamento do Mel.....	94
6.4.2.4	Análise do Sistema Produtivo do PA Taboca.....	97
6.4.2.4.1	Sistema Produtivo Tipo.....	97
6.4.2.5	Importância Econômica dos Sistemas Produtivos.....	99
6.4.2.6	Conclusão.....	100
6.4.2.7	Análise Ambiental dos Sistemas Produtivos.....	100
6.4.3	Programa Social.....	101
6.4.3.1	Apresentação.....	101
6.4.3.2	Objetivos.....	103
6.4.3.2.1	Objetivo Geral.....	103
6.4.3.2.2	Objetivos Específicos.....	103
6.4.3.3	Demandas Levantadas pela Comunidade.....	103
6.4.3.4	Custos.....	104
6.4.3.5	Análise do Programa Social.....	110
6.4.4	Programa Ambiental.....	111
6.4.4.1	Apresentação Geral.....	111
6.4.4.2	Objetivos.....	112
6.4.4.2.1	Objetivo Geral.....	112
6.4.4.2.2	Objetivos Específicos.....	112
6.4.4.3	Atores Envolvidos.....	113
6.4.4.4	Custos.....	114
6.4.4.5	Subprograma de Educação Ambiental.....	114
6.4.4.6	Subprograma de Prevenção e Controle de Queimadas.....	117
6.4.4.7	Subprograma de Gestão de Resíduos Sólidos e Esgoto.....	121
6.4.4.8	Subprograma de Recuperação e Preservação de Áreas de Preservação Permanente (APPs).....	124
6.4.4.9	Subprograma de Uso e Conservação da Reserva Legal.....	127
6.4.4.10	Subprograma de Uso e Conservação do Solo.....	130
6.4.4.11	Subprograma de Manejo e Racionalização do Uso de Agroquímicos.....	133
6.4.5	Programa de Desenvolvimento Organizacional e de Gestão do Plano.....	137
6.4.5.1	Apresentação.....	137
6.4.5.2	Estratégias para alcançar as metas propostas.....	140

6.4.5.3 Capacitação e Assessoria Técnica.....	141
6.4.5.3.1 Resumo dos Temas Transversais.....	141
6.4.6 Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES.....	141
6.4.6.1 Capacitação.....	142
6.4.6.1.1 Justificativa.....	142
6.4.6.1.2 Objetivo.....	143
6.4.6.1.3 Estratégias para Alcançar as Metas Propostas.....	143
6.5 Avaliação e Monitoramento do Plano.....	145
6.6 Investimentos Totais e Usos/Fontes de Financiamento.....	146
<b>7 PROGNÓSTICO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS</b>	
<b>PROPOSTAS.....</b>	<b>147</b>
7.1 Considerações Iniciais.....	147
7.2 Impactos Ambientais do Projeto de Assentamento.....	148
7.3 Principais Impactos Ambientais Gerados na Execução dos Programas.....	151
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>159</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>160</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>162</b>

## LISTA DE FIGURAS

	Pág
<b>Figura 01</b> Representação da metodologia de elaboração do PDA.....	03
<b>Figura 02</b> Levantamento de dados sociais – entrevistas.....	05
<b>Figura 03</b> Levantamento de dados do meio físico e biótico.....	05
<b>Figura 04</b> Oficina de restituição dos dados.....	06
<b>Figura 05</b> Apresentação dos trabalhos dos grupos.....	06
<b>Figura 06</b> Dados relativos ao número e tamanho da área total das propriedades d município de Monte do Carmo – TO.....	17
<b>Figura 07</b> Localização do Projeto de Assentamento.....	29
<b>Figura 08</b> Levantamento e avaliação dos Solos.....	30
<b>Figura 09</b> Latossolos vermelho-amarelo.....	30
<b>Figura 10</b> Perfil Cambissolo.....	31
<b>Figura 11</b> Erosão em Sulcos.....	33
<b>Figura 12</b> Erosão em voçoroca.....	34
<b>Figura 13</b> Visualização de voçoroca em profundidade.....	34
<b>Figura 14</b> Corpos hídricos presentes no PA Taboca, sendo alguns utilizados de forma nadequada.....	35
<b>Figura 15</b> Utilização de nascentes para consumo doméstico.....	36
<b>Figura 16</b> Valores relativos referente à classificação da cobertura e uso da terra.....	37
<b>Figura 17</b> Afloramentos Rochosos.....	41
<b>Figura 18</b> Vegetação característica de cerrado encontrada no PA e área de pastager degradada.....	42
<b>Figura 19</b> Área utilizada para retirada de espécies vegetais para produção de carvão local de queima da madeira.....	44
<b>Figura 20</b> Área de Preservação Permanente com vegetação suprimida para plantaço subsistência e retirada de madeira para construção de moradias.....	45
<b>Figura 21</b> Dados relativos ao local de origem e última procedência dos entrevistados...	48
<b>Figura 22</b> Atividades desenvolvidas pelos entrevistados antes de serem assentados.....	49
<b>Figura 23</b> Nível de renda da população de acordo com recebimentos de um ou mai membros da família.....	50
<b>Figura 24</b> Distribuição da população por sexo e faixa etária.....	51
<b>Figura 25</b> Local onde são realizadas as reuniões do grupo.....	53
<b>Figura 26</b> Condições das estradas existentes.....	55
<b>Figura 27</b> Curral improvisado por família assentada.....	56
<b>Figura 28</b> Vista Parcial Lavoura de Mandioca.....	56
<b>Figura 29</b> Tipo de destinação dos resíduos sólidos gerados no PA Taboca.....	61
<b>Figura 30</b> Tipo característico da moradia da comunidade do PA.....	62
<b>Figura 31</b> Oficina de restituição e planejamento do PA Taboca.....	66
<b>Figura 32</b> Grupo temático responsável pela discussão do programa produtivo.....	76
<b>Figura 33</b> Fluxograma da produção da farinha d mandioca.....	91
<b>Figura 34</b> Planta baixa representativa de sugestão simples para construção de uma cas do mel (apiário).....	96

<b>Figura 35</b>	Modelo demonstrativo do Sistema Produtivo Tipo.....	<b>98</b>
<b>Figura 36</b>	Representação da Gestão do Plano a partir dos grupos formados em cada Programa específico.....	<b>140</b>
<b>Figura 37</b>	Possíveis impactos ambientais gerados com a implantação da infra-estrutura do PA Taboca.....	<b>153</b>
<b>Figura 38</b>	Possíveis impactos ambientais gerados com a execução dos subprogramas do sistema produtivo do PA Taboca.....	<b>155</b>
<b>Figura 39</b>	Possíveis impactos ambientais gerados com a execução dos subprogramas sociais do PA Taboca.....	<b>157</b>

## LISTA DE TABELAS

	<b>Pág.</b>
<b>Tabela 01</b> Relação das espécies vegetais citadas pelos entrevistados e moradores do Projeto de Assentamento.....	<b>43</b>
<b>Tabela 02</b> Relação das espécies vegetais citadas pelos entrevistados e que fazem parte da lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçada de extinção e lista de plantas medicinais ameaçadas de extinção (Fonte: IBAMA).....	<b>43</b>
<b>Tabela 03</b> Relação das espécies de mamíferos identificadas no PA.....	<b>46</b>
<b>Tabela 04</b> Relação das espécies de répteis identificadas.....	<b>46</b>
<b>Tabela 05</b> Relação das espécies de aves identificadas no PA.....	<b>47</b>
<b>Tabela 06</b> Resumo dos Investimentos com Infra-estruturas Sociais.....	<b>73</b>
<b>Tabela 07</b> Manejo Alimentar para Suínos no Sistema SISCAL.....	<b>82</b>
<b>Tabela 08</b> Produtividade das Culturas Temporárias.....	<b>88</b>
<b>Tabela 09</b> Produtividade da cultura de mandioca.....	<b>86</b>

## LISTA DE QUADROS

	<b>Pág.</b>
<b>Quadro 01</b> Área, população e densidade demográfica dos municípios da região Metropolitana de Palmas.....	<b>09</b>
<b>Quadro 02</b> Tipos de relevo do PA Taboca em valores relativos e absolutos.....	<b>35</b>
<b>Quadro 03</b> Síntese quantitativa e qualitativa da capacidade de uso dos solos.....	<b>40</b>
<b>Quadro 04</b> Relação de área, população e densidade demográfica do Estado, Região e município com o PA Taboca.....	<b>43</b>
<b>Quadro 05</b> Nível de escolaridade por faixa etária.....	<b>60</b>
<b>Quadro 06</b> Relação de Programas governamentais e não-governamentais no âmbito estadual/municipal.....	<b>63</b>
<b>Quadro 07</b> Relação de Programas governamentais e não-governamentais no âmbito federal.....	<b>63</b>
<b>Quadro 08</b> Matriz de planificação para definição de demandas.....	<b>70</b>
<b>Quadro 09</b> Matriz de planejamento das ações de infra-estrutura PA Taboca.....	<b>71</b>
<b>Quadro 10</b> Matriz metodológica da Bovinocultura de leite.....	<b>79</b>
<b>Quadro 11</b> Matriz metodológica da Capineira.....	<b>81</b>
<b>Quadro 12</b> Matriz metodológica da Suinocultura.....	<b>83</b>
<b>Quadro 13</b> Matriz metodológica da Avicultura.....	<b>85</b>
<b>Quadro 14</b> Itinerário Técnico das Culturas Temporárias.....	<b>88</b>
<b>Quadro 15</b> Matriz metodológica das culturas de feijão, milho e arroz.....	<b>88</b>
<b>Quadro 16</b> Custo de Produção por família/ha.....	<b>90</b>
<b>Quadro 17</b> Itinerário técnico da roça de mandioca.....	<b>90</b>
<b>Quadro 18</b> Matriz metodológica da cultura de mandioca.....	<b>91</b>
<b>Quadro 19</b> Orçamento estimado para implantação da Atividade de Produção do Mel	<b>93</b>
<b>Quadro 20</b> Matriz metodológica da apicultura.....	<b>94</b>
<b>Quadro 21</b> Orçamento para Implantação da Unidade de Beneficiamento de Produção do Mel.....	<b>96</b>
<b>Quadro 22</b> Matriz metodológica da Unidade de Beneficiamento do Mel.....	<b>96</b>
<b>Quadro 23</b> Matriz de Demandas levantadas pelo grupo temático da Educação.....	<b>103</b>
<b>Quadro 24</b> Matriz de Demandas levantadas pelo grupo temático da Cultura e Lazer..	<b>103</b>
<b>Quadro 25</b> Matriz de Demandas levantadas pelo grupo temático da Saúde e Saneamento.....	<b>104</b>
<b>Quadro 26</b> Matriz metodológica do Programa Social do PA Taboca.....	<b>105</b>
<b>Quadro 27</b> Potencialidades e Limitações no âmbito da Educação Ambiental a partir das discussões empreendidas pela comunidade.....	<b>115</b>
<b>Quadro 28</b> Matriz metodológica do subprograma de Educação Ambiental fundamentado nas demandas do PA Taboca.....	<b>116</b>
<b>Quadro 29</b> Potencialidades e Limitações no âmbito das queimadas na região a partir das discussões empreendidas pela comunidade.....	<b>118</b>
<b>Quadro 30</b> Matriz metodológica do subprograma de Prevenção e Controle de Queimadas fundamentado nas demandas do PA Taboca.....	<b>119</b>
<b>Quadro 31</b> Potencialidades e Limitações no âmbito de Resíduos Sólidos e Esgoto a	<b>122</b>

	partir das discussões empreendidas pela comunidade.....	
<b>Quadro 32</b>	Matriz metodológica do subprograma de Gestão de Resíduos Sólidos e Esgoto fundamentado nas demandas do PA Taboca.....	<b>123</b>
<b>Quadro 33</b>	Potencialidades e Limitações no âmbito das Áreas de Preservação Permanente a partir das discussões empreendidas pela comunidade.....	<b>125</b>
<b>Quadro 34</b>	Matriz metodológica do subprograma de Recuperação e Preservação de APPs fundamentado nas demandas do PA Taboca.....	<b>126</b>
<b>Quadro 35</b>	Potencialidades e Limitações no âmbito da Reserva Legal a partir das discussões empreendidas pela comunidade.....	<b>128</b>
<b>Quadro 36</b>	Matriz metodológica do subprograma de Uso e Conservação da Reserva Legal fundamentado nas demandas do PA Taboca.....	<b>129</b>
<b>Quadro 37</b>	Potencialidades e Limitações no âmbito do Uso e Conservação do Solo a partir das discussões empreendidas pela comunidade.....	<b>131</b>
<b>Quadro 38</b>	Matriz metodológica do subprograma de Uso e Conservação do Solo fundamentado nas demandas do PA Taboca.....	<b>132</b>
<b>Quadro 39</b>	Potencialidades e Limitações no âmbito do Manejo e Racionalização do Uso de Agroquímicos a partir das discussões empreendidas pela comunidade.....	<b>134</b>
<b>Quadro 40</b>	Matriz metodológica do subprograma de Manejo e Racionalização do Uso de Agroquímicos fundamentado nas demandas do PA Taboca.....	<b>135</b>
<b>Quadro 41</b>	Potencialidades e Limitações relacionadas a Gestão do Plano de Desenvolvimento.....	<b>138</b>
<b>Quadro 42</b>	Matriz metodológica do Programa de Desenvolvimento Organizacional e Gestão do Plano.....	<b>139</b>
<b>Quadro 43</b>	Atividades de capacitação previstos no Plano de Desenvolvimento do PA Taboca.....	<b>143</b>
<b>Quadro 44</b>	Cronograma Global de Execução Físico.....	<b>146</b>
<b>Quadro 45</b>	Lista de controle para ações, impactos e medidas a partir da instalação do acampamento no Projeto de Assentamento.....	<b>148</b>
<b>Quadro 46</b>	Lista de controle para ações, impactos e medidas a partir do plantio em área comunitária.....	<b>150</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>ABNT</b>	Associação Brasileira de Normas Técnicas
<b>ACD</b>	Assistente clínico-dentário
<b>ADAPEC</b>	Agência de Defesa Agropecuária
<b>AIA</b>	Avaliação de Impactos Ambientais
<b>APP</b>	Área de Preservação Permanente
<b>ATES</b>	Assessoria Técnica Social e Ambiental.
<b>CBERS</b>	Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres
<b>CEASAS</b>	Centrais de Abastecimento
<b>CEDRUS</b>	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CELTINS</b>	Centrais Elétricas do Estado do Tocantins
<b>CMDRS</b>	Conselho Municipal Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>CONAMA</b>	Conselho Nacional do Meio Ambiente
<b>CONSAD</b>	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local.
<b>COOPVAG</b>	Cooperativa dos Profissionais Liberais do Vale Araguaia
<b>DST/AIDS</b>	Doenças Sexualmente Transmissíveis/ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
<b>EFA</b>	Escola Família Agrícola
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FUNDESCOLA</b>	Fundo de Desenvolvimento da Escola
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
<b>IBDF</b>	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano.
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>MCT</b>	Ministério da Ciência e Tecnologia
<b>MCIDADES</b>	Ministério das Cidades
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MDPS</b>	Milho Desintegrado com Palha e Sabugo CE
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>MDIC</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
<b>ME</b>	Ministério do Esporte
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura.
<b>MIN</b>	Ministério da Integração
<b>MinC</b>	Ministério da Cultura
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>MME</b>	Ministério de Minas e Energia
<b>MS</b>	Ministério da Saúde
<b>MTE</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>NBR</b>	Norma Brasileira
<b>PA</b>	Projeto de Assentamento

<b>PAIF</b>	Programa de Atenção Integral à Família
<b>PB</b>	Produto Bruto
<b>PDA</b>	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
<b>PEJA</b>	Programa de Educação de Jovens e Adultos
<b>PETI</b>	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
<b>PNATE</b>	Programa Nacional de Apoio Escolar
<b>PNBE</b>	Programa Nacional Biblioteca Escola
<b>PNLD</b>	Programa Nacional de Livros Didáticos
<b>PNMA</b>	Política Nacional do Meio Ambiente
<b>PNSB</b>	Pesquisa Nacional de Saneamento. Básico
<b>PREVFOGO</b>	Sistema de Prevenção Nacional e Combate a Incêndios Florestais
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>PRONAGER</b>	Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda em Áreas de Pobreza
<b>PRONAT</b>	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
<b>PRONERA</b>	Programa Nacional de Educação Rural
<b>PSF</b>	Programa Saúde da Família
<b>RA</b>	Renda agrícola
<b>RN</b>	Renda não agrícola
<b>RT</b>	Renda total
<b>RB</b>	Registro de Beneficiados
<b>RIT</b>	Relatório de Informação Trimestral sobre Atividade Agropecuária
<b>RL</b>	Reserva Legal
<b>RURALTINS</b>	Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins
<b>SAFs</b>	Sistemas Agroflorestais
<b>SANEATINS</b>	Empresa de Saneamento do Estado do Tocantins
<b>SDT</b>	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
<b>SEAGRO</b>	Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SEDH</b>	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
<b>SEEL</b>	Secretaria Executiva de Esporte e Laser
<b>SENAR</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
<b>SEPLAN</b>	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente
<b>SISCAL</b>	Sistema Intensivo de Criação de Suínos ao Ar Livre
<b>STR</b>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
<b>TO</b>	Tocantins
<b>UTE</b>	Unidade de Trabalho Equivalente
<b>UTM</b>	Coordenadas Universal Transversa de Mercator
<b>URL</b>	Unidade de Resfriamento de Leite
<b>VAB</b>	Valor agregado bruto
<b>VAL</b>	Valor agregado líquido

## LISTA DE ANEXOS

	<b>Pág.</b>
<b>MAPA A1</b> – Mapa da sub-bacia de localização do Projeto de Assentamento.....	<b>163</b>
<b>MAPA A2</b> – Mapa de uso atual da terra e cobertura vegetal.....	<b>164</b>
<b>CROQUI A3</b> – Croqui da estratificação ambiental dos (agro) ecossistemas.....	<b>165</b>
<b>MAPA A4</b> – Mapa da organização territorial atual.....	<b>166</b>
<b>MAPA B1</b> – Mapa do anteprojeto de parcelamento.....	<b>167</b>
<b>CROQUI B2</b> – Croqui das parcelas médias.....	<b>168</b>

# 1 APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA deverá se constituir em um importante instrumento de desenvolvimento para os Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. A sua construção é parte integrante da política de Reforma Agrária, que visa garantir a permanência do homem no campo, com todas as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida de toda a comunidade.

O desenvolvimento, aqui referido, não leva em consideração apenas o crescimento econômico, trata-se de uma abordagem de desenvolvimento que tem como ponto central o homem: seus desejos, suas expectativas e a preocupação em aliar a melhoria de renda com a preservação do meio ambiente, a melhoria das condições sociais e o empoderamento da população, para que esta consiga em um determinado momento atingir sua autonomia e auto sustentabilidade.

Dessa forma, pensar o desenvolvimento significa se preocupar com o amanhã e acreditar na possibilidade de melhoria das condições de vida. Significa planejar e para isso é necessário se dispor a pensar em que direção se quer ir, o que se quer alcançar e definir, concretamente, que ações são necessárias para se atingir esse objetivo. Assim, para planejar pressupõe, antes de tudo, conhecer os agentes envolvidos e a realidade do contexto sócio-econômico, no qual estão inseridos. Este foi o trabalho realizado com as famílias do Projeto de Assentamento Taboca, que participaram ativamente de todo o processo e contribuíram com o conhecimento da realidade, elencando prioridades, intenções e expectativas ora apresentadas na forma desse documento.

Desse modo, este documento contém informações que caracterizam tanto o perfil da comunidade, quanto da região, na qual está inserida e apresenta os programas, que são a materialização de suas demandas de desenvolvimento.

Portanto, o PDA constitui-se em uma ferramenta de trabalho para a assessoria técnica, que tem responsabilidades no acompanhamento e monitoramento de sua execução, sendo dinâmico, visto que deve estar sempre em consonância com a realidade e acompanhar os estágios de desenvolvimento da comunidade podendo, dessa forma, ser atualizado periodicamente.

## **2 IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS**

### **2.1 Identificação do Empreendedor**

Razão social: **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA**

Representante legal: **José Roberto Ribeiro Forzani**

CNPJ: **00.375.972/0095-40**

Endereço: **Qd. AANE - 40, QI 08, Alameda 01, Lote 01/A**

Telefone: **(63) 3219-5200**

### **2.2 Identificação da Entidade Responsável pela Elaboração do PDA**

Razão social: **Cooperativa de Profissionais Liberais Vale Araguaia – COOPVAG**

Representante legal: **Helvécio Mesquita Melo**

CNPJ: **02.059.774/0002-02**

Endereço: **Qd. 103 Sul, SO 11, Lote 12, Ed. Fênix, Sala 01**

Fone/fax: **(63) 3212-1214**

E-mail: **coopvag@brturbo.com.br**

### 3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada teve como princípio básico garantir a participação da comunidade em todo o processo de construção do Plano, de forma a assegurar as premissas de planejamento estratégico e participativo levando-se em conta, o estágio de consciência e formação do grupo pesquisador/pesquisado, através da adoção de um conjunto de procedimentos operacionais e técnicas utilizadas de uma forma flexível. É um método que rejeita a pretensa “neutralidade” e “superioridade” do pesquisador externo e busca socializar o conhecimento, democratizar os processos de investigação e educação, basear-se nas necessidades fundamentais da população, propiciar a participação ativa dos seus vários segmentos, buscar respostas coerentes aos seus problemas visando ações concretas e transformadoras dessa realidade.

#### 3.1 Elaboração do Plano

O Plano foi construído em 04 etapas seqüenciais (Figura 01):

- **Motivação:** consistiu na sensibilização e mobilização das famílias para a participação nas etapas de diagnóstico e planejamento e preparação dos grupos para o trabalho.
- **Diagnóstico:** levantamento e sistematização de informações sobre a realidade do assentamento e dos municípios com os quais os assentados se relacionam.
- **Restituição:** apresentação e avaliação do diagnóstico e na proposição de soluções-ações para aspectos relevantes do diagnóstico, validadas ou reformuladas em assembléias da comunidade.
- **Conclusão e Apresentação:** sistematização e construção dos programas de desenvolvimento do PA Taboca, e conseqüente apresentação e validação pela comunidade, de forma a concluir o PDA e dar início à nova etapa que é de execução e monitoramento do plano.

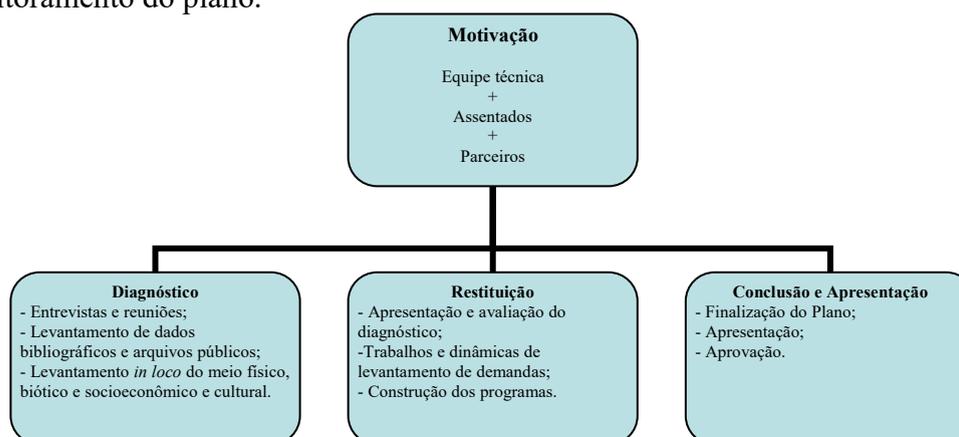


Figura 01 – Representação da metodologia de elaboração do PDA.

### 3.1.1 Motivação

O primeiro momento teve início com a reunião de sensibilização e mobilização, onde a equipe técnica reuniu-se com os sujeitos do processo para discutir a proposta de trabalho de construção do Plano. Na ocasião fez-se o esclarecimento do que é PDA, qual o seu objetivo e a importância deste para o desenvolvimento da comunidade. Discutiu-se a metodologia de trabalho, onde todos se manifestaram no sentido de dar opinião e/ou aprovar as propostas, se comprometendo em contribuir em todos os momentos de construção do PDA. Nessa etapa, se discutiu e se programou as etapas seqüentes podendo ser observadas no organograma acima. Esta foi o ponto de partida que desencadeou a evolução do trabalho até o momento final.

### 3.1.2 Diagnóstico

[...] a utilização de processos diagnósticos é fundamental em qualquer ação de planejamento, pois não há como se alterar de forma consciente uma realidade que não é conhecida. Um diagnóstico por sua vez consiste em uma análise estratégica da realidade, na qual são pesquisados os elementos mais importantes para identificar uma determinada situação. Extensos levantamentos de dados muitas vezes são chamados de diagnósticos sem, na verdade, atenderem pressupostos de uma diagnose. Extensos inventários muitas vezes desperdiçam tempo e acabam por colocar junto dados estratégicos com informações menos relevantes, comprometendo assim o caráter estratégico da informação (Guia do Consad<sup>1</sup>, 2004.).

Pensando nisso, buscou-se ser o mais objetivo possível, abordando realmente informações relevantes para o processo de desenvolvimento dos agricultores familiares do PA Taboca. Ciente da importância de se conhecer essa realidade, o mais fielmente possível, optou-se por utilizar vários recursos de levantamento de dado, que, para melhor compreensão dividiu-se em 02 partes: diagnóstico interno (1º, 2º e 3º passo) e diagnóstico externo (1º e 2º passo).

#### 3.1.2.1 Diagnóstico Interno

**1º Passo** – Conhecimento da realidade Sócio-cultural do Assentamento. Para este passo priorizou-se como instrumento metodológico a entrevista. Através da aplicação de um questionário procurou-se identificar as potencialidades, os entraves e os problemas de natureza econômica, produtiva, social e cultural da comunidade considerando a visão dos atores participantes do processo. Por isso, se privilegiou o questionário individual a ser aplicado a 100% dos moradores do Assentamento, ficando fora apenas os que estavam

---

<sup>1</sup> Consórcio Nacional de Segurança Alimentar

ausentes, durante o processo. Nesse Assentamento, aplicou-se o questionário a 100 % das famílias. Nesse passo, procurou-se também identificar as expectativas das famílias com relação ao futuro, aptidões e expectativas de produção, sendo construídos mapas da propriedade de cada um, expressando como querem o assentamento, futuramente.

**2º Passo – – 2º Passo –** Conhecimento da infra-estrutura social existente, os aspectos organizacionais, a presença e atuação de instituições. Aqui também se utilizou de questionários, sendo aplicados a representantes das Associações (Figura 02). Por indicação da comunidade, foram escolhidos seis representantes, dois fazem parte do Conselho Diretor, dois do Conselho Fiscal e os outros dois, sócios fundadores.



**Figura 02** - Levantamento de dados sociais – entrevistas.

Foto: Antonia Lima

**3º Passo –** Com o objetivo de conhecer e retratar o mais fielmente possível a realidade do meio físico da Área de Assentamento, uma equipe formada por profissionais da área agrônômica e ambiental, bem como moradores do PA percorreram a região do assentamento, buscando identificar *in loco* a vegetação, fauna, relevo, solos, recursos hídricos, etc. (Figura 03).



**Figura 03** - Levantamento de dados do meio físico e biótico

Foto: Euryandro Ribeiro;

### 3.1.2.2 Diagnóstico Externo

**1º Passo –** Fez-se o levantamento de dados através de reuniões realizadas com representantes da prefeitura municipal: secretários de educação, saúde, ação social, agricultura e planejamento, e outros órgãos como a ADAPEC.

**2º Passo –** Outros dados sobre o Assentamento e área de influência foram levantados através de consultas bibliográficas e consultas a arquivos públicos de instituições parceiras (INCRA, SEPLAN, ADAPEC).

### 3.1.3 Restituição

**1º Passo** – Após o levantamento de dados, fez-se o processo de análise e sistematização, resultando na primeira parte do PDA, que é o Diagnóstico. Assim, o terceiro momento consistiu na continuidade desse processo, onde se tratou da restituição desses dados (Figura 04). A equipe técnica e parceiros voltaram a se reunir com a comunidade, onde apresentaram o resultado do trabalho e, juntamente com os agricultores, fizeram as alterações que julgaram necessárias. Em seguida, com a discussão e aprovação da primeira parte, deu-se início a Oficina de Planejamento.



**Figura 04** – Oficina de restituição dos dados

Foto: Jonatas Azevedo

**2º Passo** – A oficina objetivou fazer com que a comunidade realizasse o planejamento de suas ações, a partir da realidade diagnosticada. Foi utilizada a metodologia do Planejamento Orientado por Objetivos de Trabalho. A comunidade foi dividida em grupos temáticos, e após analisarem potencialidades e limitações, propuseram ações-soluções para os problemas diagnosticados no PA. Posteriormente, os grupos apresentaram o resultado das discussões, sistematizados em cartazes e através do debate em plenária estabeleceram consensos sobre os objetivos das ações propostas (Figura 05).



**Figura 05** – Apresentação dos trabalhos dos grupos.

Foto: Rangel Bastos.

Construiu-se a matriz de ações prioritárias, onde se observou os problemas que retratam a realidade do assentamento e que refletem os seus pontos de estrangulamento, os quais impedem o desenvolvimento das famílias assentadas e do projeto como um todo, servindo de alicerce para a elaboração das propostas de intervenção no PDA. Cada grupo contou com acompanhamento de técnicos das áreas afins e de representantes das instituições locais, com objetivo de buscar parcerias e comprometimento na realização das ações necessárias para este plano, bem como garantir a inclusão do PA, nos programas municipais.

Verificou-se junto aos assentados os propósitos e expectativas futuras do assentamento. Discutiram-se as propostas técnicas e a viabilidade financeira dos investimentos sociais, segundo a priorização levantada no Diagnóstico.

### **3.1.4 Conclusão e Apresentação do PDA**

Após a oficina, na qual foram abordados os principais pontos e demandas a serem trabalhados no Planejamento, a equipe sistematizou as propostas da comunidade dando continuidade ao processo de construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, sua redação e a análise de viabilidade. Foram feitas as propostas de intervenção que resultaram nos seguintes Programas: Organização Territorial, Produção, Ambiental, Social (subprogramas de Educação; Esporte, lazer e Cultura; Saúde e Habitação), Capacitação, Assessoria Técnica e Desenvolvimento Organizacional e de Gestão do Plano. Depois de concluído, o documento foi apresentado à comunidade e parceiros, para ser avaliado e aprovado.

## **3.2 Assessoria Técnica, Social e Ambiental**

A equipe de Assessoria Técnica deverá ter a conformação de um animador social, capaz de interagir com a comunidade, propiciando as condições de reflexão da própria comunidade sobre suas dificuldades e alternativas, possibilitando assim uma relação de parceria, de igualdade e de respeito mútuo. A equipe deverá conduzir os trabalhos com base no que foi estabelecido no PDA, utilizando métodos e técnicas que envolvam a comunidade na execução das ações, previstas no Plano.

Os programas de desenvolvimento expressos no PDA, mais especificamente o Programa de Assessoria Técnica apontam metodologias e formas de execução que subsidiarão os trabalhos da equipe técnica. É importante ter em mente que a atividade técnica deverá ter caráter educativo, seja através de reunião, palestra, visita de vistoria, dentre outros. Deverá ter como foco a educação contínua e permanente dos assentados, para que estes se apropriem de todo conhecimento possível e se fortaleçam juntamente com suas organizações, o qual irá resultar em um processo de empoderamento sólido.

A Assessoria Técnica está sendo prestada pela COOPVAG, através de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais da área social, ambiental e produtiva, tanto de nível médio como nível superior (Engenheiros Agrônomos, Assistente Social, Cientista Social, Engenheiros Ambientais e Técnicos em Agropecuária), a partir de convênio firmado com o INCRA/MDA, em janeiro de 2007.

A COOPVAG tem um escritório-sede, em Palmas, 01 escritório no município de Couto Magalhães e está montando um escritório no município de Porto Nacional e outro no município de Araguacema, possuindo veículos (carros e motos), computadores, data-show, GPS e todos os instrumentos necessários para prestar uma assessoria com qualidade.

## 4 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO

### 4.1 A Região

O Projeto de Assentamento Taboca pertence territorialmente ao município de Monte do Carmo que está inserido na Região IX, denominada Região Metropolitana de Palmas, de acordo com divisão administrativa do Estado. Esta região está situada no centro do Estado do Tocantins e abrange 11 municípios: Aparecida do Rio Negro, Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras, Lajeado, Miracema do Tocantins, Oliveira de Fátima, Palmas, Porto Nacional, Tocantínia e o município de Monte do Carmo.

A região Metropolitana de Palmas compreende uma área de 20.154,429 km<sup>2</sup>. Sua população está estimada em 234.481 habitantes, tendo uma densidade demográfica de 11,63 hab/km<sup>2</sup>, bem maior que a do Estado que é de 4,17 hab/km<sup>2</sup> (Quadro 01).

**Quadro 01** – Área, população e densidade demográfica dos municípios da região Metropolitana de Palmas.

Municípios	Área* (km <sup>2</sup> )	População** (hab.)	Dens. Demográfica (hab/km <sup>2</sup> )
Aparecida do Rio Negro	1.160,363	3.517	3,03
Brejinho de Nazaré	1.724,441	4.877	2,83
Fátima	382,908	3.848	10,05
Ipueiras	815,250	1.166	1,43
Lajeado	322,481	2.344	7,27
Miracema do Tocantins	2.656,076	24.444	9,20
<b>Monte do Carmo</b>	<b>3.616,655</b>	<b>5.193</b>	<b>1,43</b>
Oliveira de Fátima	205,842	958	4,65
Palmas	2.218,934	137.355	61,90
Porto Nacional	4.449,892	44.991	10,11
Tocantínia	2.601,587	5.788	2,22
<b>TOTAL</b>	<b>20.154.429</b>	<b>234.481</b>	<b>11,63</b>

Fonte: \* Área: SEPLAN/DPI (2005); \*\* População: IBGE (2004).

A divisão do Estado em regiões teve como objetivo propiciar a ocupação ordenada dos espaços e redirecionar as atividades políticas e econômicas. Dessa forma, foram considerados vários critérios de ordem física, social, econômica, político-administrativo, entre outros, que permite dar uma identidade a região. Portanto, na descrição de alguns aspectos da área de influência deste assentamento considerou-se o município de Monte do Carmo, onde o mesmo está inserido, e em outros aspectos as informações disponibilizadas tratam da região descrita acima.

## **4.2 Caracterização do Meio Físico**

### **4.2.1 Geologia/Geomorfologia**

De acordo com Tocantins (2005), o município de Monte do Carmo está inserido em três ambientes geológicos diferenciados, a Faixa de Dobramentos do Proterozóico Médio e Superior; Complexos Metamórficos do Arqueano e Proterozóico Inferior e a Bacia Sedimentar do Parnaíba. Entre os aspectos geológicos da região estão elencados os processos: Terciário; Quaternário; Carbonífero; Devoniano; Pré-Cambiano Superior, Pré-Cambiano Médio, Pré-Cambiano Inferior.

A região apresenta uma topografia que varia de plana a suave ondulada, possuindo algumas partes de relevo acidentado a montanhoso. As unidades de Relevo predominante na região são Depressões e Planaltos do Médio Tocantins, Planaltos e Serras de Cangalha vegetação arbórea, porém apresentando um estrato rasteiro de gramíneas nativas, com drenagem sub-superficial. (RANZANI, 1994).

As formas erosivas possuem formas de relevos constituídas a partir de processos, onde houve um rebaixamento das saliências, tendendo ao nivelamento do relevo, assim temos os seguintes tipos: superfícies tubulares erosivas, superfície de pediplanos, inselbergs e terraços fluviais. Há ainda os tipos de Dissecação, onde as formas de relevo entalhadas pelos agentes erosivos sofreram uma dissecação diferencial, principalmente ao longo da rede hidrográfica, entre os tipos encontrados temos: dissecados em cristas, interflúvios tabulares, colinas, ravinas e grupos de mesa.

### **4.2.3 Pedologia**

Na região geográfica são encontrados diversos tipos de solos, dentre eles: Latossolos Vermelho-Amarelo, Latossolos Amarelo, Latossolos Vermelho-Escuro, Latossolos Roxo, Concrecionários, Areias Quartzosas, Litólicos, Litossolos, Plintossolo Pétrico e Hidromórficos.

A predominância dos tipos de solos na região ocorre com os Latossolos e Concrecionários. Os latossolos se caracterizam como solos minerais profundos, extremamente desenvolvidos, com horizonte "B" latossólico, normalmente ocorrendo em relevos mais suaves, e possui fertilidade variável, dependendo do material de origem. E os Concrecionários possuem, no perfil, nodulações endurecidas e são pouco profundos e pouco aptos para agricultura, em função de sua deficiência em fertilidade, dificuldade para trabalhar mecanicamente e suscetibilidade à erosão.

#### 4.2.4 Hidrografia

A hidrografia presente na área do município de influência é formada por diversos corpos hídricos de pequeno e médio porte. Dentre os principais podem-se citar os rios Água Suja, Areias, Cabeça de Boi, Piabanha, Novo e das Balsas, os ribeirões Azul, Conceição e Passa Três e o Córrego Moleque.

Estes corpos hídricos encontram-se localizados em duas grandes sub-bacias do Estado, as sub-bacias do rio Tocantins e rio das Balsas, e que fazem parte do sistema hidrográfico do rio Tocantins. A sub-bacia do rio Tocantins possui uma área de 59.513,3 km<sup>2</sup> e a sub-bacia do rio das Balsas compreende uma área de 12.386,7 km<sup>2</sup>, onde juntas correspondem a 25,9 % da área total do Estado, estando o Projeto de Assentamento inserido na sub-bacia do rio Tocantins (MAPA A1) (TOCANTINS, 2005).

Quanto às águas subterrâneas, de um modo geral, tanto em áreas urbanas, como no meio rural, a água é obtida a partir de poços tubulares, escavados (cisternas) e nascentes, sendo o seu gerenciamento realizado pela Companhia de Saneamento do Estado do Tocantins (SANEATINS) e em algumas cidades e comunidades pelas prefeituras.

#### 4.2.5 Climatologia

De acordo com a classificação do método de Thornthwaite, o clima do município é caracterizado por um tipo C2wA'a', que se trata de um clima úmido subúmido com moderada deficiência hídrica no inverno, evapotranspiração potencial média anual de 1.500 mm, distribuindo-se no verão em torno de 420 mm ao longo dos três meses consecutivos com temperatura mais elevada. (TOCANTINS, 2005).

A região possui uma precipitação pluviométrica média anual entre 1.500 a 1600 mm e umidade relativa média anual do ar varia entre 70 e 75%, possuindo duas estações definidas, sendo uma de estiagem no período de maio a setembro (inverno) e outra de chuvas no período de outubro a abril (verão), com temperaturas médias anuais variando entre 26°C e 28°C (TOCANTINS, 2005).

#### 4.2.6 Uso da terra

A região de influência apresenta uma potencialidade de uso das terras bastante heterogênea, onde se classificam entre áreas para pecuária extensiva, áreas para silvicultura e/ou pecuária intensiva e áreas de conservação ou com alta limitação natural. Também é relevante a aptidão do município para a pecuária extensiva, devendo-se levar em consideração que, nas áreas de areias quartzosas, a retirada da cobertura vegetal propicia o

aparecimento de processos de desertificação. Quanto ao uso para pastagem natural há uma considerável predominância de terras para esta aptidão, seguida de terras boas para lavouras e, finalmente as terras da classe restrita par uso com silvicultura (RANZANI, 2002).

### 4.3 Caracterização do Meio Biótico

#### 4.3.1 Flora

A cobertura vegetal predominante no município é característica do bioma Cerrado, com predominância de vegetação xeromorfa, de clima estacional e que reveste solos lixiviados e/ou aluminizados, composta basicamente pelas formações campestres (campo sujo, campo limpo, e campo rupestre), savânicas (cerrado sentido restrito, cerrado ralo, cerrado denso e veredas) e florestais (cerradão e matas ripárias).

A paisagem do Cerrado é caracterizada por extensas formações savânicas, interceptadas por matas ripárias. No entanto, outros tipos de vegetação podem aparecer na região, tais como campos úmidos ou veredas, onde o lençol freático é superficial, os campos rupestres podem ocorrer nas maiores altitudes e as florestas mesófilas, que se situam sobre os solos mais férteis. Mesmo as formas savânicas não são homogêneas, havendo uma grande variação estrutural que vai do cerrado completamente aberto, com vegetação dominada por gramíneas, com pouca presença de árvores e arbustos, ao cerrado fechado (cerradão), fisionomicamente florestal, com grande quantidade de árvores e aspecto florestal.

A vegetação em si apresenta árvores com até 15 metros de altura e formam estruturas irregulares, sendo que apenas a vegetação de matas ripárias apresenta árvores que ultrapassam 25 metros e possuem folhas pequenas e decíduas. Dentre as espécies mais comuns da região está o *Caryocar brasiliense* Cambess. (pequi), *Mauritia flexuosa* L. f. (buriti), *Anacardium occidentale* L. (caju), *Myracrodruon urundeuva* Allemão (aroeira), *Stryphnodendron adstringens* (Mart.) Coville (barbatimão), *Bowdichia* sp. (sucupira), *Qualea* sp. (pau-terra) e a *Tabebuia* sp. (ipê).

#### 4.3.2 Fauna

Nos vários habitats existentes no bioma Cerrado encontra-se uma grande diversidade de espécies animais, com grande abundância de indivíduos, sendo alguns com adaptações especializadas para explorar recursos específicos de cada habitat onde vivem.

Associada a vegetação de Cerrado existe também na região uma fauna característica. Entre os vertebrados pode-se observar a presença de espécies como *Boa constrictor* (jibóia), *Crotalus durissus terrificus* (cascavel), *Jararaca* (*Jararaca Bothrops*), *Tupinambis quadrilineatus* (lagarto teiú), *Rhea americana* (ema), *Cariama cristata* (seriema), *Theristicus caudatus* (curicaca), *Coragyps atratus* (urubu comum), *Sarcoramphus papa* (urubu-rei), *Arara* sp. (araras), *Ramphastos* sp. (tucanos), *Amazona* sp. (papagaios), *Euphractus sexcinctus* (tatu-peba), *Dasyurus* sp. (tatu-galinha), *Priodontes maximus* (tatu-canastra), *Cabassous* sp. (tatu-de-rabo-mole), *Myrmecophaga tridactyla* (tamanduá-bandeira), *Tamandua tetradactyla* (tamanduá-mirim), *Ozotoceros bezoarticus* (veado-campeiro), *Tayassu tajacu* (caititu), *Tapirus terrestris* (anta), *Cerdocyon thous* (cachorro-do-mato), *Speothus venaticus* (cachorro-vinagre), *Chrysocyon brachyurus* (lobo-guará), e o *Herpailurus yaguarondi* (gato mourisco).

#### **4.4 Condições de conservação/degradação ambiental da área de influência**

Quando se trata da sub-bacia do rio Tocantins não se pode deixar de mencionar as hidrelétricas existentes e previstas para implantação ao longo do leito do rio Tocantins, pois essa bacia de grande importância para o Estado e o país, concentra atualmente a maior parte de todas as hidrelétricas do Estado. A existência de empreendimentos desse porte dentro de uma sub-bacia desencadeia uma sinergia de impactos que afetam grandes áreas, em todos os aspectos ambientais, sociais e econômicos. Dentre as diversas ações impactantes, pode-se mencionar a translocação da população afetada que, na maioria das vezes, geram impactos sociais com a ocupação de cidades próximas, formando favelas e sobrecarregando a infra-estrutura; o isolamento de tribos indígenas; a perda da biodiversidade; a privatização da água em proveito de uns poucos; a perda de solos; perdas de monumentos naturais e históricos; dentre outros.

Ressalta-se que a área de influência inserida na sub-bacia do rio Tocantins abriga uma rica biodiversidade e locais de grandes belezas cênicas, além de possuir atrativos culturais que constam com quase centena de elementos culturais identificados. Diante disso, desenha-se no quadro da região um enorme potencial para o desenvolvimento do turismo, especialmente, o da modalidade ecológica, além de, resguardar através das áreas protegidas como as Unidades de Conservação locais que possuem caráter preservacionista.

No entanto, todas essas características naturais confrontam-se com atividades agropecuárias de grande e médio porte, que são tidas como a principal atividade econômica da região e do Estado, mas do outro lado o turismo vem se destacando e ganhando força

maior, contudo, apesar do destaque paisagístico dos insumos naturais os pólos turísticos ainda não dispõe de estrutura para o receptivo de visitantes, o que pode levar a efeitos negativos oriundos do turismo desordenado.

Além disso, a agricultura e as queimadas são outros fatores de degradação ambiental, pois os incêndios na região, geralmente começam como uma queimada em áreas de produção agrícola. A população, muitas vezes em agriculturas de subsistência ou pastagem, utiliza a queimada como forma de recuperar as áreas de pastoreio, eliminar pragas e plantas daninhas ou para agregar nutrientes ao solo, oriundos do material vegetal incinerado. Com isso, a composição arenosa dessa região aliada com os fatores antrópicos elencados propiciam uma erodibilidade ou uma possível desertificação do ambiente.

Com relação às Unidades de Conservação da região, são observados problemas ambientais que se agravam com as atividades antrópicas constantes. Dentre essas atividades pode-se mencionar a prática de pastoreio, caça ilegal, incêndios, queimadas, erosão e extração de madeira e a expansão urbana que vem ocupando tais áreas.

## **4.5 Caracterização do Meio Socioeconômico e Cultural**

### **4.5.1 Histórico dos Municípios**

Na primeira metade do século XVIII, por volta de 1741, Manoel de Souza Ferreira fundou o arraial de Nossa Senhora do Monte do Carmo na confluência dos Ribeirões Água Suja e Sucuri. Em poucos anos, a localidade transformou-se em um núcleo populoso, por causa da procura de minas de ouro. A denominação foi atribuída ao local por ser limitado pela serra Nossa Senhora do Monte do Carmo e pelo ouro que abundava nas minas de Carmo e Pontal. A exploração do rico minério atraía aventureiros lusitanos e mamelucos, que enfrentavam as tribos bravias, habitantes dos sertões desconhecidos.

O Arraial de Pontal foi atacado por índios xavantes, que não se conformavam com a invasão de seus territórios. Os sobreviventes refugiaram-se na margem direita do Rio Tocantins, em uma estrada sem encruzilhada e vedada aos ataques dos silvícolas.

Amedrontados com o ataque à vizinha povoação de Pontal, os moradores de Monte do Carmo foram, aos poucos, abandonando o local e mudando para o Arraial de Porto Real, distante 45 quilômetros, situado às margens do rio Tocantins. O arraial do Carmo foi entrando em decadência. E em 1805, o padre missionário Faustino da Gama deixou, em seu testamento, algumas oitavas de ouro com a finalidade de construir uma capela no povoado de Monte do Carmo, sob a invocação de Nossa Senhora das Mercês.

Em 1810, o príncipe regente, D. João VI determinou ao corregedor Joaquim Teotônio Segurado que se transferisse para o local a fim de incrementar o tráfego fluvial, pelo Rio Tocantins e desbravar aquela região tão rica, mas também, tão afastada da Corte. O corregedor encontrou as melhores condições para a instalação de uma capela no Arraial de Porto Real e não em Monte do Carmo, como queria o missionário, então determinou que os bens deixados no testamento, do padre José Faustino da Gama, fossem destinados para a construção da Capela de Nossa Senhora das Mercês, na nova povoação. Tal fato constituiu-se em maior incentivo para o êxodo de Monte do Carmo.

Em 1835, foi criada a Freguesia de Porto Real, desmembrada da Freguesia de Monte do Carmo que, mais tarde, foi anexada à Freguesia de Porto Real, perdendo, assim, o velho Arraial do Carmo, a sua hegemonia.

Depois de 60 anos, pela Resolução nº 2, de 19 de fevereiro de 1895, o intendente Benício Pinheiro de Santana criou o Distrito de Justiça do Carmo, subordinado ao então município de Porto Nacional. Em 1911, na Divisão Administrativa do Brasil, figurou como Distrito de Porto Nacional, com a denominação de Carmo. Segundo as divisões territoriais, datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o distrito figurava com o nome de Nossa Senhora de Monte do Carmo e, na divisão territorial de 1938, que vigorou até 1943, voltou a figurar com o simples nome de Carmo.

Outra denominação foi feita pelo Decreto-Lei Estadual nº. 8.305, de 31 de dezembro de 1943, alterado para Tairuçu, vocábulo de origem indígena. O novo nome não teve aceitação da população que, depois de constantes apelos, conseguiu a antiga denominação de Monte do Carmo, por força da Lei Municipal nº 186, de 23 de julho de 1953. E então, o município conseguiu sua emancipação política dez anos depois, pela Lei Estadual nº. 4.708, de 23 de outubro de 1963. O município foi, solenemente, instalado no dia 1º de janeiro de 1964, subordinado à Comarca de Porto Nacional.

#### **4.5.2 Espaço Geográfico**

A sede do município de Monte do Carmo, localiza-se nas coordenadas 10° 45' 48'', de latitude sul e 48° 06' 32'', de longitude oeste e dista 97 km. da capital do Estado, Palmas. A sua altitude é de 295 m, acima do nível do mar. Limita-se ao norte com Palmas, Santa Tereza do Tocantins e Porto Nacional, ao sul com Silvanópolis, a leste Ponte Alta do Tocantins e a oeste com Porto Nacional.

### 4.5.3 Situação Demográfica

O município de Monte do Carmo possui uma área de 3.616,655 km<sup>2</sup> e uma população de 5.193 habitantes, apresentando a mais baixa taxa de densidade demográfica da região, juntamente com o município de Ipueiras que é de 1,43 hab/km<sup>2</sup>.

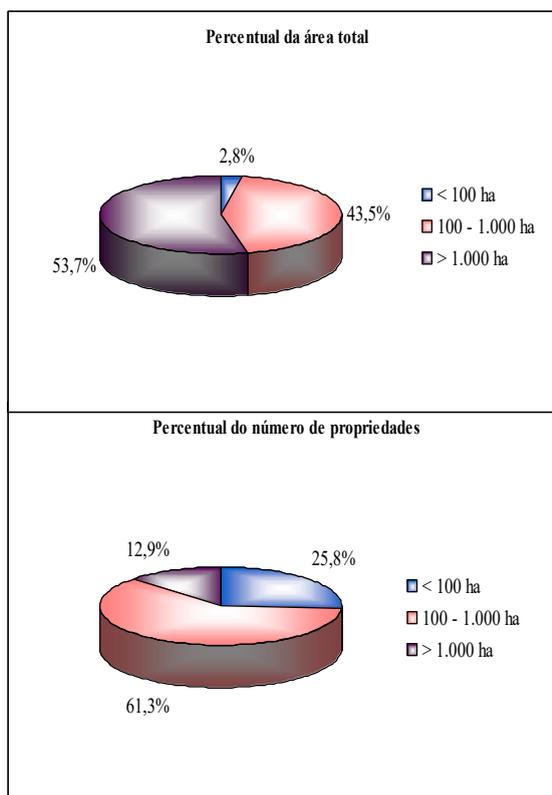
De acordo com informações da prefeitura do município de Monte do Carmo, os dados sobre o número de habitantes e, conseqüentemente, da densidade demográfica, estão defasados. A Secretaria de Saúde, que mantém um cadastro atualizado da população, indica um número bem maior de habitantes (6.317). Acredita-se, que a inserção de vários assentamentos no município nos últimos anos, principalmente em 2006 (08 assentamentos), proporcionou um aumento significativo da população do município. Espera-se, que com o censo iminente, esses dados sejam retificados e sejam divulgados os números atualizados.

Os dados do município de Monte do Carmo apontaram uma população rural maior que a urbana, sendo 55,2% e 44,8%, respectivamente, diferentemente da predominância da região, no qual está inserido, cuja população urbana ultrapassa os 90% do total da população regional. Identificou-se, também que a proporção de gênero na região é bastante eqüitativa, são 50,6% de homens contra 49,4% de mulheres. No entanto, no município essa proporção apresenta-se mais diferenciada, são 54,1% de homens contra 45,9% de mulheres. O município apresenta uma população bastante jovem, onde quase a metade da população (48,6%), possui menos de 20 anos. Na região, no entanto, esse número diminui, sendo 34,4% da população com menos de 20 anos, segundo Tocantins (2004).

### 4.5.4 Situação Fundiária

De acordo com informações adquiridas em documento da Secretaria de Planejamento do Estado (TOCANTINS, 2005), observou-se que a estrutura fundiária do Município apresenta dados bastante defasados no tempo (últimos dados disponíveis foram do Censo Agropecuário de 1995/96). Acredita-se que esses dados estejam bastante alterados, devido o número de assentamentos instalados no município, nos últimos anos. São 12 assentamentos ao todo, sendo 04 mais antigos, 06 instalados a menos de dois anos e dois em processo de instalação. O Censo Agropecuário de 1995/96, do IBGE, apontou a existência de 488 propriedades e uma área de 259.413,06 ha. De acordo com esses dados, naquela época havia uma forte concentração nos extratos superiores a 1.000 ha., no qual 12,9% dos estabelecimentos respondiam por 53,7% do total da área. O extrato médio, de 100 a 1.000 ha, representava 43,5% da área total e 61,3% dos estabelecimentos. É

importante salientar que 25,8% dos estabelecimentos estavam localizados nos extratos abaixo de 100 ha., mas só representavam 2,8% da área total. Dados mais atuais, levantados pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC), apontam à existência de 906 propriedades. No entanto, não foi possível identificar o tamanho das propriedades, mas as informações sobre os produtores apontam para a predominância de pequenas propriedades no município. Vale ressaltar que esses dados não incluem os assentamentos mais recentes, o que leva a concluir que o número de propriedade é maior do que o indicado (Figura 06).



**Fonte:** IBGE, 1995/96  
**Figura 06** – Dados relativos ao número e tamanho da área total das propriedades do município de Monte Carmo – TO.

Pode-se concluir, também, que os desmembramentos das fazendas, para efeito de reforma agrária, levaram a uma diminuição do número de propriedades acima de 1.000 ha; aumentando o número de propriedades abaixo dos 100 ha, sendo que a proporção de pequenos produtores e tamanho da área ocupada por estes, é bem maior hoje.

#### 4.5.5 Cultura e lazer

De acordo Tocantins (2006), e pesquisa na prefeitura municipal de Monte do Carmo, observa-se que existe um forte apelo cultural, desenvolvido através de estruturas históricas como a igreja de Nossa Senhora do Carmo, construída em 1801. As ruínas da igreja Nossa Senhora do Rosário, Morro das Figuras e de belezas naturais como a Serra do Carmo, Cachoeira do Sucuri, Usina hidrelétrica Isamu Ikeda, etc., atrações turísticas, que são expressivas na paisagem e na história do Município.

A Cultura se manifesta também através dos eventos municipais como comemoração do aniversário do Município em 23 de outubro; festejos religiosos como a festa Santo Reis (06/01); Festa de São Sebastião (20/01), Festa do Carmo (17 e 18/07), Festa de Nossa Senhora do Rosário (outubro).

#### 4.5.6 Promoção Social

De acordo com entrevistas feitas na Secretaria de Ação Social, foi possível identificar alguns programas sociais desenvolvidos no município. No entanto, a maioria dos Assentados dos PAs Taboca, Força da Esperança, Malhada da Pedra, Principado do Carmo e Morro das Neves não estão incluídos, pois precisam estar domiciliado no município. Como o levantamento realizado pela Prefeitura, no ano passado, não computou a presença dos mesmos, há necessidade de que se faça a transferência de domicílio para só então poderem ser incluídos nos programas existentes. Não há nenhuma família do PA força da Esperança inserida no programa Bolsa Família, mas segundo dados da Secretaria, estão fazendo um novo cadastramento e, provavelmente serão inseridas as famílias deste PA no programa.

Foram verificados os seguintes programas por área de abrangência:

- Pioneiros Mirins: bolsa de reforço escolar (07 a 04 anos Zona urbana), um total de 200 bolsas no município.
- Bolsa Família – 549 famílias beneficiadas no município, com 60% da zona rural.
- PETI – São 280 crianças beneficiadas: 215 (zona rural) e 65 (zona urbana).

#### 4.5.7 Educação

O município de Monte do Carmo apresenta uma estrutura educacional de 06 escolas municipais e 03 escolas estaduais. Na Zona Urbana ficam localizadas 01 escola municipal do ensino fundamental fase I e II, 01 creche e 02 escolas estaduais, ambas de ensino fundamental.

Na Zona Rural estão localizadas 04 escolas municipais e o Colégio Estadual Brigada Profissionalizante Che Guevara, um centro educacional, onde funciona tanto o ensino fundamental para os alunos da zona rural como o ensino médio sob a forma de curso técnico em agropecuária e o regular não-profissionalizante, que recebe alunos de todo o município. A demanda para esse Centro é muito grande e não tem estrutura para atender a todos. Atualmente cerca de 600 alunos são atendidos no Centro, mas a prefeitura fez um projeto para ampliação, em parceria com o Governo do Estado, mesmo assim ainda não será suficiente para atender toda a demanda do município, uma vez que a procura por vagas é muito grande. Isso ocorre devido ao sistema de ensino diferenciado, pelo qual a escola atende aos alunos em semanas alternadas. Na primeira semana, atende os alunos do ensino fundamental da fase 01 e, na segunda semana, recebe os alunos da fase 02 e nível

médio. Estes permanecem em sistema de internato e estudo intensivo durante o tempo de permanência na escola. Há, ainda, uma extensão da escola estadual Mestra Bela, no PA Malhada da Pedra.

Segundo a secretária de educação, o Centro Educacional absorve alguns alunos do ensino fundamental e médio do PA Morro das Neves. Os alunos do ensino fundamental e EJA, dos PAs Malhada da Pedra e Principado do Carmo são atendidos na extensão da escola estadual no PA Malhada da Pedra, para o qual a prefeitura disponibilizou transporte escolar. Poucas vagas de ensino médio são ofertadas para os assentamentos mencionados e o PA Taboca e Força da Esperança não têm acesso à educação em nenhum nível.

De acordo com os dados coletados diagnosticou-se que 93,51% da população urbana e rural, na faixa etária de 7 a 14 anos estão estudando e que, 86,39% da população acima de 15 anos são alfabetizados. Os dados sobre rendimento e evasão escolar e escolarização da população não estão sistematizados e nem a disposição da Secretaria, portanto não foram fornecidos. A secretária afirmou que, com o censo desse ano, todos os dados serão atualizados.

Foram identificados os Programas EJA, que funciona em algumas escolas municipal, e na Escola Estadual Mestra Bela, o Brasil Alfabetizado que tem a duração de 08 meses e funciona em 01 escola municipal e o ABC da cidadania. Os dados fornecidos, por essa escola, indicam que a frequência dos alunos do nível fundamental é boa, mas o EJA – Educação de Jovens e Adultos, que é uma reivindicação da própria comunidade apresenta um alto nível de evasão escolar.

Através das informações fornecidas pela secretaria foi possível identificar que o município apresenta um quadro de 99 professores, destes 26 são de nível superior completo; 72 possuem o 2º grau e estão cursando o ensino superior e 01 professor tem apenas o primeiro grau.

O sistema de transporte escolar é composto por veículos da própria prefeitura, que recebe recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE). No entanto, o repasse não é suficiente e a prefeitura arca com a maior parte dos custos. O sistema é composto por 02 ônibus, 01 caminhão F-4000, 01 D10 e uma moto que é usada para buscar os alunos que moram mais distantes do ponto, onde o ônibus passa.

Segundo a secretária, a merenda escolar fornecida para rede municipal de ensino é suficiente e de boa qualidade. O recurso repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é complementado com recursos do município, uma vez que no Centro Educacional o gasto é alto, devido o sistema de internato. Com relação à

escola que funciona no PA Malhada da Pedra, as informações é que o INCRA contribuiu doando alguns produtos para alimentação. A escola adquire também alguns produtos, principalmente em promoções, nos mercados e feira livre.

O material didático fornecido pela rede municipal é suficiente. É obtido por meio dos recursos do PDDE e PDE e complementado com recursos da prefeitura. Já o material para a escola do PA Malhada da Pedra é de responsabilidade da à própria escola, sendo que, o material escolar para os alunos (caderno, lápis, etc.), os pais são responsáveis por adquirir.

#### **4.5.8 Saúde**

Os serviços de saúde são prestados por estabelecimentos localizados na área urbana: Um Hospital de Pequeno Porte (HPP), onde funciona ambulatório, internação, consulta e observação, 01 laboratório para exames simples, 02 consultórios odontológicos e 01 Posto de Saúde, no qual está funcionando apenas o consultório odontológico.

A população do município da zona urbana e zona rural dispõem do Programa de Agente Comunitário de Saúde e de Saúde da Família, contando com 22 agentes de saúde, onde 17 atende a zona rural e 05 atende a zona urbana e duas equipes de PSF compostas por 02 clínicos gerais; 02 enfermeiras, 02 técnicos em enfermagem e 01 odontólogo. No que se refere aos assentamentos ainda não estão sendo disponibilizados esses progr,mas não existe esse serviço e a enfermeira padrão afirmou não ter, ainda, nenhuma proposta de atendimento.

Além dos dois clínicos das equipes de Programa Saúde da Família (PSF), há um terceiro profissional na área. Porém, não há obstetra e nem ginecologista ou outros profissionais especializados, sendo que exames de alta complexidade e atendimentos específicos são encaminhados para Palmas ou Porto Nacional (centros de referências). O agendamento é feito pela Secretaria de Saúde, que também se responsabiliza pelo transporte de pacientes que não tem outra forma de locomoção. Para tanto, o município dispõe de 02 ambulâncias, 01 carro da PSF e 01 camionete.

O município é dividido em microrregiões para efeito de atendimento pela equipe de PSF, que faz o atendimento a zona rural de 2 em 2 meses em cada região. No caso dos assentamentos Força da Esperança, Malhada da Pedra, Principado do Carmo e Morro das Neves, o atendimento é feito no Centro Educacional. No entanto, este Centro fica longe dos PAs e não há disponibilização de transporte. Esse dado aponta para busca de alternativas mais viáveis para o atendimento da população dos assentamentos em questão.

No atendimento realizado pelas equipes de PSF, na zona rural, não é feito o atendimento odontológico, nem mesmo o preventivo. Este só é realizado na sede, através de um calendário, no qual está disponibilizado um dia da semana para cada tipo de segmento. Por exemplo, os estudantes são atendidos dias de terça e sexta, os hipertensos e diabéticos na quinta, em seguida as grávidas, e assim por diante.

De acordo com as informações obtidas na Secretaria de Saúde, a principal ocorrência são os casos de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), que é bastante alto no município. Além desse, os mais comuns são infecções respiratória e aguda, verminose, hipertensão, diabetes e leishmaniose.

Como principais programas foram ressaltados o de DST, onde são realizadas palestras todas as sextas feiras (no próprio hospital), com cadastro e distribuição de materiais informativos e contraceptivos. O Programa de Planejamento Familiar, para o qual também é feito palestras e entrega de materiais informativos e contraceptivos mais kits gestantes. Programa de hipertensão, com consulta domiciliar e entrega de medicamentos. Programa do Leite e alimentação alternativa, pelo qual, cerca de 200 litros de leite são distribuídos diariamente a crianças de famílias carentes, gestantes e idosos. Programa da prótese dentária, entre outras atividades como distribuição de cestas básicas a partir de ações preventivas e de saúde que as famílias fazem e acumulam pontos, onde ganham as cestas e distribuição de filtros, etc. Importante dizer, porém que as comunidades assentadas não têm muito acesso a esses programas, uma vez que eles estão mais voltados para a zona urbana. O que se percebe é que os assentados estão realmente desprovidos de atendimento à saúde.

Os medicamentos mais procurados são os de atenção básica e, de acordo com a enfermeira, esse tipo de serviço é bem assistido devido à quantidade de medicamentos disponíveis na farmácia do Hospital. Além desses, fornecem medicamento para diabéticos, hipertensos, etc.

#### **4.5.9 Organização Social**

Em Monte do Carmo não foi observado uma organização social consolidada. Existem poucos Conselhos formalizados, entre eles há o Conselho Municipal de Ação Social e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Não foi identificado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, o órgão que contribui com a construção de políticas públicas voltada para o fortalecimento da agricultura familiar.

As Associações são representadas basicamente pelas associações de pequenos produtores rurais, incluindo as associações de cada assentamento existente. Também não foi identificado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, no município. De acordo com informações coletadas no município, está em fase de discussão a criação de um sindicato, pois existem muitos agricultores filiados ao STR de Porto Nacional, os quais precisam ser recadastrados para começar a compor a unidade Sindical de Monte do Carmo.

A identificação dessas poucas instâncias organizacionais evidencia certo enfraquecimento do associativismo e da gestão social, no município de Monte do Carmo. O capital Social do município precisa ser fortalecido para que aumente a possibilidade da melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento das comunidades de agricultores familiares do município. É necessário fomentar a criação de novas organizações, bem como promover o fortalecimento das existentes, para que a comunidade rural atue em prol do desenvolvimento sustentável de uma forma mais consciente e mais propositiva.

#### **4.5.10 Transporte**

No município inexistente transporte coletivo local, pois a cidade pode ser facilmente percorrida por bicicletas e motocicletas, que existem em grande quantidade, ou até a pé. Porém, o transporte intermunicipal, ocorre a partir de linhas de ônibus e de um serviço particular alternativo de microônibus.

Com relação ao transporte para o distrito e assentamentos, a prefeitura disponibiliza, mensalmente, um transporte para as famílias se deslocarem à sede do município onde realizam suas compras, consultas de saúde e outras necessidades. O veículo utilizado é um caminhão da prefeitura que, a cada semana, se desloca para uma região da zona rural, a fim de atender todas as áreas onde se encontram os agricultores familiares. Conclui-se que é extremamente precário o sistema de transporte para a comunidade rural do município, além de não atender toda a região, como as áreas de assentamentos mencionados anteriormente.

#### **4.5.11 Comunicação**

A comunicação neste município, diferentemente de determinados municípios da região no qual está inserido, é precária e conta apenas, com uma rádio comunitária que funciona durante dezoito horas ao dia e é responsável pela comunicação interna entre a população, que também utilizam de outros mecanismos como avisos colados em pontos estratégicos: no hospital, rodoviária, portas de supermercados ou enviados através dos

agentes de saúde. O acesso aos canais de televisão só é possível por meio de antenas parabólicas, existente em grande parte das residências, adquiridas de forma particular, não existindo, portanto, antena repetidora da TV comunitária. Não há sistema de telefonia móvel e a rede de telefonia fixa atende parte da população que tem condições financeiras. O acesso à internet também é precário, é feito sob a forma de internet discada, sendo pouquíssimos os que disponibilizam desse serviço. Foi diagnosticada a presença de uma agência de Correio, onde funciona também, uma agência do Banco Postal.

#### **4.5.12 Energia Elétrica e Iluminação Pública**

A energia elétrica no município é fornecida pela Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, que abastece o município através da usina hidroelétrica, a Isamu Ikeda, localizada no Rio Balsas entre Monte do Carmo e Ponte Alta do Tocantins. É composta por 6 geradores, capazes de produzir 29,65 MW, para alimentar Palmas e a região.

Quanto ao número de consumidores diretamente relacionados com o consumo, observou-se, em pesquisas bibliográficas que houve um aumento gradual do número total dos mesmos a partir de 1997. No período compreendido entre 2003 e 2004 a taxa média anual de crescimento do número total de consumidores foi de 7,21%. A classe de consumidor que mais cresceu foi de consumidores residenciais e de estabelecimentos rurais. De acordo com os dados coletados na secretaria de saúde do município, identificou-se que 58,69% da população têm acesso a energia elétrica. Na zona rural esse número corresponde a 38,98%. Na zona urbana o total de estabelecimentos com energia elétrica corresponde a 81,24%.

#### **4.5.13 Abastecimento de água e saneamento básico**

Em Monte do Carmo o abastecimento de água é feito pelo pólo de saneamento de Porto Nacional, que de acordo com informações da SANEATINS, concessionária responsável pelo abastecimento, a água é clorada antes da distribuição.

A rede pública de abastecimento atende 46,16% das residências, entre zona rural e urbana. Sendo, 1,66 % dos estabelecimentos rurais e 97,08 % dos estabelecimentos da área urbana. Aproximadamente 53 % dos estabelecimentos totais utilizam água de poços e nascentes, sendo 98,1 %, na Zona Rural e 2,53 % na zona urbana.

Conforme dados da Prefeitura Municipal, não há rede de esgotos instalada e apenas 69 % das residências do município utiliza o sistema de fossas sépticas, sendo 91 % do total

das residências na zona urbana e 50 % da zona rural. Nas demais residências o esgotamento sanitário se dá por meio de fossa negra ou a céu aberto.

Na zona urbana de Monte do Carmo a coleta do lixo é feita diariamente pela prefeitura e é levado para fora da cidade e queimado. Informações recentes apontam para a construção de um aterro sanitário em Monte do Carmo. Na zona rural, os dados indicam que 70 % das famílias queimam ou enterram o lixo, enquanto 30% depositam a céu aberto.

#### **4.5.14 Estrutura de produção, Armazenamento e Beneficiamento**

Os dados levantados na Secretaria de Agricultura do município apontam para a precariedade da infra-estrutura específica para produção agropecuária, ou seja, não possui galpões de armazenamento ou unidades de beneficiamento de produtos de origem animal ou vegetal. A única agroindústria existente no município é uma pequena beneficiadora particular de arroz, que beneficia uma média de 30% do arroz, consumida no próprio município. A prefeitura possui um trator, com arado e grade, que atende as famílias da zona rural. Estas formam grupos, por região, para utilização da máquina. As horas trabalhadas por família são estabelecidas em função da demanda. Foi identificada também a existência de uma casa de farinha que não está sendo utilizada há muito tempo.

#### **4.5.15 Produção**

Conforme as informações levantadas na Prefeitura e ADAPEC, constatou-se que a principal atividade econômica do município é a criação de gado de corte. Além disso, os agricultores cultivam roça de subsistência: arroz, mandioca, milho, feijão e outras culturas como soja e frutíferas. Porém, a agricultura praticada, no município, ainda é muito tradicional, com baixo uso de tecnologia e insumos, o que resulta numa baixa produtividade.

O rebanho bovino está estimado em 78.806 animais, sendo a maioria do rebanho destinado ao abate e à comercialização de bezerros. Estão catalogadas, na unidade local da Agência de Defesa Agropecuária, 906 propriedades rurais distribuídas entre grandes, médios e pequenos produtores, sendo que dessas 760 possuem bovinos, totalizando uma média de 104 animais por propriedade.

A criação de pequenos animais consiste na criação de caprinos, ovinos, suínos e aves. A caprinovinocultura é constituída de 1.628 animais, distribuídos entre as propriedades registradas. A suinocultura possui 3.370 animais e a avicultura 28.865 animais. Cabe ressaltar, que os pequenos animais são produzidos com a função de

subsistência e venda do excedente, pela maioria das propriedades registradas no órgão de defesa, não possuindo nenhum grande produtor nestas atividades.

Não são utilizadas tecnologias e técnicas diferenciadas na criação dos bovinos e dos pequenos animais. A bovinocultura é realizada de modo tradicional, com a criação extensiva, da mesma forma a caprinovinocultura e a avicultura. A suinocultura é realizada, em sua maioria, por agricultores familiares, e são utilizados para alimentação diária da família, com a venda do excedente.

Segundo dados do IBGE (2002), a região apresenta áreas na sua maioria com pastagens e matas naturais, pastagens artificiais e uma pequena parcela com lavouras permanentes e temporárias. Destacam-se a produção de algumas fruteiras como abacaxi, melancia, banana e coco, que são cultivadas por alguns fazendeiros do município.

A cultura da soja também é explorada no município e, segundo dados da ADAPEC, existem 09 produtores dos grãos, cadastrados na agência de defesa local com áreas média, de 210 hectares por produtor.

Segundo informações da Secretaria de Agricultura Municipal, a região onde se encontra o município é bastante propícia à cultura da mamona. Esse resultado foi obtido após pesquisas de campo realizadas pelo RURALTINS, em conjunto com a EMBRAPA. Segundo informações do secretário de agricultura, as áreas pesquisadas apresentaram grandes níveis de produtividade quando comparadas às médias estaduais, o que passa ser um fator positivo, uma vez que a produção de biodiesel está em crescente evolução e a região já conta com uma unidade de produção de biodiesel, a Brasil Eco Diesel. A metodologia e os resultados da pesquisa, como índice de produtividade, não foram disponibilizados pelo Instituto de Desenvolvimento Rural.

Não foi possível identificar projetos ou programas específicos, voltados para desenvolvimento rural sustentável municipal ou regional. Existem apenas, atividades isoladas, realizadas pela prefeitura, como auxílio a lavouras comunitárias. No que se refere às pesquisas para produção de mamona ainda não foram divulgados os resultados, nem elaborados programas ou projetos de produção.

#### **4.5.16 Comércio, Indústrias e Serviços**

Assim como a grande maioria das cidades do Estado, o município de Monte do Carmo possui uma economia urbana voltada para a prestação de serviços básicos ao setor rural e para a subsistência de seus habitantes. O comércio é predominantemente de abastecimento, tendo como principal atividade o comércio varejista de pequeno porte. A

indústria é de beneficiamento de produtos locais, como máquina de limpar arroz, sorveterias e padarias etc.

Observou-se que não há organização para comercialização dos produtos oriundos do município de Monte do Carmo, sendo que toda comercialização é feita de forma individualizada. O gado de corte é comercializado através de atravessadores, em municípios da região. O excedente da produção agrícola é comercializado no próprio município direto ao consumidor, através da feira livre que funciona aos domingos e para a CONAB através do Programa Compra Direta, cujo destino dos produtos adquiridos é a comunidade escolar e a comunidade carente do município.

Outros produtos como a soja, por exemplo, são exportados, mas de acordo com o Secretário de Agricultura, o município não tem nenhum controle sobre essa comercialização, assim como não arrecada nada sobre a maioria das atividades agropecuárias, sendo que a dinamização da economia local é feita pela administração pública municipal e estadual.

#### **4.5.17 Mineração**

A atividade garimpeira tem grande importância no município. Existem três áreas principais de garimpagem que possuem nove frentes de lavra em atividade e trinta frentes desativadas. Foram observadas áreas de extração de argila, quartzito, granito e ardósia. A argila é extraída nas proximidades do Ribeirão Água Suja e no Ribeirão da Conceição. Os demais insumos básicos para construção civil são oriundos de outros municípios da região. A área principal de extração situa-se nas encostas da Serra do Carmo, a aproximadamente 5 km a leste da área urbana e a última área está na região sul-sudoeste do município, no km 17 da estrada de acesso a Pindorama. Nessas áreas trabalham cerca de 85 garimpeiros, gerando uma produção média de 140g de ouro por semana.

#### **4.5.18 Potencial turístico da Região**

O Município de Monte do Carmo é um dos berços históricos do Tocantins. No entanto, as potencialidades para o turismo histórico e cultural do município não são explorados. Assim como não é explorado os atrativos naturais e o potencial para o turismo de aventura que o município possui, como a Serra do Carmo, por exemplo.

#### **4.5.19 Instituições de Apoio e Assessoria Técnica**

No município foi identificada a presença dos órgãos de Assistência Técnica: RURALTINS, COOPTER e COOPVAG que, recentemente firmou com o INCRA convênio de ATEs, para prestar assessoria técnica aos Projetos de Assentamentos Força da Esperança, Malhada da Pedra, Principado do Carmo, Morro das Neves e Taboca.

Identificou-se também como órgão de fiscalização e apoio a ADAPEC. Não foi possível identificar agências bancárias e setores financeiros de apoio ao agricultor familiar instalados diretamente nos municípios. Porém, têm como referência para negociação com diversos tipos de agência financeiras a capital do Estado, Palmas e o município de Porto Nacional, que são municípios próximos.

Há, ainda, a Secretaria de Agricultura, que tem a função de apoiar, acompanhar e criar alternativas aos agricultores. Porém, não há um Plano de Desenvolvimento Rural e nem se identificou programas específicos da prefeitura para agricultura familiar.

Não há, no município, estruturas específicas para capacitação dos agricultores familiares e nem se conseguiu, tampouco, identificar programas nessa área, mas, segundo o Secretário de Agricultura, quando surge à necessidade recorrem ao SEBRAE, RURALTINS e aos órgãos de Assistência técnica.

## 5 DIAGNÓSTICO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO

### 5.1 Informações Gerais do Assentamento

Código do PA	TO0374000
Denominação do imóvel	Lote 14 (Parte), Lotº Serra do Taquaruçu, Gleba 1
Denominação do Assentamento	Projeto de Assentamento Taboca
Data do decreto de arrecadação	20/05/1983
Data da criação do PA	28/12/2005
Distância da sede municipal	80 km
Área Total Registrada	701,9069 ha
Área Total Encontrada na Vistoria	701,9069 ha
Área Total fornecida em material cartográfico pelo INCRA	715,1116 ha
Área requerida na lei de Reserva Legal	250,2891 ha
Área Requerida de Preservação Permanente (córregos, rios e nascentes)	135,7798 ha
Área Requerida de Preservação Permanente (no topo e encostas de morros, serras e bordas dos tabuleiros)	453,1654 ha
Capacidade de assentamento do imóvel em termos de famílias (segundo Laudo Agrônômico de Fiscalização do Imóvel)	15 famílias
Número de famílias assentadas*	13 famílias
<b>Entidade representativa dos assentados</b>	<b>Associação de Pequenos Agricultores do Projeto de Assentamento Taboca</b> <b>Endereço: PA Taboca</b> <b>CNPJ: 08.178.793/0001-45</b> <b>Telefone: Não possui.</b>

\*Embora este seja o número atual de famílias assentadas no PA, a capacidade de assentamento do imóvel proposta pelo PDA é de 05 famílias.

## 5.2 Localização Geográfica do Projeto de Assentamento

O Projeto de Assentamento Taboca está localizado a uma distância de aproximadamente 80 km da sede do seu município Monte do Carmo e 60,6 km do município de Palmas, capital do Estado do Tocantins e também município de influência do Assentamento. O município de Palmas apresenta-se como principal município de influência para as famílias pelo fato de estar localizada próxima do PA e possuir um bom acesso, considerando que todas as famílias possuem algum vínculo com o município.

O acesso partindo de Palmas é feito pela rodovia TO-010 e TO-030, toda pavimentada, até a entrada de uma propriedade localizada as margens da TO-030. Após essa entrada todo o restante do percurso é feito por estrada municipal não-pavimentada com alguns trechos em bom estado de conservação e outros trechos bastante íngremes em péssimas condições de tráfego. O PA Taboca possui uma área registrada de 701,9069 ha e está localizado entre as coordenadas UTM 812.912 e 816.894 oeste e 8.837.336 e 8.839.930 sul (Figura 07).

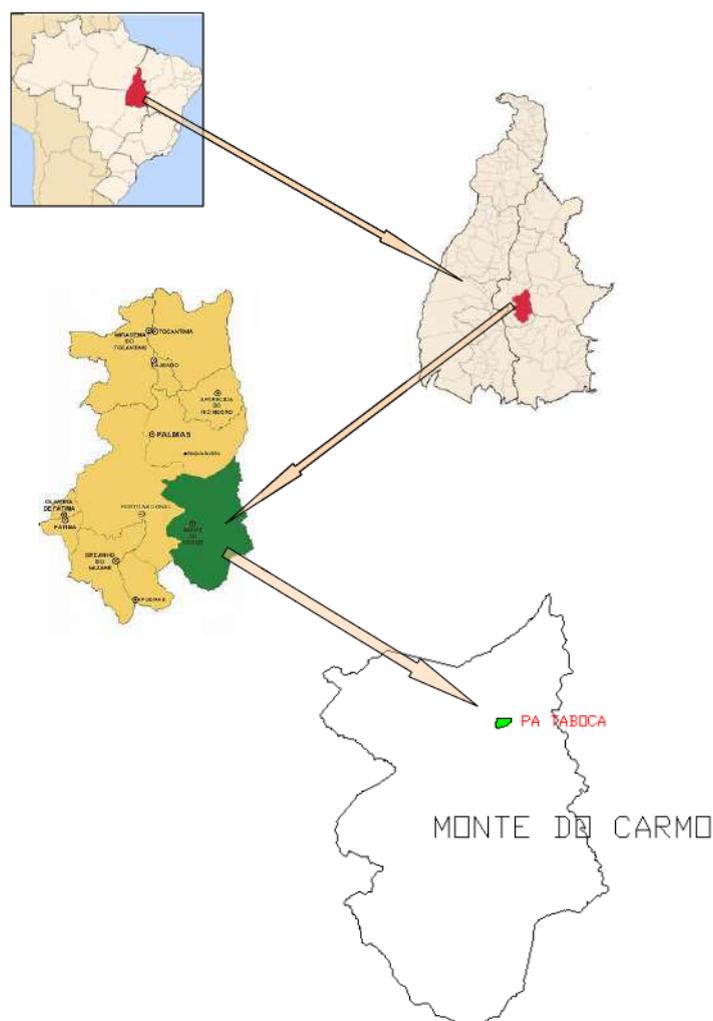


Figura 07 – Localização do Projeto de Assentamento Taboca.

## 5.3 Diagnóstico do Meio Físico

### 5.3.1 Solos

O levantamento do meio físico do PA Taboca, foi realizado através de visitas e expedições em toda a área do Projeto de Assentamento. A diversidade dos solos consiste em Latossolos Vermelho-Amarelo, Cambissolos, Plintossolos Pétricos, Neossolos Litólicos, Argissolos Vermelho Amarelo, Neossolos Flúvicos e afloramentos rochosos.



**Figura 08** – Levantamento e avaliação dos Solos

Foto: Jonatas Azevedo.

Foram coletadas amostras de solos e realizadas escavações de perfis dos solos mais representativos da área. A avaliação foi sistemática e seguiu todas as normas do Sistema Brasileiro de Classificação dos Solos. As amostras coletadas foram submetidas a análises químicas de fertilidade e análise física de determinação da textura.

As áreas onde foram constatados os Latossolos Vermelho-Amarelo, tinham como vegetação de cobertura pastagem artificial de *Brachiaria sp.* Segundo a EMBRAPA Correção do Solo e Adubação do Cerrado, são solos minerais, não hidromórficos, profundos, horizonte B muito espesso (>50cm) com seqüência de horizontes A, B e C pouco diferenciados. A sílica e as bases trocáveis são removidas do sistema, levando ao enriquecimento com óxidos de ferro e de alumínio que são agentes agregantes, dando à massa do solo aspecto maciço, poroso; apresentando estrutura granular muito pequena; são macios quando secos e altamente friáveis quando úmidos.



**Figura 09** – Latossolos vermelho-amarelo.

Foto: Jonatas Azevedo.

Os latossolos apresentam tendência a formar crostas superficiais, possivelmente, devido à floculação das argilas que passam a comportar-se funcionalmente como silte e areia fina. O encrostamento pode ser evitado, mantendo-se o terreno com cobertura vegetal a maior parte do tempo, em especial, nestas áreas de pastagens do PA. Essas pastagens, quando manejadas de maneira inadequada, como o uso de fogo, o pisoteio excessivo de animais, deixam o solo exposto a erosão e sujeito ao ressecamento.

Os latossolos são passíveis de utilização com culturas anuais, perenes, pastagens e reflorestamento. Estão situados em relevo plano a suave ondulado, que facilita a mecanização. São bem permeáveis mesmo quando muito argilosos, friáveis e de fácil preparo. Apresentam alto potencial para agropecuária.

A baixa fertilidade é um fator limitante, que pode ser corrigido com fertilizantes. No caso dos latossolos de textura média, a baixa capacidade de armazenamento de água pode provocar grandes prejuízos no rendimento das culturas, haja vista, a ocorrência de veranicos e o período seco pronunciado, característicos do cerrado. Nos argilosos, o cuidado com a erosão não é menos importante. A estrutura forte, muito pequena e granular dos latossolos argilosos, quando intensamente mecanizados, a estrutura é destruída, levando à redução da porosidade do solo e conseqüente formação de uma camada compactada, dificultando o enraizamento das plantas e a infiltração da água, o que facilita ações erosivas, sejam elas laminar ou em sulcos.

Os Cambissolos são todos distróficos com argila de atividade baixa. Segundo o Sistema Brasileiro de Classificação dos Solos, esses solos constituídos por material mineral, com horizonte B incipiente imediatamente abaixo do horizonte A, com espessura inferior a 40 cm. São mais “jovens”



**Figura 10** – Perfil Cambissolo. Foto: Jonatas Azevedo.

quando comparados a outros tipos, como os Latossolos. O alto teor de silte e a pouca profundidade fazem com que estes solos tenham permeabilidade muito baixa. Estes solos estão predominantemente em áreas de declive ou encosta suave, mas ocorrem também em áreas planas, desde os terraços até os topos de morros, com pedregosidade e profundidade variável entre 50 e 150 cm. São solos instáveis e pobres, refletindo as características do material de origem e embora sejam bem drenados, a pequena profundidade e a fraca estruturação os tornam bastante erodíveis, exigindo manejo conservacionista, principalmente com relação à matéria orgânica. Podem ser utilizados para atividades como pecuária e em alguns casos para agricultura.

A avaliação desse tipo de solo no PA foi realizada em área com pastagem de *Brachiaria sp.* O perfil apresentou uma profundidade de 75cm, sendo que apresentou pedregosidade (petroplintita) em todos os horizontes. Foi verificado também, certo grau de compactação, que provavelmente é resultado do pisoteio dos animais ao longo dos anos.

As amostras de solo para análise química foram coletadas no primeiro horizonte do solo, e nesta área, a vegetação é de pastagem cultivada.

Os Plintossolos Pétricos apresentam o horizonte A com espessura média de 20 cm, cor variando de bruno-amarelado-escuro a bruno-avermelhado-escuro e bruno-escuro a cinza-muito-escuro. É comum a ocorrência de cascalhos quartzosos associados a nódulos petroplínticos. O horizonte B apresenta uma matriz terrosa de coloração bruno-amarelada, bruno, amarelo-avermelhada e vermelho-amarelada. Apresentam texturas média, arenosa/média e arenosa/argilosa. Estes solos são, normalmente, moderadamente drenados e ocorrem em relevo suave ondulado a ondulado. Apresentam impedimentos à penetração radicular devido à mistura de partículas mineralógicas finas e glébulas ferruginosas de várias formas e diâmetros (petroplintitas) que os compõem. As petroplintitas, na maioria dos casos, representam o maior volume da massa de solo, reduzindo significativamente a profundidade efetiva. O aproveitamento agrícola dos Plintossolos é limitado pela baixa fertilidade natural dos solos, freqüentemente com baixos valores de capacidade de troca de cátions, soma de bases e consideráveis conteúdos de alumínio trocável. Portanto, são predominantemente distróficos e álicos.

Os Neossolos Litólicos também foram encontrados na área do PA. Esses solos são originados de diferentes materiais de origem, apresentando como principais limitações a rochividade, pedregosidade, concreções ferruginosas que dão origem a solos epi e endopedregosos e o relevo acentuado. São áreas com restrições à ocupação pelo homem. Devido ao elevado número de petroplintita e concreções essas áreas ficam inviáveis a produção agrícola, o que estabelece que essas áreas sejam utilizadas como locais de reserva à vida silvestre.

A classe Argissolos Vermelho-Amarelo, segundo o Sistema Brasileiro de Classificação dos Solos, é representada por solos distróficos ou epiutróficos, que apresentam perfil do tipo A, B e C, com distinta individualização de horizontes. As transições são claras e planas de A para o B, e gradual e plana do B para o C. O horizonte B é caracterizado por apresentar um gradiente textural mais argiloso, em relação ao horizonte A. A espessura dos horizontes varia conforme o contexto do relevo, mas geralmente com espessuras inferiores aos Latossolos, e muitas vezes inferiores a 50 cm.

A classe apresenta solos com textura argilosa e média, bem drenados, moderadamente porosos, sobretudo na parte superficial, com agregados granulares a subangulosos de pequenos a médios. A cerosidade é comum entre os agregados.

Os fatores limitantes nesses solos são referentes aos problemas com erosão. É verificado que esse problema aumenta quando há grande diferença de textura entre os horizontes A e B, sendo tanto maior o problema quanto maior for a declividade do terreno. A baixa fertilidade também pode ser destacada para esses solos. Sua aptidão é boa para agricultura. Culturas perenes são uma alternativa para esses solos, principalmente os mais profundos.

Os Neossolos Flúvicos não foram avaliados e caracterizados pois encontram-se em Áreas de Preservação Permanente, que não devem ser exploradas para agricultura, assim sendo, não tem importância agrícola como as demais áreas do PA. Em algumas áreas do PA foi possível a visualização de afloramentos rochosos. Como grande parte do PA é constituído por relevo forte ondulado, é comum a visualização de rochas expostas no assentamento. Estas áreas são indicadas como de preservação da fauna e flora.

O grau de erosão de algumas áreas é o principal problema de degradação das terras do PA. Erosão é o processo que age sobre o solo, provocando a sua desagregação, decomposição e o arraste de uma parte da superfície da terra para depositá-la em outra. É um processo de desprendimento e transporte de partículas do solo causado pela ação do vento e, no caso do PA, pela ação da água.

As áreas do PA que se encontra em degradação, são resultado da atuação antrópica, que favoreceu a retirada da capa protetora, possibilitando uma intensa ação da água da chuva que arrastou e destruiu o solo agrícola. Segundo *Vieira, et. al.*, os tipos de erosão foram classificados em três categorias: Laminar, em Sulcos e em Voçorocas.

Erosão laminar é aquela que remove, de uma maneira mais ou menos uniforme, uma camada delgada de solo em determinada área. É o tipo de erosão menos notada e, por isso, mais perigosa. No PA são encontradas áreas em processo inicial de erosão laminar, são áreas de declive pequeno que estão se desgastando suave e uniforme em toda



**Figura 11** – Erosão em Sulcos.  
Foto: Jonatas Azevedo.

sua extensão. De um modo geral, a presença da erosão laminar é notada pelo aparecimento de manchas claras nas partes mais altas do terreno, pelo decréscimo no rendimento das colheitas e pelo afloramento das raízes das plantas perenes. A erosão em sulcos, também conhecidas como erosão em canais, caracteriza-se pela presença de sulcos sinuosos ao

longo dos declives, em consequência das correntes de água que deslizam sobre o terreno por ocasião das chuvas intensas (Figura xx). A água da chuva que escorre sobre os declives formam muitos pequenos sulcos que, à medida que crescem vão se tornando mais e mais profundos e longos a cada chuva que passa, uma vez que cada uma delas vai arrastando a terra.

A desagregação e o transporte de partículas do solo são maiores na erosão em sulcos do que na erosão laminar. A água, ao arrastar a camada arável, vai formando os sulcos, que paulatinamente vão sendo aprofundados até chegarem ao subsolo. O destaque do PA são as erosões em voçorocas (Figura 12). Esta categoria são sulcos grandes em profundidade e largura, a tal ponto que impede o cultivo do solo. Ela o desseca tão profundamente que torna impossível corrigi-la com implementos comuns.

Além disso, as voçorocas são ocasionadas por uma grande concentração de enxurrada que passa, ano após ano, pelo mesmo sulco, condição esta que vai sendo ampliada continuamente pelo deslocamento de grandes massas de solo, formando grandes cavidades em extensão e em profundidade (Figura 13). Além de desgastar e empobrecer o solo, como qualquer outra forma de

erosão, ela representa um grave empecilho ao seu preparo e aos cultivos, devido à dificuldade ou a impossibilidade de uso de máquinas no terreno.

As erosões do tipo laminar e de sulco podem ser controladas e evitadas através de técnicas de manejo adequadas. Podem ser feitas arações no sentido perpendicular ao fluxo das águas nos sulcos, pois os camaleões resultantes da aração diminuem a força e a velocidade de escoamento da água impossibilitando o carreamento excessivo de partículas de solo. Assim como podem ser utilizadas curvas de nível e terraceamento para diminuir o escoamento superficial excessivo de água em determinadas áreas declivosas. As demais áreas do PA estão cobertas por pastagens, sendo que grande parte degradadas



**Figura 12** – Erosão em voçoroca. Foto: Jonatas Azevedo.



**Figura 13** – Visualização de voçoroca em profundidade. Foto: Jonatas Azevedo.

pelo uso intensivo da pecuária. Isso poderá possibilitar o aparecimento novas formações erosivas.

### 5.3.2 Relevo

Segundo avaliação de campo e análise do laudo de vistoria do imóvel cedido pelo INCRA, a área do Projeto de Assentamento caracteriza-se em sua maioria por relevo plano à fortemente ondulado. As áreas planas têm predominância representando 50 % do PA, isso significa aproximadamente 351,0 ha do total da área do assentamento. Possui 421,0 hea de área com topografia favorável à mecanização agrícola e que facilita a aplicação de técnicas de exploração.

Contudo, após avaliação técnica da COOPVAG, observou-se que não há, na área do imóvel, as classes de relevo com seus respectivos valores percentuais, apresentados pelos técnicos do INCRA responsáveis pelo Laudo Agrônômico de Vistoria. Isso é comprovado com

**Quadro 02** – Tipos de relevo do PA Taboca em valores relativos e absolutos.

a avaliação da  
percentagem de  
APPs  
apresentados no  
Mapa de Uso e

Classe de Relevo	Área percentual do imóvel (%)	Área aproximada (ha)
Plano	50	350,9535
Suave ondulado	10	70,1906
Ondulado	10	70,1906
Muito ondulado	15	105,2861
Forte ondulado	15	105,2861
<b>Área Total</b>	<b>100</b>	<b>701,9069</b>

Fonte: Laudo de Vistoria Agrônômica de Fiscalização do Imóvel, INCRA-2005.

Cobertura em anexo. Fica claro que se houvesse 50 % de terras planas (350,9535 ha), o imóvel seria adequado para assentar o número de famílias presentes na Relação de Beneficiários (15 famílias).

### 5.3.3 Recursos Hídricos

#### 5.3.3.1 Disponibilidade de Águas Superficiais

O PA Taboca possui uma característica singular com relação a sua hidrografia, pois apesar do tamanho da sua área o mesmo apresenta uma boa quantidade de corpos hídricos e de boa qualidade. Vale ressaltar também que em alguns pontos do PA existem uma



**Figura 14** – Corpos hídricos presentes no PA Taboca, sendo alguns utilizados de forma inadequada.

Foto: Eurvandro Ribeiro.

declividade que propicia a formação de pequenas e médias quedas d'água. Os corpos hídricos que estão inseridos no PA fazem parte da sub-bacia hidrográfica do Rio Tocantins e são formados por corpos d'água intermitentes, perenes, pequenas represas e nascentes. Os principais corpos hídricos presente na área são os córregos Pedral e o Taboquinha, que se trata de um afluente do córrego Taboca que também está presente na hidrografia do PA (Figura 14).

### 5.3.3.1 Disponibilidade de Águas Superficiais

A comunidade assentada utiliza a água proveniente de poços e pequenos córregos, além de alguns moradores que utilizam a água diretamente de nascentes, onde foi encanada até a moradia. Algumas nascentes encontram-se ameaçadas devido o descaso por parte de alguns moradores que adentraram e alteraram algumas dessas áreas, até mesmo utilizando para dessedentação de animais, como bovinos, por exemplo.

As águas subterrâneas da área podem ser caracterizadas e reunidas conforme a Divisão das Províncias Hidrogeológicas do Brasil, adaptada de Mente et al. (1983) em dois grandes grupos, em função da litologia e das estruturas em que circulam, sendo eles as

Figura 15 – Utilização de nascentes para consumo doméstico.  
Foto: Euryandro Ribeiro.



Províncias do Parnaíba e Centro-Oeste, constituídos por aquíferos de porosidade intergranular e fraturados. Como recomendações de Frasca e Araújo (2001) para o uso de águas subterrâneas na região do PA, são sugeridos pelos autores que para as águas dos sistemas aquíferos intergranulares seja levado em consideração a alta vulnerabilidade natural desse sistema para a poluição devido a alta permeabilidade e os altos teores de ferro (Fe). No caso do sistema fraturado as águas dos seus aquíferos possuem baixa salinidade, havendo algumas exceções, além de permeabilidade secundária, cujas fraturas formadas são responsáveis pelo armazenamento e

circulação da água subterrânea, sendo parte de sua recarga processada diretamente pelas chuvas.

Segundo estudos de Frasca e Araújo (2001) através da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Ministério de Minas e Energia (CPRM/MME), o interesse pelo estudo

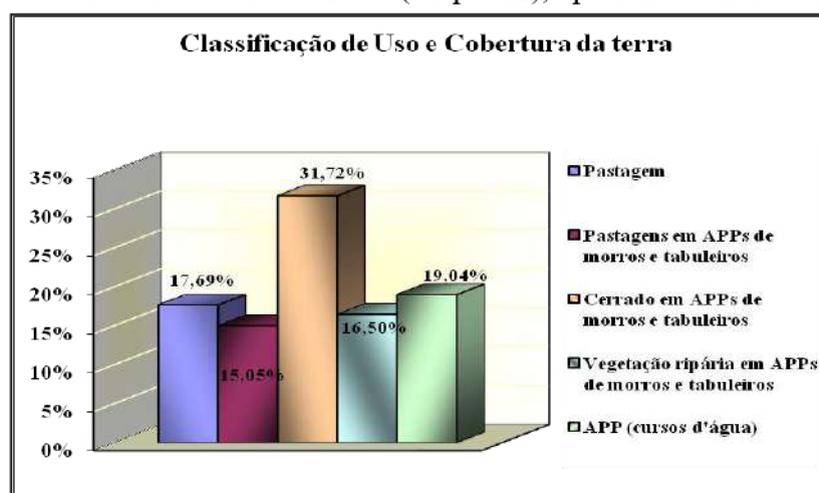
de águas subterrâneas na região vem sendo desenvolvido desde a década de 80 e se intensificou nos últimos anos, motivado pelo aumento da atividade de perfuração de poços tubulares que está diretamente associado ao desenvolvimento da região, entretanto, pouco se conhece sobre os poços existentes, sua produção, qualidade da água e perfil geológico, por isso, há a necessidade de otimizar o aproveitamento das águas subterrâneas para solucionar problemas de pequenas e médias demandas.

Atualmente, sabe-se que as águas subterrâneas desempenham um importante papel no desenvolvimento econômico e social, mas Frasca e Araújo (2001) reafirmam que é recomendável um avaliação hidrogeológica em um nível de maior detalhamento, utilizando principalmente métodos geofísicos, como os estudos de perfil do solo, nível do lençol freático, além de análises físico-químicas da água, aliado também a um plano de monitoramento periódico que assegurem o melhor uso dessas águas.

### 5.3.4 Uso e cobertura da terra

O mapeamento de Uso e Cobertura da Terra (Mapa A2), apresentado neste Plano, é

o resultado da digitalização e classificação visual de uma imagem de satélite CBERS-2 de agosto de 2006, representando as diferentes fitofisionomias e os



**Figura 16** – Valores relativos referente à classificação da cobertura e uso da terra. Fonte: SIPRA/INCRA, 2007.

prováveis usos da área, indicando características peculiares do modo de ocupação da área. As categorias delineadas na classificação visual abrangem grupos tipológicos existentes na área, o que resultou em 05 classes temáticas (Figura 16).

Ressalta-se que, a representação da área delimitada no mapa como Área de Preservação Permanente (APPs), caracterizada pela presença de morros com encostas com 45° na linha de maior declive e bordas dos tabuleiros, foram definidas e disponibilizadas pelo setor de Cartografia e Geoprocessamento do INCRA/SR 26, após uma análise posterior ao Laudo Agrônômico de Fiscalização do Imóvel. Nesta análise do técnico do INCRA contatou-se que aproximadamente 63% da área do PA correspondem a APP de morros e tabuleiros e que juntamente com as áreas referente as APPs ao longo dos cursos

d'água e nascentes, somam 82% da área. Por meio desta classificação, puderam-se obter as seguintes classes que estão caracterizadas e descritas a seguir:

- Vegetação de cerrado dentro da APP de morros e tabuleiros: áreas nativas da região que são encontradas no PA e que, portanto, é caracterizado por um tipo de bioma que abriga diversificadas espécies da fauna e da flora, além de ser composto por diferentes fitofisionomias formando os mosaicos, sendo que na propriedade esta vegetação corresponde a aproximadamente 32% da área;
- Vegetação ripária dentro da APP de morros e tabuleiros: abrange às áreas cobertas por toda a vegetação densa que acompanha os corpos hídricos do local, sendo a sua preservação e conservação fundamental para a manutenção dos recursos hídricos. Essa vegetação normalmente apresenta árvores de médio e grande porte e são comumente associadas a solos hidromórficos, com excesso de umidade devido à proximidade do lençol freático e a grande quantidade de matéria orgânica acumulada. O PA Taboca apresenta 16,5% da totalidade de suas áreas com esta vegetação ripária, que pelo fato de estarem localizadas em áreas especialmente protegidas e pela sua função ambiental não devem ser alteradas;
- Pastagem dentro da APP de morros e tabuleiros: estas áreas que representam 15,05% da área são locais onde ocorreram o cultivo de pastagens antes da criação do PA. Apesar do imóvel ter pertencido a União, esta área havia sido ocupada e utilizada para formação de pastagens para bovinocultura, no entanto, não houve os devidos cuidados em conservar parte dos tabuleiros onde encontram-se estas pastagens;
- Pastagem: estas áreas que representam 17,69% dentro do PA são locais onde ocorreram o cultivo de pastagens antes da criação do Assentamento, sendo que estas pastagens possuem as mesmas características das pastagens localizadas nas APPs das bordas de tabuleiros, com a finalidade de utilização da bovinocultura. Entretanto, após a criação do PA e mudança das famílias, essa pastagem sem o manejo adequado está aos poucos dando lugar a vegetação característica da região, com algumas áreas que sofrem com problemas de erosões;
- APP (cursos d'água): são as áreas de proteção especial ao longo dos corpos d'água e ao redor de nascentes, que conforme as características desses corpos devem ser respeitadas uma faixa ao seu redor com largura mínima definida em legislação vigente, esta dentro do PA possui uma importante representação com cerca de 19,04%.

### 5.3.5 Capacidade de Uso da Terra

Com utilização de recortes de imagens de satélite, laudo de vistoria agrônômica elaborado pelo INCRA e avaliação de campo em conjunto com a comunidade, foi possível a determinação das classes III, IV, VI, VII e VIII nas terras do PA (Quadro 03). A classificação dos tipos de classe seguiu o Sistema de Classificação de Capacidade de Uso da terra de BERTONI e LOMBARDI NETO, 1985; LEPSCH, et al., 1983; USDA, 1975:

- Classe III: São áreas próprias para lavouras anuais ou perenes, reflorestamento e vida silvestre; sendo terras que necessitam de cuidados especiais com relação ao controle de erosão. Esse tipo de classe representa 33,37% da área, o que significa 236,75 hectares da área total. Medidas como utilização de curvas de nível e construção de terraços são essenciais como medidas de conservação do solo, pois quando cultivadas sem cuidados especiais ficam sujeitas a severos riscos de depauperamento, principalmente no caso de utilização com culturas anuais. A natureza principal do fator restritivo de uso (subclasse) é referentes à declividade (moderada) e a drenagem deficiente.
- Classe IV: Representando 20,17%, 141,57 ha da área, esses solos são apropriados para lavouras anuais ou perenes, reflorestamento e vida silvestre; com terras cultiváveis apenas ocasionalmente, sendo mais propícios à produção de pastagens. Essas manchas de solo são fracamente estruturados e sua projeção geográfica junto as linhas de drenagem favorece à perdas erosivas, exigindo técnicas intensivas de manejo que reduzam os efeitos dos fluxos hídricos. Essas terras têm riscos ou limitações permanentes muito severas quando usadas para culturas anuais, sendo caracterizadas pela erosão severa, drenagem deficiente e outras condições que impossibilitam a utilização de máquinas agrícola no manejo com o solo.
- Classe VI: São terras impróprias para lavouras anuais, mas podem ser utilizadas para implantação de pastagens e/ou reflorestamento; podendo ser apenas cultivadas em casos especiais de algumas culturas permanentes protetoras do solo; uma vez que são terras constituídas por solos rasos e com pedregosidade, além de possuir rochas expostas na superfície, dando ao mesmo uma característica de pequena profundidade. Essas terras representam 80,08 ha, cerca de 11,41 % do total da área. O uso com pastagens ou culturas permanentes protetoras deve ser feito com restrições moderadas, com práticas especiais de conservação do solo, uma vez que, mesmo sob esse tipo de vegetação, são suscetíveis a fatores de depauperamento do solo.
- Classe VII: No PA 10,67% ou 74,89 ha da área do PA são constituídas com esse tipo de terra. Esses solos são normalmente impróprios para cultivos intensivos, e apresentam

limitações também para culturas permanentes protetoras do solo como pastagens por exemplo. São adaptadas para reflorestamento além de servirem para vida silvestre. São altamente suscetíveis de danificação e exigem severas restrições de uso. Os cuidados necessários são semelhantes aos utilizados para classe VI, com a diferença de poder ser necessário maior número de práticas conservacionistas a fim de prevenir ou diminuir os danos por erosão. Seu uso tanto para pastoreio como para produção de madeira, requer cuidados especiais.

- Classe VIII: Terras inadequadas para cultivos, implantação de pastagem ou utilização para plantio de florestas comerciais, servindo apenas como áreas para preservação e proteção da fauna e flora, para fins de recreação e turismo ou como locais para armazenamento de água em açudes. Cabe ressaltar que a análise quantitativa da classe VIII, inclui as Áreas de Preservação Permanentes (APPs), atendendo as normas da legislação ambiental vigente. Logo, são áreas impróprias para utilização através de cultivos temporários ou permanentes. Essa classe representa 24,38% da área do Projeto de Assentamento o que equivale a 171,12 ha da fazenda.

**Quadro 03** – Síntese quantitativa e qualitativa da capacidade de uso dos solos.

Capacidade de Uso	III	IV	VI	VII	VIII
<b>Área (%)</b>	33,37	20,17	11,41	10,67	24,38
<b>Classificação do Solo/Simbologia</b>	LVA, PVA e C	LVA, PVA e RL	C, RL e PP	C, PVA, RL e PP	PP e RL
<b>Fertilidade Natural</b>	Média	Média	Média	Baixa	Baixa
<b>Profundidade Efetiva (cm)</b>	Profunda (100 a 200)	Moderada (50 a 100)	Rasa (25 a 50)	Muito rasa (< 25)	Muito rasa (< 25)
<b>Drenagem Interna</b>	Bem a Imperfeitamente drenado	Bem a Imperfeitamente drenado	Bem a Imperfeitamente drenado	Muito mal drenado	Muito mal drenado
<b>Deflúvio Superficial</b>	Moderado	Moderado	Rápido	Muito Rápido	Muito Rápido
<b>Pedregosidade</b>	Ligeiramente Pedregoso	Moderado Pedregoso	Pedregoso	Pedregoso	Extremamente Pedregoso
<b>Risco de Inundação</b>	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
<b>Declividade (%)</b>	Moderada a Moderada / forte (2 a 10)	Moderada a Forte (10 a 15)	Forte a muito forte (15 a 45)	Muito Forte a Extremamente Forte (15 a 45)	Extremamente Forte a abrupta 45 a 70 e/ou >70)
<b>Erosão</b>	Laminar Ligeira	Laminar moderada	Sulcos Ocasionais	Sulcos Ocasionais	Sulco Ocasionais
<b>Textura</b>	Média a Argilosa	Média a Argilosa	Areno Argilosa	Cascalhenta	Muito Cascalhento
<b>Seca Edafológica</b>	Média	Média	Média	Média	Média
<b>Aptidão das Terras</b>	Boa	Regular	Restrita	Muito Restrita	Inapta

Fonte: Laudo de Vistoria do INCRA-2005 e pesquisa de campo da COOPVAG - 2007.

### 5.3.6 Estratificação Ambiental dos Agroecossistemas

A diversidade de solos somados com alguns tipos de vegetação e relevo característicos determinou as unidades agroambientais. Tais unidades existentes são caracterizadas da seguinte maneira:

- Latossolo Vermelho-Amarelo, relevo plano a suave ondulado, pastagem de Brachiarião; e presença de sulcos erosivos,
- Latossolo Vermelho-Amarelo, relevo plano a suave ondulado, pastagem de Brachiarião; presença de sulcos erosivos e córregos temporários;
- Cambissolos, relevo plano a suave ondulado, pastagem de *Brachiaria* e/ou cerrado, presença de córregos;
- Plintossolos, distróficos, relevo caracterizado como suave ondulado a ondulado e vegetação de cerrado;
- Argissolos, relevo plano a suave ondula, vegetação de pastagem artificial, ausência de água superficial;
- Afloramentos Rochosos em áreas onduladas a muito onduladas, presença de córregos e vegetação típica de cerrado (Figura 17).
- Neossolo Litólico, com relevo suave ondulado a muito ondulado, vegetação de cerrado ralo, textura muito pedregosa e córregos temporários ou permanentes.



Figura 17 – Afloramentos Rochosos.  
Foto: Euryandro Ribeiro

Segundo a visão dos assentados, as áreas onde foram classificados os Latossolos são propícias para produção de culturas anuais, semi-perenes e perenes. Nas terras constituídas por Plintossolos e Cambissolos, apesar de em algumas áreas específicas terem limitações de uso referente ao risco de erosão e ao teor de pedregosidade, podem ser exploradas para implantação de pastagens ou até mesmo utilização para lavouras de forma ocasional, desde que haja manejo adequado.

Os principais fatores limitantes para utilização da área, segundo os assentados, encontram-se nas características do relevo acidentado e na quantidade de pedras do PA. Eles descrevem que em determinadas regiões é impossível a realização de atividades agropecuárias. Essas áreas, segundo avaliação técnica, são Áreas de Preservação Permanente. A distribuição das formas de uso das terras conforme as unidades agroambientais podem ser visualizadas no Croqui A3, em anexo.

## 5.4 Diagnóstico do Meio Biótico

### 5.4.1 Flora

A vegetação da área, assim como da região em que está inserida, é característica do bioma Cerrado, com fitofisionomias variando desde formações campestres até fitofisionomias de porte florestal. No entanto, o PA Taboca possui uma característica peculiar, pois na maior parte de sua extensão que possui um relevo plano a ondulado é constituída de pastagens plantadas do gênero *Brachiaria* e com forte presença de degradação (Figura 18). As demais áreas



**Figura 18** – Vegetação característica de cerrado encontrada no PA e área de pastagem degradada

Foto: Euryandro Ribeiro

caracterizadas por um relevo muito ondulado a áreas de uso restrito possuem uma vegetação menos degradada, do que a área plana do assentamento, embora exista algumas áreas com plantio de culturas de subsistência.

O levantamento das espécies vegetais existentes na área foi realizado a partir da aplicação de questionários com a comunidade assentada e através do conhecimento popular dos moradores mais antigos do local que acompanharam a equipe durante o percurso de levantamento de dados na área do Assentamento. A partir deste levantamento de campo e das entrevistas foi possível identificar algumas espécies que foram listadas de acordo com a citação dos entrevistados (Tabela 01).

Muitas das espécies levantadas possuem uma finalidade comestível, medicinal, ornamental ou possuem uma importância econômica a partir da utilização de sua madeira para construção de benfeitorias (casas, currais, cercas, etc.). No entanto, convém destacar que várias dessas espécies têm mais de um uso, o que demonstra a importância de conhecer a diversidade da flora local como forma de identificar os seus usos e potencialidades.

Com relação às espécies levantadas, também se pôde constatar que algumas destas fazem parte da lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçada de extinção (Portaria IBAMA nº. 37-N, de 03 de Abril de 1992) e da lista de plantas medicinais ameaçadas de extinção, ambas disponibilizadas pelo IBAMA (Tabela 02).

Levando em consideração a divulgação destas listas se prevê que a degradação da biodiversidade e dos ecossistemas pode gerar perdas de inúmeras espécies de grande importância econômica, estética, científica, genética e ecológica.

**Tabela 01** – Relação das espécies vegetais citadas pelos entrevistados e moradores do Projeto de Assentamento.

Fonte: Pesquisa Coopvag, 2007.

Nome Científico	Nome Vulgar
<i>Anacardium occidentale</i> L.	caju
<i>Anadenanthera macrocarpa</i> (Benth.) Brenan	angico preto
<i>Aspidosperma parvifolium</i> A. DC.	amarelão
<i>Astronium fraxinifolium</i> Schott ex Spreng.	gonçalo-alves
<i>Attalea funifera</i> Mart.	piaçaba, piaçava
<i>Bowdichia</i> sp.	sucupira
<i>Byrsonima crassifolia</i> (L.) Kunth	murici
<i>Cabralea canjerana</i> (Vell.) Mart.	canjerana, farinha-seca
<i>Caesalpinia echinata</i> Lam.	pau-brasil
<i>Caryocar brasiliense</i> Cambess.	pequi
<i>Copaifera langsdorffii</i> Desf.	pau d'óleo, copaíba
<i>Curatella americana</i> L.	lixreira, sambaíba
<i>Hymenaea courbaril</i> L.	jatobá
<i>Hymenolobium</i> sp.	angelim
<i>Lippia alba</i> (Mill) N. E. Br.	erva cidreira
<i>Mauritia flexuosa</i> L. f.	buriti
<i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão	aroeira
<i>Ocimum basilicum</i> L.	alfavaca
<i>Ocotea cymbarum</i> Kunth	sassafras, louro
<i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.	bacaba
<i>Peumus boldus</i> Molina	boldo
<i>Phyllanthus niruri</i> L.	quebra-pedra
<i>Pimpinella anisum</i> L.	erva-doce
<i>Psidium incanescens</i> Mart. ex DC.	araça do cerrado
<i>Pterodon emarginatus</i> Vogel	sucupira branca
<i>Qualea grandiflora</i> Mart.	pau-terra
<i>Salvertia convallariodora</i> A. St.-Hil	folha-larga
<i>Sclerolobium paniculatum</i> Vogel	carvoeiro, cachamorra
<i>Senna occidentalis</i> (L.) Link	fedegoso
<i>Spondias mombin</i> L.	cajá, cajazeira
<i>Stryphnodendron adstringens</i> (Mart.) Coville	barbatimão
<i>Syagrus oleracea</i> (Mart.) Becc.	gueroba, guariroba
<i>Tabebuia</i> sp.	ipê
<i>Terminalia argentea</i> Mart.	capitão-do-campo
<i>Tetragastris</i> sp.	amescla-aroeira

Sendo que, tais perdas são ocasionadas devido uma utilização indiscriminada dessas espécies para diversos fins, e os poucos estudos realizados no Estado, torna difícil a elaboração de uma lista de espécies ameaçadas peculiar da região.

**Tabela 02** – Relação das espécies vegetais citadas pelos entrevistados e que fazem parte da lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçada de extinção e lista de plantas medicinais ameaçadas de extinção (Fonte: IBAMA).

Nome Científico	Nome Vulgar	Categoria de ameaça
<i>Astronium fraxinifolium</i> Schott ex Spreng. * / **	gonçalo-alves	Vulnerável
<i>Caesalpinia echinata</i> Lam. * / **	pau-brasil	Em perigo
<i>Caryocar brasiliense</i> Cambess. **	pequi	Vulnerável
<i>Hymenaea courbaril</i> L. **	jatobá	Em perigo
<i>Myracrodruon urundeuva</i> Allemão **	aroeira	Vulnerável
<i>Ocotea cymbarum</i> Kunth **	sassafras, louro	Vulnerável
<i>Stryphnodendron adstringens</i> (Mart.) Coville **	barbatimão	Rara

\* Incluído na lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçada de extinção;

\*\* Incluído na lista de plantas medicinais ameaçadas de extinção.

Algumas espécies mencionadas também foram identificadas como espécies de interesse econômico pelo Ministério do Meio Ambiente (1999), sendo elas: o caju, o gonçalo-alves, o buriti e o barbatimão. Além dessas espécies, existe na área do PA assim como em grande parte do cerrado brasileiro, o pequi (*Caryocar brasiliense* Cambess.), que é uma espécie de enorme potencial socioeconômico e que tem a sua importância expressa pela Portaria Federal nº. 54/87, do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), atualmente IBAMA, que impede o corte e comercialização de sua madeira em todo o território nacional (RIBEIRO, 2003; WERNECK, 2001).

A área do PA Taboca tem apresentado diversos problemas de degradação ambiental ao longo dos últimos anos. Além da retirada da vegetação natural para formação de pastagens na parte plana do PA, realizada anteriormente a chegada das famílias, também ocorreu à supressão vegetal de algumas áreas para fabricação



Figura 19 – Área utilizada para retirada de espécies vegetais para produção de carvão e local de queima da madeira.

Foto: Euryandro Ribeiro

de carvão vegetal sem autorização por parte do órgão ambiental. A espécie mais utilizada foi o *Sclerolobium paniculatum* Vogel (carvoeiro, cachamorra), que se trata de uma espécie pioneira e se destaca pelo seu rápido crescimento e que é amplamente utilizada na produção de lenha e carvão vegetal. As pessoas que praticavam essa ação alegaram que se tratava da única forma de sustento familiar, uma vez que não tinham outra forma de trabalho dentro do PA. Porém, após o conhecimento por parte do INCRA, a atividade foi imediatamente suspensa, com a iminência de serem excluídas do processo de assentamento e sofrerem as devidas penas cabíveis na legislação (Figura 19).

#### 5.4.2 Reserva Legal e Área de Preservação Permanente

Este Projeto de Assentamento possui um sério problema com relação a sua adequação ao Novo Código Florestal (lei nº 4.771/65). Foi constatado, através do diagnóstico do meio físico, realizada pela equipe da COOPVAG e por técnicos do INCRA, que também fizeram o levantamento de dados, que a área do PA Taboca encontra-se, em grande parte, inserida em área considerada como APP. Essa área, diagnosticada recentemente e não mencionada no Laudo de Vistoria do imóvel e Laudo Agrônômico de Fiscalização não obedece ao Novo Código Florestal, instituído pela Lei Federal nº 4.771,

de 15 de setembro de 1965 (BRASIL, 1965) e Resolução CONAMA 303, de 20 de março de 2002 (BRASIL, 2002). Ambas dispõem sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente, as quais além de outras providências dão o seguinte tratamento para as áreas diagnosticadas:

[...] Art. 3º - Constitui Área de Preservação Permanente a área situada:  
VII. em encosta ou parte desta, com declividade superior a 100% ou 45º na linha de maior declive;  
VIII. nas escarpas e nas bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura em faixa nunca inferior a cem metros em projeção horizontal no sentido do reverso da escarpa; [...]

Tal fato muda toda a forma de ocupação e capacidade do Assentamento, uma vez que a área delimitada a ser ocupada pelas famílias para utilização produtiva corresponde a uma área inferior a 20% do total (Mapa A2). Com isto a legislação admite o cômputo das áreas relativas à vegetação nativa existente em área de preservação permanente no cálculo do percentual de reserva legal, considerando que a soma da vegetação nativa em APP e Reserva Legal excedem a 80% da propriedade que está localizada na Amazônia Legal.

Neste PA diversos problemas ambientais foram diagnosticados em Áreas de Preservação Permanente, a começar pelas moradias das famílias, que em sua maioria estão localizadas dentro dessa área delimitada como APP, mencionada acima. Além de utilizarem as matas ripárias, também definidas como APPs, para localizarem suas plantações de subsistência ou para a retirada da madeira para utilizar nas construções das moradias (Figura 20).

Figura 20 – Área de Preservação Permanente com vegetação suprimida para plantação de subsistência e retirada de madeira para construção de moradias.

Foto: Euryandro Ribeiro



Para a proteção e restauração da mata ripária, toda a sua integridade deve ser considerada, e não apenas alguns elementos isolados como, por exemplo, sua vegetação ou sua largura como previsto no Código Florestal. A zona ripária não apresenta limites simétricos e regulares ao longo da microbacia e a

manutenção de sua integridade não será conseguida apenas pelo seu isolamento físico, mas irá depender da aplicação de práticas sustentáveis de manejo no seu entorno (LIMA, 2002 apud ATTANASIO, 2004).

### 5.4.3 Fauna

A fauna no PA característica do Cerrado, também foi levantada a partir das entrevistas com as unidades familiares e com os moradores que auxiliaram no reconhecimento da área. Sendo que essas espécies tiveram formas de identificação direta e indireta, utilizando-se de mecanismos de identificação dos moradores locais (visual, pegadas, fezes, som, etc).

O PA é composto por diferentes tipos de fitofisionomias, que abrigam diversas espécies animais. Apesar de possuir uma boa parte de sua área degradada, no PA Taboca é encontrado uma variedade de animais, sendo visualmente diagnosticados principalmente as aves e alguns mamíferos. No entanto, a destruição e redução do habitat de espécies são

**Tabela 03** – Relação das espécies de mamíferos identificadas no PA

Fonte: Pesquisa Coopvag, 2007.

Nome Científico	Nome Comum
<i>Agouti paca</i>	paca
<i>Cebus apella</i>	macaco-prego
<i>Chrysocyon brachyurus</i>	lobo-guará
<i>Dasyprocta aguti</i>	cutia
<i>Euphractus sexcintus</i>	tatu-peba
<i>Leopardus pardalis</i>	jaguaririca
<i>Leopardus tigrinus</i>	gato-do-mato
<i>Mazama sp.</i>	veado
<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	tamanduá-bandeira
<i>Panthera onca</i>	onça-pintada
<i>Puma concolor</i>	suçuarana, onça-vermelha
<i>Tayassu tajacu</i>	caietu, porco-do-mato

consideradas como os principais problemas enfrentados pela fauna em qualquer bioma.

Com relação aos mamíferos pôde-se constatar que as espécies diagnosticadas são espécies utilizadas, por algumas pessoas, para alimentação, como o veado e o tatu (Tabela 03). Com relação ao risco de extinção, poucos dados são disponíveis sobre o verdadeiro status de muitas espécies, principalmente espécies pequenas, raras e com distribuição restrita. No entanto, espécies maiores, por possuírem apelo emocional maior, são mais frequentemente listadas, assim como amplamente distribuídas geograficamente (MARINHO FILHO *et al.*, 2002). Das espécies de mamíferos identificadas cinco são consideradas ameaçadas classificadas como vulneráveis enfrentando um risco alto de extinção (MMA, 2003), sendo elas: onça-pintada, suçuarana, gato-do-mato, jaguaririca e lobo-guará.

Os répteis citados pelos entrevistados foram em menor número, e identificados a partir de estudos da região (Tabela 04). No entanto, pode-se afirmar a partir de estudos em áreas semelhantes uma maior diversificação de espécies de répteis,

**Tabela 04** – Relação das espécies de répteis identificadas.

Fonte: Pesquisa Coopvag, 2007.

Nome Científico	Nome Comum
<i>Bothrops jararacussu</i>	jararacuçu
<i>Crotalus durissus</i>	casavel
<i>Mastigodryas boddaerti</i>	cobra-cipó
<i>Micrurus sp.</i>	coral

inclusive de ofídios, que frequentemente são vistos pela comunidade e que na maioria das vezes são eliminados devido o perigo de acidentes.

A avifauna do PA Taboca é característica pela sua exuberância e diversidade, além do fato de que muitas vezes essas espécies são domesticadas. As aves também se têm mostrado como excelentes indicadores de qualidade ambiental e importante no estudo de avaliação ambiental. No PA encontram-se algumas das espécies da região e foram diagnosticadas tanto na área percorrida quanto domesticada pela comunidade (Tabela 05).

**Tabela 05** – Relação das espécies de aves identificadas no PA.

Fonte: Pesquisa Coopvag, 2007.

Nome Científico	Nome Comum
<i>Amazona aestiva</i>	papagaio-verdadeiro
<i>Anodorhynchus hyacinthinus</i>	arara-azul
<i>Brotogeris versicolorus</i>	periquito
<i>Cariama cristata</i>	seriema
<i>Crypturellus undulatus</i>	jaó
<i>Leptotilas sp.</i>	juriti
<i>Oryzoborus angolensis</i>	curió
<i>Penelope superciliaris</i>	jacú
<i>Ramphastos toco</i>	tucano
<i>Rhea americana</i>	ema
<i>Rhynchotus rufescens</i>	perdiz

Com relação a ictiofauna existente no PA, não houve citações por parte dos entrevistados, provavelmente pela inexistência de corpos hídricos dentro do assentamento que permitam a prática da pesca de forma considerável.

A fauna do PA Taboca, assim como a vegetação local que foi alterada em alguns pontos do Assentamento, a sua fauna com certeza teve um comprometimento em sua quantidade e diversidade. Considerando também, que deve ser trabalhado com a comunidade as ações de queimadas e da caça de subsistência, consideradas os principais agravantes da fauna silvestre e que também ocorre no PA.

## 5.5 Organização Territorial Atual

O Projeto de Assentamento Taboca possui um perímetro de 11.415,08 m e área medida com GPS topográfico de 701,9069 ha, que se tratava de uma parte do loteamento Serra do Taquaruçu e era de propriedade da União Federal.

Ressalta-se que, este Assentamento ainda não possui o parcelamento dos lotes, prevista para ser executada no ano de 2007, e suas infra-estruturas são praticamente inexistente. Encontra-se no PA apenas algumas benfeitorias dos assentados e algumas estruturas dos ocupantes do local anterior à criação do Projeto de Assentamento, como moradias precárias, alguns plantios de árvores frutíferas, além da área de pastagem, que ocupa grande parte da área plana do local. Deve-se ressaltar também a existência de cercas de divisa e estradas de acesso aos antigos ocupantes, e que atualmente estão sendo aproveitadas para dar acesso aos atuais moradores do PA (MAPA A4).

As famílias assentadas encontram-se espalhadas em diversos pontos da propriedade, sendo considerado pelos ocupantes como área delimitada de seus lotes. No entanto, como mencionado anteriormente, quase a totalidade das famílias encontram-se fora da área que poderá ser ocupada e utilizada produtivamente. Ressaltando também, 04 famílias que se encontram fora da área do PA em uma área que acreditava-se fazer parte do perímetro da propriedade, porém está inserida no restante da fazenda a qual a área do PA foi desmembrada, e que ainda é de propriedade da União Federal.

## 5.6 Diagnóstico do Meio Socioeconômico e Cultural

### 5.6.1 Histórico do Projeto de Assentamento Taboca

A área do PA Taboca tem como origem o Loteamento Serra do Taquaruçu de propriedade da União Federal que era ocupada por um fazendeiro da região e onde ocorreu o desmembramento de parte de sua área para fins de reforma agrária, resultando na capacidade inicial de assentamento para 15 famílias e na ocupação inicial por 13 famílias assentadas, com aproximadamente 40 pessoas (COOPVAG, 2006).

No entanto, com a discussão da organização territorial e, conseqüente estudo do relevo do PA, diagnosticou-se que a capacidade de assentamento deverá ser reduzida em aproximadamente 67%, ou seja, tomando em consideração o levantamento realizado pelo técnico do INCRA, o número de famílias sugerido seria de 05 famílias ao contrário das 15 famílias proposto inicialmente. Sendo que, as primeiras famílias chegaram ao PA em 2004 e a

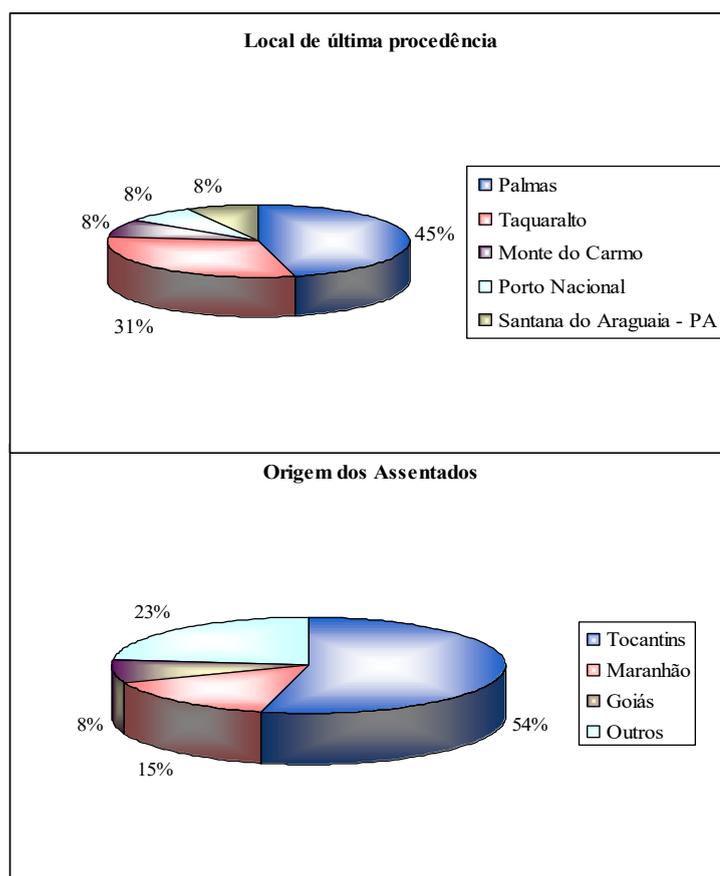


Figura 21 - Dados relativos ao local de origem e última procedência dos entrevistados. Fonte: Pesquisa Coopvag, 2007.

partir desse período algumas famílias foram substituídas em 2005 e 2006. Neste assentamento, que ainda não teve o seu parcelamento as famílias estão localizadas em

diversos pontos do PA, porém estas aguardam a resolução da problemática da capacidade de assentamento e a correta localização dos lotes para devida estruturação de suas moradias.

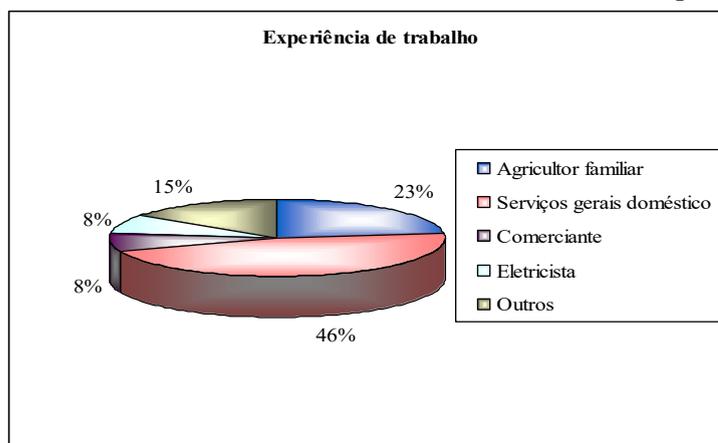
As famílias que primeiramente ocuparam o PA Taboca faziam parte da Associação Casulo que se estabelecia em Palmas sob a liderança do senhor José Maria. Após a desapropriação parte das famílias desse grupo foram para a área do PA, onde formaram uma nova Associação.

A partir dos dados coletados foi possível identificar que a origem dos assentados é pouco diversificada, provavelmente pelo pequeno número de famílias. A grande maioria declarou ter migrado diversas vezes, de município em município ou até mesmo entre estados, até o momento que firmaram residência no estado. Observou-se que mais da metade dos entrevistados são de origem do estado do Tocantins (54%), Maranhão (15%), Goiás (8%) e outros estados, dentre eles Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais, (23%) (Figura 18).

Com relação à última procedência foi diagnosticado que a maioria dos Assentados residia em Palmas (45%), 31% em Taquaralto que também faz parte do município de Palmas, 8% em Monte do Carmo, 8% em Porto Nacional e 8% no município de Santana do Araguaia no estado do Pará (Figura 21).

A partir do levantamento do histórico de cada família, também foi possível

identificar as atividades de trabalho realizadas por cada entrevistado, podendo assim traçar o perfil das capacidades e aptidões produtivas que existem no assentamento. Com esses dados pode-se diagnosticar



**Figura 22** - Atividades desenvolvidas pelos entrevistados antes de serem assentados.

Fonte: Pesquisa Coovvag. 2007.

que grande parte desses entrevistados possui alguma experiência com agricultura, onde 23% declararam trabalhar como agricultores familiares e 44% dos entrevistados que também eram do sexo feminino prestavam serviços gerais como domésticas e às vezes desenvolviam trabalhos como lavradoras. O restante dos entrevistados desenvolvia atividades diversas onde, 8% eram comerciantes, 8% eletricistas e 15% declaram outras atividades, dentre elas como empregados de pequenas empresas ou trabalhavam com frete de pequenas cargas (Figura 22).

No PA a composição da família é estruturada através de núcleo familiar composto pelo pai, mãe, filhos e às vezes alguns agregados (irmãos, netos, cunhados, etc.). O homem é caracterizado como chefe da família, no entanto, se percebe pelas entrevistas que dentro do PA muitas famílias são direcionadas pelas mulheres, que na maior parte das entrevistas pode-se perceber que estas tomam a frente das atividades relacionadas ao PA por seus cônjuges não se fazerem presentes na unidade familiar no assentamento.

Os dados e a observação participativa com as famílias também permitiram constatar que a situação social e econômica dos assentados é bastante precária. Apesar das famílias estarem em áreas definidas por elas como lotes, somente foi realizado até o momento algumas atividades produtivas de subsistência. Durante esse período, contaram apenas com cestas básicas e algumas famílias com o crédito apoio, fornecido pelo INCRA.

Considerando os serviços desenvolvidos fora do lote (diárias), benefícios que algumas famílias recebem (bolsa família e PETI) e outras atividades como balconistas, trabalhos artesanais, etc., foram calculados uma renda mensal média, por família, de R\$ 249,61

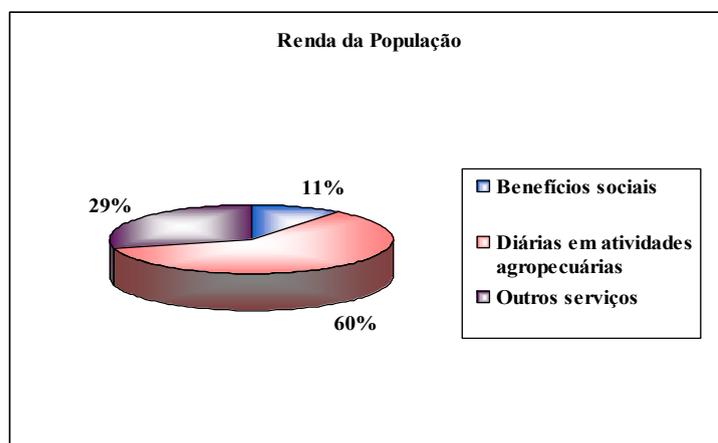


Figura 23 - Nível de renda da população de acordo com recebimentos de um ou mais membros da família. Fonte: Pesquisa Coopvag, 2007.

(duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e um centavos), correspondendo a uma renda média per capita de aproximadamente R\$ 80,00 (oitenta reais). Não foi considerada aqui a renda de pequenos animais e hortaliças que as famílias produzem para o seu consumo, mas diante da condição dos mesmos esta não é muito significativa (Figura 23).

A renda com benefícios sociais que correspondeu a 11% da renda total do PA em 2006 está distribuída em quase a sua totalidade (60%) com o benefício da bolsa família, sendo que do total das famílias, 66% não recebem nenhum benefício social.

### 5.6.2 Aspectos Demográficos

O PA Taboca compreende uma área de 7,01 km<sup>2</sup> e apresenta uma densidade demográfica de 5,70 hab/km<sup>2</sup>, relativamente alta quando comparada com a densidade demográfica do município que é de 1,43 hab/km<sup>2</sup> e abaixo da densidade demográfica da região a qual o PA está inserido, que é de 11,63 hab/km<sup>2</sup> (Quadro 04). Essa densidade tem

a tendência de sofrer uma brusca diminuição após a resolução da problemática da capacidade de assentamento, onde parte das famílias deverá ser remanejada desse PA.

**Quadro 04** – Relação de área, população e densidade demográfica do Estado, Região e município com o PA Taboca

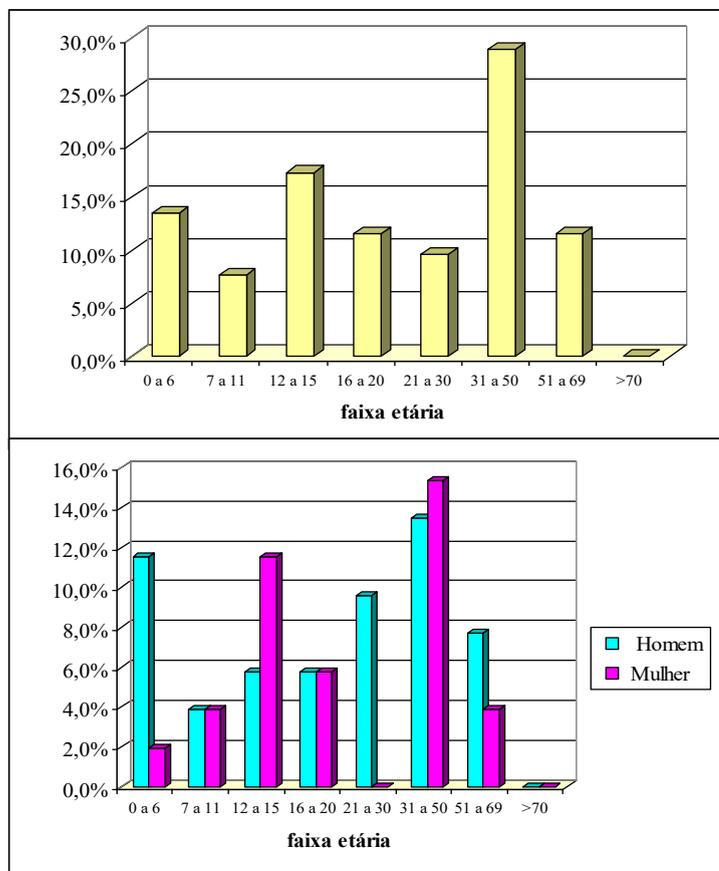
Localidade	Área (km <sup>2</sup> )	População (hab.) (IBGE – 2004)	Densidade Demográfica (hab/km <sup>2</sup> )
Tocantins	278.420,70	1.157.098	4,16
Região Metropolitana de Palmas	20.154,43	234.481	11,63
Monte do Carmo	3.616,65	5.193	1,43
<b>PA Taboca</b>	<b>7,01</b>	<b>40</b>	<b>5,70</b>

Fonte: IBGE, 2004; Pesquisa de campo Coopvag, 2007.

### 5.6.3 População

De acordo com os dados coletados em documentos do INCRA, existem 15 famílias cadastradas para o PA Taboca, porém com a discussão do mapa territorial e análise das características do relevo do PA, que determina mais de 80% da área como APP, constatou-se que o PA tem capacidade para apenas 5 ou 6 famílias, conforme o tamanho da área produtiva de cada lote. O processo sobre o número exato de famílias a permanecer no PA está em análise por uma câmara técnica do INCRA. Enquanto isso, para efeito das análises do diagnóstico, está se considerando à população do PA formada por 13 famílias, uma vez que, 02 famílias foram retiradas do PA e até o momento não foram repostas essas vagas.

Considerando essas 13 famílias, o PA possui uma média de 3,07 membros por família, encontrada a partir da tabulação dos dados levantados nas entrevistas. Desta população total, apenas 38,4% estão residindo permanentemente no Assentamento, de acordo com informações das famílias e baseado no número de famílias que receberam o benefício de crédito Apoio do INCRA. A condição de estrutura do Assentamento,



**Figura 24** – Distribuição da população por sexo e faixa etária  
Fonte: Pesquisa Coopvag, 2007.

como falta de moradias dignas, definição dos lotes, dificuldade de educação para os filhos, falta de serviços de saúde e falta de um sistema produtivo adequado podem ser o motivo das famílias não estarem 100% presentes no PA.

A população do Assentamento se apresenta equilibrada, onde 50% têm até 20 anos de idade e 50% têm de 20 a 70 anos, do total da população 38,5% são considerados no auge da capacidade produtiva, dos 20 aos 50 anos. Do contingente populacional do PA, apenas 11,5% está na faixa etária de 51 a 70 anos e não se constatou nenhuma pessoa acima de 70 anos (Figura 24).

Identificou-se também, a predominância do sexo masculino (57,7%) entre a população do PA, porém, geralmente são os cônjuges masculinos que menos são encontrados no PA, devido à necessidade de prover o sustento da família até o momento em que puderem produzir quantitativamente dentro do PA (Figura 23).

O número significativo de pessoas em idade produtiva, aponta potencial de disponibilidade de mão de obra para projetar ações exequíveis de implementações neste PDA, assim como o fato relevante da maioria dos assentados ser jovem, exige planejamento de ações pertinentes que envolvam e motive esses camponeses, contribuindo para a permanência da família no assentamento.

#### **5.6.4 Organização Social**

A organização social deste PA está baseada somente na Associação de Agricultores, criada a partir da necessidade de se unirem em busca dos benefícios da reforma agrária, mais que, devido falta de uma atividade produtiva consolidada não há a criação de grupos, que são importantes para o desenvolvimento da comunidade, como grupos de mulheres, jovens, produção, etc.

De acordo com a pesquisa realizada, não foi possível identificar a presença de grupos religiosos atuando no PA e nenhuma outra forma de organização eventual para trabalhos coletivos, além das reuniões da Associação que são realizadas mensalmente e conta com a participação de 100% dos presentes na relação de beneficiários.

Também se pode constatar que até o período de realização dos questionários que 84,6% dos entrevistados não estão filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e apenas 15,4% são filiados ao STR do município de última procedência, considerando que estes não estão em dia com suas contribuições e nem tem muito conhecimento sobre a instituição.

Essa situação aponta para a necessidade de fortalecimento da organização da comunidade do PA Taboca, sendo preciso promover discussões estratégicas de fortalecimento institucional, social e econômico do assentamento. Deverá se investir na organização de mulheres, jovens ou outro gênero para ampliar e fortalecer o capital social. Tal fortalecimento permitirá o pleno desenvolvimento da ação organizativa, que, em momento oportuno deverá evoluir para a organização da produção e comercialização; aquisição de bens coletivos e individuais (equipamentos, insumos agropecuários, etc.) para a comercialização direta dos seus produtos no mercado local e regional, contribuindo assim para a consolidação do processo de desenvolvimento sustentável do PA.

### 5.6.5 Composição da Associação

Como mencionado anteriormente a única representação de organização do PA é a Associação de Agricultores. Sendo esta fundada em abril de 2006, sob a denominação de Associação de Pequenos Agricultores do Projeto de Assentamento Taboca – APAPAT e com o registro do CNPJ nº 08.178.793/0001-45. Esta foi fundada com o objetivo de continuar o processo de instalação das famílias e pleitear os benefícios que as famílias assentadas têm direito dentro da proposta de desenvolvimento da agricultura familiar e da proposta de Reforma Agrária do governo federal: serviços de topografia e assentamento das famílias nos lotes, acesso ao fomento e crédito habitação, acesso as diversas linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, entre outros.

As reuniões devem ser realizadas, segundo o estatuto, uma vez por mês. No entanto, devido às condições existentes no PA, as reuniões acontecem com uma maior frequência, dependendo do teor do problema a ser discutido e a disponibilidade das famílias. Também como já mencionado, a frequência da população nas reuniões é, quase sempre, de 100% e há participação de não-sócios que, evidentemente, possuem o direito de voz, porém, sem



Figura 25 – Local onde são realizadas as reuniões do grupo. Foto: Euryandro Ribeiro.

direito de voto. Sendo assim, todas as decisões são tomadas em assembléias e amplamente discutidas.

Vale ressaltar que a Associação não possui uma área definida instalada dentro do PA e nem possui uma estrutura provisória para as reuniões, sendo as reuniões realizadas nas moradias dos assentados, quase sempre na moradia pertencente ao atual presidente da Associação. Sendo assim, as discussões de ações para a comunidade do PA ainda são poucas, porém existe um intuito muito forte por parte de todos em resolver a situação do loteamento, para que os benefícios sejam facilitados. Foram detectados alguns entraves para eficiência do funcionamento da Associação como, a falta de sustentação econômica, porque, a principal fonte de recurso é a mensalidade que além de irrisória, muitos não cumprem com essa obrigação, a participação efetiva dos sócios; o compromisso e a responsabilidade de todos com a vida em sociedade e a falta de conhecimento e consciência sobre associativismo (Figura 24).

#### **5.6.6 Forma e Nível de Articulação com outras Instituições**

Através das entrevistas foi possível identificar poucos agentes intervenientes no processo de apoio aos assentados do PA Taboca. Os dados são de dezembro de 2006, e possivelmente estas informações podem ter mudado. No entanto, na época, foi relatado pelos assentados, que o apoio para a comunidade era pouco, se levando em consideração o grau de necessidade da comunidade. Estes têm a necessidade urgente de que os parceiros se juntem a eles para promover o desenvolvimento e promover mudanças com maior rapidez, dada à situação de carência das famílias. Observa-se que a teia de relações locais com as redes de serviços do poder público vem sendo desenvolvida sob forma de cobrança à Prefeitura local.

Na entrevista, os agentes intervenientes indicados pelos assentados, que se mostram mais relevantes e que estão atuando dentro do assentamento são: o **INCRA**, como instituição governamental responsável pelo processo de assentamento das famílias; a **Prefeitura Municipal**, que tem a responsabilidade política administrativa sobre o PA; e a **COOPVAG**, como empresa de assessoria técnica a ser contratada para prestar serviço no PA.

### 5.6.7 Infra-Estrutura Física, Social e Produtiva

De acordo com dados do INCRA e levantamento realizado para elaboração do PDA, não foi identificado na área do PA nenhuma importante infra-estrutura construída, além de quantidade razoável de cercas, feitas de arame liso e farpado, que delimitam o perímetro da propriedade e fazem divisas entre alguns dos moradores do PA, cujo estado de conservação varia de bom a péssimo. Além dessa infra-estrutura, encontra-se a presença de estradas em regular estado de conservação com trechos bastante íngremes e que dão acesso das famílias às moradias do PA. Algumas dessas famílias dispõem de poços amazonas, próximos das casas, para se obter acesso a água para o consumo doméstico (Figura 26).



**Figura 26** – Condições das estradas existentes.

Foto: Euryandro Ribeiro.

Após a chegada das famílias só se identificou a construção de barracos provisórios que estão servindo como moradia para as famílias, até o período em todos estiverem alojados nos devidos lotes com habitações dignas. Também não existem infra-estruturas no PA de postos de saúde ou escolas, tendo as famílias que se deslocarem para o município de Palmas, quando necessitam de atendimento médico e a comunidade escolar se desloca para uma escola próxima ao distrito de Taquaruçu. O PA também não dispõe de rede de energia elétrica, nem abastecimento de água, nem sistema de transporte, sendo que o deslocamento das famílias é feito através de carros particulares, bicicleta ou moto.

Na parte plana do PA existe um bom sinal de celular, sendo este o principal meio de comunicação da comunidade, que não dispõe de rede telefônica pública ou outros meios de comunicação. As informações entre a comunidade são realizadas verbalmente no sistema boca a boca, e informações e notícias são veiculadas pelo rádio, presente em quase a totalidade das moradias.

#### 5.6.7.1 Infra-estrutura Produtiva

O PA não apresenta nenhum tipo de infra-estrutura produtiva definida. Não possui depósitos, galpões, casa sede, currais ou qualquer outra estrutura em alvenaria. Os assentados improvisaram cercados de madeira e/ou arame lisos que servem como currais para o manejo com o pouco gado que possuem (Figura 27).

Possui estradas internas em mal estado de conservação, que são utilizadas para o deslocamento interno por entre as casas dos vizinhos. Existem ainda, cercas perimetrais e internas, constituídas de arame liso e farpados. As cercas de divisa entre ocupantes estão em bom estado de conservação, porém nem todos os vizinhos já possuem suas terras delimitadas por cercas. A pastagem é formada por *Brachiaria sp.*, e esta em razoável estado de conservação. Há áreas em que o solo encontra-se descoberto, resultado do super aproveitamento das mesmas, sem que haja nenhum controle de utilização.

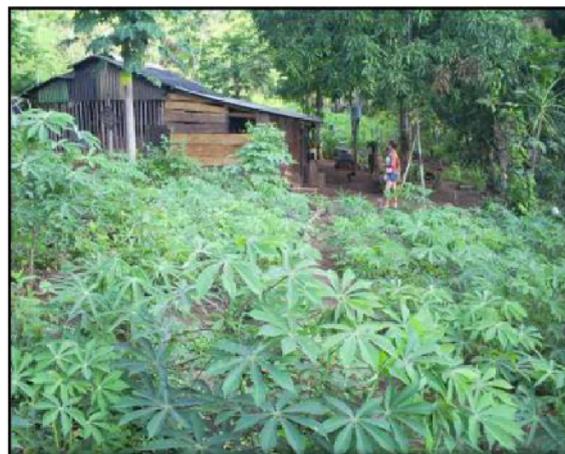


**Figura 27** - Cuiral improvisado por família assentada.

Foto: Euryandro Ribeiro.

### 5.6.8 Sistema produtivo

A base do setor produtivo das famílias assentadas é a pecuária e a agricultura. São produzidos milho, feijão, arroz e mandioca; sem utilização de tecnologias diferenciadas no sistema de implantação. As culturas são implantadas em áreas ao redor das casas familiares, com utilização da mão-de-obra familiar no preparo e condução da roça, e não são aplicados fertilizantes ou defensivos agrícolas em quantidades suficientes para maximizar a produtividade (Figura 28). Não foi feita roça comunitária no PA, pois as famílias pré-definiram a localização dos seus lotes, onde realizaram o plantio de suas roças.



**Figura 28** - Vista Parcial Lavoura de Mandioca.

Foto: Euryandro Ribeiro.

A produtividade não é contabilizada pelos assentados, sendo a produção destinada principalmente à alimentação da família e dos pequenos animais. O resíduo dos produtos da lavoura (casca de raízes, folhas, talos, frutos, sementes e raízes danificadas) é utilizado na alimentação das aves e dos suínos.

Na pecuária, a principal atividade é a bovinocultura, que funciona como uma espécie de poupança para os assentados. Em média cada família possuía 09 animais, entre

machos, fêmeas e bezerros, sendo que o total de animais no PA, no período da realização das entrevistas era de 72 cabeças. A bovinocultura do PA é de modo extensivo, com o aproveitamento das pastagens existentes. A suinocultura também faz parte do sistema produtivo de 06 famílias assentadas. Os suínos são criados de maneira artesanal, em chiqueiros, cercados de madeira ou de forma semi-extensiva totalizando 22 porcos entre machos, fêmeas e leitões. As aves (galinha caipira) são criadas por 14 famílias. Estas são manejadas em liberdade, em volta dos barracos ou em cercados improvisados no quintal. Em dezembro de 2006 o número de aves no PA era de 218 animais.

A produção da pecuária é utilizada basicamente como alimentação da família, com exceção da bovinocultura que é uma forma de armazenar os recursos financeiros da família. A comercialização do excesso de animais é feita através de trocas entre os assentados PA ou venda na feira da sede do município.

Cabe destacar que algumas famílias conseguem produzir uma pequena quantidade de queijo e/ou doce, com a produção do leite. Esses derivados são produzidos artesanalmente, principalmente pelas mulheres. O queijo e o doce compõem também, a alimentação da família, sendo vendido apenas o excedente na feira municipal.

Não são realizadas atividades extrativistas ou agroindustriais no PA. Todo sistema produtivo da agropecuária é realizada sem planejamento e organização técnica, sendo que as famílias utilizam o conhecimento empírico na condução de suas atividades.

É o homem, chefe da família, quem faz as negociações e as atividades do campo. É ele quem desenvolve as negociações externas nas agências financeiras, no INCRA, Prefeitura, cooperativas (prestadoras de serviços), lojas comerciais e também com os movimentos sociais, (sindicato), porém, foi possível identificar que algumas das mulheres também compartilham essas atividades com o marido e, há casos em que a mulher é a principal responsável por essas negociações.

O PA já possui parte da área empastada, isso pode ser considerado como um fator positivo para as famílias que desejam pecuária como atividade produtiva. Porém as terras que podem ser exploradas pelos assentados são apenas 125 ha aproximadamente, pois o restante do PA é classificado como Áreas de Preservação Permanente, devido suas características de relevo. Isso impossibilita a maximização da produtividade devido à restrição topográfica. Além de serem necessárias ações intensivas para o controle da erosão. Destaca-se a aptidão das famílias assentadas no trabalho com atividades agropecuárias.

## **5.6.9 Serviços de Apoio à Produção**

### **5.6.9.1 Assistência Técnica e Pesquisa**

À época das entrevistas, as famílias assentadas não tinham nenhum convênio firmado de ATES, embora estivessem recebendo o acompanhamento técnico da Coopvag, primeiramente de maneira informal, voluntária, em seguida através da assessoria para construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, cujo resultado está sendo relatado neste documento. No entanto, a efetivação do convênio de ATES entre INCRA e COOPVAG, em janeiro de 2007, tranqüilizou as famílias assentadas, que tinham uma grande expectativa no acesso ao benefício da assessoria técnica, social e ambiental para condução do processo de desenvolvimento sustentável do PA.

A Coopvag possui escritório em Palmas, com toda infra-estrutura necessária ao atendimento das famílias assentadas. Possui um corpo técnico multidisciplinar, com profissionais de nível superior e médio nas áreas social, agrônômica e ambiental. Dispõem de equipamentos tecnológicos como computadores, data show, GPS, carros, motos, etc. Há um técnico em agropecuária exclusivo para os assentamentos da região. Com relação a agentes financiadores, eles podem contar com redes bancárias no município de Palmas que fica mais próximo do PA.

### **5.6.9.2 Crédito**

O único crédito que as famílias tiveram benefício até o momento foi o crédito Apoio, modalidade de crédito que a famílias recebem para se estabelecerem no PA. No entanto, apenas 38,5% afirmaram ter recebido o crédito, sendo que os demais (61,5%) ficaram sem receberem por não residem integralmente dentro do PA, de acordo com o INCRA.

As famílias que tiveram acesso ao recurso aplicaram-no de acordo com as decisões tomadas em conjunto com o técnico do INCRA, responsável pelo assentamento. O processo de discussão foi conduzido no sentido de contribuir para uma aplicação racional dos recursos liberados, que levasse em consideração principalmente a garantia da segurança alimentar. Assim, as famílias que receberam o apoio, optaram por aplicar parte dos recursos na compra de alimentos, outra parte na compra de animais ou implantação de roça e a última parte na aquisição de ferramentas de trabalho.

### **5.6.9.3 Capacitação Profissional**

Através das entrevistas foi possível identificar que a grande maioria da comunidade não teve oportunidade de participar de eventos de capacitações. As famílias afirmaram que só tiveram acesso as palestras dadas pela Coopvag, desde o início da presença desta no assentamento. Apenas 02 entrevistados afirmaram ter participado de um curso de capacitação para eletricista, desenvolvido pelo Sebrae e outros 03 participaram de palestras sobre piscicultura na Agrotins, uma Feira de Tecnologia Agropecuária do Estado do Tocantins, realizada em Palmas anualmente.

Esse dado aponta para a necessidade de se promover capacitações nas mais diversas áreas, e sobre os mais diversos temas para suprir uma carência efetiva que deverá dificultar o processo de desenvolvimento da comunidade com vistas a promover o resgate da auto-estima e da cidadania da comunidade.

### **5.6.10 Serviços Sociais básicos**

#### **5.6.10.1 Educação**

A educação pública é oferecida para os alunos do ensino fundamental em escolas do município de Palmas, por ser o local de última procedência da maioria das famílias, o que leva a concluir que, os filhos permanecem na zona urbana até o momento que o PA oferecer uma escola. Alguns alunos do PA e da região dispõem de um transporte cedido pela prefeitura, que desloca os alunos até a Escola Municipal Boa Esperança, no município de Palmas, que oferece ensino fundamental (1º ao 9º ano) para alunos da região de Monte do Carmo e Palmas.

De acordo com a tabulação dos dados, levantados através dos questionários, identificou-se que 32% da população do PA estão estudando e, portanto, 68% não estudam o que aponta para a necessidade urgente de uma estrutura educacional no Assentamento. Podendo ressaltar que, 18% da população não são alfabetizadas e 4% das crianças em idade escolar (7 a 15 anos) não estavam estudando até o período das entrevistas, também por falta de uma estrutura educacional próxima dessa comunidade. Além desses, pode-se elencar também que 48% da comunidade não estudam e a maior parte não concluiu nem o Ensino Fundamental, o que justificaria um programa de elevação de escolaridade entre estes (Quadro 05).

**Quadro 05** – Nível de escolaridade por faixa etária.

Escolaridade	Estuda	< 06	7 a 11	12 a 15	16 a 20	21 a 30	31 a 50	51 a 70	> 70	Total
		%	%	%	%	%	%	%	%	%
Não alfabetizado	não	12	-	2	-	-	4	-	-	18
	sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alfabetizado	não	-	-	-	-	-	-	2	-	2
	sim	2	-	-	-	-	-	-	-	2
1ª a 4ª série	não	-	-	-	-	-	12	6	-	18
	sim	-	8	2	2	-	-	-	-	12
5ª a 8ª série	não	-	-	2	4	4	6	-	-	16
	sim	-	-	10	-	-	-	-	-	10
Ensino Médio	não	-	-	-	-	4	8	2	-	14
	sim	-	-	2	6	-	-	-	-	8
Ensino Superior	não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	não	12	-	4	4	8	30	10	-	68
	sim	2	8	14	8	-	-	-	-	32
<b>Total</b>		<b>14</b>	<b>8</b>	<b>18</b>	<b>12</b>	<b>8</b>	<b>30</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo Coopvag, 2007.

Os assentados avaliaram que há uma necessidade de incrementar demandas para o ensino aprendizagem disponível para eles. Com a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, concluíram -ser a oportunidade de discutirem e definirem as possibilidades de negociar demandas necessárias, pois segundo eles, contribuirá para organizar outro modo de vida no campo, com a execução de políticas públicas voltadas para superar os atuais desafios que desconsideram as diferentes realidades sociais e culturais presentes na vida dos camponeses.

Esses dados apontam para a necessidade urgente de pensar formas alternativas de educação para atender esse público, considerando-se que para promover o desenvolvimento sustentável é fundamental trabalhar o desenvolvimento humano, elevando o seu conhecimento e munindo-os de instrumentos que desenvolvam suas capacidades de se auto-sustentarem.

### 5.6.10.2 Saúde e Saneamento

Observou-se, através da pesquisa, que a assistência à saúde no Assentamento é inexistente, pois não há nem o atendimento de agentes de saúde ou atendimento médico no PA. Quando necessitam, os assentados precisam se deslocar até o município de Monte do Carmo ou na maioria das vezes para o município de Palmas que é o mais próximo do PA e muitas das famílias já possuem vínculo com este município.

Em casos de emergências a comunidade recorre ao transporte próprio de carros ou motos e quando não possuem dependem de carona para levar até a cidade mais próxima,

uma vez que não existe o serviço de ambulância que dê atendimento para essa comunidade.

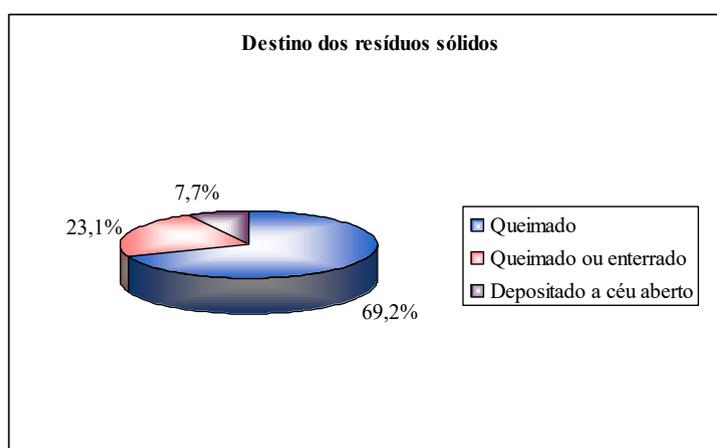
As principais doenças encontradas foram gripes, resfriados, verminoses, doenças de veiculação hídrica, além de doenças mais graves como reumatismo, problemas renais, diabetes, pneumonia, bronquite e coluna. Em boa parte das vezes os assentados utilizam remédios caseiros de origem animal e vegetal, sendo os principais remédios caseiros de origem vegetal como: *Melissa officinalis* L. (erva cidreira), *Cymbopogon citratus* (DC.) Stapf (capim santo), *Hymenaea courbaril* L. (jatobá), *Vernonia* sp. (assa peixe), *Bowdichia* sp. (sucupira), *Mentha gentilis* L. (hortelã), *Myracrodruon urundeuva* Allemão (aroeira), *Peumus boldus* Molina (boldo), *Hancornia speciosa* Gomes (mangabeira), entre outras.

As condições hidro-sanitário do assentamento são bastante precárias. Os moradores utilizam formas variadas de abastecimento de água para consumo: 46,1% utilizam água de mina ou olho d'água; 15,4% declararam utilizar água de poço e 38,5% utilizam água procedente de um córrego, que passa na área onde estão acampados.

Com relação a formas de tratamento da água constatou-se que 30,8% das famílias fazem coação da água consumida e 69,2% utilizam o método da filtração. Entre os entrevistados nenhum outro método de tratamento de água foi mencionado. O armazenamento da água consumida é realizado através de baldes, potes e filtros de barro.

Foi diagnosticado que 92,3% das residências do PA Taboca, não têm sanitários, nestes casos usam valas ou a céu aberto e apenas 7,7% utilizam fossas negras. Esses dados só confirmam o aumento do número de doenças de veiculação hídrica entre a comunidade, além de contaminar parte dos corpos hídricos utilizados no PA.

Com relação ao descarte de resíduos sólidos, somente 7,7% dos entrevistados declararam que depositam a céu aberto os resíduos gerados em sua



**Figura 29** – Tipo de destinação dos resíduos sólidos gerados no PA Taboca. Fonte: Pesquisa de campo Coopvag, 2007.

moradia, 69,2% queimam os resíduos e 23,1% queimam ou enterram os resíduos dependendo da sua composição (Figura 29).

### 5.6.10.3 Cultura e Lazer

O assentamento não dispõe de nenhum equipamento ou infra-estrutura social que sirva para realização de manifestações culturais, prática de esporte ou lazer das famílias assentadas. Toda e qualquer atividade de cultura e lazer da comunidade são realizadas fora do PA ou de forma bastante tímida entre algumas famílias, geralmente alguma pequena confraternização entre os mais próximos.

Diante do fato que a área do PA e região está inserida em um relevo extremamente acidentado, existe a ocorrência de quedas d'água e cachoeiras, muitas vezes utilizadas por algumas famílias para reuniões de fins de semana. Diante disso, alguns moradores mostraram interesse em projetar ações voltadas para o desenvolvimento do lazer através de práticas de atividades ecoturísticas na região, além do desenvolvimento do esporte e cultura visando envolver principalmente as crianças, adolescentes e as mulheres.

### 5.6.10.4 Habitação

No PA as famílias residem em lotes definidos pela própria comunidade, a partir da primeira ocupação do PA, apesar disto ainda não possuem uma moradia definitiva, ocupando barracos provisórios feitos de palha, barro ou madeira, cobertos de palha, lona ou telha e todos com piso de chão batido (Figura 30). Aguardam a ida para seus lotes e o benefício do crédito habitação para construir suas residências em alvenaria, cobertura de telha e piso de cimento ou cerâmica conforme a descrição da maioria.



**Figura 30** – Tipo característico da moradia da comunidade do PA. **Foto:** Euryandro Ribeiro, 2007.

A partir das entrevistas não se identificou nenhum recurso natural que possa ser utilizado na construção das moradias, além da madeira que existe em pouca quantidade, considerando que grande parte já foi retirada, para implantação de pastagens. No entanto, com relação a mão-de-obra, identificou-se a presença de profissionais que possam auxiliar

na construção civil como, servente e eletricista, atendendo assim a necessidade de mão-de-obra para a construção das mesmas.

### 5.6.10.5 Outros Programas Governamentais e Não-Governamentais

Foram identificados poucos programas que atualmente a população do PA tem acesso como: bolsa família e PETI. No entanto, foram identificados programas existentes no âmbito do governo municipal, estadual e federal que poderão ser acessados, para contribuir na implementação das ações de desenvolvimento apontadas pela comunidade.

Os quadros 06 e 07 trazem uma relação de alguns programas existentes. No entanto, a equipe não conseguiu fazer uma filtragem para indicar quais que realmente podem ser acessado ou não pela comunidade.

**Quadro 06** – Relação de Programas governamentais e não-governamentais no âmbito estadual/municipal.

Programas Estaduais/Municipais	
Liga-se e acelera (IAS/Estado /Prefeitura)	Juventude cidadã
Comunidade em Ação	Produzi (Implantação de hortas comunitárias)
Geração de Renda	Prev-cidadania
Atendimento emergencial as Famílias Carentes	Farmácia Viva
Leite é Saúde	Associação Vaga-lume
Pioneiros Mirins	

Fonte: Pesquisa de campo Coopvag, 2007.

**Quadro 07** – Relação de Programas governamentais e não-governamentais no âmbito federal.

Programas Federais	
Brasil escolarizado (MEC)	Economia Solidária em Desenvolvimento (MTE)
Brasil alfabetizado (MEC)	PRONAF (MDA)
Segundo tempo (ME)	PRONAGER (MIN)
Educação na primeira infância (MEC)	Arranjo produtivo Local (MDIC)
Cultura, identidade e cidadania (MinC)	Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (MCT)
Esporte e lazer na cidade (ME)	CONSADS (MDS)
Educação para alimentação saudável (MDS)	PROMOVER (MIN)
Documentação civil (SEDH)	PSF (MS)
Luz para Todos (MME)	Cartão Nacional de Saúde (MS)
Arca das Letras	BPC (Benefício de Prestação Continuada)
Cisternas (MDS)	Bolsa Família (MDS)
Inclusão Digital	PETI
Qualificação Social e Profissional (MTE)	PRONERA
Microcrédito	Tarifa Social de Energia Elétrica
Pintando a Cidadania (ME)	Cadastro Único de Assistência Social

Fonte: Pesquisa de campo Coopvag, 2007.

## 5.7 Análise das Potencialidades e Limitações do PA Taboca

De acordo com o diagnóstico, foi possível identificar alguns pontos de estrangulamento e outros que podem contribuir com o processo de desenvolvimento. Dessa forma, foi feito um resumo desses principais pontos, no intuito de facilitar o processo de construção dos Programas de Desenvolvimento.

- Foi diagnosticada no PA uma variedade de solos, no entanto, possuem como fatores limitantes a baixa fertilidade e a acidez elevada, sendo necessárias medidas corretivas;
- A susceptibilidade à erosão nos solos do PA é elevada, pois, apresenta diversas áreas com declividades, algumas áreas já apresentam o avanço de voçorocas e estão degradadas, torna-se importante a adoção de técnicas de manejo;
- As formas de relevo acidentado apresentam restrições à mecanização agrícola e até os próprios assentados consideraram impróprias para atividades agropecuárias;
- A disponibilidade de água no PA é satisfatória quando destinada ao consumo humano e dessedentação dos animais, no entanto, a utilização para outros fins deve ser firmada mediante avaliação da capacidade máxima de vazão e armazenamento;
- A presença de nascentes na área requer medidas de proteção e manutenção a fim de garantir a estabilidade desses locais para a conservação da biodiversidade;
- A área é dotada de diversas espécies da fauna e da flora com elevada importância com algumas delas constando na lista de espécies ameaçadas de extinção;
- Quanto à capacidade de uso da terra, foram levantadas variadas classes que podem ser exploradas para o cultivo de culturas anuais, mas o maior percentual do PA possui restrições para esse tipo de cultivo, onde os fatores restritivos estão ligados principalmente à erosão, à forte declividade e à pedregosidade;
- Uma classe bastante representativa no PA e que passou por nova adequação à legislação vigente, aumentando significativamente de tamanho foi a Classe VIII que destina-se às áreas de APP e, portanto, com finalidades de conservação dos recursos naturais, sendo vedadas atividades agropecuárias, esse aspecto veio influenciar a capacidade de assentamento, limitando, portanto o número de famílias na área;
- Apenas cerca de 5 famílias residem no PA desde sua criação;
- Estas ocuparam locais destinados a ser seus lotes, no entanto, foi constatado que algumas se instalaram em área de APP;
- Devido ao número de famílias não ser grande, há poucas pessoas em idade escolar, não justificando a construção de uma escola no PA;
- No entanto, o diagnóstico educacional aponta para necessidade de acessar programas educacionais como; alfabetização, elevação de escolaridade e nível médio, embora seja poucas pessoas a manifestarem interesse;

- Para a promoção do desenvolvimento, principalmente ligado ao fator econômico é necessária a definição do tamanho do lote e quantas famílias irão compor o assentamento;
- É necessária a articulações de diversos parceiros para a implementação das ações-soluções dos problemas diagnosticados;
- A precariedade da situação da saúde no assentamento aponta para necessidade de buscar alternativas urgentes para a melhoria do acesso a essa política;
- Os dados sobre saúde e saneamento também aponta para o potencial de se trabalhar com a medicina alternativa a partir de implantação de ações e programas específicos;

## 6 PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### 6.1 Apresentação

O Plano de Ação do PA Taboca foi construído a partir do olhar coletivo. O resultado desse trabalho é fruto do planejamento da comunidade, que se reuniu, discutiu e decidiu o que fazer para melhorar a situação em que se encontram e chegar onde querem.

No entanto, devido à situação singular da capacidade real do assentamento, que após o diagnóstico, constatou-se ser bem menor do que a planejada, muitas ações demandadas pela comunidade se tornou inviável. Assim, os Programas de Desenvolvimento do Assentamento apresentados nessa parte,



**Figura 31** – Oficina de restituição e planejamento do PA Taboca.  
Foto: Rangel Bstos, 2007.

embora seja expressão para a realização das necessidades e sonhos da comunidade, não poderá ser realizado na íntegra sob pena de o custo ser muito maior que o benefício.

Não obstante essa singularidade buscou-se nesse Plano, sistematizar as ações demandadas pela comunidade e a partir dela avaliar a viabilidade de execução para o número de família recomendada pela assistência técnica. Nesse sentido, as ações identificadas e programadas pela comunidade materializadas nesses programas poderão sofrer alterações e aperfeiçoamentos a partir de avaliações periódicas. Os itens projetados neste Plano de Desenvolvimento são o mínimo necessário para promoção da melhoria da qualidade de vida e de desenvolvimento sócio-econômico, garantindo a dignidade e cidadania das famílias assentadas. Este plano deverá ser executado em parceria com a comunidade, instituições executoras de políticas públicas municipais, estaduais e/ou federal e de instituições não governamentais que são primordiais para o processo dinâmico da organização e desenvolvimento das ações.

### 6.2 Justificativa

A comunidade do PA Taboca é formada por agricultores que almejam promover o seu desenvolvimento sócio-econômico a partir da construção de uma unidade produtiva. Para isso ingressaram na conquista de um pedaço de terra através do Programa de Reforma Agrária, porém a aquisição da terra não trouxe ainda os benefícios sonhados pelas famílias

assentadas, devido a problemática da área que indica que a maior parte é formada de APPs, cujo processo de adequação do mapa de organização territorial não foi ainda analisado pelo órgão responsável, o INCRA.

Assim, as ações planejadas nesse programa, embora tenham sido realizadas de forma participativa, com a comunidade total do PA, será aqui direcionada apenas para a quantidade de famílias que de fato corresponde à capacidade do assentamento, conforme avaliação da assistência técnica.

## **6.3 Objetivos**

### **6.3.1 Objetivo Geral**

Assegurar as condições necessárias para viabilização do processo de desenvolvimento sustentável das famílias, a partir da construção de propostas estrategicamente articuladas e implementadas conforme o planejado, levando benefícios duradouros e transformadores para a qualidade de vida da comunidade do PA taboca..

### **6.3.2 Objetivos Específicos**

- Dar suporte ao processo de desenvolvimento através da implantação de infra-estruturas sociais e produtivas;
- Promover o desenvolvimento do capital humano, através de ações educativas de caráter pessoal e profissional, aumentando a capacidade de intervenção dos atores sociais do PA taboca;
- Promover a integração e organização das famílias, respeitando seu grau de consciência, apropriação da realidade e opções de desenvolvimento;
- Dar suporte à produção diversificada e na comercialização de produtos excedentes, em todas as fases de seu desenvolvimento;
- Priorizar a segurança alimentar e o uso sustentável dos recursos naturais;
- Promover a capacitação necessária para a realização das diversas ações, resgatando e utilizando conhecimentos já existentes na comunidade;
- Garantir sucesso nas ações planejadas a partir do acompanhamento responsável de uma assessoria técnica comprometida com a comunidade.

## **6.4 Programas de Desenvolvimento**

O Plano é composto por programas que terão como alicerce a garantia de acesso aos serviços sociais básicos e serviços públicos de modo geral:

No **Programa de Organização Territorial e Infra-estrutura Social** está descrita a organização territorial, bem como as ações de infra-estrutura planejadas para o PA taboca, que estão sistematizadas em tabelas. Tais ações versam sobre moradia, estradas, energia, sistema de abastecimento de água, estruturas sociais e produtivas, em fim toda a infra-estrutura necessária para iniciar o processo de desenvolvimento do PA.

Para que esse desenvolvimento seja construído sobre bases sustentáveis, também está sendo construído o **Programa Produtivo**, no qual serão trabalhadas todas as atividades produtivas levantadas pela comunidade visando, prioritariamente, a produção e o consumo de alimentos, de forma permanente, garantindo a segurança alimentar, bem como a articulação desta com outras necessidades da comunidade, inclusive de geração de renda. Para tanto, o programa prevê a montagem de sistemas produtivos, os quais passarão por um estudo de viabilidade econômica, levando-se em consideração para a execução dos mesmos a questão do crédito e da comercialização.

As ações programadas pela comunidade sofrerão uma análise técnica, tanto do ponto de vista econômico como **ambiental**, ou seja, cada ação e/ou meta sofrerá uma análise ambiental integrada para verificação de possíveis impactos ambientais. Diante disso, as metas e ações podem ser alteradas visando à mitigação de potenciais impactos.

O **Programa Ambiental** versará principalmente sobre a relação da comunidade com o meio ambiente, explicitando em que base será feita a utilização, preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais.

O **Programa Social** está baseado nas ações-soluções propostas pela comunidade através dos grupos temáticos que identificaram os problemas e discutiram a situação da educação, saúde, cultura e lazer e Organização Social do PA taboca. A construção do programa, portanto, propõe ações alicerçadas no estado de carência efetiva da população, no entanto, devido o baixo número de famílias no PA, muitas ações demandadas pela comunidade não são realistas no que se refere à possibilidade e capacidade de execução.

Por exemplo, a construção de uma escola no PA não será possível devido o baixo número de estudantes existentes. Assim a educação da população do PA deverá ser conduzida através de outras formas, como a inserção dos alunos em escolas próximas ao PA.

Apesar de cada programa ter a sua especificidade e sua estrutura individual, a execução deverá ser estrategicamente interligada. Nesse sentido, o trabalho da assessoria técnica é fundamental para que as ações sejam executadas de forma integrada e articulada. Aliás, a atuação da **Assessoria técnica** e as ações de **Capacitação** são consideradas temas

transversais, visto que em todos os programas são abordados. Dessa forma, ao final do Plano será feito um resumo das ações previstas sobre esses dois temas.

No Programa de **Desenvolvimento Organizacional e Gestão do Plano** será tratada a forma que será conduzida o processo organizacional da comunidade para execução desse Plano. A idéia é fazer com que a comunidade assuma o máximo de responsabilidade na implementação, para que haja resultados concretos, caminhando rumo a autosustentabilidade. Todos os Programas aqui abordados são essenciais para o processo de desenvolvimento, desde que sejam considerados como dependentes. A não execução de um desses programas certamente inviabilizará o Plano ora concebido.

### **6.4.1 Programa de Organização Territorial e Infra-estrutura Social**

#### **6.4.1.1 Apresentação**

O Programa de Desenvolvimento Territorial e Infra-estrutura Social teve como base duas discussões com a comunidade, primeiramente sobre o parcelamento da terra: número e localização dos lotes, área da reserva legal e de APPs, área comunitária, etc., realizada através de reuniões com os assentados. A segunda sobre infra-estrutura, realizada na oficina de levantamento de demandas, cuja metodologia consistiu do trabalho em grupo temático e discussões em plenária, partindo da realidade diagnosticada e das expectativas da comunidade.

A primeira discussão que teve como base o diagnóstico da área e a construção do mapa de organização territorial resultou na percepção de que a capacidade do assentamento é bem aquém do que fora previsto anteriormente. A equipe de assistência técnica ao fazer o reconhecimento da área para construção do mapa de organização territorial observou que mais de 80% da área do Projeto de Assentamento é de APP. Levando-se em consideração o sistema produtivo planejado pelas famílias assentadas e o tamanho médio das propriedades dos clientes da Reforma Agrária que gira em torno de 05 alqueires no Estado, o PA que apontava uma capacidade inicial para 15 famílias, a partir do diagnóstico, avaliou-se que a capacidade real é para cerca de 5 famílias, a depender do tamanho do lote. Este dado altera muito as propostas de desenvolvimento da comunidade assentada.

Diante dessa problemática a equipe técnica considerou nesse Plano de Desenvolvimento, o número de 05 famílias, uma vez que não haveria viabilidade ambiental manter as 15 famílias. Assim, o PA Taboca fica composto por uma área comunitária correspondente a aproximadamente 10 ha que tem como objetivo a implantação de infra-estruturas sociais e produtivas para promoção do desenvolvimento da comunidade; 05

parcelas média de 24 ha; 1,5 km de estradas. O restante da área é formada por APP e a área de Reserva Legal.

Com relação à segunda discussão: de infra-estrutura, foi realizada a oficina com o número total de famílias cadastradas para o PA e estas, através de um grupo temático, analisou o diagnóstico e propôs ações de intervenção priorizando as necessidades imediatas, prevendo sua implantação a curto, médio e longo prazo. Vale ressaltar que algumas ações demandadas pela comunidade já seria de difícil execução, devido aos indicadores sociais da comunidade: baixo índice populacional; poucas crianças em fase escolar, etc. Essa situação se agravou, mediante a possibilidade de diminuir o número de famílias em até 2/3 aproximadamente. A realidade atual fica completamente alterada, ainda assim optou-se por fazer o programa, citando a demanda da comunidade e propondo a execução das ações mais viáveis para promover o desenvolvimento das 05 famílias propostas pela equipe de assistência técnica.

**Quadro 08** – Matriz de Demandas levantadas pelos grupos temáticos.

<b>Problemas</b>	<b>Ação-solução</b>
- Ausência e precariedade de estradas;	- Melhoria das estradas de acesso;
- Habitação Precária;	- Construção das casas;
- Falta de energia elétrica;	- Implantação da rede de energia elétrica;
- Falta de telefone público;	- Implantação de um orelhão;
- Falta de abastecimento de água;	- Construção de um poço artesiano;
- falta de sede para associação;	- Construção de uma sede da associação;
- Ausência de estruturas para esporte, lazer e cultura;	- Construção de um campo de futebol e de igrejas católica e evangélica;
- Falta de transporte;	- Implantação de um alinha de ônibus diariamente;
- Falta de Posto de saúde;	- Construção de um posto de saúde;
- Falta de um colégio no PA.	- Construção de uma escola padrão para 1º e 2º grau.

Fonte: Oficina de levantamento de demandas. Coopvag, 2007.

### **a) Justificativa**

A implantação ou o acesso às infra-estruturas básicas é de fundamental importância para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Sendo assim, mesmo havendo um número reduzido de famílias no PA, a demanda por determinadas infra-estruturas é perfeitamente justificável, principalmente infra-estruturas de energia, habitação, poço artesiano, etc., uma vez que sem a implantação dessas infra-estruturas, ações previstas em outros programas de desenvolvimento não poderão ser executadas, sem falar que a falta desses serviços influencia na permanência da família assentada no estabelecimento familiar.

**b) Matriz metodológica do Programa**

Quadro 09 – Matriz de planejamento das ações de infra-estrutura PA Taboca.

Objetivo	Metas	Atividades	Resultados Esperados	Indicadores	Fonte de recurso	Custos Estimados (R\$)	Prazo
Promover a implantação de infra-estrutura básica no PA.	- Construção de 05 casas de aproximadamente 46 m², até 2008.	Encaminhamento das famílias para seus lotes - Liberação do crédito habitação - Construção das casas	- Satisfação das famílias; -O núcleo familiar completo trabalhando em suas parcelas;	- A construção das casas com a conseqüente mudança das famílias para os seus lotes.	- Os recursos para o financiamento da obras serão provenientes do convenio INCRA/CEF	65.000,00	2007/2008
	- Construção de 01 sede de alvenaria com banheiro, escritório e sala de reunião de aproximadamente 100 m², no período de 03 anos.	-Elaboração de projeto para captação de recursos. - Negociação com parceiros.	- Aumentar o nível de participação da comunidade; - Aumentar a credibilidade na instituição; - Proporcionar um lugar adequado para as atividades de capacitação e de organização da comunidade.	- A construção da sede no PA.	- Programas de instituições governamentais e não governamentais que serão acessados a partir da elaboração de projetos.	35.000,00	- Até 2010.
	Implantação de 01 sistema para fornecimento de água para área comunitária no período de 01 ano.	Construção de um poço semi-artesiano de 120 m² na área coletiva do PA - Aquisição de 01 bomba e caixa d'água de 10.000 l.	- Melhorar o acesso à água de qualidade; - Contribuir para a saúde das famílias.	- A construção do poço; - Utilização da água pela comunidade	- Os recursos para o financiamento da obras serão provenientes do convenio INCRA/Prefeitura Municipal	50.000,00	- A obra deverá ser feita até 2008.

Metas	Atividades	Resultados Esperados	Indicadores	Fonte de recurso	Custos Estimados (R\$)	Prazo
- Construção de 1,5 km de estradas com obras de arte e correntes especiais	- Reunião do grupo gestor com as autoridades responsáveis para pleitear a construção das estradas.	- Facilidade no acesso ao PA; - Fomentar o escoamento da produção	- A construção e recuperação das estradas.	Os recursos para o financiamento das obras serão provenientes do convenio INCRA/Prefeitura Municipal	25.500,00	As obras deverão ser realizadas a partir do 2º semestre de 2008
- Implantação de 5 km de eletrificação rural.	- Reunião do grupo gestor com as autoridades responsáveis para pleitear a implantação da energia.	- Que todas as famílias do PA tenham o benefício; - Implantação de programas educacionais no horário noturno; - Fomentar a criação de agroindústrias; - melhoria na qualidade de vida das famílias;	- Numero de residências e estruturas sócio- produtivas com energia elétrica. - Funcionamento de programas educacionais noturno.	- Os recursos serão obtidos através do Programa Luz para Todos, parceria entre o Governo Federal/Rede CELTINS e prefeitura municipal.	37.250,00	- A instalação deverá ser feita no ato de parcelamento e encaminhamento da comunidade aos lotes .
- Implantação de um transporte escolar (Van) no período de 01 ano.	- Elaboração de projetos específicos; - Reunião de negociação com a secretaria de educação; - Reunião de negociação com outros parceiros (estadual e federal)	- Transportar alunos do ensino fundamental e médio para a escola mais próxima do PA. - - - Proporcionar segurança e conforto no deslocamento dos estudantes.	- Transporte funcionando; - População estudando regularmente.	- Através de Parceria com a prefeitura: MEC/FUNDESCOLA e outros programas de governo Estadual e Federal.	A negociar	- Até 2008.
<b>Total.</b>					<b>212.750,00</b>	

Fonte: Levantamento de demandas. Coopvag, 2007.

**Tabela 06 - Resumo dos Investimentos com Infra – Estruturas Sociais.**

<b>Especificação</b>	<b>Qdt</b>	<b>Período implantação</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>	<b>Fonte de recursos</b>
- Construção de casas de aproximadamente 46 m².	05 Ud	2008	13.000,00*	65.000,00	INCRA/MDA/CEF/Comunidade
- Construção de 01 sede de aproximadamente 100 m²	01 Ud	2010	35.000,00**	35.000,00	Próprios e Parcerias
Construção de 1,5 km de estradas.	1,5 km	2007	17.000,00*	25.500,00	INCRA/MDA/ Prefeitura Municipal
Eletrificação Rural	5 km	2007	7.450,00*	37.250,00	Governo Federal e Estadual
- Construção de um poço artesiano de 120 m² c/ - Bomba e caixa d'água de 10.000 litros	01 Ud	2007/08	50.000,00*	50.000,00	INCRA/MDA/ Prefeitura/Associação
<b>TOTAL</b>				<b>212.750,00</b>	

Fonte: \* dados obtidos no setor de engenharia do INCRA-TO, 2007. \*\* Dados obtidos em pesquisa feita pela Coopvag, 2006/07.

### **c) Estratégias para implementação das Metas**

A infra-estrutura demandada pela comunidade é bem maior do que a planejada no Programa. Isso se dá devido à problemática citada anteriormente. Na realidade a demanda de determinadas infra-estruturas como posto de saúde, construção da escola, implantação de um sistema telefônico conforme solicitação da comunidade seria difícil até mesmo para o número de famílias previstas para o Projeto, tornando-se totalmente inviável com a redução desse número de famílias. Assim, as demandas com relação à educação foram resumidas apenas pela implantação do transporte escolar, pois o número de estudantes no PA é muito pequeno não justificando a construção de uma escola. A implantação do transporte é uma demanda que deverá ser projetada em cima da nova realidade e a partir daí negociada com a prefeitura municipal e outros parceiros.

Com relação à construção de estradas e implantação da rede de energia elétrica, será feita uma negociação entre prefeitura e o INCRA. A partir da demarcação das parcelas e conseqüente encaminhamento das famílias para os lotes, serão providenciadas a implantação da energia e a construção das estradas. Será iniciado também, o processo de construção das moradias, considerando que foi firmado um convênio entre INCRA e CEF, mas este item será trabalhado à parte, no subprograma de habitação.

A infra-estrutura do poço artesiano será negociada com o INCRA, mediante projeto elaborado para esse fim. A construção do campo de futebol será feita pela comunidade. A sede da Associação e as igrejas, pleiteadas pela comunidade serão, primeiramente discutidas com a própria comunidade e a partir da elaboração de projetos específicos para captação de recursos serão negociadas as parcerias entre os órgãos da rede pública e/ou

organizações não governamentais, além da contra partida da comunidade, com a organização de mutirões, por exemplo.

#### **d) Procedimentos técnicos**

A maior parte dos custos descritos foi estimativa. Os valores referentes à habitação, poço artesiano, estradas e energia elétrica foram obtidos no setor de engenharia do INCRA. Para estimar os custos sede da associação utilizaram-se valores pesquisados pela COOPVAG/Pará (2006) e na construção civil sobre valor por m<sup>2</sup> (R\$ 350,00 m<sup>2</sup>) de construção. No entanto, estas obras serão projetadas à época, em cujo projeto estará todo o orçamento detalhado, com as devidas justificativas e embasamento técnico para efeito de negociação com os parceiros.

Em infra-estruturas de responsabilidade do INCRA, como construção de estradas; habitações e poço artesiano serão considerados recursos disponíveis para essa finalidade. Situações em que não seja suficiente serão tomadas medidas necessárias para a complementação: elaboração de projetos; contrapartida da comunidade, entre outros. Os demais projetos serão negociados com o governo municipal, estadual e federal.

A construção de estradas e do poço artesiano deverá obedecer às normas do INCRA (Norma de execução nº. 36 de 30/03/04; instrução normativa nº. 37 de 08/12/06 e norma do Incra nº. 53 de 20/12/06.) O convênio deverá ser efetuado entre Prefeitura e o INCRA, no qual ficará estabelecido à responsabilidade da prefeitura pela recuperação e construção das estradas e o grupo gestor do Programa de Organização Territorial deverá fiscalizar e acompanhar a execução das ações/obras.

A energia elétrica fornecida ao PA será proveniente da rede elétrica que passa próxima a área do PA.. As linhas principais de alta tensão, trifásica seguirão até o lote dos assentados, onde sofrerá um rebaixamento que permitirá aos moradores o acesso direto a energia elétrica.

### **6.4.1.2 Subprograma de Habitação**

#### **a) Justificativa**

Todo ser humano tem direito a moradia. E morar com dignidade, conforto e segurança é o desejo de toda família, bem como é condição necessária para permanência do homem no campo. Por esse motivo, um dos benefícios da reforma agrária é o acesso à moradia. As famílias que residem no PA Taboca moram em barracos provisórios, enquanto aguardam a liberação do crédito habitação para construção de suas casas.

## **b) Objetivos**

**Objetivo Geral:** Garantir condições de moradia digna, permitindo o acesso a melhores condições de vida e de trabalho através do conforto e da segurança das famílias.

### **Objetivos específicos:**

- Promover o acesso das famílias a moradia digna, com conforto e segurança;
- Assegurar um direito dos beneficiários da reforma agrária às famílias do PA Taboca;
- Prevenir doenças (de Chagas, entre outras) e evitar acidentes com animais peçonhentos.

## **c) Meta**

Construção de 05casas, medindo aproximadamente 46m<sup>2</sup>, no valor de R\$13.000,00 (treze mil reais).

## **d) Estratégias para alcançar as metas previstas**

O recurso do crédito habitação a ser liberado pelo INCRA será no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), por família.. O restante será complementado através de um convênio estabelecido com a Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), totalizando um crédito de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) para a construção de cada casa. No diagnóstico foi identificada a presença de recursos naturais como madeira e areia que poderá ser utilizado na construção da casa, no entanto, será necessária a criação de um plano de manejo que, mostrará a viabilidade econômica, social e ambiental de se utilizar ou não recursos naturais.

Identificou-se, também, a presença de profissionais como pedreiros e ajudantes que deverá contribuir para a construção das moradias. No entanto, com a efetivação do convênio com A CEF, foram criados critérios que deverão ser obedecidos. A forma de utilização dos recursos existentes deverá ser discutida entre as instituições parceiras, bem como o planejamento de como será conduzido o processo de construção das casas.

No entanto, acredita-se que a comunidade deverá está incluída no processo de discussão e deverá ser ouvida, uma vez que é a principal interessada. A proposta é que o grupo gestor do Programa de Organização Territorial, juntamente com a assessoria técnica, comissão do INCRA e parceiros discutam todo o processo e forma de construção de suas casas. Os créditos deverão ser liberados de forma coletiva, ficando a cargo da Associação do PA, a administração, fiscalização e aplicação dos recursos. A aquisição de material

deverá ser de forma coletiva e baseada em pesquisa de preço. Caberá ao INCRA o papel de articulador com as instituições e/ou programas, bem como o acompanhamento de todo o processo de implantação da estrutura de moradia do PA.

## 6.4.2 Programa Produtivo

### 6.4.2.1 Apresentação

A oficina de planejamento das atividades foi realizada com todas as famílias assentadas atualmente no PA. O grupo responsável pela discussão do Sistema Produtivo, com base na análise do diagnóstico e no interesse dos agricultores, construiu o plano de desenvolvimento da área produtiva e identificou as diversas atividades que pretendem desenvolver visando promover a sua sustentabilidade. As propostas foram discutidas com todo grupo do assentamento, onde se observou grande participação da comunidade, defendendo e opinando sobre o que pretendem fazer (Figura 32).

As extensas de áreas de preservação permanente impossibilitam a permanência do número de famílias cadastradas para o PA. No caso de se dividir as áreas agricultáveis por entre as famílias assentadas, o tamanho das parcelas seria insuficiente para implantação das atividades desejadas pelas famílias. Para que boa parte das atividades discutidas entre os assentados sejam viabilizadas, é necessário que a os familiares possuam áreas maiores; com tamanho mínimo de 24,0 hectares, o que geraria apenas cinco lotes familiares no PA.

As famílias que permanecerem, mesmo ficando nas áreas com o tamanho mínimo necessário, terá algumas dificuldades de escoamento e comercialização dos produtos, pois a quantidade dos produtos produzidos talvez não desperte o interesse de comerciantes e agentes comerciais nos produtos do PA. As dificuldades de acesso também são fatores limitantes, com soluções delimitadas, em função do número de famílias recomendadas para o PA.

Dessa forma, o Programa Produtivo envolve todas as atividades agropecuárias possíveis de estabelecer nos cinco lotes recomendados. As atividades estão ligadas à segurança alimentar e a geração de renda. Nos



Figura 32 – Grupo temático responsável pela discussão do programa produtivo.

Fotos: Euryandro Ribeiro e Jonatas Azevedo.

subprogramas abaixo, se descreve como estas serão inseridas nos estabelecimentos familiares do PA, apresentando o cronograma de implantação, as metas e objetivos propostos, além do procedimento técnico com destaque para os princípios agro ecológicos.

#### **6.4.2.2 Subprograma Produção Agropecuária**

##### **6.4.2.2.1 Bovinocultura de Leite**

###### **a) Justificativa**

A criação de gado é a principal atividade que as famílias pretendem exercer. Em conversas cotidianas com os agricultores, percebemos que na visão dos mesmos, se tivessem que escolher alguma atividade do planejamento para ser retirada, poderia ser excluído qualquer outra, menos a bovinocultura. Os agricultores pretendem adquirir o rebanho através do PRONAF. Para isso exige-se a implantação de pastagens, construção de cercas e todas as benfeitorias necessárias à atividade, conforme a demanda de cada sistema. Dessa forma, propõe-se um sistema produtivo ligado à pecuária bovina que deverá ser implantado pela comunidade do PA com acompanhamento da equipe de assistência técnica.

Para que essa atividade tenha sustentabilidade será necessário planejá-la desde o início, ou seja, adquirir animais voltados para a produção leiteira, respeitando a capacidade de suporte do pasto tendo em vista o número de animais que vão compor o rebanho final, evitando a superlotação, e conseqüentemente, o desgaste da pastagem. É importante avaliar o desempenho produtivo das matrizes e do reprodutor, descartando os animais que não se enquadram nos resultados esperados, além de manejar as pastagens introduzindo forrageiras adaptadas, retirando os animais do piquete no período correto para proporcionar uma boa recuperação da pastagem.

Dentro do estabelecimento, a pecuária tem como principal objetivo garantir a segurança alimentar da família e ser peça fundamental no acúmulo de renda para a família, sendo que o excedente do leite será comercializado na forma in natura e beneficiado (queijos e doce). Os bezerros serão comercializados garantido um reforço na renda familiar.

###### **b) Descrição da Atividade**

Os animais serão mantidos em sistema semi-extensivo, distribuídos nas áreas de pastagens existentes nos estabelecimentos familiares. Os piquetes serão estabelecidos em

função da disponibilidade de área, da quantidade de animais, recursos hídricos e complementação alimentar. Será comercializado o leite in natura, queijo, doces e requeijão. Também serão vendidos os bezerros que não apresentarem interesse racial para o agricultor. As fêmeas serão selecionadas e descartadas apenas as que não apresentarem qualidade de produção adequada.

Os derivados do leite seriam basicamente destinados a garantia da segurança alimentar, pois a implantação de uma unidade de beneficiamento, com as condições mínimas de funcionamento com autorização dos órgãos competentes, apresenta grande valor de implantação, inviável para o número de famílias recomendadas para o PA.

A sugestão é que as mulheres, donas de casa, com técnicas artesanais, fabriquem nas próprias cozinhas os derivados do leite (queijo, requeijão, doce, etc.), para alimentação da família, vendendo de modo informal, o excedente dos produtos fabricados.

### **c) Procedimento Técnico**

Para a instalação do rebanho com aptidão leiteira a preferência é pela raça Girolando, por apresentar boa produção e rusticidade, além da adaptação ao clima da região. Inicialmente as matrizes serão cruzadas (mestiças de Girolando). Estes animais, adquiridos pelas linhas de crédito do governo federal, serão melhorados através do cruzamento com reprodutor de qualidade. Inicialmente serão adquiridas 05 matrizes.

O reprodutor deverá ser Girolando, com capacidade para reproduzir descendentes com boa capacidade de conversão alimentar e significativa produção de leite, pois os bezerros machos serão vendidos e as fêmeas selecionadas para se tornarem futuras matrizes.

Os animais receberão suplementação mineral periodicamente. Serão feitos exames de brucelose, uma vez por ano, em todos os reprodutores e em vacas não vacinadas. Ainda serão vacinados contra aftosa, raiva e outras zoonoses, conforme o calendário regional de vacinação. E, todo manejo diário com os animais será realizado com mão-de-obra familiar.

#### **➤ Índices Técnicos da Raça Girolando:**

- Suporte forrageiro: 1 UA/ ha;
- Relação macho/fêmea: 1/25;
- Índice de natalidade: 85%;
- Índice de prolificidade: 1,0/parto;
- Duração de gestação: 285 dias;
- Descarte para matrizes: 15%;

- Média de parto/ano: 1 parto/ano;
- Idade mínima para reprodução: 18 meses;
- Idade máxima para reprodução: 8 anos;
- Matriz leiteira: produz em média 1.440 l/leite/ano a partir da 1ª gestação;
- Período de lactação: 240 dias;
- Peso vivo aos 100 dias: 75 kg;
- Peso vivo aos 365 dias: 200 kg;
- Índice de mortalidade:
  - Touro e Matrizes: 1%;
  - Novilhos(s): 2%;
  - Garrotes (as): 3%;
  - Bezerros (as): 5%.

No PA, como apresentado nos resultados do diagnóstico, existem algumas áreas de pastagens. Porém as áreas de pastagem são pequenas e encontram-se degradadas, necessitando de recuperação e implantação de novas áreas para todos os assentados que objetivam realizar a bovinocultura.

#### d) Comercialização e Mercado

A função principal da produção seria a alimentação da família, com a venda dos excedentes de modo informal, entre os próprios assentados e moradores vizinhos ao PA. Os municípios vizinhos podem consumir parte dos produtos fabricados, levando em consideração que a quantidade produzida não é suficiente para suprir os grandes mercados.

Os bezerros também serão comercializados, sendo priorizados os machos. A venda dos bezerros será uma renda, para ampliação do sistema produtivo e melhoria da qualidade de vida do agricultor. Esses animais poderão ser comercializados através de fazendeiros vizinhos ao PA, açougueiros, ou entre os próprios agricultores do PA. Atualmente o bezerro esta cotado por R\$ 330,00 a cabeça.

**Quadro 10** – Matriz metodológica da Bovinocultura de leite.

<b>Objetivo geral:</b> Implantação e melhoramento genético de rebanho bovino voltado para produção de leite com utilização de animais selecionados e de boa produtividade.				
<b>Objetivo específico</b>	<b>Metas</b>	<b>Período de implantação</b>	<b>Fonte financeira</b>	<b>Custo da atividade</b>
- Alcançar a produtividade esperada de leite; - Alcançar a rentabilidade projetada; - Melhorar a alimentação familiar; - Reduzir os índices de desmatamento.	Estabelecer um rebanho com uma produção diária girando em torno de 08 litros/vaca.	2º Semestre /2010	PRONAF	R\$6.500,00*

Fonte: Pesquisa de campo – COOPVAG/PA 2006. \* RIT – Banco da Amazônia, 2007.

O objetivo é investir no mercado micro regional, principalmente nos municípios de Porto Nacional e Palmas, sendo que a venda direta ao consumidor nas feiras livres será priorizada.

#### **6.4.2.2.2 Capineira**

##### **a) Justificativa**

O principal ponto de estrangulamento das explorações bovinas é o período da seca, quando as pastagens não fornecem alimento volumoso, em quantidade e qualidade necessárias de nutrientes, provocando o efeito “sanfona” na produção de leite e carne. A falta de pastagem na seca, além de contribuir para a baixa produtividade, antecipa ainda o processo de degradação do solo, por causa do pisoteio excessivo do mesmo. Assim, o uso de outros recursos forrageiros ricos em carboidratos e proteínas, silagem, torna-se indispensável. O plantio de capim elefante e cana-de-açúcar é uma alternativa eficaz e barata para amenizar os efeitos da seca sobre a produção leiteira.

##### **b) Descrição da Atividade**

As áreas para implantação das capineiras serão próximas às unidades de produção dos assentados para facilitar o manejo. Os piquetes serão estabelecidos com 1,0 hectare, ou de acordo com a necessidade de cada agricultor.

##### **c) Procedimento Técnico**

As culturas destinadas à utilização intensiva devem situar-se em terrenos possíveis de mecanização, recomenda-se a escolha de áreas de topografia favorável, com declividade máxima de 20%. O terreno deve ser suficientemente preparado para receber esta cultura, através de quantas arações e gradagens forem necessárias. Deve-se evitar o inconveniente de aração próxima ao plantio, por não haver tempo suficiente para decomposição da massa verde incorporada ao solo, o que poderá prejudicar o plantio e o desenvolvimento inicial da forrageira. É indispensável proceder-se a gradagem pré-plantio para eliminar sementeiras de ervas daninhas. A época recomendada para o plantio é o período das chuvas e não deve ultrapassar o mês de Fevereiro. Recomenda-se a escolha de cultivares de capim elefante (*Pennisetum purpureum*, schum.), que não floresçam, identificadas como Cameroun, Urukumi (Vrukwna) e Taiwan A-241 e de cana-de-açúcar precoces como a NA 5679, RB 76-5418.

Para o plantio devem ser utilizados colmos com 100 dias de vegetação, que não precisa ser cortado em toletes, que será colocado em sulcos de 10 a 15 cm de profundidade, espaçados de 0,80 a 1,0 m. Para maior garantia de germinação, colocam-se colmos duplos, pé com ponta, em linha contínua, em seguida procede-se a adubação recomendada, que será feita com esterco de curral curtido no plantio e durante todo o ciclo da cultura.

**Quadro 11** – Matriz metodológica da Capineira.

<b>Objetivo geral:</b> Melhorar a alimentação e nutrição do rebanho bovino existente amenizando os efeitos da seca sobre a produção leiteira.				
<b>Objetivos específicos</b>	<b>Metas</b>	<b>Período de implantação</b>	<b>Fonte financeira</b>	<b>Custo da Atividade</b>
-Manter os animais nutridos diminuindo a perda de peso no período da seca; -Proporcionar alimento volumoso de boa qualidade ao rebanho no período da seca; -Manter a produção de leite no estabelecimento; -Redução da degradação do solo e das pastagens.	Implantação de 1,0 ha de capim elefante e cana forrageira/lote, em todos os estabelecimentos familiares do PA.	A implantação da capineira será na área da roça de toco iniciará a partir do mês de agosto de 2009. E o plantio será realizado no início do período chuvoso de 2009.	Recursos próprios	R\$ 500,00

Fonte: Pesquisa de campo – COOPVAG/PA 2006. \* RIT – Banco da Amazônia, 2007.

### 6.4.2.2.3 Suinocultura

#### a) Justificativa

A suinocultura desempenha um importante papel na agricultura familiar, é uma das principais fontes de proteínas para os agricultores, uma alternativa de renda, além de ser uma atividade que ocupa pouco espaço dentro do estabelecimento familiar podendo ser integrada a outros programas produtivos. A alimentação dos animais pode ser realizada com frutas da época, com resto de cultura (mandioca, milho), soro de leite e todos os resíduos oriundos da lavoura. A introdução de raças rústica de suínos mais produtivos e de melhor conversão alimentar é a alternativa mais viável para o sucesso da atividade, pois a carne será de melhor qualidade e com menos gordura, sendo esta mais saudável para a alimentação humana. A suinocultura é bastante apreciada pelos assentados. Os suínos são animais rústicos, que podem ser facilmente manejados pelos agricultores, que já têm muita experiência com a criação desses animais, necessitando apenas de acompanhamento técnico para melhoria do rendimento produtivo.

#### b) Descrição da atividade

As instalações necessárias podem ser bem rústicas com bebedouros, comedouros portáteis e cabanas maternidade portáteis confeccionados em madeira existente no próprio

lote. O sistema SISCAL (Sistema de Criação ao Ar Livre), apresenta como critérios; a pouca exigência no capital de investimento, ecologicamente equilibrado e acessível a um maior número de agricultores.

Serão comercializados para abate apenas os leitões que atingirem o peso mínimo desejado pelos agricultores. A assistência técnica responsável pela ATES, acompanhará todas as ações da atividade, disponibilizando cursos de capacitação e desenvolvimento de técnicas de beneficiamento da carne suína, como a produção de defumados, por exemplo.

### c) Procedimento técnico

Serão adquiridos através do PRONAF, 03 matrizes da raça Sorocaba e 01 reprodutor da raça Landrace, aproveitando rusticidade, boa adaptação desses animais ao sistema de criação SISCAL. O cruzamento dessas raças resultará em animais com rápido crescimento (característica da raça Landrace) e com bom rendimento de carcaça e carne com menos gordura (característica da raça Sorocaba).

#### ➤ Índices Técnicos da Raça Sorocaba

- Relação macho/fêmea: 1:10;
- Índice de fertilidade: 85%;
- Índice de prolificidade: 20 leitões/matriz/ano;
- Gestação: 114 dias;
- Descarte para matrizes: 20%;
- Média de parto/matriz/ano: 2,5;
- Idade mínima para reprodução: 8 meses;
- Peso vivo aos 180 dias: 70 a 80 kg;
- Índice de mortalidade até 1 ano: 5%;
- Idade para abate: 7 meses.

**Tabela 07** – Manejo Alimentar para Suínos no Sistema SISCAL.

Culturas em geral	Goiaba, guandu, abóbora, banana, buriti, cana-de-açúcar, inajá, manga, etc.
Milho	Farelo
Mandioca	Folhas e resíduos da fabricação da farinha (deixar secar por 3 dias)
Soro de leite	Integral (subproduto da fabricação de queijo)

Fonte: Embrapa, 2007.

O suíno é um animal onívoro, porém na sua alimentação é imprescindível a suplementação com nutrientes e sais minerais. Os alimentos acima estarão disponíveis, após a implantação do plano, nos lotes dos agricultores do PA.

Após estabilização do sistema os agricultores poderão utilizar técnicas de beneficiamento da carne dos leitões, como a fabricação de defumados e lingüiças frescas, agregando valor ao produto. A assistência técnica conveniada disponibilizará, junto com órgãos parceiros, cursos e treinamentos para auxiliar os assentados na melhoria dos seus produtos.

#### d) Mercado e comercialização

Os animais serão comercializados vivos a um preço de R\$ 50,00/ arroba (cinquenta reais), pesando em torno de 02 (duas) arrobas. As vendas se realizarão no próprio PA e na micro-região de Porto Nacional e Palmas. Os leitões poderão ser vendidos para frigoríficos e supermercados, desde que apresentem em ótimas condições de sanidade e higiene. Os agricultores poderão se beneficiar com o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, o Compra Direta.

**Quadro 12** – Matriz metodológica da Suinocultura.

<b>Objetivo geral:</b> Diversificar a produção do estabelecimento familiar, para garantir a segurança alimentar dos assentados e geração de renda.				
<b>Objetivo específico</b>	<b>Metas</b>	<b>Período de implantação</b>	<b>Fonte financeira</b>	<b>Custo da Atividade</b>
- Otimização de espaço físico; - Complementação da renda familiar; - Manutenção da atividade dentro da segurança alimentar dos agricultores; - Possibilitar a verticalização da produção (embutidos e defumados); - Reduzir a pressão sobre os recursos naturais.	Construir um mangueiro de 1000m <sup>2</sup> para abrigar 03 matrizes e 01 reprodutor no sistema de criação conhecido como SISCAL.	A partir do segundo semestre de 2010	PRONAF A	R\$ 2.410,00*

Fonte: Pesquisa de campo – COOPVAG/PA 2006. \* RIT – Banco da Amazônia, 2007.

### 6.4.2.2.4 Avicultura

#### a) Justificativa

A criação de pequenos animais, tais como galinha caipira é, em primeira instância, a oportunidade de melhorar a alimentação da família. Em geral, os estabelecimentos, utilizam como incremento do sistema produtivo, práticas baratas, de fácil aceitação, como a avicultura caipira. Esta atividade pode se tornar interessante para os assentados do PA. É uma atividade comum a praticamente todos os assentados, de simples manejo e que pode auxiliar na renda familiar, de forma que seja uma alternativa de trabalho para os membros da família, pois requer mão-de-obra leve.

Tradicionalmente, as criações domésticas de galinha caipira, praticadas nas unidades agrícolas familiares, se caracterizam pela sua forma de exploração extensiva, na

qual inexistem instalações, bem como, a adoção de práticas de manejo que contemplem eficientemente os aspectos reprodutivos, nutricionais e sanitários. Porém é uma atividade bastante realizada pela maioria dos pequenos agricultores.

## **b) Descrição da Atividade**

O sistema alternativo de criação de galinhas caipiras preconiza a construção de instalações simples e funcionais, a partir dos recursos naturais disponíveis nas propriedades dos agricultores, tais como madeira, estacas, palha, etc. O principal objetivo dessa instalação é oferecer um ambiente higiênico e protegido, que não permita a entrada de predadores e que ajude a amenizar os impactos de variações extremas de temperatura e umidade, além de assegurar o acesso das aves ao alimento e à água.

O sistema de criação adotado será o semi-intensivo, onde as aves durante o dia terão acesso a piquetes cercados de tela, com vegetação composta por gramíneas e leguminosas, com árvores e arbustos no perímetro ou telado, visando o fornecimento de alimentação e sombras para as aves que a noite serão mantidas no galinheiro. O piquete terá altura de 1,80 m, largura de 10 m por 15 m de comprimento, sendo dividido ao meio onde será feita a rotação das aves. O abrigo terá uma largura de 4,0 m por 8,0 m de comprimento. Suas paredes serão preferencialmente teladas, piso de chão batido coberto com cama de palha de arroz ou serragem e o teto de palha ou telhas de amianto. Os comedouros e bebedouros serão feitos no próprio local da criação utilizando para sua confecção, madeira, latas, pneus velhos, etc. Serão destinados 2,5 cm de bebedouro/ave, sendo 5,0 cm/ave nos comedouros distribuídos adequadamente ao longo do abrigo e dos piquetes. As instalações consistem em uma área útil de 32,0 m<sup>2</sup> e divisões internas destinadas a cada fase de criação das aves: reprodução (postura e incubação), cria, recria e terminação.

Serão adquiridos inicialmente 100 pintos das raças precoces, que serão distribuídos em 02 módulos, em virtude do menor custo e melhor capacidade de adaptação ao clima e sistema de criação, sendo preferencialmente as raças *Plimouth Rock Barred* (carijó), *Label Rouge*, *Caipirão*, *Gigante Negra*, que em geral têm boa produtividade, adaptabilidade e resistência. Os pintos serão mantidos em regime de confinamento no compartimento de cria durante 30 dias e posteriormente, soltos de forma gradual. Durante esse período serão alimentados exclusivamente com ração inicial, sendo a mesma complementada com milho, guandu, mandioca, restos de comida, entre outros, produzidos no estabelecimento familiar.

As aves serão vacinadas contra *New Castle* e *Bouba Aviária* e receberá vermífugos junto com a alimentação, segundo acompanhamento da assistência técnica responsável.

➤ **Índices Técnicos (RIT/Banco da Amazônia/2006):**

- Raças: Carijó (Plymouth Rock), Label Rouge, Gigante Negra;
- Início da postura: 180 dias;
- Produtividade de postura: 185 ovos/ano;
- Período para corte: 80 a 100 dias;
- Peso médio de corte: 2,00 a 3,00 kg;
- Conversão alimentar: 2,5: 1;
- Relação macho/fêmea; 1:10;
- Área de pasto: 5,0 m<sup>2</sup> /ave;
- Área coberta: 04 aves/ m<sup>2</sup>;
- Ninho: 01 para 04 aves;
- Poleiro: 25 cm linear/ave;
- Comedouro: 5,0 cm linear/ave;
- Bebedouro: 2,5 cm linear/ave;
- Comercialização: ovos R\$3,00/dúzia, frango = R\$10,00/cabeça.

**c) Mercado e Comercialização**

A comercialização do produto será realizada no primeiro momento no mercado regional, (feiras, supermercados etc.). Portanto, existe viabilidade de mercado para atender a demanda. A assistência técnica propõe que a comercialização seja feita de maneira coletiva, com a maior quantidade possível, a fim de agregar maior valor ao produto. Porém é sabido que, a quantidade de famílias delimitadas para o PA limita a produção de aves do PA.

**Quadro 13** – Matriz metodológica da Avicultura.

<b>Objetivo geral:</b> Implantar um plantel avícola com baixo custo e boa produtividade.				
<b>Objetivo específico</b>	<b>Metas</b>	<b>Período de implantação</b>	<b>Fonte financeira</b>	<b>Custo da atividade</b>
- Criação de aves de raças caipiras; -Melhorar a renda e alimentação das famílias assentadas; -Fornecer adubo orgânico e outros subprodutos; -Fornecer frangos caipira para o mercado regional.	Implantar a criação de aves com aptidão mista, inicialmente com 01 módulo de 100 pintos/família. Para obter frangos em 80 a 100 dias com peso médio de 1,5 a 2,5 kg, prontos para abate, através de financiamento.	2º Semestre de 2009.	PRONAF-A	R\$1.505,00*

Fonte: Pesquisa de campo – COOPVAG/PA 2006. \* RIT – Banco da Amazônia, 2007.

O valor atual de frangos com peso médio de 1,5 a 2,0 kg está estimado em R\$10,00/cabeça (dez reais), e a produção de ovos a preço de R\$3,00/dúzia (três reais), segundo avaliação de mercado realizado pela COOPVAG.

#### **6.4.2.2.5 Roça de Toco (Feijão, Milho e Arroz)**

##### **a) Justificativa**

As culturas de arroz, milho e feijão são fundamentais para a alimentação das famílias do PA. É parte do dia a dia de cada família. Desse modo, se faz essencial a implantação de lavouras com essas culturas como garantia mínima de segurança alimentar.

Inicialmente os agricultores do PA implantarão as roças através do sistema corte queima. Apesar do alto impacto ambiental é a tecnologia mais simples e barata. Posteriormente, após a implantação do sistema produtivo projetado, serão inseridos avanços tecnológicos como a mecanização, visando aproveitar melhor a área cultivada, diminuindo o desmatamento do cerrado e aumentando a produtividade. Outro aspecto que incentiva a mecanização é a pressão no cumprimento das Leis Ambientais, referente à preservação da área de reserva legal.

- **Cultura do feijão (*Vigna unguiculata* (L.) Walp.)**

A cultura do feijão caupi tem grande importância dentro da manutenção da segurança alimentar dos pequenos agricultores. Em algumas regiões, como o nordeste brasileiro, é o alimento básico das populações de baixa renda. Essa espécie apresenta grande rusticidade para se desenvolver em solos de baixa fertilidade.

A variedade escolhida para o plantio tem um ciclo que gira em torno de 71-80 dias (média precocidade) o que permite ao agricultor cultivar duas roças ao ano. O estande deve conter em torno de 44.000 plantas/ha, a um espaçamento de 0,60 m entre fileiras e 0,30 m entre plantas, o metro linear plantado com matraca deve conter no máximo 8 sementes.

Visando aproveitar melhor área destinada à agricultura, sugere-se que o feijão seja consorciado, aproveitando a mecanização e a adubação destinadas à cultura da mandioca. A colheita será realizada da forma tradicional, manualmente e os grãos separados das vagens, através da bateção. A cultura será implantada na metade do período chuvoso a fim de evitar que a chuva atrapalhe a colheita do feijão.

- **Cultura do Milho (*Zea mays*)**

A cultura do Milho (*Zea mays*) é produzida em todo território brasileiro, conhecida pela suas várias utilidades e pelo papel social que desempenha junto às populações de

baixa renda. Na região é cultivada principalmente pelos agricultores familiares, apresentando viabilidade econômica, pouca exigência de mão-de-obra e fácil armazenamento. Os grãos podem ser utilizados para alimentação humana em forma de milho verde, mingau, bolos, e também como aproveitamento para ração animal, que pode ser na forma de grãos inteiros ou triturados ou como Milho Desintegrado com Palha e Sabugo - MDPS, apresentando ingrediente fornecedor de energia e proteína. Em função desses fatores justifica-se, via financiamento, a incrementação e adoção de novas tecnologias.

- **Cultura do Arroz (*Oriza sativa*)**

A cultura do Arroz (*Oriza sativa*) é produzida e consumida em todo território brasileiro, sendo juntamente com feijão a base da alimentação do povo brasileiro, proporcionando um balanço entre proteínas e energia, além de fornecer aminoácidos importantes para a vida. Conhecida pela suas várias utilidades e pelo papel social que desempenha junto às populações de baixa renda, na região é explorada principalmente pelos agricultores familiares apresentando viabilidade econômica e fácil armazenamento. Além de os grãos fazerem parte da alimentação humana, seus derivados podem ser utilizados como aproveitamento para ração animal (farelo, xerém). Por isso, a cultura do arroz (*Oriza sativa*) é uma alternativa econômica viável para os Projetos de Assentamentos. Esta produção, transformada em alimento para as famílias e ração animal, apresenta-se como um redutor de custos no que se refere à alimentação humana e animal.

## **b) Procedimento Técnico**

A roça incluirá a cultura de feijão Caupi (*Vigna unguiculata (L.) Walp*), arroz (*Oriza sativa*) e do milho (*Zea mays*). A seqüência de cultivo é baseada no critério de importância econômica e alimentar dessa cultura para a família.

O milho será semeado no mês de outubro, sendo priorizado o cultivo de variedades adaptadas à região, de ciclos precoces e médios de 70 a 120 dias. A densidade média projetada é de 40.000 plantas/hectare. As sementes serão adquiridas no comércio da região.

A semente do arroz será semeada no mês de novembro, priorizando as variedades adaptadas à região, resistentes a pragas e doenças e pouco exigentes em fertilidade. De ciclo precoce a médio de 70 a 120 dias. A densidade de 40.000 a 50.000 plantas por hectare. As sementes serão adquiridas no mercado da região.

As atividades de capina e colheita segue os critérios regionais de distribuição do trabalho, preservando-se as técnicas de controle de invasoras estabelecidas pelos agricultores, sob orientação técnica mensal (Quadro 14).

A roça será composta pelas culturas do arroz, milho e feijão, com 2,0 ha de plantio, semeando-se primeiro o milho no mês de outubro, em novembro o arroz e o feijão. Desta forma, pretende-se reduzir a competição entre as culturas e melhorar o aproveitamento da área.

**Quadro 14 - Itinerário Técnico das Culturas Temporárias.**

Cultura	Atividade	Jun.	Jul.	Ago	Set.	Out.	Nov	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr	Mai
Feijão	Preparo da Área												
	Plantio												
	1ª Capina												
	2ª Capina												
	Colheita												
Arroz	Preparo da Área												
	Plantio												
	1ª Capina												
	2ª Capina												
	Colheita												
Milho	Preparo da Área												
	Plantio												
	1ª Capina												
	2ª Capina												
	Colheita												

Fonte: Pesquisa de campo, realizada pela COOPVAG/2004.

**Tabela 08 – Produtividade das Culturas Temporárias**

Cultura	Produção/ha	Fonte de Recursos
Feijão	8 sacas	PRONAF A
Milho	15 sacas	PRONAF A
Arroz	25 sacas	PRONAF A

Fonte: Pesquisa de campo, realizada pela COOPVAG/2004.

### c) Mercado e Comercialização

A roça aqui projetada tem como principal objetivo assegurar a alimentação da família, assim somente o excedente será comercializado. O milho produzido tem como principal objetivo garantir a alimentação dos pequenos animais, desse modo dificilmente haverá excedente para ser comercializado. Já o feijão poderá ser vendido na micro-região e na feira de Porto Nacional e Palmas.

**Quadro 15 – Matriz metodológica das culturas de feijão, milho e arroz.**

<b>Objetivo geral:</b> Possibilitar aproveitamento da mão-de-obra familiar e reduzir o custo da produção da cultura do feijão, milho e do arroz.				
Objetivo específico	Metas	Período de implantação	Fonte financeira	Custo da atividade
Permitir a manutenção da produção	Implantar 2,0	A partir do 2º	PRONAF A	R\$3.500,00*

destinada ao consumo e segurança alimentar da família; -Manter o cultivo de lavouras, no PA, otimizando a produção; -Utilizar os resíduos culturais como forma de proteção do solo; -Possibilitar melhor relação custo/benefício; - Possibilita o aproveitamento dos resíduos e subprodutos da cultura da roça.	ha/família de roça de toco financiada envolvendo as 05 famílias do PA.	semestre de 2009.		
---	--	-------------------	--	--

Fonte: Pesquisa de campo – COOPVAG/PA 2006. \* RIT – Banco da Amazônia, 2007.

#### 6.4.2.2.6 Produção de Mandioca

##### a) Justificativa

A mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) cultivada em todas as regiões do país possui papel importante na alimentação humana e animal, na produção de matéria-prima para inúmeros produtos industriais e na geração de emprego e renda. O Brasil é o segundo colocado na produção mundial da raiz.

É uma das culturas indicadas para a região do cerrado, devido seu alto potencial de produção, pouco exigente em insumos e tolerantes à acidez e ao alumínio tóxico. A mandioca é considerada rica em amido, o que a torna ainda mais viável à melhoria da alimentação do agricultor e de sua família. No que se refere a sua produção, utiliza-se mão-de-obra familiar, não necessita de tecnologias modernas e exige pouco capital para investimento, o que diminui os custos para produção.

Desse modo, pode-se observar que a produção de mandioca é uma alternativa para o Assentamento, uma vez que desempenha importante papel na alimentação dos agricultores familiares locais, assim como de consumidores da região, além de possuir viabilidade na utilização dos resíduos da produção para alimentação de animais.

##### b) Descrição da Atividade

As lavouras serão implantadas individualmente, financiados pelo PRONAF. As raízes produzidas serão destinadas a alimentação dos pequenos animais e a alimentação da família, que será fabricada de modo artesanal pelo próprio agricultor, uma vez que o número de agricultores no PA não é suficiente para implantação de uma casa de farinha comunitária, devido seu alto custo de implantação.

##### c) Procedimento Técnico

As roças de mandioca serão plantadas em roças de toco, ou com utilização de máquinas, para o preparo do solo, e posterior queima controlada da área. Cabe ressaltar

que toda queima será realizada com utilização de técnicas adequadas de controle do fogo e conservação do solo. Nas áreas mecanizadas serão feitas aração e gradagem, conforme o Relatório de Informação Trimestral sobre Atividade Agropecuária (RIT, Banco da Amazônia /2007). A correção do solo e adubação será efetuada conforme análise de solo. Toda sua aplicação terá acompanhamento técnico.

Deverão ser utilizados cultivares ou variedades livres de pragas ou doenças, adaptadas as condições climáticas e ambientais da região, de modo que possam ter também aptidão para produção da farinha. O período de plantio deve coincidir com o início da época chuvosa, sendo que o espaçamento será de 1,0 m entre fileiras e 0,5 m entre plantas.

**Quadro 16** – Custo de Produção por família/ha.

Especificações	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Preparo da área	H/d	15	15,00	225,00
Maniva	H/d	7	15,00	105,00
Plantio	H/d	3	15,00	45,00
1 capina + amontoa	H/d	10	15,00	150,00
2 capinas	H/d	5	15,00	75,00
Colheita	H/d	10	15,00	150,00
Beneficiamento	H/d	60	15,00	900,00
Sacaria	und	60	1,00	60,00
<b>TOTAL</b>				1.710,00

Fonte: RIT do Banco da Amazônia -2007.

#### d) Itinerário Técnico da Roça

**Quadro 17** – Itinerário técnico da roça de mandioca.

Cultura	Atividade	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Mandioca	Preparo da Área												
	Plantio												
	1ª Capina												
	2ª Capina												
	3ª Capina												
	Colheita												

Fonte: Pesquisa de Campo da COOPVAG.

O preparo das áreas será no mês de agosto e setembro. A mandioca será plantada no mês de outubro e novembro, sendo priorizado cultivares de ciclo curto, médio e longo para que o agricultor tenha mandioca madura ao longo do ano. A densidade média projetada é de uma maniva por cova, com densidade média de 1 pé/m<sup>2</sup>, ou seja, uma população de 10.000 plantas/ha.

Os tratos culturais compreendem, basicamente, capina ou manejo das ervas daninhas. Deve-se ter acompanhamento e controle de pragas e doenças, com utilização prioritária de produtos de origem orgânica. Pode ser utilizada a consorciação com outras

culturas, como feijão, por exemplo, pois aperfeiçoam o uso mais intensivo dos recursos representados pela mão-de-obra, terra e capital.

No que se refere à colheita deve-se observar os fatores determinantes. Dentre eles destaca-se a idade das plantas em relação às cultivares utilizada; a presença ou não de pragas ou doenças; as condições ambientais; umidade do solo; condições das estradas de acesso; mão-de-obra disponível e a situação em que se encontra o mercado e o preço dos produtos. Na pós-colheita, para produção de farinha deve-se seguir o fluxograma (Figura 33):

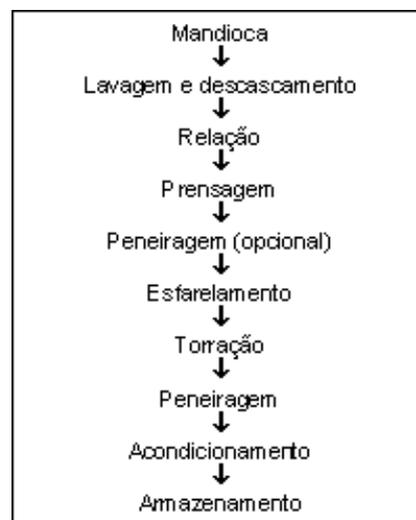


Figura 33 – Fluxograma da produção da farinha da mandioca. Fonte: Coopvag, 2007.

### e) Mercado e Comercialização

A mandioca produzida será basicamente para alimentação da família, pois não haverá quantidade suficiente para comercialização em grande escala. As raízes serão destinadas à alimentação dos pequenos animais (suínos e aves caipiras) e a fabricação de farinha para alimentar os membros da família.

Quadro 18 – Matriz metodológica da cultura de mandioca.

<b>Objetivo geral:</b> Produzir com aproveitamento da mão-de-obra familiar a cultura da mandioca para uso na alimentação diária, tanto das famílias assentadas como para as criações.				
<b>Objetivo específico</b>	<b>Metas</b>	<b>Período de implantação</b>	<b>Fonte financeira</b>	<b>Custo da atividade</b>
-Manter alimento para consumo da família e segurança alimentar; -Utilizar resíduos culturais como forma alternativa na alimentação de animais; -Manter o cultivo de lavouras, otimizando a produção.	Implantar o cultivo de mandioca envolvendo as famílias do PA.	A partir do 2º semestre de 2009.	PRONAF A	R\$1.710,00*

Fonte: RIT - Banco da Amazônia/2007.

### 6.4.2.2.7 Apicultura

#### a) Justificativa

A apicultura (criação de abelha do gênero *Apis*) é uma atividade de potencial produtivo. Além de não agredir o meio ambiente é capaz de promover a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, sendo uma fonte de renda significativa, tanto pela produtividade obtida, como pelo custo de produção que é relativamente baixo. Pode ser desenvolvida em pequenas áreas e requer pouca mão-de-obra sobrando tempo para as outras atividades. A apicultura pode ser integrada a qualquer sistema de produção

principalmente porque a polinização realizada pelas abelhas aumenta a produtividade e melhora a qualidade dos frutos, grãos e sementes.

A apicultura requer baixa mão-de-obra, o que favorece o trabalho para a agricultura familiar. É uma atividade que pode disponibilizar renda ao agricultor, sem que o mesmo utilize mão-de-obra excessiva, disponibilizando trabalho para outras atividades.

## **b) Descrição da Atividade**

Os apiários serão instalados em torno do cerrado, próximo aos córregos e rios ou na área destinada para Reserva Legal. Serão compostos por 10 caixas distribuídas nas áreas de acordo com a disponibilidade de cada estabelecimento familiar. Para evitar acidente o apiário deve ser instalado no mínimo 300 m de residência, estrada ou caminho, criação de animais etc., sendo o mesmo cercado e identificado com placas de advertência, para evitar possíveis acidentes com pessoas e animais. Serão ministrados cursos de capacitação técnica aos agricultores assim como será prestada assistência técnica durante toda implantação da atividade.

O mel será beneficiado em uma Mini Unidade de Beneficiamento, onde possuirá os equipamentos mínimos para limpeza do mel e envase do mesmo. A recomendação seria que os assentados se unissem para aquisição de conhecimentos sobre a atividade, compra de materiais e comercialização de produtos.

## **c) Procedimento Técnico**

- **Pastagem apícola:** Os apiários serão localizados em áreas que ofereçam pastagem apícola, fator principal para o início de uma apicultura racional. Floradas abundantes e variadas asseguram o sucesso da atividade e a qualidade do mel produzido. A florada deve está localizada em um raio de até 1500 metros do apiário, para evitar a migração das abelhas;
- **Presença de água:** É importante observar se há abelhas nas proximidades onde se pretende instalar o apiário, pois é um bom indício da existência de enxames na área e da presença de água no entorno. É preciso ter água corrente, limpa e potável para servir de bebedouro natural para as abelhas, a uma distância máxima de 500 metros do apiário, caso contrário deve-se fornecer a água para as mesmas em bebedouros artificiais.

- **Época de instalação:** A melhor época para se instalar um apiário é quando as plantas estão em plena floração, fornecendo néctar e pólen em abundância para os enxames. Em nossa região acontece durante o período chuvoso.
- **Distribuição das colméias:** O número médio de colméias é de **10 a 15** caixas/apiário. A distribuição das colméias pode ser em fileiras simples ou duplas, semicírculo ou círculos desde que o alvado não esteja voltado um para o outro, ou seja, evitando sempre colocá-la frente a frente. O local das colméias deve ser sempre limpo e plano e com 40 a 50% de sombra, para facilitar o acesso às mesmas. Devem-se manter sempre limpo a frente do alvado de maneira que tenha espaço suficiente para a abelha alçar vôo e aterrissar sem dificuldades, recomenda-se para isto, limpar uma faixa de 10 metros no mínimo do terreno em frente ao alvado. As revisões nas colméias serão feitas a cada quinze dias, onde serão observadas as reservas de alimentos, a necessidade em reforçar ou controlar a população da colônia, verificar se a colméia está sendo atacada por insetos ou outros animais, colher o mel e avaliar a postura da rainha etc.

**Quadro 19** – Orçamento estimado para implantação da Atividade de Produção do Mel

Especificações	Quantidade	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
<b>Material p/ Apiário</b>				
Cera Alveolada/Família	02	kg	30,00	60,00
Colméia/Família	10	Unid	100,00	1.000,00
Macacão/Família	02	Unid	70,00	140,00
Luvras/Família	02	Par	25,00	50,00
Embalagens/Família	500	Unid	0,70	350,00
<b>TOTAL</b>				<b>1.600,00</b>

Fonte: RIT Banco da Amazônia/2006.

### ➤ Índices técnicos

- **Produtividade:**  
Mel: 30 a 50 kg/caixa/ano (1º ano o enxame produz 60%, no 2º ano 85% e no 3º ano 100% de produção de mel respectivamente);
- Pólen – 9 kg/caixa/ano;
- Cera – 2 kg/caixa/ano;
- Própolis – 50 a 400g/caixa/ano;
- Geléia real – 20g/caixa/ano;
- Mão-de-obra de manutenção da atividade: 01 hora/caixa/ano;
- Consumo das abelhas:  
Uma média de 30 kg de mel/enxame/ano (depende do clima);
- 25 – 30 kg de pólen/enxame/ano;
- Capacidade Suporte:

- 30 – 40 colméias/apiário;
- Distância entre apiários:
  - 3 – 4 km (Deve ser feita uma avaliação técnica para se definir a capacidade de suporte do pasto apícola do assentamento)

**Quadro 20** – Matriz metodológica da apicultura.

<b>Objetivo geral:</b> Geração de renda e produção de alimentos, assegurando a diversificação alimentar das famílias.				
<b>Objetivos específicos</b>	<b>Metas</b>	<b>Período de implantação</b>	<b>Fonte financeira</b>	<b>Custo da Atividade</b>
-Melhorar a renda familiar; Complementar a alimentação das famílias assentadas; -Aproveitar as condições físicas existentes nas áreas; -Contribuir na recuperação e preservação da vegetação primária e secundária existentes; -Possibilitar condições de renda para que o assentado permaneça no campo.	Implantar inicialmente um apiário com 10 colméias/família, com todos os equipamentos de manejo e beneficiamento de mel.	A partir do segundo semestre de 2010.	PRONAF A	R\$ 1.600,00*

Fonte: RIT - Banco da Amazônia/2007.

### 6.4.2.3 Subprograma Agroindustrial

A quantidade de produtos agrícolas gerados no PA será reduzida, devido à recomendação de apenas 05 famílias para o PA. As vias de acesso também são precárias e dificultam o processo de comercialização. Assim, as Unidades de Beneficiamento dos Produtos Agrícolas tornaram-se inviáveis para o PA devido os custos de implantação serem elevados.

#### 6.4.2.3.1 Mini-unidade de Beneficiamento do Mel

##### a) Justificativa

Depois de realizada a coleta do mel, as melgueiras serão encaminhadas para o processo de limpeza e retirada de partículas sólidas. Esse processo deverá ser realizado em local limpo, apropriado e com os equipamentos adequados para a limpeza do mel.

A estrutura física da casa do mel apresenta construção e disposição simples, constando de área de recepção do material do campo (melgueiras) separada da área de manipulação e área de processamento do mel. Sua principal função é o beneficiamento, com a limpeza e envase do mel, para agregar valor e facilitar a venda do produto.

##### b) Descrição da Atividade

Todo processo de limpeza e envase do mel será acompanhado por técnicos da assistência técnica conveniada ATES e serão ministrados cursos de capacitação e treinamento para que os agricultores possam dar continuidade à atividade. Desse modo,

para que haja organização na utilização da unidade de processamento, deverá ser criada uma comissão gestora eleita pelos próprios agricultores, os quais organizarão o calendário de atividades na utilização da unidade, sendo esse processo acompanhado pela assistência técnica.

Para que o mel possa ser extraído dos favos, sob um processo com qualidade, são necessários alguns equipamentos especiais. Para se garantir a qualidade do produto final, todos os equipamentos e utensílios utilizados nas várias etapas de manipulação devem ser específicos para essa atividade, não cabendo qualquer forma de adaptação. No caso dos equipamentos e utensílios que irão ter contato direto com o produto, todos devem ser de aço inoxidável, específico para produtos alimentícios.

### c) Procedimento Técnico

Cada equipamento está relacionado com uma fase do processamento, conforme listado abaixo:

- **Garfo desoperculador:** Utensílio com vários filetes pontiagudos, inoxidável na extremidade e cabo empunhador de material plástico. Ao ser introduzido, paralelamente à superfície do quadro, os opérculos são retirados com movimento de torção do garfo

- **Centrífuga:** Equipamento que recebe os quadros já desoperculados e, por meio de movimento de rotação em torno de seu próprio eixo, retira o mel dos alvéolos (força centrífuga).

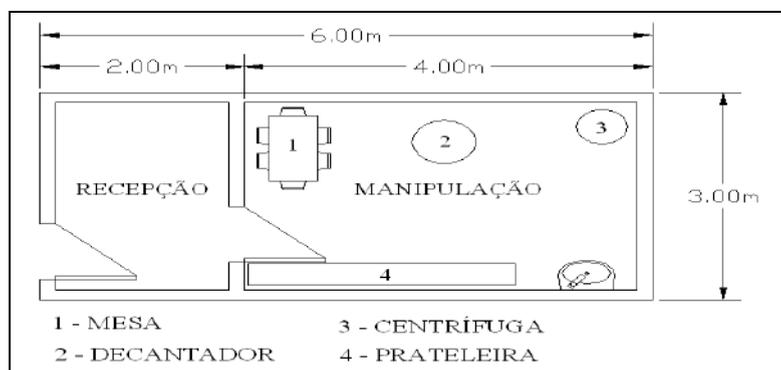
- **Peneiras:** Utensílios que retiram as partículas presentes no mel oriundas do processo de desoperulação e centrifugação. O ideal é que se utilizem várias "malhas" com diferentes diâmetros para uma filtragem mais eficiente.

- **Baldes:** Destinados ao recebimento do mel centrifugado, servindo de suporte para as peneiras e para o transporte do mel até o decantador.

- **Decantador:** Destinado ao recebimento do mel já centrifugado. É dotado de abertura superior, com tampa e orifício, e escoamento localizado na base. Tem como finalidade deixar o mel "descansar" por um período determinado (máximo de 10 dias), fazendo com que as eventuais bolhas produzidas durante o processo de centrifugação e as possíveis partículas presentes ainda no mel (pedaços de cera e partes do corpo das abelhas) subam até a superfície e possam ser separadas no momento do envase.

A unidade de processamento do mel será feita em tela fina para evitar entrada de abelhas, cobertura com telha de amianto (Figura 34). As características do local onde será construída devem ser consideradas, pois não é recomendado a construção próximo a

pocilgas, por exemplo. Outro aspecto importante é escolher um terreno que possa dar suporte a uma futura ampliação da unidade.



Fonte: Curso de Apicultura – EPAGRI – E.P.

**Figura 34** – Planta baixa representativa de sugestão simples para construção de uma casa do mel (apiário).

**Quadro 21** – Orçamento para Implantação da Unidade de Beneficiamento de Produção do Mel

Especificações	Quantidade	Unidade	Valor Unitário(R\$)	Valor Total (R\$)
<b>Material Coletivo</b>				
Unidade de Processamento do Mel	18,0	m <sup>2</sup>	60,00	1.080,00
Centrífuga (04 quadros)	01	Unid	700,00	700,00
Decantador (100 litros)	01	Unid	450,00	450,00
Garfo Desoperculador	01	Unid	20,00	20,00
Fumegador	02	Unid	60,00	120,00
<b>TOTAL</b>				<b>2.370,00</b>

Fonte: RIT Banco da Amazônia/2007.

#### d) Mercado e comercialização

A comercialização poderá ser realizada nos municípios vizinhos ao PA. O litro do mel atualmente pode ser comercializado a R\$15,00 e garante uma renda extra a todas as famílias envolvidas no processo sem desprender mão-de-obra excessiva para a atividade.

Em função do número de famílias que irão desenvolver a atividade, é muito provável que não haja produção suficiente para expansão da atividade. Dessa forma a criação de uma cooperativa para comercialização do mel, para evitar a interferência de atravessadores no processo de comercialização torna-se dificultada.

As famílias poderão utilizar Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, o Compra Direta, para facilitar a comercialização do mel.

**Quadro 22** – Matriz metodológica da Unidade de Beneficiamento do Mel.

Objetivo geral: Geração de renda e produção de alimentos, assegurando a diversificação alimentar das famílias.			
Objetivo específico	Metas	Fonte financeira	Custo da atividade
-Permitir a busca de melhores mercados; -Melhorar a qualidade do produto comercializado;	Construir uma mini unidade de beneficiamento de mel; Estabilizar a produção de mel no 3ºano com média de 30 – 50 kg/colméia/ano, para	PRONAF	R\$2.370,00*

-Aumentar a auto-estima do agricultor familiar.	comercialização e consumo; Implantar no segundo semestre de 2010.		
---	--	--	--

Fonte: RIT Banco da Amazônia/2007.

#### 6.4.2.4 Análise do Sistema Produtivo do PA Taboca

Os programas produtivos almejados pelos assentados contemplam uma linha de sustentabilidade, que garante a permanência do homem ao campo, diminuindo os riscos de problemas futuros que possam deteriorar a qualidade de vida do núcleo familiar, porém o número de famílias recomendado para explorar as terras agricultáveis do PA, dificulta o desenvolvimento e ampliação dos mercados.

Foram citadas atividades que disponibilizam a garantia mínima de segurança alimentar, atividades que seguem uma linha de produção que garante uma renda mensal, assim como atividades que tenham rentabilidade ocasional ou que sejam geradoras de acúmulo de capital, funcionando como poupanças para investimentos futuros.

Assim, após o diálogo, levantou-se o modelo de arranjo produtivo, alicerçado nas atividades escolhidas. Analisou-se a capacidade de desenvolvimento social, econômico, produtivo e ambiental que irão propiciar às famílias assentadas do PA, conforme o que se segue. Deve-se ter atenção para o número de famílias que é recomendado para permanecer, na área, pois dificulta o desenvolvimento e aquisição de bens para as famílias.

##### 6.4.2.4.1 Sistema Produtivo

Os assentados que elaboraram esse sistema produtivo prezaram pela diversidade de produção. Segundo o mapa dos sonhos, o desejo deles constitui um lote que envolve atividades na agricultura e na pecuária, sem introdução de tecnologias avançadas de produção. A produção de mandioca, arroz, feijão e milho são atividades que garantem a segurança alimentar da família. A criação de galinha caipira e suína também são responsáveis pela segurança alimentar, mas auxiliam na renda do agricultor com a comercialização do excedente.

A bovinocultura tem a função de atividade acumulativa de renda, ou seja, é a criação de gado responsável pela ampliação do patrimônio da família, sendo que são produzidos também, queijos, doces, etc., todos de modo artesanal pelos membros da própria família, para melhoria da alimentação.

A mandioca produzida tem parte de sua produção transformada em farinha que tem apenas o excesso produzido comercializado. A farinha será fabricada individualmente em casa de farinha com equipamentos rústicos fabricados pelos próprios agricultores, pois o

número de famílias do PA inviabiliza a aquisição de uma unidade de beneficiamento tecnificada. Os agricultores pretendem utilizar a produção de banana como fonte de renda semanal, que somado a venda da farinha, e dos pequenos animais, será a fonte de capital que sustentará toda família. O bananal foi delimitado inicialmente pelos assentados, em uma área de 0,5 ha, o renderá uma produção estimada de 9,0 toneladas/ano. Essa fruta será comercializada nos municípios vizinhos ao PA, nos supermercados e feiras livres da região.

A alimentação familiar será garantida pela produção da roça de arroz, feijão, mandioca e milho. Os agricultores desse sistema disponibilizaram grande parte de suas terras para produção de alimentos para subsistência, sendo um fator importante na garantia de uma melhor qualidade de vida. A roça inicialmente será de toco, com posterior utilização de máquinas para auxílio do preparo da terra.

Pelo que podemos visualizar no croqui da parcela criado pelos assentados grande parte de suas áreas será destinada a formação de pastagem. Isso leva a conclusão de que boa parte do tempo de trabalho do agricultor será disponibilizada a para bovinocultura. Durante a oficina, a assistência técnica tentou mostrar a importância da escolha de atividades que garantam a sustentabilidade do lote e da família. Neste processo criou-se este arranjo, considerando a sustentabilidade do Projeto e o sonho da comunidade.

Observa-se também a preocupação das famílias desse sistema na conservação dos solos e dos recursos ambientais da parcela. Verifica-se a presença de áreas reservadas para aproveitamentos sistemáticos e racionais. Essa preocupação com o aproveitamento das terras do lote da sustentabilidade ao sistema. Os assentados pretendem otimizar a utilização das áreas reservadas no lote e a área destinada a reserva legal com a implantação da apicultura.

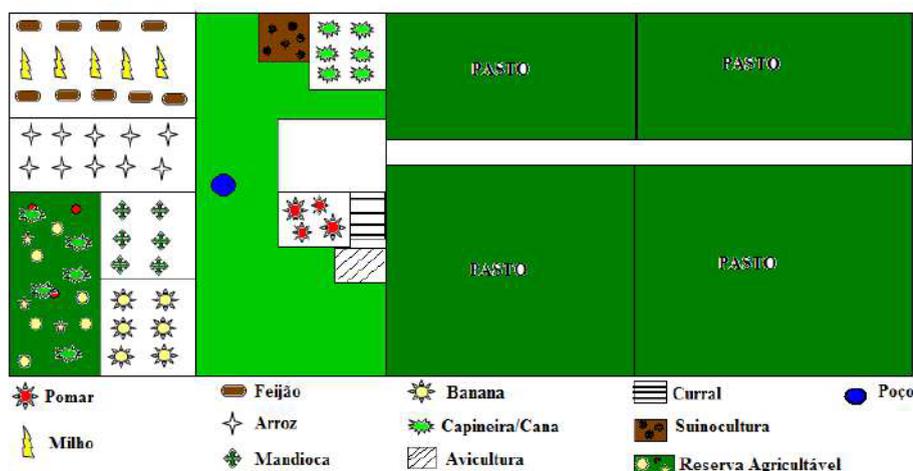


Figura 35 – Modelo demonstrativo do Sistema Produtivo Tipo.  
 Desenho: Euryandro Ribeiro conforme os anseios das famílias assentadas.

O sistema idealizado pelos agricultores, mantém a vida das famílias envolvidas estabilizada. Ou seja, a permanência no campo garantida, pela produção de alimentos de subsistência. O número de famílias recomendado para utilização das áreas agricultáveis do PA é que dificulta o avanço e crescimento das condições financeiras dos mesmos. Pois como citado anteriormente, o PA não terá produção agropecuária e agroindustrial, suficiente para expansão nos grandes mercados.

#### **6.4.2.5 Importância Econômica do Sistema Produtivo**

A economia do PA é basicamente de subsistência. Todas as atividades desenvolvidas pelos agricultores são voltadas para a alimentação familiar, com a comercialização do excesso produzido. Os produtos excedentes serão comercializados nas feiras livres dos municípios vizinhos ou para mini mercados da região.

Desse modo, não há uma receita anual fixa, ou seja, os valores variam conforme o produto excedente comercializado. Os investimentos são definidos na descrição das atividades feitas anteriormente, onde o agricultor, em função do maior ou menor interesse pela atividade disponibilizará os recursos para implantação das culturas ou pecuária.

No que se refere ao seu patrimônio, basicamente se resumira na casa de morada, financiada pelo INCRA, e nas benfeitorias que fará na terra, como: melhoria das pastagens, implantação de cercas, aquisição de matrizes e reprodutores bovinos, animais de serviço (burro ou mula) e implantação de algumas culturas perenes em área delimitada para o pomar.

A mão-de-obra para administração e condução da parcela é familiar, sendo os filhos responsáveis pelos pequenos animais (suínos e aves), a esposa responsável pela condução da casa e beneficiamento de alguns produtos da agropecuária para melhoria da alimentação (fabricação de queijo, doces, rapaduras, etc.), e o chefe da casa o responsável pelas atividades de maior importância e geradoras de renda.

O fluxo monetário, ou seja, o dinheiro que circula anualmente na mão do agricultor, é praticamente constante. Pois todos os recursos adquiridos por este é destinado para complementação da alimentação, sendo que o acúmulo de bens é reduzido, resumindo-se apenas na bovinocultura, como foi citado anteriormente.

#### **6.4.2.6 Conclusão**

A permanência das 05 famílias no PA inviabiliza o desenvolvimento e ampliação do patrimônio dos agricultores. Todas as ações que trariam sucesso para as famílias, como

aquisição de máquinas agrícolas e unidades de beneficiamento de produtos agropecuários são de elevado custo de implantação, sendo impossível a aquisição por apenas 05 agricultores.

A quantidade de produtos produzidos no PA também seria insuficiente para atender as demandas do mercado, assim, mesmo que as famílias conseguissem a implantação das unidades de beneficiamento, faltaria a matéria prima em quantidade para o pagamento dos investimentos.

As condições de acesso ao PA também são precárias, como descritas anteriormente, o que dificulta também o escoamento da produção. A melhoria das condições de acesso depende de questões políticas, que conforme o número de moradores no PA, a liberação de máquinas e capital para reforma ficaria para segundo plano.

As cinco famílias recomendadas para utilização das áreas agricultáveis do PA, apenas teriam condição de produzir alimentos para subsistência, comercializando apenas os excedentes da produção. Assim, como não trará o desenvolvimento socioeconômico desejado pela maioria das famílias envolvidas, com aquisição de bens e melhoria da qualidade de vida, o PA ficará restrito a apenas subsistência dos moradores.

#### **6.4.2.7 Análise Ambiental do Sistema produtivo**

O sistema produtivo definido em consenso pela comunidade foi parte de um processo de discussão que buscou atingir uma maior variedade nas atividades a serem desenvolvidas pelas famílias. Com isso, foram contempladas culturas agrícolas como o cultivo de mandioca, da banana, da cana/capineira, além da roça de subsistência (arroz, feijão, milho), e para o desenvolvimento de tais atividades ocorrerá a retirada da cobertura nativa, e outras práticas degradantes, como queimadas e a intensa utilização dos recursos hídricos, no entanto, o desenvolvimento de produções vegetais tendem a ser menos prejudiciais quando, especialmente, requerem áreas pequenas, como é o caso da agricultura familiar, além disso, a adoção de alternativas de manejo agrícola podem diminuir a magnitude dos efeitos negativos, o que pode ser bem mais minimizado quando não há a utilização de toda a área útil das parcelas para a produção, procurando, como uma forma de “descanso” para o solo.

Na produção animal foram definidas, predominantemente àquelas cujos animais são de pequeno porte (suinocultura, avicultura), assim, a área requerida para o desenvolvimento delas será menor, podendo levar à uma redução nas pressões ambientais. Mas, há o interesse pela bovinocultura de leite, no entanto, esta atividade é considerada

menos degradante quando comparada àquela destinada ao abate para o consumo, nesse caso, área necessária para abrigar os animais poderá ser menor em função da finalidade produtiva.

Também, há o interesse pela apicultura, que é uma prática sustentável para aumentar os efeitos positivos na economia e no meio ambiente. Assim essa diversidade, conforme apontam os estudos, torna o modelo produtivo mais próximo do ideal de sustentabilidade, onde, os impactos gerados tendem a um equilíbrio ambiental em que os aspectos sociais e econômicos são potencializados e a estabilidade do meio não sofre efeitos de forma irreversíveis.

Sendo assim, numa avaliação ambiental sistêmica deve levar em conta a principal produção do sistema, a quantidade dos produtos demandados, a diversidade desses produtos, as técnicas de implantação e implementação utilizadas, a adoção de práticas alternativas de manejo agropecuário, enfim, uma série de elementos em que envolva o sistema de produção definido e a fatores sócio-econômico-ambiental da comunidade. No entanto, a análise ambiental aqui proposta desse sistema produtivo, como uma prévia daquilo que poderá ser mais destrinchado, vem enfatizar a existência da interação dessas atividades e com o meio ambiente, onde um não poderá ser priorizado além do outro, pois os modelos atuais necessitam desse equilíbrio que a agroecologia objetiva atingir.

### **6.4.3 Programa Social**

#### **6.4.3.1 Apresentação**

O Programa de Desenvolvimento Social do PA Taboca foi elaborado pela comunidade juntamente com os parceiros e assessoria técnica. Teve como base os problemas identificados, a partir da análise do diagnóstico. Os grupos discutiram os problemas e propuseram alternativas que executadas a curto, médio e longo prazo promoverão o desenvolvimento sustentável do assentamento. As prioridades foram definidas pela comunidade através de discussões em grupos temáticos e depois socializadas e rediscutidas em plenária, onde estabeleceram um consenso sobre as ações necessárias e indispensáveis ao processo de desenvolvimento da comunidade.

No entanto, o Programa Social, a exemplo do Programa de Organização Territorial e Infra-estrutura Social, sofreu bastante alteração devido ao baixo número de famílias a serem assentadas no PA. Assim, a estrutura desse programa também sofreu alterações. Ao invés de dividir o programa Social em subprogramas distintos, este será feito de uma vez só. Assim, primeiramente será apresentada a demanda levantada pelos grupos temáticos

sobre cada tema, em seguida serão sistematizadas em uma planilha as atividades que poderão ser executadas, tornando-se a matriz de planejamento de todas as ações do Programa social.

Para colocar em execução este Programa específico depende do governo municipal, uma vez que as políticas sociais básicas estão cada vez mais municipalizadas. Portanto, há que se fazer uma boa negociação e manter uma parceria onde o diálogo deverá ser uma constante. No entanto, a parceria também tem que ser fortalecida com o governo estadual e federal, bem como com as organizações não governamentais, que terão um papel preponderante dentro do Plano, como um todo e nesse Programa, em particular.

### **a) Justificativa**

Embora a situação das famílias que residem no PA seja precária, muitas ações apontadas pela comunidade terão dificuldades de serem desenvolvidas. A comunidade demandou ações que realmente precisam ser implementadas para promover o a qualidade de vida e contribuir no desenvolvimento das famílias. No entanto, há a dificuldade encontrada com índice populacional do PA, que dificulta a implementação de muitas ações.

O acesso à educação, por exemplo, é um direito de todo cidadão, bem como é uma ação estrutural necessária para a promoção de desenvolvimento sustentável da comunidade, uma vez que a transformação do ser humano, a sua qualificação e seu empoderamento é que, de fato, garantirá a sustentabilidade do projeto de desenvolvimento proposto. Nesse sentido, será necessário promover esse acesso, mas não significa que precisa ser construída uma escola no PA, como solicitou a comunidade. Assim, pode-se planejar a inserção dos alunos em escolas próximas e pleitear o transporte, bem como fazer um estudo de viabilidade de implantação de programas educacionais e empreender todos os esforços no sentido de atender toda a demanda educacional do PA.

Além disso, há necessidade da inserção de prática de atividades esportivas e de lazer, pois ajuda no desenvolvimento da criança e do adolescente, contribui para o fortalecimento do idoso e para a saúde da população, como um todo. No entanto, o número de pessoas no PA, embora não inviabilizem ações dessa natureza, atrapalha, sendo necessário planejar ações que envolvam principalmente o intercâmbio com outras comunidades vizinhas.

A questão de saúde também é complicada, pois ações como construção de um posto e a disponibilização de uma enfermeira padrão é completamente inviável, devido o número

de pessoas do PA. Dessa forma, será necessário pensar em alternativas de melhoria na saúde que sejam passíveis de serem realizadas e consigam minimizar o problema da comunidade assentada.

### 6.4.3.2 Objetivos

#### 6.4.3.2.1 Objetivo Geral

Contribuir para a fixação do homem no campo através do acesso a políticas públicas e programas sociais, que promovam o fortalecimento e empoderamento da comunidade, tornando-a sujeita do seu próprio destino.

#### 6.4.3.2.2 Objetivos específicos

- Fomentar e melhorar o acesso à educação em todos os níveis do PA Taboca;
- Fomentar e fortalecer a organização social do PA taboca
- Apoiar a organização social, incentivando atividades culturais, de esporte e de lazer;
- Promover melhoria de acesso à saúde da comunidade.

### 6.4.3.3 Demandas Levantadas pela Comunidade

**Quadro 23** – Matriz de Demandas levantadas pelo grupo temático da Educação.

Problemas	Ação-solução
- Falta de um colégio no PA. - Falta de transporte escolar; - Problemas com a qualidade e quantidade da merenda escolar; - Carência de professores qualificados; - Carência de material didático; - Falta de uniforme escolar.	- Implantação do ensino de 1º e 2º grau, bem como de programas de alfabetização e de elevação de escolaridade; - implantação do transporte escolar; - Aquisição de produtos da própria comunidade através do programa compra direta e implantação de uma horta escolar; - Cursos de qualificação para os professores, principalmente relacionado com a diversidade da zona rural; - Disponibilização de materiais didáticos e uniformes para os alunos do PA,

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

**Quadro 24** – Matriz de Demandas levantadas pelo grupo temático da Cultura e Lazer.

Problemas	Ação-solução
- Ausência de espaços de lazer.	- Construção dos espaços, com o campo de futebol.

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

**Quadro 25** – Matriz de Demandas levantadas pelo grupo temático da Saúde e Saneamento.

Problemas	Ação-solução
- Falta de atendimento médico-odontológico; - Falta de acesso a medicamentos; - Falta de conhecimentos básicos sobre saúde.	- Atendimento de um clínico geral e um dentista 02 x ao mês; - Disponibilização de uma enfermeira padrão para o PA; - Realização de cursos sobre remédios caseiros e plantas medicinais; - Realização de atividades de capacitação e conscientização sobre vários temas ligados a saúde.

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

#### **6.4.3.4 Custos**

A maior parte das ações do Programa Social é de responsabilidade do próprio município, por serem serviços básicos a que todo cidadão tem direito. Ações de capacitação e assessoria como palestras, oficinas, cursos, reuniões, elaboração de projetos, etc. são de responsabilidade da assessoria técnica, portanto os custos serão absorvidos pela própria assessoria técnica que disponibilizará de técnicos para realização de todas as ações a serem realizadas no decorrer da implantação do Programa. A Assessoria Técnica Social também irá intermediar o contato com os parceiros envolvidos para auxiliar na execução dessas ações, através de recursos humanos e financeiros quando cabíveis. Os custos de infra-estrutura social estão previstos no Programa de Organização Territorial.

**b) Matriz metodológica do Programa Social**

**Quadro 26** – Matriz metodológica do Programa Social do PA Taboca.

<p><b>Objetivo Geral:</b> Contribuir na promoção do desenvolvimento humano e social da comunidade para que através do acesso a políticas públicas e benefícios sociais a comunidade tenha condições de analisar sua realidade; conhecer o espaço social para a sua participação política na sociedade, exercendo plenamente a sua cidadania e promovendo o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida de suas famílias.</p>							
Objetivos específicos	Metas	Atividades	Resultados Esperados	Indicadores	Fonte de recurso	Responsáveis	Prazo
<p>Promover educação de qualidade para os alunos do PA. Promover</p>	<p>- Promover o acesso da comunidade a programas de alfabetização e elevação de escolaridade, no período de 01 ano.</p>	<p>- Elaborar projetos específicos - Reunião de negociação com a secretaria de educação e outros parceiros.</p>	<p>- Erradicar o analfabetismo no PA Taboca, - Aumentar o nível de escolarização dos assentados.</p>	<p>- Número de pessoas que sabem ler e escrever, - Números de pessoas estudando; - Realização de aulas regularmente.</p>	<p>- Diversos programas (PRONERA, PEJA, outros) que serão acessados com esse fim.</p>	<p>- Comunidade assessoria técnica; Prefeitura municipal; SENAR e outros parceiros.</p>	<p>2007/2008</p>
	<p>- Promover a inserção de estudantes do ensino médio em escolas próximas ao PA no período de 01 ano.</p>	<p>- Reunião com a prefeitura para pleitear vagas nas escolas de ensino médio do município;</p>	<p>- Diminuir o número de alunos que estão fora da sala de aula. - Diminuir o êxodo rural,</p>	<p>- Número de alunos matriculados; - Permanência das famílias no PA. matriculados;</p>	<p>-- Instituições governamentais ligadas á educação das três esferas, através de vários programas existentes.</p>	<p>- Comunidade assessoria Técnica e Prefeitura municipal.</p>	<p>- Comunidade assessoria Técnica e Prefeitura municipal.</p>
<p>- Implantação de um transporte escolar no período de 01 ano</p>	<p>- Elaboração de projetos específicos; - Reunião de negociação com a secretaria municipal de educação; -Reunião de negociação com outros parceiros</p>	<p>- Aumentar o grau de segurança e conforto no deslocamento das crianças e jovens que estudam fora do PA. - Auxiliar no rendimento escolar do aluno,</p>	<p>- A utilização de transporte fechado e em bom estado de conservação e com capacidade para transportar com segurança o total dos alunos do PA.</p>	<p>MEC/FUNDESCOLA Secretaria de educação/Governo estadual.</p>	<p>- Comunidade assessoria Técnica e Prefeitura municipal.</p>	<p>- Comunidade assessoria Técnica e Prefeitura municipal.</p>	<p>2008/2009</p>

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Metas</b>	<b>Atividades</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Fonte de recurso</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Prazo</b>
Fomentar e dinamizar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos do PA.	- Aquisição de livros didáticos e paradidáticos no período de 01 ano	- Reunião do grupo gestor com a secretaria de educação - Campanha para aquisição de livros	- Elevar o conhecimento das famílias assentadas; - Dinamizar o processo de ensino-aprendizagem; - Fomentar o gosto pela leitura na comunidade.	- A implantação da biblioteca; - Número de livros retirados da biblioteca, - A melhoria no rendimento escolar dos alunos	- Secretaria de educação/ Programa Arca das Letras e expedição Vaga-lume; outras instituições e particulares.	- Comunidade assessoria Técnica e Prefeitura municipal.	A partir do 1º semestre de 2008.
-Fornecer merenda escolar de qualidade para os alunos do PA	- Adquiri produtos do próprio PA para compor a merenda escolar de escolas próximas do PA.	- Levantamento dos tipos de produtos do PA, que podem ser utilizados para a merenda escolar; - Reunião de discussão da proposta com a comunidade, - Elaboração de um projeto para aquisição e utilização desses produtos; -- Reunião de negociação com a prefeitura.	Contribuir para segurança alimentar dos alunos. - Contribuir com a renda das famílias do PA, a partir do resultado da experiência (no período de efetivação do Programa) - incentivar a produção no PA.	- A diversificação da merenda escolar, - Número e variedade dos produtos fornecidos pela comunidade; - Aumento da renda familiar (longo prazo).	- Prefeitura municipal e parcerias com o governo estadual e federal e comunidade	- Comunidade assessoria Técnica e Prefeitura municipal.	A partir de 2008
Promover atividades esportivas e culturais no PA.	Realização de atividades culturais como gincanas e outras atividades esportivas como o futebol. (01 por ano).	- Reunião com a comunidade para discutir o planejamento - Reunião de intercâmbios com os outros assentamentos.	- Envolvimento dos jovens nas atividades esportivas e culturais; - Promover o intercâmbio entre as comunidades; - Melhorar as relações pessoais e sociais dentro PA.	- Número de participantes nas atividades de gincanas e campeonatos;	- Parcerias e programas que serão acessados com esse fim.	- Comunidade Assessoria Técnica e parceiros.	A partir de 2008

Objetivos específicos	Metas	Atividades	Resultados Esperados	Indicadores	Fonte de recurso	Responsáveis	Prazo
- Promover o acesso a espaços de esporte e lazer	- Construção de um campo de futebol.	Construção do campo pela comunidade – mutirão.	Promover a integração e o lazer para a população	-A construção do campo de futebol ainda em 2007	Comunidade	Comunidade assessoria Técnica e Prefeitura municipal	2º semestre de 2007
Promover o atendimento médico-odontológico e a assistência à comunidade.	- Realização de atendimento médico-odontológico no assentamento pelo menos 01 x ao mês - Atendimento do agente de saúde para acompanhar a comunidade	- Criação do grupo gestor para negociar com a secretaria de saúde. -Encaminhamento da equipe médica 1 x ao mês. - Acompanhar a regularidade e a qualidade do atendimento do agente de saúde às famílias;	- Diminuir o número de pessoas com problemas bucais; - Prevenir reincidências de doenças infecto-contagiosas; - Prevenir doenças bucais em crianças e adolescentes;	- Número de vezes que a PSF presta atendimento no assentamento,, - A presença do agente de saúde no PA.	- PSF/Secretaria Municipal de Saúde.	- Comunidade, assessoria técnica e Prefeitura municipal.	A partir do 2º semestre de 2007
- Promover melhoria no acesso e utilização de medicamentos	- Realização de 01 curso de capacitação em produção de remédios alternativos. Disponibilização de remédios alternativos fabricados no PA, periodicamente.	Catalogar as plantas medicinais que tem no assentamento; - Reunião do grupo gestor para fazer o planejamento das ações de capacitação - Reunião com parceiros sobre a realização das ações.	Incentivar o uso de remédios caseiros e da medicina alternativa como forma de combater doenças comuns e não agredir o organismo	- Quantidade de remédios utilizada por mês pela comunidade - O número e variedade de remédios fabricados; - Número de pessoas trabalhando na fabricação de remédios naturais.	- Secretaria de Saúde/secretaria de Ação Social; Pastoral da Criança/SENAR e comunidade.	- Comunidade, assessoria técnica e Prefeitura municipal.	A partir do 2º semestre de 2007

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Metas</b>	<b>Atividades</b>	<b>Resultados Esperados</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Fonte de recurso</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Prazo</b>
Promover ações de conscientização e sensibilização dos assentados sobre os mais diversos problemas de saúde.	Realização de oficinas e palestras sobre higiene pessoal e doméstica durante - Realização de 01 campanha sobre a saúde mulher- Realização de palestras e campanhas sobre DST/AIDS - Realização de palestras e campanhas sobre alcoolismo e drogas.	Planejamento das ações pelo grupo gestor; - Negociação e estabelecimento de um calendário com os parceiros.	- Aumentar o nível de conhecimento da população sobre higiene pessoal e doméstica, - Possibilitar que a comunidade tenha práticas saudáveis sobre higienização pessoal e doméstica, - Aumentar o número de pessoas que fazem o tratamento da água e do lixo no PA;	- Número de atividades educativas realizadas; - Número de participantes nas ações de capacitação; - Número de pessoas utilizando água tratada e realizando o tratamento do lixo.	- Secretaria de saúde e organizações não governamentais e Assessoria técnica.	- Comunidade, assessoria técnica e Prefeitura municipal.	A partir do 2º semestre de 2007

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

### **c) Estratégias para Implementação das Metas**

Como se observa, a comunidade não propôs nenhuma ação esdrúxula e inalcançável. Todas as ações são coerentes com a necessidade básica, bem como com os direitos de todo cidadão. O primeiro passo para execução dessas ações é a criação do grupo gestor responsável por toda a implementação dessas ações, juntamente com a assessoria técnica. O papel da Assessoria será acompanhar e fornecer o máximo de elementos (informações, projetos, etc.) que subsidiem o processo de negociação com os potenciais responsáveis e parceiros para intervenção e execução das ações previstas.

O grupo terá como primeira atividade reunir-se com a assessoria técnica e planejar o trabalho ancorado na demanda levantada no Programa Social. A partir daí, as ações serão executadas conforme previsto na matriz do planejamento. O grupo também terá autonomia para, diante da execução do Plano, está avaliando essas ações e propondo novas ações e/ou outras estratégias, de acordo com a necessidade surgida.

### **d) Procedimento técnico**

As ações de infra-estrutura como o transporte escolar e a construção do campo de futebol foram descritas no Programa de Organização Territorial e Infra-estrutura Social. As demais ações de educação como a implantação de programas educacionais, aquisição de materiais didáticos e uniformes, melhoria da merenda escolar, etc. serão implementadas através de parcerias com a Secretaria Municipal de Educação e programas existentes no âmbito do governo estadual e federal, bem como instituições não governamentais. Para isso, serão elaborados Projetos que servirão como instrumentos de negociação com os diversos parceiros que serão articulados pela assessoria técnica, comunidade e a própria Secretaria de Educação.

As ações relacionadas ao esporte, lazer e cultura como a criação de equipes, a realização das práticas esportivas cotidianas, as gincanas deverão ser planejados pelo grupo gestor e discutidos com a comunidade.

Para realização das ações de saúde e saneamento só há proposta concreta de atuação com relação à ação de utilização de remédios alternativos, pois já há uma negociação com a Pastoral da Criança, que desenvolve um programa com essa finalidade, além do SENAR que possui um programa semelhante.

Para as outras ações não há propostas negociadas, até mesmo a presença do agente de saúde, que é o mínimo que toda comunidade tem direito, não foi dada nenhuma

previsão pelo gestor municipal. Será necessário que o grupo gestor do Programa Social faça um planejamento e se reúna com o gestor público para negociar a estratégia de atendimento eficiente à comunidade

#### **6.4.3.5 Análise do Programa Social**

Como já fora mencionado, o Programa Social sofreu ajustes na proposta elaborada pela comunidade e no planejamento das ações que podem ser executadas. Tomou-se o cuidado de está planejando ações simples, passíveis de serem realizadas e que a partir da realização destas, outras possam ser pensadas e abordadas para a continuidade do processo de desenvolvimento estabelecido.

Não foi fácil fazer esses ajustes, pois o programa social foi discutido com o total de famílias do PA (13 famílias), tendo como base o diagnóstico também elaborado com base no número total de famílias cadastradas para o PA. Assim, a constatação de que a capacidade real do assentamento, tendo em vista o tamanho dos lotes médio equivalente à média do Estado, bem como condizente com a proposta de produção das famílias, caiu para apenas 2/3 provocou certa distorção no planejamento. A realidade diagnosticada sofreu uma alteração significativa. Os dados sociais do diagnóstico precisam ser refeitos, pois essa situação provoca alterações nos dados populacionais em geral (total da população; número de jovens, crianças e mulheres, etc.); nos dados educacionais; nos dados referentes a renda e benefícios sociais, entre outros.

Diante disso, buscou-se fazer o programa com propostas generalizadas, sendo necessário, porém, no ato de apresentação do PDA e o início de sua implementação um Planejamento adequado à realidade concreta do PA.

## 6.4.4 Programa Ambiental

### 6.4.4.1 Apresentação Geral

A legislação ambiental brasileira apresenta normas e regulamentações padronizadas que se aplicam linearmente a toda realidade urbana e rural, tornando assim, uma das mais completas e bem elaboradas do mundo, apesar da conscientização ambiental e a necessidade de preservação dos recursos naturais ainda ser um processo em crescente evolução, mas que trás mudanças dentro das mais diversas culturas.

No entanto, a legislação construída na concepção do espaço rural está na maioria das vezes associada e confundida com a atividade agrícola, gerando uma desconsideração dos efeitos da coibição de determinadas práticas para produção econômica e social de agricultores e as incongruências teóricas e práticas da aplicação destas, tornando preocupante a indução de práticas que aumentam a degradação ambiental.

Por outro lado, a adequação civil às leis ambientais em consonância com as preocupações em torno da crise sócio-ambiental, a partir da visualização do esgotamento dos recursos naturais e algumas manifestações de desequilíbrios ecológicos, torna a construção e aplicação de programas ambientais fundamental para a sustentabilidade humana, neste caso, propostas para famílias inseridas em Projetos de Assentamento. Com isso, a construção de tais programas que contribuam para o desenvolvimento sustentável dessas famílias implica necessariamente a consideração das suas necessidades e expectativas.

Dessa forma, o Programa Ambiental do PA Taboca foi elaborado a partir da análise do diagnóstico ambiental e através de discussões realizadas com as famílias e parceiros envolvidos e integrados à lógica da organização territorial. Nesse processo, buscou-se a sustentabilidade para com os outros programas, através da conservação e uso sustentável dos recursos naturais, assim, estão propostos 07 (sete) subprogramas ambientais devido às particularidades das linhas de ações definidas, onde a justificativa, objetivos, metas, atividades, resultados esperados, indicadores, atores envolvidos e prazos, encontram-se descritos em cada um destes. Os subprogramas propostos para o Plano de Ação foram:

1. Subprograma de Educação Ambiental;
2. Subprograma de Prevenção e Controle de Queimadas;
3. Subprograma de Gestão de Resíduos Sólidos e Esgoto;
4. Subprograma de Recuperação e Preservação de Áreas de Preservação Permanente;
5. Subprograma de Uso e Conservação da Reserva Legal;

6. Subprograma de Conservação e Recuperação do Solo;
7. Subprograma de Manejo e Racionalização do Uso de Agroquímicos.

Os subprogramas formulados para o PA Taboca propõem suprir as necessidades da comunidade a cerca das questões ambientais, pois, contemplam aspectos que devem ser trabalhados para atingir a sustentabilidade almejada, no entanto, um conjunto de esforços políticos e de socialização são requeridos para tornar realidade a implantação desse novo modelo de desenvolvimento, assim,

#### **6.4.4.2 Objetivos**

##### **6.4.4.2.1 Objetivo Geral**

Promover a sustentabilidade e a conservação dos recursos naturais existentes no Projeto de Assentamento Taboca, garantindo condições ambientais aceitáveis a partir das ações da comunidade, buscando a viabilidade ambiental dos demais programas presente no Plano.

##### **6.4.4.2.2 Objetivos Específicos**

- Desenvolver ações educativas, de forma participativa, que visem sensibilizar e capacitar a comunidade com iniciativas de conservação da qualidade ambiental para uma atuação efetiva na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região;
- Estabelecer mecanismos dentro do Projeto de Assentamento Taboca que visem à prevenção e controle das possíveis queimadas geradas pela comunidade ou de identificação desconhecida;
- Fomentar alternativas que viabilizem a conscientização da comunidade voltada para a redução na geração e descarte de resíduos no Projeto de Assentamento Taboca;
- Desenvolver ações para promover a preservação integral das Áreas de Preservação Permanente, além de recuperar aquelas áreas pontuais alteradas;
- Promover a utilização sustentável da área de Reserva Legal do PA Taboca garantindo a sua conservação para gerações futuras;
- Aplicar técnicas que promovam o uso adequado do solo, onde nos locais críticos ou alterados no PA possam ser desenvolvidos mecanismos de recuperação viáveis à comunidade;
- Viabilizar o manejo sustentável dos agroquímicos pela comunidade do PA Taboca com vistas a possibilitar a redução e/ou substituição deste produtos por produtos natural.

#### 6.4.4.3 Atores Envolvidos

Quando se propõe objetivos em qualquer Projeto, Programa ou Plano é fundamental que se defina concomitantemente a responsabilidade pela execução de todas as ações que venham a ser realizadas para a concretização de tal objetivo. No caso do Programa Ambiental puderam-se definir os principais atores envolvidos na execução das ações e metas propostas. No entanto, algumas destas poderão ser executadas por um agente que não esteja diretamente ligado ao subprograma, mas que possa dar suporte especializado à meta proposta. Sendo assim, cabe ao atores indicados no subprograma viabilizar a intervenção desse novo agente através de novas parcerias. Os principais atores e suas respectivas responsabilidades são:

- **INCRA:** é o responsável por implementar a política de Reforma Agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável. Sua participação no Programa Ambiental é fundamental, pois estarão acompanhando as ações implantadas, além de contribuir com o respaldo na busca dos apoios de órgãos governamentais e não-governamentais;
- **IBAMA:** responsável por executar as políticas nacionais de meio ambiente relativas à preservação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos ambientais e sua fiscalização e controle. Poderá atuar como parceiro nas capacitações e demais ações educativas de alguns subprogramas;
- **Naturatins:** é o órgão responsável pela execução das políticas públicas relacionadas ao meio ambiente através de atividades de controle, fiscalização, monitoramento, licenciamento e educação ambiental no Estado do Tocantins, e que também atuará como parceiro na execução de capacitações e ações educativas de determinados subprogramas;
- **Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente:** esta secretaria a partir de janeiro de 2007 tornou-se o órgão responsável pelas competências referentes ao meio ambiente no âmbito do Estado do Tocantins, atuando nas articulações de planos e programas que viabilizem os propósitos de gestão ambiental;
- **Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Tocantins:** é o órgão responsável por fomentar a produção agropecuária do Estado do Tocantins, levando em consideração os índices de desenvolvimento regional, enlencando a isso a ampliação de áreas produtivas, o estímulo às novas culturas, bem como o fornecimento de informações aos produtores para melhoria da qualidade dos produtos, além do apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar e implementação de políticas agrícolas;

- **Prefeitura de Monte do Carmo:** embora não tenha participado das oficinas de restituição dos PAs inseridos neste município e nem firmado nenhum compromisso, espera-se que essa esfera governamental possa na execução dos subprogramas auxiliar com materiais educativos e equipamentos necessários para realização de algumas ações, além da disponibilização de recursos humanos para contribuição na realização dos subprogramas;
- **COOPVAG:** é a prestadora de Assistência Técnica contratada para elaborar e executar todas as ações dos programas e subprogramas e também a responsável pela busca de parceiros especializados e de apoio, visando à execução do Plano;
- **Entidades de ensino e pesquisa:** são entidades ligadas ao desenvolvimento acadêmico e de pesquisa (núcleos e laboratórios de universidades do Tocantins e escolas técnicas; pólos e parques tecnológicos; associações empresariais e não-governamentais de ciência e tecnologia), podendo ser parceiros que direcionem a Assistência Técnica quanto a adoção de novas alternativas mais viáveis e condizentes com a realidade do PA;
- **Comunidade assentada:** são os principais atores do processo, pois todas as ações desenvolvidas a partir do Plano de Desenvolvimento buscam associar a melhoria da qualidade de vida a sustentabilidade ambiental do Projeto de Assentamento, tendo em vista que, estes serão os principais favorecidos pela continuidade da execução dos programas e subprogramas propostos.

#### 6.4.4.4 Custos

Os custos do Programa Ambiental serão absorvidos pela Assessoria Técnica que disponibilizará de técnicos para realização de todas as ações previstas (palestras, oficinas, capacitações, etc.) que serão realizadas no decorrer da implantação do Programa. A Assessoria Técnica Ambiental também irá intermediar o contato com os parceiros envolvidos para auxiliar na execução dessas ações, através de recursos humanos e financeiros quando cabíveis.

#### 6.4.4.5 Subprograma de Educação Ambiental

##### a) Justificativa

A educação ambiental é fundamental na multiplicação de novos conhecimentos, capaz de transformar o modo de vida cotidiano da população, no sentido de uma convivência mais harmoniosa com o meio ambiente e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais disponíveis.

Desta forma, esse subprograma visa atender ao estabelecido na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, além de promover ações voltadas para um bem público de desenvolvimento econômico local. Na prática, a implantação desse subprograma de Educação Ambiental visa criar condições para a participação dos diferentes atores sociais no processo de gestão ambiental e no entendimento de seus papéis como agentes e cidadãos para a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva. Pode-se afirmar também que este subprograma estará diretamente interligado com os demais subprogramas ambientais, uma vez que, nos diferentes subprogramas estarão inseridas ações voltadas à Educação Ambiental visando mitigar as possíveis perturbações ambientais.

### b) Potencialidades e limitações

**Quadro 27** – Potencialidades e Limitações no âmbito da Educação Ambiental a partir das discussões empreendidas pela comunidade.

Linha de ação	Potencialidades	Limitações
Educação Ambiental na comunidade do Projeto de Assentamento Taboca.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interesse da comunidade com as questões ambientais;</li> <li>- Existência de áreas naturais para utilização nas ações educativas com a comunidade;</li> <li>- Apoio de órgãos governamentais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença de impactos gerados por determinadas ações da comunidade do PA;</li> <li>- Falta de capacitação específica à comunidade para tratar das questões ambientais do PA.</li> </ul>

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

**c) Matriz metodológica do subprograma**

**Quadro 28** – Matriz metodológica do subprograma de Educação Ambiental fundamentado nas demandas do PA Taboca.

Linha de ação: Educação Ambiental na comunidade do Projeto de Assentamento Taboca						
Objetivo Geral: Desenvolver ações educativas, de forma participativa, que visem sensibilizar e capacitar a comunidade com iniciativas de conservação da qualidade ambiental para uma atuação efetiva na melhoria da qualidade ambiental e de vida na região.						
Objetivos específicos	Metas	Atividades	Resultados esperados	Indicadores	Atores envolvidos	Prazo
Contribuir para a prevenção e mitigação dos impactos ambientais e sociais decorrentes das ações modificadoras do meio	Realização de ações educativas durante todo o período de Assistência Técnica que viabilizem a mitigação dos impactos ambientais identificados.	- Reunir por grupos específicos (homens, mulheres, jovens, etc.) para refletir sobre as ações impactantes; - Promover caminhadas ecológicas para visualização dos recursos naturais e problemas identificados.	- Conscientização da comunidade sobre os problemas diagnosticados; - Maior sensibilização para a conservação da área a partir das caminhadas. - Diminuir as possíveis ações degradantes.	- Número de reuniões realizadas; - Número de caminhadas ecológicas realizadas; - Número de pessoas da comunidade envolvidas.	- COOPVAG; - Comunidade assentada.	Curto
Promover a capacitação de agentes ambientais locais para servirem como multiplicadores de Educação Ambiental dentro do PA	Realização de 01 curso de capacitação por ano, durante o período de Assistência Técnica.	- Elaborar plano e cronograma do curso; - Selecionar os possíveis agentes ambientais; - Confeccionar material didático para utilização no evento; - Buscar apoio dos parceiros para incrementar a capacitação.	- Agentes ambientais capacitados a auxiliar na sensibilização da comunidade para a preservação e conservação do ambiente.	- Assiduidade dos agentes ambientais no curso de capacitação realizados; - Número de agentes ambientais capacitados.	- Naturatins; - COOPVAG; - Entidades de ensino e pesquisa; - Comunidade Assentada.	Curto e Médio
Desenvolver Projeto de Educação Ambiental setorial, de acordo com a maior necessidade da comunidade do PA Taboca.	Elaboração e execução de 01 projeto de Educação Ambiental na comunidade.	- Levantar as demandas junto à comunidade no decorrer de sua estabilização nos lotes; - Elaborar e executar o projeto em parceria com a comunidade e demais órgãos municipais e estaduais.	Projeto de Educação Ambiental setorial desenvolvido de acordo com a maior necessidade da comunidade do PA Taboca.	- Projeto elaborado; - Atividades realizadas por projeto; - Número de parceiros envolvidos.	- Naturatins; - Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Meio Ambiente; - Entidades de ensino e pesquisa; - COOPVAG; - Comunidade Assentada.	Médio

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

#### **d) Estratégias para implementação das metas**

A execução deste subprograma será de forma imediata e contínua, onde a interação com os demais subprogramas fortalecerá as atividades previstas em cada um deles. O Projeto de Educação Ambiental que será elaborado propiciará o trabalho educativo conforme o surgimento das demandas da comunidade, no entanto, com o número de famílias deste PA estima-se que a integração social poderá ser desenvolvida mais firmemente, onde os interesses e anseios da comunidade poderão ser discutidos e solucionados com grande praticidade.

As atividades de capacitações serão ministradas por técnicos da prestadora conveniada, além da contribuição dos demais agentes intervenientes envolvidos neste subprograma, considerando a participação de crianças, jovens e adultos em ações diferenciadas.

#### **6.4.4.6 Subprograma de Prevenção e Controle de Queimadas**

##### **a) Justificativa**

A queima da biomassa nos ecossistemas tropicais associada à expansão da fronteira agrícola, à conversão de florestas e savanas em pastagens e à renovação de pastagens e de cultivos agrícolas é um dos principais fatores que causam impactos sobre o clima e a biodiversidade. Essas queimas provocam o empobrecimento dos solos, destruição de vegetação relacionada a problemas de erosão, poluição atmosférica, redução na biodiversidade e alterações químicas da atmosfera.

Frente a gravidade do problema das queimadas no Brasil, o Governo Brasileiro instituiu, em 1989, o Sistema de Prevenção Nacional e Combate a Incêndios Florestais (PREVFOGO), com o objetivo de implementar e operacionalizar as atividades relacionadas a educação, pesquisa, prevenção, controle e combate aos incêndios florestais e queimadas. Em 1998, foi criado o Decreto nº. 2.661 que estabelece normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, ou seja, a queima controlada mediante autorização do órgão competente. Esse fato representa um avanço no que se refere à tentativa de diminuir esta prática, prevendo uma fiscalização e punições a quem desobedecer às normas vigentes. No entanto, o uso indiscriminado do fogo ainda é bastante considerável, talvez por deficiência no sistema de fiscalização ou pela forte presença da “cultura do fogo”, e que se tornam fatores reforçadores do descumprimento da legislação.

No PA Taboca, assim como na maioria das comunidades rurais, pode-se perceber que os pequenos produtores, antes mesmo de serem assentados, já utilizavam fogo nas “roças-de-toco”, que consistem na derrubada, enleiramento e queima como forma mais econômica de limpeza da área a ser cultivada. Diante disso, a prevenção e o monitoramento assumem importância especial, uma vez que, as queimadas constituem um instrumento considerado indispensável pelos produtores rurais, principalmente na agricultura de subsistência, e, portanto, de difícil substituição a curto prazo.

Neste sentido, este subprograma se destina a orientar as ações que devem ser realizadas para proteger ou atenuar os efeitos nocivos gerados pelas queimadas ou substituir, a médio e longo prazo, por outras técnicas de preparo do solo, tanto ambientalmente adequadas, como economicamente viáveis. Além disso, espera-se que esse subprograma sirva para controlar os possíveis focos de incêndio que podem ser gerados na área do Projeto de Assentamento Taboca como artifício da prática agrícola e manejo de pastagens.

## b) Potencialidades e limitações

**Quadro 29** – Potencialidades e Limitações no âmbito das queimadas na região a partir das discussões empreendidas pela comunidade.

<b>Linha de ação</b>	<b>Potencialidades</b>	<b>Limitações</b>
Medidas racionais de Prevenção e Controle para o uso do fogo no Projeto de Assentamento Taboca.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grande variedade de espécies da fauna e da flora;</li> <li>- Preocupação da comunidade com os perigos das queimadas;</li> <li>- Proximidade a outros PAs que pode fortalecer o combate as queimadas ao entorno;</li> <li>- Apoio de órgãos governamentais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Longos períodos de estiagem que ocorrem na região e que aumentam o poder de combustão da biomassa vegetal;</li> <li>- Falta de conhecimento técnico da comunidade;</li> <li>- Número insuficiente de pessoas na comunidade para compor uma brigada de combate a incêndio;</li> <li>- Falta de capacitação à comunidade para prevenção de queimadas;</li> <li>- Baixo poder aquisitivo da comunidade do PA para inserir novas técnicas produtivas.</li> </ul>

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

**c) Matriz metodológica do subprograma**

**Quadro 30** – Matriz metodológica do subprograma de Prevenção e Controle de Queimadas fundamentado nas demandas do PA Taboca.

Linha de ação: Medidas racionais de Prevenção e Controle para o uso do fogo no Projeto de Assentamento Taboca.						
Objetivo Geral: Estabelecer mecanismos dentro do Projeto de Assentamento Taboca que visem à prevenção e controle das possíveis queimadas geradas pela comunidade ou de identificação desconhecida.						
Objetivos específicos	Metas	Atividades	Resultados esperados	Indicadores	Atores envolvidos	Prazo
Realizar trabalho educativo com o intuito de demonstrar os efeitos causados pelas queimadas	Realização de 01 oficina e 01 palestra por ano, entre os meses de maio a setembro (período de estiagem).	- Divulgar a realização da oficina e palestra entre os produtores do PA; - Elaborar plano e cronograma da oficina e palestra; - Confeccionar murais permanentes sobre queimadas com informações atualizadas.	- Aumento de discernimento da comunidade sobre o uso do fogo nas culturas; - Sensibilização da comunidade a partir das informações disponibilizadas no mural.	- Nº de oficinas e palestras realizadas; - Número de participantes por oficina e palestra; - Número de participantes na confecção do mural	COOPVAG e Comunidade assentadas	Curto prazo
Divulgar e orientar sobre o sistema de queimada controlada difundida pelo órgão ambiental do Estado	Realização de 01 ação de conscientização ambiental com utilização de material educativo sobre os riscos do uso do fogo em áreas rurais.	- Distribuição de cartilhas educativas; - Palestras sobre técnicas de queimada controlada.	- Distribuição de cartilhas a todas as famílias do PA; - Palestras realizadas com técnicos de órgãos governamentais.	- Variedade de material distribuído; - Número de palestras realizadas; - Número de participantes por palestras.	- Naturatins; - COOPVAG; - Comunidade Assentada.	Curto prazo
Definir acordos internos entre a comunidade para a execução de queimadas controladas.	Promover a realização de 01 reunião por ano, onde deverão ser registrados, revisados e revalidados os acordos definidos, como forma de comprometer a comunidade com itens previstos no mesmo.	- Reunião para definir os acordos; - Determinar a utilização de aceiros com largura mínima adequada; - Estabelecer o período e horário de queima; - Criar normas de conduta com relação a queimada controlada;	- Acordos definidos em consonância com a comunidade; - Diminuição de queimadas; - Prevenção aos prejuízos de cunho social e ambiental oriundos de queimadas. - Respeito aos pré-requisitos apresentados em legislações federais e estaduais.	- Número de reuniões realizadas; - Acordos respeitado pela comunidade em geral; - Número de trabalhadores participantes.	- COOPVAG; - Comunidade assentada.	Curto prazo

Objetivos específicos	Metas	Atividades	Resultados esperados	Indicadores	Atores envolvidos	Prazo
Incentivar o uso de tecnologias alternativas no plantio e formação de pastagem	Realização de cursos sobre técnicas alternativas de cultivo que mantenha a capacidade produtiva dos solos e não necessite da utilização do fogo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar plano e cronograma do curso;</li> <li>- Confeccionar material didático para utilização no evento;</li> <li>- Buscar apoio de profissionais especializados em técnicas de cultivo;</li> <li>- Levantar as demandas de técnicas alternativas, como: plantio direto, consorciação de culturas e Sistemas agroflorestais (SAFs).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produtores informados sobre outras técnicas de cultivo;</li> <li>- Conscientização da degradação do ambiente a partir do uso do fogo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de cursos realizados;</li> <li>- Número de participantes por curso;</li> <li>- Substituição da cultura de “roça de toco” por outras técnicas de cultivo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- COOPVAG;</li> <li>- Entidades de ensino e de pesquisa;</li> <li>- Comunidade assentada</li> </ul>	Médio prazo

.Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

#### **d) Estratégias para implementação das metas**

Embora a ocorrência de queimadas no PA não seja de forma constante, este subprograma deverá ser implantado imediatamente e mantido ininterruptamente. Além disso, deve-se iniciar a prevenção contra focos de incêndios, pois, nenhum local do assentamento encontra-se isolado e o cuidado em combater os fatores externos, que podem surgir independentemente das ações de toda a comunidade do PA, torna-se necessários e urgentes. Para isso, todas as medidas, acordos e metas elaborados em consenso com a comunidade deverão ser registrados, revisados e revalidados anualmente, como forma de comprometer a comunidade com os itens previstos no mesmo.

No caso específico do PA Taboca, não será possível a formação de uma equipe de brigadistas, pois, a comunidade apresenta um número reduzido de pessoas disponíveis na comunidade para a capacitação. Sendo assim, o combate às queimadas poderá ser possível mediante articulações com outras entidades locais e o órgão ambiental, o Naturatins, para disponibilizar agentes capacitados para auxiliar numa eventual emergência, que venha a surgir no período de estiagem, que é considerado crítico.

A realização de palestras e reuniões será organizada e ministrada por técnicos da prestadora conveniada. Deverá contar ainda com a contribuição de outros agentes intervenientes, que podem auxiliar na aquisição de equipamentos essenciais, utilizados nos trabalhos preventivos e de combate aos incêndios como o órgão capacitador da equipe de brigadistas e a prefeitura municipal. O primeiro pelo comprometimento dispensado ao longo das discussões com a comunidade e o segundo por ser a esfera governamental mais próxima de atendimento às necessidades da comunidade.

#### **6.4.4.7 Subprograma de Gestão de Resíduos Sólidos e Esgotos**

##### **a) Justificativa**

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 1987), em sua norma brasileira 10.004 (NBR 10.004), os resíduos sólidos, também denominados lixo, são definidos como “resíduos nos estados sólidos e semi-sólidos, que resultam da atividade da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição”.

Os efluentes líquidos domésticos (esgotos) são os despejos líquidos resultantes do uso da água para higiene e necessidades fisiológicas humanas e são constituídos por

aproximadamente 99,9% de líquido e o restante 0,1% de material sólido, no caso de pequenas propriedades rurais este tipo de resíduo gerado é o mais típico.

Quanto à destinação final dos resíduos, os dados relativos obtidos com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB (IBGE, 2002) indicam que 48% dos municípios brasileiros com população inferior a 10.000 habitantes ainda utiliza o depósito a céu aberto ou lixão. Este fato tem conduzido a sérios problemas ambientais e de saúde pública, uma vez que propicia a poluição do solo, ar e água, bem como a proliferação de vetores de doenças.

Para minimização de resíduos sólidos e esgotos gerados por pequenas comunidades destacam-se a Reciclagem, a Reutilização e o Tratamento da fração orgânica por processos biológicos que engloba a Compostagem e a Digestão anaeróbica. A definição da melhor alternativa para disposição final dos resíduos sólidos é aquela mais viável em termos técnicos, econômicos e ambientais, mas sendo corretamente empregada todas essas técnicas citadas poderá ser perfeitamente empregada pela comunidade do PA.

Conforme o diagnóstico realizado no PA Taboca, a geração de resíduos é considerada baixa, onde predominam resíduos do tipo orgânico, e a disposição final dos resíduos é feita através de queima ou são enterrados em orifícios de proporção reduzida. Diante disso, o subprograma de Gestão de Resíduos Sólidos e Esgotos tem como objetivo implantar alternativas de redução e reaproveitamento de resíduos, sensibilizando e promovendo a participação da sociedade nessas ações, priorizando-se, muitas vezes, como metas a serem atingidas a curto prazo, a implementação de procedimentos e tecnologias corretivas, a fim de assegurar a saúde da comunidade e minimizar os impactos negativos associados ao manejo e disposição inadequada.

## b) Potencialidades e limitações

**Quadro 31** – Potencialidades e Limitações no âmbito de Resíduos Sólidos e Esgoto a partir das discussões empreendidas pela comunidade.

<b>Linha de ação</b>	<b>Potencialidades</b>	<b>Limitações</b>
Gestão ambiental para geração e descarte de Resíduos Sólidos e Esgoto no Projeto de Assentamento Taboca.	- Pouca geração de resíduos sólidos e esgoto na comunidade do PA Taboca comparada à geração na área urbana; - Menor geração de resíduos inorgânicos; - Preocupação da comunidade com a conservação do PA.	- Falta de local adequado para a disposição final dos resíduos; - Ausência de técnicas de redução, reutilização ou reciclagem dos resíduos; - Pouco conhecimento da comunidade com relação ao correto acondicionamento e descarte de resíduos sólidos e esgotos.

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

**c) Matriz metodológica do subprograma**

Quadro 32 – Matriz metodológica do subprograma de Gestão de Resíduos Sólidos e Esgoto fundamentado nas demandas do PA Taboca.

<b>Linha de ação: Gestão ambiental para geração e descarte de Resíduos Sólidos e Esgoto no Projeto de Assentamento Taboca.</b>						
<b>Objetivo Geral: Fomentar alternativas que viabilizem a conscientização da comunidade voltada para a redução da geração e descarte de resíduos no PA Taboca.</b>						
<b>Objetivos específicos</b>	<b>Metas</b>	<b>Atividades</b>	<b>Resultados esperados</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Atores envolvidos</b>	<b>Prazo</b>
Promover alternativas que viabilizem a diminuição da geração e da disposição inadequada de resíduos sólidos e líquidos (esgotos) no PA Taboca.	Promover palestras trimestrais sobre resíduos sólidos e líquidos, bem como sobre os métodos de redução e reutilização dos resíduos. Realização, a cada semestre, de uma oficina sobre o método dos sistemas de compostagem como forma de reutilização de resíduos orgânicos, sobre reciclagem de resíduos sólidos inorgânicos.	- Divulgar a realização das palestras; - Definir o tema a ser abordado. - Confeccionar material didático para utilização no evento. - Definir o plano e cronograma da oficina; - Selecionar o material a ser utilizado na oficina; - Levantar as principais demandas de resíduos sólidos gerados no Assentamento para definir a metodologia de cada oficina; - Selecionar os participantes para a oficina de acordo com o interesse pela a utilização do método no cultivo.	- Conscientização da comunidade sobre a importância de redução e reutilização de resíduos sólidos. - Diminuição de resíduos sólidos gerados e descartados no PA. - Oficina realizada; - Pessoas capacitadas a reciclar ou reutilizar de forma adequada os seus resíduos sólidos; - Diminuição de resíduos sólidos descartados de forma inadequada no PA; - Redução de resíduos sólidos orgânicos; - Aproveitamento do produto da compostagem em determinados cultivos.	- Número de palestras realizadas; - Número de participantes por palestra; - Redução de resíduos sólidos no PA Taboca. - Número de oficinas realizadas; - Números de participantes por oficina; - Redução de resíduos sólidos orgânicos descartados; - Redução de gastos com adubos industrializados.	- Naturatins; - COOPVAG; - Comunidade Assentada.	Curto
Capacitar a comunidade para o correto descarte de embalagens de defensivos agrícolas utilizados nas lavouras.	Promover 01 capacitação anual de agricultores do PA Taboca para proceder com o correto descarte de embalagens de defensivos agrícolas utilizados na lavoura.	- Definir o período de capacitação; - Definir o plano e cronograma da capacitação; - Selecionar os agricultores a serem capacitados; - Articular com o órgão ambiental a participação nessa capacitação.	- Ganho econômico do produtor ao aproveitar corretamente o conteúdo dos defensivos; - Amenização do impacto ambiental pelo uso de defensivos; - Conscientização da comunidade relacionada ao uso correto de defensivos agrícolas e o descarte da embalagem;	- Número de capacitações realizadas; - 100% dos agricultores do PA Taboca capacitados nesse item; - Redução do descarte inadequado das embalagens de defensivos agrícolas.	- Naturatins; - COOPVAG; - Comunidade Assentada.	Curto e Médio

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

#### **d) Estratégias para implementação das metas**

No subprograma de Gestão de Resíduos Sólidos e Esgoto prevê-se a utilização de métodos, que promova a redução e/ou reutilização dos resíduos gerados pela comunidade, e ao mesmo tempo ações que viabilize uma forma menos degradante de acondicionamento de resíduos sólidos em áreas rurais. No caso do PA Taboca, dois aspectos favorecem a aplicação dessas alternativas: primeiro pelo reduzido número de pessoas do PA e o segundo pela sua distância da sede do município, que, também é desprovida de um sistema eficiente de coleta e disposição dos seus resíduos.

Quanto à destinação dos esgotos, o reduzido número de pessoas coibirá a grande geração de efluentes domésticos. Portanto, a construção de uma fossa séptica, para realização do tratamento primário, trará eficiência, sendo uma alternativa fundamental no combate a doenças, verminoses e endemias (como a cólera), uma vez que, evitam os lançamentos dos dejetos humanos diretamente em rios, lagos, nascente ou mesmo na superfície do solo, sendo o seu uso essencial para a melhoria das condições de higiene das populações rurais e reduz a degradação ao meio natural.

Esse subprograma prevê também a implantação de métodos alternativos de reaproveitamento de resíduos, como a reciclagem e a compostagem, a aplicação de procedimentos para estes métodos será repassada à comunidade através de oficinas, capacitações e palestras ministradas pela Assistência Técnica e parceiros. Além desses métodos o subprograma contempla um assunto peculiar a todos os produtores, a utilização de defensivos agrícolas, tendo em vista que de alguma forma essa ação estará presente na maior parte da comunidade que irá desenvolver atividades agrícolas e que irão necessitar do controle de pragas e doenças. Nesse sentido, esta meta inclui a capacitação dos agricultores para o manuseio e o correto descarte das embalagens, com a utilização da tríple lavagem quando necessário. Para tanto, outras formas de implementação ao longo do trabalho de assistência técnica que condizem com a realidade das famílias assentadas poderão ser estudadas, avaliadas e implantadas conforme as necessidades futuras.

#### **6.4.4.8 Subprograma de Recuperação e Preservação de Áreas de Preservação Permanente (APPs)**

##### **a) Justificativa**

Nas últimas duas décadas tem aumentado sensivelmente a preocupação mundial com o crescimento alarmante da taxa de desmatamento das florestas tropicais e com o seu impacto na biodiversidade do Planeta.

Objetivando disciplinar e limitar as interferências antrópicas sobre o meio ambiente, o artigo 2º da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal Brasileiro, contempla a criação das Áreas de Preservação Permanente (APP). Nessas áreas não se pode fazer a retirada da cobertura vegetal original, permitindo, assim, que ela possa exercer, em plenitude, suas funções ambientais. Mais recentemente, tendo em vista os compromissos assumidos pelo Brasil perante a Declaração do Rio de Janeiro de 1992 e a necessidade de se regulamentar aquele artigo, entra em vigor, no dia 13 de maio de 2002, a Resolução nº. 303, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Essa resolução estabelece parâmetros, definições e limites referentes às APPs e adota, ainda que implicitamente, a bacia hidrográfica como unidade de sua aplicação.

Diante do exposto, esse subprograma baseará as suas ações no que se encontra disposto na legislação específica com o intuito de preservar essas áreas de grande interesse ecológico. Além das ações preventivas, o subprograma também prevê a aplicação de ações corretivas com a finalidade de recuperar as áreas de preservação permanente alteradas no PA.

## b) Potencialidades e limitações

**Quadro 33** – Potencialidades e Limitações no âmbito das Áreas de Preservação Permanente a partir das discussões empreendidas pela comunidade.

Linha de ação	Potencialidades	Limitações
Desenvolver ações para recuperação das Áreas de Preservação Permanente alterada e ações que promovam a preservação integral dessas áreas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grande possibilidade de recuperação das pequenas superfícies de APPs alteradas;</li> <li>- Interesse da comunidade na preservação das APPs alteradas;</li> <li>- Promover a estabilidade e qualidade das áreas que apresentam condições especiais (serras, morros).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pouco conhecimento sobre a importância da APP;</li> <li>- Presença de áreas que necessitam de medidas intensas conservacionistas como aquelas dotadas de elevada declividade;</li> <li>- Presença de áreas alteradas</li> </ul>

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

**c) Matriz metodológica do subprograma**

**Quadro 34** – Matriz metodológica do subprograma de Recuperação e Preservação de APPs fundamentado nas demandas do PA Taboca.

Linha de ação: Recuperação e Preservação das Áreas de Preservação Permanente do Projeto de Assentamento Taboca.						
Objetivo Geral: Desenvolver ações para recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) alteradas e ações que promovam a preservação integral dessas áreas existentes no Projeto de Assentamento Taboca.						
Objetivos específicos	Metas	Atividades	Resultados	Indicadores	Atores envolvidos	Prazo
Promover ações educativas que demonstrem a importância das APPs e realizar a recuperação de áreas alteradas em diferentes tamanhos	Promover 03 palestras sobre Áreas de Preservação Permanente e os métodos de recuperação de áreas degradadas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divulgar a realização das palestras;</li> <li>- Definir o tema e os métodos a serem abordados;</li> <li>- Confeccionar material didático para utilização no evento;</li> <li>- Articular com o órgão municipal ou estadual a doação de mudas para serem utilizadas na recuperação da área</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conscientização da comunidade sobre a importância das APPs;</li> <li>- Definição do melhor método para recuperar a área;</li> <li>- Quantidade de mudas suficientes para a perfeita realização do método proposto.</li> <li>- Amenização do impacto ambiental causado pelo desmatamento desordenado;</li> <li>- Maior extensão de APPs no PA Taboca.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de palestras realizadas;</li> <li>- Número de participantes por palestra;</li> <li>- Número de mudas doadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Naturatins;</li> <li>- COOPVAG;</li> <li>- Comunidade Assentada.</li> </ul>	Curto
Promover a formação de agentes multiplicadores entre a comunidade.	Promover 02 capacitações de agricultores do PA Taboca para conscientizar a comunidade sobre as consequências da degradação das APPs.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definir o período de capacitação;</li> <li>- Selecionar os agricultores a serem capacitados;</li> <li>- Articular com o órgão ambiental a participação nessa capacitação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pessoas capacitadas a fiscalizar e para sanar dúvidas sobre as APPs;</li> <li>- Amenização do impacto ambiental causado pela degradação das APPs.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de capacitações realizadas;</li> <li>- Número de famílias visitadas pelo agente capacitado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Naturatins;</li> <li>- Comunidade Assentada.</li> </ul>	Curto e Médio

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

#### **d) Estratégias para implementação das metas**

No subprograma de Recuperação e Preservação de APPs está previsto ações de conscientização para toda a comunidade, através de palestras. Outra ação prevista no subprograma é a recuperação das APPs que se encontram alteradas às margens dos corpos hídricos, assim, nestas atividades estão inclusas medidas e técnicas de recuperação de áreas degradadas que engloba o plantio de mudas. As mudas necessárias para a recuperação poderão ser adquiridas através do viveiro do Naturatins que mostrou-se comprometido a isso, até mesmo porque este órgão é o principal no Estado a apoiar programas dessa natureza.

Sendo assim, o desenvolvimento dessas metas contará com o trabalho da Assistência Técnica e a disposição de agentes parceiros como o Naturatins, que está disponível em prestar apoio quanto aos cursos de capacitação e palestras que a serem ministrados durante a execução deste subprograma.

#### **6.4.4.9 Subprograma de Uso e Conservação da Reserva Legal**

##### **a) Justificativa**

A Reserva Legal decorre de normas legais que limitam o direito de propriedade, da mesma forma que “as florestas e demais formas de vegetação permanente” previstas, também na lei 4.771/65 (Código Florestal). Diferenciam-se no que concerne à dominialidade, pois a Reserva Legal do art. 16 e do art. 44 Código Florestal somente incide sobre o domínio privado, sendo que as Áreas de Preservação Permanente incidem sobre o domínio privado e público.

A exigência da definição da reserva legal nas propriedades rurais brasileiras, instituída pelo Código Florestal e alterada pela Medida Provisória nº. 2.166-67/01, estabelece que toda propriedade rural mantenha 35% de sua área preservada, quando a propriedade rural estiver situada em área de cerrado localizada na Amazônia Legal, no entanto, a área averbada corresponde a 24% da superfície total da propriedade, assim, o percentual restante será cumprido conforme o exigido legalmente permitindo, portanto, que as ações previstas nesse subprograma possam ser aplicadas prontamente.

Este subprograma prever que medidas de recuperação das áreas ali alteradas sejam implantadas caso a compensação desse percentual alterado não seja deferida pelo órgão ambiental competente, o Naturatins, além disso, visa-se, por meio deste subprograma, a

realização de ações que viabilizem o uso sustentável dessa área de acordo com os princípios e critérios técnicos e científicos previstos na legislação.

Portanto, antes de ponderar a utilização da área de reserva legal como forma de geração de renda para a comunidade do PA Taboca, o subprograma irá priorizar as ações que viabilizem a função da reserva legal de conservação e reabilitação dos processos ecológicos, e a conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativa.

**Quadro 35** – Potencialidades e Limitações no âmbito da Reserva Legal a partir das discussões empreendidas pela comunidade.

<b>Linha de ação</b>	<b>Potencialidades</b>	<b>Limitações</b>
Promover a utilização sustentável da área de Reserva Legal do PA Taboca garantindo a sua conservação para gerações futuras.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interesse da comunidade em utilizar sustentavelmente as áreas do PA;</li> <li>- Considerável extensão de área de Reserva Legal averbada;</li> <li>- Diversidade de espécies vegetais floríferas do cerrado;</li> <li>- Preservação e conservação de espécies nativas da flora e fauna.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ameaças de fatores externos, como as queimadas ou uso indiscriminado dessas áreas;</li> <li>- Conhecimento superficial da comunidade com relação à definição e usos da Reserva Legal.</li> </ul>

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

**c) Matriz metodológica do subprograma**

**Quadro 36** – Matriz metodológica do subprograma de Uso e Conservação da Reserva Legal fundamentado nas demandas do PA Taboca.

Linha de ação: Utilização sustentável da Reserva Legal e conservação dos recursos.						
Objetivo Geral: Promover o uso sustentável da área de Reserva Legal do Projeto de Assentamento Taboca garantindo a sua conservação para gerações futuras.						
Objetivos específicos	Metas	Atividades	Resultados esperados	Indicadores	Atores envolvidos	Prazo
Promover ações educativas na área definida como Reserva Legal.	Promover palestras semestrais sobre Reserva Legal e caminhadas pela área para identificação das riquezas naturais.	- Divulgar a realização das palestras; - Definir o tema a ser abordado. - Confeccionar material didático para utilização no evento.	- Conscientização da comunidade sobre a importância das Reservas Legais. - Maior preservação das reservas no PA Taboca.	- Número de palestras realizadas; - Número de participantes por palestra	- Naturatins; - COOPVAG; - Comunidade assentada.	Curto
Fomentar a utilização da Reserva Legal de forma sustentável, para apicultura, bem como outras formas de uso sustentável.	Inserir na área de reserva legal a instalação de um criatório de abelhas.	- Promover capacitação de agricultores do PA que estejam interessados em trabalhar nessa área; - Articular com os órgãos municipal e/ou estadual a instalação de caixas (armadilhas) para a extração do mel; - Discutir com os parceiros envolvidos no programa, alternativas viáveis de destinação final do mel produzido; - Viabilizar projetos de plantios de espécies floríferas não impactantes e que potencialize a atividade apícola.	- Ganho econômico do produtor ao aproveitar os recursos naturais de forma sustentável; - Repasse do mel para empresas de comercialização. - Utilização do produto pela própria comunidade.	- Agricultores do PA Força da Esperança capacitados nesse item; - Quantidades de armadilhas instaladas; - Geração de renda para a Associação a partir dos produtos comercializados.	- COOPVAG; - Entidades de ensino e pesquisa; - Comunidade assentada.	Médio e Longo
Utilizar a Reserva Legal na forma de manejo florestal sustentável.	Viabilizar formas de uso sustentável da área de Reserva Legal pela comunidade do PA.	- Realizar inventário florestal para avaliar o potencial da cobertura vegetal; - Elaboração de um projeto de exploração de recursos florestais ambientalmente viáveis.	- Fomento e realização do manejo sustentável; - Valorização econômica dos recursos florestais; - Geração de renda para a Associação para aplicação em benfeitorias para a comunidade e consequente melhoria para a comunidade.	- Número de ações sustentáveis desenvolvidas; - Motivação e boas perspectivas por parte da comunidade; - Aumento dos rendimentos econômicos da população.	- Naturatins; - COOPVAG; - Entidades de ensino e pesquisa; - Comunidade assentada.	Médio e Longo

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

#### **d) Estratégias para implementação das metas**

No subprograma de Uso e Conservação da Reserva Legal além das ações educativas a serem abordadas pela Assessoria Técnica, também será fomentado a utilização dessas áreas de forma que possa gerar renda para as famílias, como por exemplo, o incentivo a apicultura. São formas viáveis e sustentáveis de estar utilizando essas áreas destinadas à conservação da biodiversidade e proteção de fauna e flora nativa.

A utilização da apicultura pela comunidade do PA já é uma das atividades prevista no Programa Produtivo e estando descrita neste Programa Ambiental, essa atividade tem a finalidade de buscar meios para utilizar a reserva legal em atividades que traga benefícios diretos e indiretos aos agricultores, tornando-a desejável para estes. Também são previstas outras formas de uso sustentável como o aproveitamento de material lenhoso e a coleta de produtos florestais não-madeiros, como a coleta de sementes.

Dessa forma, as ações previstas neste subprograma serão implantadas respeitando os procedimentos técnico-administrativos requeridos pela legislação cuja responsabilidade fiscalizadora e executora cabe ao Naturatins, sendo assim, a Assistência Técnica fará a orientação para as pesquisas e elaboração de projetos necessários para a comunidade desenvolver as atividades através da implantação de técnicas de manejo sustentável.

#### **6.4.4.10 Subprograma de Uso e Conservação do Solo**

##### **a) Justificativa**

A conservação do solo consiste em dar o uso e o manejo adequado às suas características químicas, físicas e biológicas, visando a manutenção do equilíbrio ou recuperação. Através das práticas de conservação, é possível manter a fertilidade do solo e evitar problemas comuns, como a erosão e a compactação.

Além disso, a destruição do manto florestal, os incêndios ambientais ou provocados, o sobrepastoreio e as inúmeras obras de urbanização, acelerando os processos erosivos, têm destruído, ao longo dos anos, enormes áreas de solos cultivados. Milhões de toneladas de solos perdem-se todos os anos devido à erosão. Muitos animais que no seu ambiente natural são eliminados devido à presença de predadores e parasitas, noutro meio são capazes de aumentar numericamente de forma considerável. Neste processo se deve procurar a origem da maioria das pragas conhecidas. E para que o solo mantenha as múltiplas capacidades de suporte dos sistemas naturais e agrícolas, é fundamental que as

suas características estruturais permaneçam em equilíbrio com os diversos sistemas ecológicos.

Diante disso, para minimizar os efeitos nocivos e também o mau aproveitamento do solo por meio das atividades antrópicas é que este subprograma vem definir e delimitar ações onde serão utilizadas algumas técnicas de manejo e conservação dos solos.

## b) Potencialidades e limitações

**Quadro 37** – Potencialidades e Limitações no âmbito do Uso e Conservação do Solo a partir das discussões empreendidas pela comunidade.

<b>Linha de ação</b>	<b>Potencialidades</b>	<b>Limitações</b>
Desenvolvimento e Implantação de atividades que promovam a utilização racional do solo e sua conservação no Projeto de Assentamento Taboca.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença de variados tipos de solos;</li> <li>- Presença de áreas com cobertura vegetal preservada;</li> <li>- Interesse e necessidade da comunidade em explorar sustentavelmente os recursos edáficos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A capacidade de uso do solo no PA varia de regular à restrita em grande percentagem;</li> <li>- Presença de áreas compostas por solos erodíveis;</li> <li>- Presença de áreas com elevada declividade;</li> <li>- Presença de solos pobres e instáveis;</li> <li>- Áreas que apresentam voçorocas;</li> <li>- Falta de orientação e conhecimento da comunidade a cerca das práticas conservacionistas;</li> <li>- Limitações de ordem socioeconômica da comunidade assentada para a aplicação de técnicas mais elaboradas.</li> </ul>

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

### c) Matriz metodológica do subprograma

**Quadro 38** – Matriz metodológica do subprograma de Uso e Conservação do Solo fundamentado nas demandas do PA Taboca.

Linha de ação: Utilização sustentável do Solo e conservação dos recursos.						
Objetivo Geral: Promover a utilização e o manejo adequado do solo do Projeto de Assentamento Taboca.						
Objetivos específicos	Metas	Atividades	Resultados esperados	Indicadores	Atores envolvidos	Prazo
- Disponibilizar à comunidade conhecimentos sobre práticas conservacionistas.	Promover palestras e atividades práticas bimestrais ou trimestrais sobre classificação do solo e práticas de conservação.	- Divulgar a realização das palestras; - Definir o tema a ser abordado - Confeccionar material didático para utilização no evento; - Articular junto às instituições de pesquisas governamentais e agentes privados apoio técnico quanto à adoção de práticas edafocológicas.	- Esclarecimento da comunidade sobre a importância da conservação do solo; - Consolidação de parcerias com órgãos e agentes capacitados; - Aplicação das técnicas repassadas a comunidade; - Melhoria nas condições naturais dos recursos edáficos.	- Número de palestras realizadas; - Número de participantes por palestra; - Número de parceiros interessados; - Melhorias quanto aos aspectos produtivos; - Melhorias quanto às condições dos recursos naturais.	- Naturatins; - Secretarias de Agricultura; - COOPVAG; - Entidades de ensino e pesquisas. - Comunidade Assentada.	Implantação a curto prazo e execuções a médio e longo prazo
- Utilizar mecanismos para prevenção do empobrecimento do solo; - Evitar os processos de erosão e compactação; - Adotar técnicas alternativas que mantenham ou aumentem a fertilidade.	Garantir a conservação do solo e a melhoria na produtividade rural e nas condições dos recursos naturais do PA Taboca	- Atualização periódica do mapa de uso do PA Taboca; - Adotar procedimentos que determinem a perda de solo e o acúmulo de sedimentos; - Aumentar as áreas com cobertura vegetal; - Análise da viabilidade de uso de outras fontes de nutrientes; - Adoção de práticas de manejo do solo de controle da erosão: terraceamento agrícola, bem como outras formas viáveis.	- Ganho econômico do produtor ao aproveitar os recursos edáficos de forma sustentável; - Adoção dos chamados “protetores do solo” a fim de garantir a qualidade deste recurso; - Garantia de conservação dos fatores ambientais como um todo.	- Análise dos mapas atualizados; - Determinação dos índices de perda do solo e de erosão; - Número de práticas conservacionistas adotadas pela comunidade; - Tamanho da área com cobertura vegetal conservada.	- Secretarias de Agricultura; - COOPVAG; - Entidades de ensino e pesquisa; - Comunidade.	Médio e longo prazo

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

#### **d) Estratégias para implementação das metas**

A adoção do subprograma de Uso e Conservação do Solo além das metas definidas, tem por finalidade maior a conservação e a prevenção de futuros problemas de degradação dos recursos edáficos, uma vez que comprometido os seus fatores haverá também danos de ordem econômica e social ao PA Taboca. Portanto, quando se trata do manejo e conservação do solo, trata-se também da conservação do meio ambiente em si, por isso, é necessário que haja uma integração deste subprograma com os demais, onde as formas de articulação possam priorizar também este fator.

Sendo assim, a formulação de um planejamento conservacionista da propriedade deve ser levado em conta ao longo da execução dos subprogramas e o planejamento das atividades e a participação da comunidade é fundamental para resolver os assuntos relativos à degradação ambiental, além disso, a efetivação de parcerias é considerada fundamental no desempenho das atividades a serem desenvolvidas pela Assessoria Técnica, para isso, será enlencado o apoio de órgãos envolvidos com as questões agronômicas, como a Secretaria Estadual de Agricultura que estava presente em grande parte das reuniões e discussões com a comunidades dos PAs, além disso, o apoio ligado a pesquisa e orientações voltadas para adoção de práticas sustentavelmente viáveis e econômicas poderá ser alcançado por meio de instituições de ensino e pesquisa, como as universidades federal, estadual e particulares, Naturatins, Embrapa, entre outras interessadas que possam surgir ao longo da execução do subprograma.

#### **6.4.4.11 Subprograma de Manejo e Racionalização do Uso de Agroquímicos**

##### **a) Justificativa**

Sabe-se que o uso de agroquímicos está baseado na tentativa de mitigar o desequilíbrio biológico, que tem origem quando os ecossistemas naturais, ao serem incorporados pela presença humana, formam os sistemas agrícolas, passando a funcionar como um agroecossistema. Dependendo do sistema de produção empregado, por exemplo, a monocultura, altera completamente a relação predador/praga-patógeno, promovendo o desequilíbrio alimentar entre eles. Os agroquímicos mais utilizados pelas comunidades, são os insumos (fertilizantes e adubos químicos), herbicidas, fungicidas e inseticidas, onde os pequenos produtores utilizam para realizarem o controle fitossanitário das suas áreas cultivadas.

Dessa forma, o uso indiscriminado e inadequado dos agroquímicos por muito tempo cria resistência das pragas e patógenos aos produtos químicos, sendo necessário utilizar produtos cada vez mais fortes e perigosos, ao homem e ao ambiente. Assim, os efeitos podem ser sentidos diretamente no local da sua aplicação, agindo principalmente sobre o homem que manuseia o produto e sobre os recursos naturais, como solo, a água, o ar, as plantas e os animais próximos ao local de aplicação.

O uso de agroquímicos é uma prática comum observada nos diversos sistemas produtivos, marcando pontos de atrito entre a agricultura e o meio ambiente, no entanto, a agricultura familiar surge com conceitos e propostas de desenvolvimento, onde, a produção familiar constitui-se o principal agente desse desenvolvimento que permite a prática de uma agricultura sustentável.

No entanto, cabe ressaltar que é possível adotar modelos que contemplem uma interatividade realmente produtiva, afastando-se das práticas predatórias ao meio ambiente ou de exclusão social. Chama atenção, porém, o fato de mesmo havendo certa unanimidade sobre a possibilidade de reduzir drasticamente ou mesmo eliminar o uso de agroquímicos, sem prejudicar a produtividade das culturas, o consumo destes não cessa de aumentar. Este fato pode ter explicações tanto, pela falta de conhecimento da comunidade sobre as várias alternativas sustentáveis existentes, como pelo fato de as empresas produtoras de agroquímicos disporem de eficientes estratégias de *marketing*, veiculadas pelos meios de comunicação.

Desse modo, tendo em vista as propostas sustentadas pela agricultura familiar e as preocupações de representantes da sociedade e entidades privadas a cerca das questões ambientais, é que a implantação deste subprograma busca alternativas que garantam a sustentabilidade e interação dos agroecossistemas para com os fatores ambientais.

## b) Potencialidades e limitações

**Quadro 39** – Potencialidades e Limitações no âmbito do Manejo e Racionalização do Uso de Agroquímicos a partir das discussões empreendidas pela comunidade.

<b>Linha de ação</b>	<b>Potencialidades</b>	<b>Limitações</b>
Desenvolvimento de alternativas de manejo e até mesmo a redução do uso de agroquímicos pelos pequenos agricultores do Projeto de Assentamento Taboca.	- Pequenas áreas produtivas individuais; - Interesse da comunidade do PA Taboca em estar adotando alternativas de substituição aos agroquímicos.	- Falta de conhecimento e prática da população assentada com alternativas agrossustentáveis.

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

**c) Matriz metodológica do subprograma**

**Quadro 40** – Matriz metodológica do subprograma de Manejo e Racionalização do Uso de Agroquímicos fundamentado nas demandas do PA Taboca.

<b>Linha de ação: Desenvolvimento de alternativas de manejo e racionalização do uso de agroquímicos no PA Taboca.</b>						
<b>Objetivo Geral: Disponibilizar alternativas e práticas de manejo que substituam a utilização de agroquímicos pela comunidade do Projeto de Assentamento Taboca.</b>						
<b>Objetivos específicos</b>	<b>Metas</b>	<b>Atividades</b>	<b>Resultados esperados</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Atores envolvidos</b>	<b>Prazo</b>
Disponibilizar à comunidade conhecimentos sobre práticas conservacionistas de controle fitossanitário e o uso de agroquímicos.	Promover palestras, oficinas e atividades práticas bimestrais que tratem da utilização e consequências no uso de agroquímicos e adoção de práticas de conservação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Divulgar a realização das palestras;</li> <li>- Confeccionar material didático para utilização no evento;</li> <li>- Articular junto às instituições de pesquisas governamentais e agentes privados apoio técnico quanto à adoção de práticas conservacionistas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Esclarecimento da comunidade a cerca do uso de agroquímicos;</li> <li>- Conhecimento sobre outras formas de insumos e defensivos naturais de fácil acesso e menor custo econômico;</li> <li>- Consolidação de parcerias com órgãos e agentes capacitados;</li> <li>- Aplicação das técnicas repassadas a comunidade;</li> <li>- Melhoria nas condições dos recursos naturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de palestras, oficinas e atividades realizadas;</li> <li>- Número de participantes por palestra;</li> <li>- Número de parceiros interessados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Naturatins;</li> <li>- Secretarias de Agricultura;</li> <li>- COOPVAG;</li> <li>- Entidades de ensino e pesquisas.</li> <li>- Comunidade Assentada.</li> </ul>	Curto, Médio e Longo prazo
Implantar um mecanismo de manejo correto para utilização de agroquímicos que não possuem alternativas ecológicas mais viáveis.	Garantir o emprego correto de agroquímicos que não possuem substituição mais eficiente e que necessitem ser empregados pela comunidade do PA Taboca.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilizar a percepção ambiental como um instrumento de avaliação das demandas e necessidades da comunidade no controle espécies invasoras;</li> <li>- Usar agroquímicos com base em informações técnicas respeitando as dosagens e o período de carência recomendadas na embalagem;</li> <li>- Utilizar equipamentos de segurança durante o manuseio e a aplicação dos produtos nas culturas;</li> <li>- Utilizar técnicas que evitem a contaminação ambiental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Combater o risco de contaminação humana pelo uso incorreto de agrotóxicos;</li> <li>- Combater a contaminação e o saturamento (bioacumulação) de agentes químicos nos recursos naturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os tipos de agroquímicos utilizados;</li> <li>- Quantidade de agroquímicos utilizados;</li> <li>- Qualidade dos alimentos;</li> <li>- Redução nos casos de contaminação em geral.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Secretarias de Agricultura;</li> <li>- COOPVAG;</li> <li>- Entidades de ensino e pesquisa;</li> <li>- Comunidade.</li> </ul>	Curto, Médio e Longo prazo

<p>Adotar e consolidar o manejo ecológico de controle fitossanitário.</p>	<p>- Estimular e adotar métodos de controle fitossanitário sustentável e de práticas de conservacionis- tas que substitua o uso de agroquímicos pela comunidade do PA Taboca.</p>	<p>causada pelas embalagens de agrotóxicos usadas e abandonadas nas culturas como a Trílice-lavagem e a reciclagem das embalagens; - Adotar o manejo integrado de pragas que combina métodos químicos, físicos e biológicos para reduzir populações de pragas e minimizar seus danos econômicos.</p>	<p>- Realizar no PA Taboca palestras, oficinas e cursos sobre o desenvolvimento de práticas defensivas naturais de culturas; - Adotar mecanismos de controles biológicos; - Usar sistemas de manejo de culturas que reduzam a incidência de pragas e doenças, além aumentar a produtividade; - Desenvolver sistemas de produção agrícola que viabilizem a presença de predadores naturais; - Realizar plantio de cultivares e variedades resistentes ou tolerantes a pragas e doenças; - Adotar cultivos sem agrotóxicos, como por exemplo a agricultura orgânica; - Incrementar práticas agrícolas sustentáveis: policultivo, rotação de culturas, consorciação, práticas de conservação e recuperação de solos, adubação verde, adubação orgânica, plantio direto sem herbicidas, uso de biofertilizantes, manejo integrado e controle biológico de pragas.</p>	<p>- Aceitação e adoção pela comunidade do PA Taboca das práticas conservacionistas; - Substituição de produtos químicos degradantes; - Melhorias quanto aos aspectos produtivos; - Valorização econômica dos produtos cultivados; - Melhorias nas condições dos recursos naturais.</p>	<p>- Número de palestras, oficinas e cursos ministrados a comunidade do PA Taboca; - Número de produtores envolvendo as práticas agrícolas sustentáveis; - Diminuição dos indicadores de degradação ambiental; - Aumento na procura pelos produtos gerados das culturas; - Redução nos casos de problemas de saúde dos produtores rurais.</p>	<p>- Secretarias de Agricultura; - COOPVAG; - Entidades de ensino e de pesquisa; - Comunidade.</p>	<p>Médio e Longo prazo</p>
---	---	--	---	---	---	--	----------------------------

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

#### **d) Estratégias para implementação das metas**

Na execução do subprograma de Manejo e Racionalização do Uso de Agroquímicos alguns pontos devem ser enfatizados e trabalhados a fim de que as ações conservacionistas a serem desenvolvidas venham garantir a sustentabilidade do agroecossistemas. Entre eles, há o processo de esclarecimento e orientação contínua da comunidade sobre a adoção de alternativas viáveis, para a consolidação dos sistemas de produção sustentável, pois, a escassez de conhecimento e a dificuldade de acesso a tais conhecimentos dificultam a transição para um sistema produtivo sustentável. Assim, o trabalho da Assistência Técnica será promover palestras, oficinas e atividades práticas que norteiem os pequenos produtores e o auxiliem no manejo adequado de agroquímicos. Isso deverá ser feito através de parcerias com os órgãos ligados à área, como as secretarias de agricultura, agência de defesa agropecuária, além das entidades de pesquisa para disponibilizar resultados de técnicas e alternativas mais empregadas no meio produtivo, levando em consideração as condições sócio-econômicas das famílias.

Outro segmento que precisa ser explorado é o da ampliação de articulações através das políticas públicas existentes como forma de acesso aos benefícios para estimular práticas agrícolas sustentáveis ou de refrear práticas predadoras. Assim, a interatividade entre diversas esferas governamentais, privadas e institucionais de pesquisas, juntamente com a Assessoria Técnica são fatores condicionantes para garantir a continuidade do processo de revolução dos padrões tradicionais para os padrões de sustentabilidade.

### **6.4.5 Programa de Desenvolvimento Organizacional e de Gestão do Plano**

#### **6.4.5.1 Apresentação**

O processo de desenvolvimento sustentável de uma determinada comunidade só ocorre a partir de duas “condições” essenciais: primeiro é através do processo de capacitação das pessoas, essa ação de fortalecer e desenvolver a capacidade humana, fornecendo os instrumentos para que o homem possa promover a superação das adversidades, a segunda é a organização dessas pessoas para que, a partir da união de forças e de habilidades, consigam alcançar objetivos comuns, principalmente em se tratando de agricultura familiar.

No entanto, observou-se que a comunidade possui poucos conhecimentos sobre associativismo e dá pouca importância a organização social. Por isso mesmo, tiveram bastante dificuldade em trabalhar esse tema. O processo de discussão foi igual aos outros

temas, no qual o grupo temático discutia e levantava as demandas. Assim, foi feita uma tabela que mostra o resultado das discussões do grupo e, mais adiante, um quadro com as ações que precisam ser implementadas para fortalecer a organização social do PA.

### a) Potencialidades e limitações

**Quadro 41** – Potencialidades e Limitações relacionadas à Gestão do Plano de Desenvolvimento.

Problemas	Ação-solução
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência de organização de jovens, pais, mães, etc.</li> <li>- falta de conhecimento da população sobre diversos temas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de grupos;</li> <li>- Organização de festas comemorativas do dia dos pais, mães e dia das crianças;</li> <li>- Realização de palestras sobre direito e deveres;</li> <li>- Realização de cursos de artesanato, horticultura, conservas, fruticultura, tear, etc.</li> </ul>

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

### b) Justificativa

Foram identificados problemas concretos no que se refere à organização social da comunidade, como pode ser visto no diagnóstico. Com a diminuição do número de habitantes do PA esse problema também cresce, pois diminui as chances de um capital social fortalecido, sendo composto por poucas organizações.

Na realidade, a única alternativa de promover o desenvolvimento dessa comunidade é investir no fortalecimento da associação, a partir da elevação do conhecimento e do empoderamento da população, para que juntos consigam superar os desafios e promover o desenvolvimento sustentável da população do PA Taboca.

**c) Matriz metodológica do Programa**

Quadro 42 – Matriz metodológica do Programa de Desenvolvimento Organizacional e Gestão do Plano.

Objetivo Geral: Contribuir na implementação de um desenvolvimento auto-sustentável através do fortalecimento organizacional da comunidade do PA Taboca..						
Objetivos específicos	Metas	Atividades	Resultados Esperados	Indicadores	Fonte de recurso	Responsável e Prazo
Promover o fortalecimento da Associação e de outros grupos que venham a surgir.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar cursos e oficinas de Gestão Social, Associativismo e cooperativismo, Voluntariado, Políticas Públicas, CMDR,</li> <li>- Gestão de empreendimentos, , etc.</li> <li>- Fazer o acompanhamento técnico da Associação permanentemente.</li> <li>- Promover o intercâmbio entre associações e outros foros de discussão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fazer o planejamento dos cursos com o grupo gestor do programa Social;</li> <li>- Reunião de apresentação e discussão do planejmnto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar o nível de conhecimento dos sócios,</li> <li>- Qualificar a participação dos sócios em suas organizações</li> <li>- Qualificar o nível de atuação da comunidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de cursos realizados;</li> <li>- Variedade de temas abordados;</li> <li>- Número de participantes nas atividades de capacitação;</li> </ul>	Assessoria Técnica e outros parceiros Programam que serão acessados com esse fim.	A partir do 2º semestre de 2007
Fomentar a criação de grupos de mulheres e jovens, bem como grupos de afinidades produtivas;	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar 3 grupos gestores: 01 por cada programa, logo após a entrega do PDA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar reunião com a comunidade para criação de novos grupos.</li> <li>- Fazer o planejamento do programas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qualificar o nível de atuação dos grupos</li> <li>-Participação de toda a comunidade no processo de desenvolvimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de grupos criados;</li> <li>- Número de participantes nos grupos atuando;</li> <li>- Metas dos programas alcançadas</li> </ul>	-Assessoria Técnica e outros parceiros;	Imediata mente
Preparar e articular a comunidade para participar mais efetivamente de espaço de construção social como STR e Conselhos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover palestras sobre STR, INSS, etc.</li> <li>- Preparar e articular representantes do PA para fazer parte dos diversos conselhos do município.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunião do grupo gestor com STR,</li> <li>- Realização das ações de acordo com o planejamento do grupo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elevar o conhecimento da comunidade a respeito de direitos,</li> <li>- Aumentar o nível de participação dos assentados em foros municipais,</li> <li>- Qualificar a atuação dos assentados nesses foros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Numero de palestras e atividades de capacitações realizadas;</li> <li>- Número de participações da comunidade nos foros,</li> <li>- Participação de representante nos conselhos. -;</li> </ul>	-Assessoria Técnica STR, CMDR Prefeitura.	A partir do 1º semestre de 2007

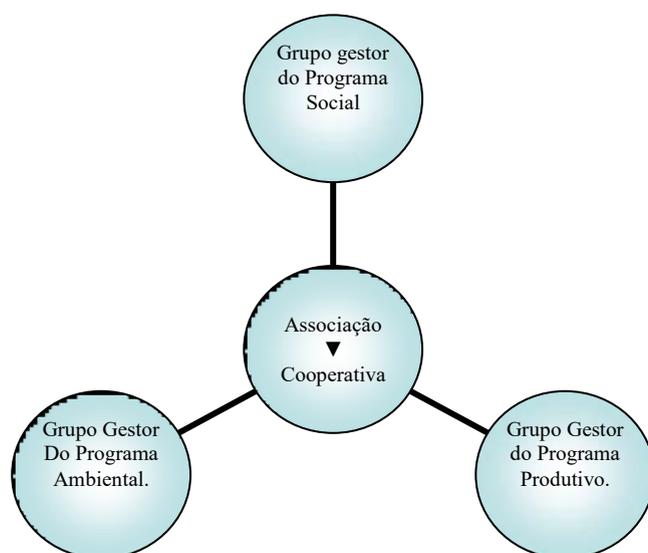
Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

### 6.4.5.2 Estratégias para alcançar as metas propostas

Para promover o fortalecimento organizacional do PA Taboca será necessária à realização de ações articuladas como **capacitações - criação de grupos - acompanhamento técnico**, ou seja, será necessária capacitação, no entanto, não deverá ser capacitações estanques, sem ligação direta com um resultado concreto.

O primeiro passo será fortalecer a Associação existente, para isso serão realizados cursos estratégicos e específicos como gestão e funcionamento de Associação, associativismo/cooperativismo; gerenciamento; controle, elaboração de documentos, entre outros. Deverá ter o acompanhamento direto de um profissional da área social ajudando a por em prática os ensinamentos das capacitações até que o grupo tenha condições de caminhar sozinho.

O segundo passo será, a partir da implementação do Plano, criar grupos que se responsabilizem pela execução dos diversos programas estabelecidos. Deverá ser criado um grupo gestor para discutir, planejar e implementar o Programa Social, o qual deverá ter em sua composição os jovens e as mulheres como garantia de promover a participação destes de uma forma mais efetiva no processo de desenvolvimento do PA; um grupo gestor para implementar a execução do Programa de Meio Ambiente, além do grupo gestor para Programa Produtivo.



**Figura 36** – Representação da Gestão do Plano a partir dos grupos formados em cada Programa específico.  
**Fonte:** Coopvag, 2007.

A proposta é que nesse primeiro momento se fortaleça a associação e os grupos gestores de cada programa e/ou subprogramas, a partir de um processo educativo contínuo e permanente. Com o tempo, a partir do amadurecimento e crescimento do capital humano e social e de acordo com a necessidade, a Associação deverá, juntamente com outras associações de projetos de Assentamentos vizinhos, fazer parte de uma organização mais complexa como uma cooperativa.

Os grupos gestores do programa deverão então se tornar comissões dentro da Associação, onde um representante de cada grupo deverá fazer parte da diretoria e esta deverá compor a diretoria da Cooperativa, garantindo assim a democracia, a transparência, e o envolvimento e a responsabilidade de toda a comunidade, possibilitando o fortalecimento do empreendimento.

### **6.4.5.3 Capacitação e Assessoria Técnica**

#### **6.4.5.3.1 Resumo dos Temas Transversais**

Os temas sobre Assessoria Técnica e Capacitação foram considerados transversais devidos terem sido abordados em todos os programas. A capacitação servirá pra subsidiar todas as ações que precisam ser realizadas e a equipe de assessoria técnica deverá acompanhar e orientar todas essas ações, inclusive as de capacitação.

### **6.4.6 Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES**

A execução das ações planejadas depende da assessoria técnica permanente, devendo ser garantida através de convênio com o INCRA. A prestadora deverá garantir uma assessoria de qualidade feita por uma equipe multidisciplinar, constituída por profissionais devidamente capacitados em áreas de nível superior e nível médio. A equipe deverá, em todo o seu trabalho, ter como base o documento ora elaborado e exercerão suas atividades conforme um cronograma de trabalho, elaborado junto com representantes do assentamento, visando atender as demandas de cada atividade projetada.

A assessoria técnica será responsável pelo processo de organização da comunidade, bem como pela realização de atividades de capacitação; acompanhamento às reuniões; elaboração de projetos específicos e assistência ao sistema produtivo. Assim, o primeiro passo será articular os grupos de interesse, em seguida fazer um Plano de Gestão de cada Programa ou subprograma que tenha um grupo gestor. Essa ação deverá ser feita imediatamente à entrega do documento concluído para a comunidade e parceiros.

Para implementar a execução dos programas propostos serão realizados eventos de organização das atividades como: reuniões de sensibilização, cursos, oficinas, treinamentos, palestras, dias de campo, visitas nos estabelecimentos familiares e intercâmbio com outras comunidades.

As atividades da equipe técnica deverão ser registradas diariamente e sistematizadas mensalmente em um relatório, que ao final de cada trimestre, subsidiará a elaboração do relatório técnico a ser entregue ao INCRA. Estes relatórios deverão trazer a avaliação dos aspectos produtivos econômicos, sociais e ambientais, dando ênfase aos pontos positivos e negativos encontrados no processo de execução do Plano de desenvolvimento, sendo base para o processo de monitoramento e avaliação do Plano de Desenvolvimento do PA Força da Esperança.

O Trabalho da Assessoria técnica será essencial para o sucesso de Plano, é preciso que os técnicos da equipe tenham isso com clareza, por isso será realizada uma atividade de discussão do Plano, com toda a equipe, e um planejamento interno para condução das atividades propostas.

#### **6.4.6.1 Capacitação**

##### **6.4.6.1.1 Justificativa**

Apesar do baixo número populacional do PA, ou por causa dele, a melhor saída para promover o desenvolvimento do PA será investir na formação e informação da população. O processo de capacitação da comunidade é fundamental para implementar as ações propostas nesse documento, que por sua vez são essenciais para promover o crescimento individual e coletivo das famílias do PA Taboca.

Deve-se ressaltar que as ações de capacitação, pela relevância social que têm, são ações que podem ser realizadas por vários parceiros e vários programas, tanto governamental como não governamental. No caso de Assentamentos de Reforma Agrária é de responsabilidade da assessoria técnica está fornecendo essas capacitações, mesmo porque elas têm que vir atreladas a outras atividades de desenvolvimento, por esse motivo não se entrou no mérito de definir custos. Está-se considerando que as atividades de capacitação e de organização social terão os custos absorvidos pela própria assessoria técnica e parceiros envolvidos.

Diante da necessidade de se fazer ações de inserção da comunidade em outros programas de capacitação e/ou de benefícios sociais que requeiram custos extras, serão

elaborados projetos específicos com a finalidade de captação de recursos para implementação das ações.

### 6.4.6.1.2 Objetivo

Promover o desenvolvimento humano dos moradores do PA Taboca, a partir da apropriação de conhecimentos necessários para o crescimento e empoderamento da comunidade.

### 6.4.6.1.3 Estratégias para alcançar as metas propostas

As atividades de capacitação detalhadas neste item foram abordadas anteriormente em cada programa específico. Dessa forma, a sistematização dessas demandas encontra-se em caráter de visualização (Quadro 59). Assim, a proposta é que os grupos gestores, que serão criados por cada programa, no ato de sua criação façam um planejamento para implementação do Programa e nesse planejamento seja criado um cronograma das ações de capacitação propostas.

Este cronograma, no entanto, deverá obedecer a lógica de desenvolvimento do trabalho e cada capacitação estará atrelada a um resultado concreto. Sendo assim, mediante a demanda colocada de cada curso, oficina, palestra deverá ser previsto época certa de fazer atividade; quem poderá exercê-la; quantos deverão participar; quantas atividades deverão ser feitas para se atingir o objetivo proposto. O documento resultante desse planejamento deverá ser seguido pelo grupo e pela assessoria técnica, fazendo ajustes quando necessário.

Os cursos programados estão previstos para atender um público de 25 pessoas por vez. Dessa forma, se a necessidade apontada pelo grupo gestor for maior, deverá ser aumentado o número de cursos. Importante lembrar que o Plano não pode ser engessado. A idéia é executar todas as ações programadas de acordo com a dinâmica apresentada no cotidiano e com necessidade da comunidade.

**Quadro 43** – Atividades de capacitação previstos no Plano de Desenvolvimento do PA Taboca.

ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO DA ATIVIDADE
<b>Capacitação Prevista no Programa Produtivo</b>	
Curso Beneficiamento do Leite	Destinado ao desenvolvimento do processo de gestão do beneficiamento do leite (queijos, doces, etc.).
Curso de Apicultura	Destinado ao desenvolvimento do processo de gestão da apicultura.
Curso de Suinocultura	Destinado ao desenvolvimento do processo de gestão da suinocultura.

Curso sobre manejo de pastagem	Destinado a maximização da pastagem e conservação da mesma.
Curso sobre cultivo da mandioca	Destinado ao cultivo e manejo do mandiocal.
Curso de fabricação de farinha de mandioca	Destinado a produção de farinha de acordo com o mercado consumidor.
Oficina de Olericultura	Destinados ao manejo e produção das hortaliças.
Oficina de compostagem orgânica	Destinado a produção de adubo para dar suporte a horta escolar.
Curso de produção de mudas de essências florestais e frutíferas	Destinado aos métodos utilizados em quebra de dormência de sementes e manejo de mudas no viveiro.
<b>Capacitação Prevista no Programa Social</b>	
Cursos para confecção de produtos artesanais	Destinado aplicação de técnicas adequadas para melhorar a renda, através da confecção de peças de capim dourado; sementes, fibra de babaçu, etc.
Curso/oficinas sobre Associativismo/Cooperativismo	Destinado ao fortalecimento e fomento de grupos associativista.
Curso de Organização Social	Destinado ao desenvolvimento e fortalecimentos dos grupos gestores.
Curso sobre gestão social	Destinado ao desenvolvimento e fortalecimento do capital social do PA.
Curso de políticas públicas	Destinado ao desenvolvimento de habilidades de negociação e intervenção em foros de discussão.
Gestão de empreendimento	Destinado ao fortalecimento e desenvolvimento de habilidades de gerenciamento de empreendimento.
Curso Sobre Conselhos (CMDR)	Destinado ao desenvolvimento do processo de participação e tomada de decisões em foros sociais.
Curso de voluntariado	Destinado ao fortalecimento das relações no PA.
Curso de direitos humanos	Destinado a promover a cidadania a partir do conhecimento sobre direitos.
Curso de corte e costura	Destinado ao desenvolvimento de atividades de renda não-agrícola.
Campanhas e palestras sobre Saúde da mulher, DST/AIDS, Higiene pessoal e doméstica, alcoolismo e drogas.	Destinados a promover o conhecimento e a melhoria da saúde da comunidade.
<b>Capacitação prevista no Programa Ambiental</b>	
Curso de Educação Ambiental	Destinado a formação de multiplicadores em Educação Ambiental dentro da comunidade do PA.
Curso de Técnicas alternativas de Plantio	Destinado à introdução de novas técnicas de cultivo (plantio direto, consórcio de espécies, SAFs).
Curso de formação de brigadistas	Destinado a formação de uma equipe responsável pelo trabalho de acompanhar e orientar as ações da comunidade quando houver a necessidade de utilizar queimadas e também agir na eventualidade de focos de queimada sem controle.
Curso de Manuseio e descarte de embalagens de defensivos agrícolas	Destinado para todos os produtores da comunidade onde deverão aprender a manusear e descartar todas as embalagens de defensivos agrícolas utilizados nos cultivos, respeitando a legislação.
Curso de reciclagem	Destinado a transformação de resíduos sólidos descartados pela comunidade para posterior utilização ou comercialização.
Curso de compostagem	Destinado a utilização de resíduos orgânicos para transformação em adubo e posterior utilização nas culturas da comunidade.

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

## **6.5 Avaliação e Monitoramento do Plano**

O Plano ora elaborado não é uma camisa de força, estático. Ao contrário, é flexível na medida em que, no processo de monitoramento, se indique a necessidade de alterá-lo, no sentido de melhorar o processo de desenvolvimento da comunidade.

Para que isso ocorra de forma organizada, prevê-se que representantes de cada grupo gestor, juntamente com a assessoria técnica se reúnam semestralmente para avaliar a execução do Plano. Essa avaliação parcial deverá estar subsidiada da análise do monitoramento de cada Programa e subprograma que será de responsabilidade de cada grupo gestor. Os resultados serão avaliados a partir da análise dos indicadores que estarão subsidiados por vários instrumentos de controle como: listas de presença; registros de atividades, etc. Esses instrumentos deverão ser apropriados, tanto pelo grupo gestor como pela assessoria técnica, são eles que darão elementos para que seja realizada a análise da monitoria, de forma clara e responsável.

Todo esse processo tem como objetivo, também, facilitar o acompanhamento do Plano por parte do INCRA, como órgão gestor, pelas instituições públicas afins e entidades da sociedade civil, na condição de parceiras.

### 6.6 Investimentos Totais e Usos/Fontes de Financiamento

Quadro 44 - Cronograma Global de Execução Físico.

Crédito Liberado	Nº de Famílias Previstas	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total do investimento	Recursos Próprios	Recursos Financiados	Período de execução	Fontes de Recursos
<b>Investimento produtivo</b>									
Roça de Toco	05	Hectare	2,0	3.500,00	17.500,00	0,00	17.500,00	2009.2	PRONAF
Bovinocultura Leiteira	05	Cabeça	05	6.500,00	32.500,00	0,00	32.500,00	2010.2	PRONAF/Rec. Próprio
Suinocultura	05	Cabeça	04	2.410,00	12.050,00	0,00	12.050,00	2010.2	PRONAF
Apicultura	05	Unidade	10	1.600,00	8.000,00	0,00	8.000,00	2010.2	PRONAF
Avicultura	05	Cabeça	100	1.505,00	7.525,00	0,00	7.525,00	2009.2	PRONAF
Capineira	05	Hectare	1,0	500,00	2.500,00	2.500,00	0,00	2009.2	Rec. Próprio
Cultura da Mandioca	05	Hectare	1,0	1.710,00	8.550,00	0,00	8.550,00	2009.2	PRONAF
<b>Sub-total</b>				<b>17.725,00</b>	<b>88.625,00</b>	<b>2.500,00</b>	<b>86.125,00</b>		
<b>Investimento coletivo Social</b>									
Eletificação Rural	05	km	05	37.250,00	37.250,00	0,00	37.250,00	2007	Gov. Federal/Estadual
Construção de estradas	05	km	1,5	17.000,00	25.500,00	0,00	25.500,00	2007	PRONAF/Rec. Próprio
Poço artesiano	05	ud	01	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	2007	INCRA/Pref/Associação
Construção sede/Associação	05	ud	01	35.000,00	35.000,00	0,00	35.000,00	2009/10	PRÓPRIOS/PARCEIRO
Construção de Casas	05	ud	05	13.000,00	65.000,00	0,00	65.000,00	2008	MDA/INCRA
<b>Sub-total</b>				<b>152.250,00</b>	<b>212.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>212.750,00</b>		
<b>Investimento Social Produtivo</b>									
Mini Unidade de Beneficiamento de Mel	05	Unidade	01	2.370,00	2.370,00	0,00	2.370,00		PRONAF Coletivo
<b>Sub-total</b>				<b>2.370,00</b>	<b>2.370,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.370,00</b>		
<b>Total Global</b>				<b>172.345,00</b>	<b>303.745,00</b>	<b>2.500,00</b>	<b>301.245,00</b>		

Fonte: Custos de produção pesquisa de mercado Coopvag/Inkra, 2007.

## 7 PROGNÓSTICO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS PROPOSTAS

### 7.1 Considerações iniciais

Com a regulamentação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) em 1981, foi gerado o instrumento de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) vinculando sua utilização aos sistemas de licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, com os objetivos de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia a vida, visando assegurar no país condições favoráveis ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (BRAGA et al., 2003).

Desta maneira, a AIA é capaz de assegurar, desde o início do processo, um exame sistemático dos impactos ambientais de uma ação proposta (projeto, programa, plano ou política) e de suas alternativas, e que os resultados sejam apresentados de forma adequada ao público e aos responsáveis pela tomada de decisão, e por eles considerados (MOREIRA, 1990). Além disso, a identificação dos impactos deve adotar medidas capazes de conter ou minimizar os efeitos negativos do projeto, bem como catalisar e organizar seus efeitos positivos, ou seja, essas medidas podem ser mitigadoras ou compensatórias, no caso de impactos negativos, e potencializadoras, em se tratando de impactos positivos. As medidas compensatórias devem ser capazes de salvaguardar em longo prazo áreas representativas de ambientes semelhantes aqueles perturbados, ao mesmo tempo em que resgata, valoriza e preserva as características culturais locais.

Dentro deste contexto, a análise de impacto ambiental tem sido definida como o processo de reconhecimento de causas e efeitos, sendo a causa, qualquer ação que tenha efeito sobre o meio, e os efeitos, são considerados os impactos ambientais desta ação. Com isso, a Avaliação de Impactos Ambientais de um Projeto de Assentamento definida como o conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e multisetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, considerou como base o art. 1º da Resolução CONAMA nº. 001/86, o qual define o conceito normativo de impacto ambiental, como sendo:

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos naturais (BRASIL, 1986).

Além disso, a Resolução CONAMA nº 237/97 veio estabelecer regulamentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que necessitavam de um instrumento de gestão ambiental efetivo, sendo assim, dentre estes listados estão inclusos os projetos de assentamentos que se enquadram nas atividades agropecuárias.

Devido a importância social do Programa Nacional de Reforma Agrária posteriormente, em 27 de dezembro de 2006, o CONAMA veio tratar especificamente do licenciamento ambiental de Projetos de Assentamentos, por meio da Resolução nº 387, representando, portanto, o instrumento legal que estabelece diretrizes e procedimentos peculiares à essa forma de ocupação de terras, com o intuito de orientar e disciplinar o uso e exploração dos recursos naturais. E em cumprimento à mesma Resolução, este plano trata da avaliação dos impactos ambientais advindos da implantação dos Projetos de Assentamentos.

## 7.2 Impactos ambientais do Projeto de Assentamento

Uma vez identificadas em campo, as ações geradas no Projeto de Assentamento Taboca, fundamentada em metodologias específicas e de domínio usual para a avaliação e análise dos impactos ambientais, buscou-se neste ponto identificar e quantificar os possíveis impactos das atividades da população diagnosticadas até o momento.

Na apresentação dos impactos utilizou-se o método da listagem de controle (*check list*), que reúne as ações, impactos (positivos ou negativos) e medidas a serem adotadas como forma de facilitar a visualização. Posteriormente, as análises se limitam a identificar as origens dos impactos e a descrever suas relações com o meio ambiente.

Pode-se observar que os problemas e impactos ambientais prognosticados no PA são decorrentes de ações antrópicas desenvolvidas na área, dentre elas a instalação da comunidade que atualmente esta acampada ao longo do PA ocupando áreas de proteção especial, e também pela atividade agrícola desenvolvida de forma individual pelas famílias assentadas (Quadro 45 e 46).

**Quadro 45** – Lista de controle para ações, impactos e medidas a partir da instalação do acampamento no Projeto de Assentamento.

Tipologia da ação	Impactos prováveis*	Medidas
1 Instalação das famílias		
1.1 Supressão da cobertura vegetal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuição da umidade do ar e do solo (-);</li> <li>- Alterações microclimáticas (-);</li> <li>- Depreciação da qualidade do ar (-);</li> <li>- Emissão de gases da combustão e poeiras na atmosfera (-);</li> <li>- Aumento da evapotranspiração (-);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coibir o desmatamento mediante fiscalização efetiva;</li> <li>- Revegetação das áreas não utilizadas;</li> <li>- Conservação das áreas em processo de regeneração;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da incidência de ventos (-);</li> <li>- Alteração da estrutura do solo em decorrência de processos erosivos (-);</li> <li>- Aumento da temperatura ao nível do solo (-);</li> <li>- Aumento do escoamento superficial (-);</li> <li>- Perda de habitats naturais (-);</li> <li>- Redução das áreas de abrigo, nidificação e alimentação (-);</li> <li>- Migração de espécies (-);</li> <li>- Aumento da densidade da fauna nos fragmentos restantes (-);</li> <li>- Competição intra e interespecies (-);</li> <li>- Alteração na estrutura vegetativa (-);</li> <li>- Alteração na abundância de espécies vegetais nativas (-);</li> <li>- Alteração do equilíbrio biológico (-);</li> <li>- Alteração da qualidade paisagística (-);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação do subprograma de Recuperação e Preservação de APPs.</li> </ul>
1.2 Construção dos barracos e adequação das famílias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Depreciação da qualidade do ar decorrente da extração do material utilizado (-);</li> <li>- Diminuição da capacidade de autodepuração da água, devido o carreamento de partículas sólidas (-);</li> <li>- Aumento da agregação das partículas de solo gerando compactação (-);</li> <li>- Alteração da estrutura do solo em decorrência de processos erosivos ou de compactação (-);</li> <li>- Alteração da biodiversidade ocasionada pela caça e afugentamento da fauna silvestre (-);</li> <li>- Depreciação da qualidade ambiental devido a produção de resíduos sólidos (-);</li> <li>- Depreciação da qualidade ambiental devido a emissão de efluentes sólidos e líquidos (-);</li> <li>- Alteração da qualidade paisagística (-);</li> <li>- Alteração da qualidade de vida gerada pela emissão de ruídos (-);</li> <li>- Desagregação das famílias em decorrência da permanência de familiares na cidade temporariamente (-).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação do Programa de Organização Territorial para instalação das famílias nos lotes;</li> <li>- Implantação do Programa Social, considerando principalmente que este programa inclui medidas para habitação adequada;</li> <li>- Implantação do Programa Ambiental com ênfase para os subprogramas de Educação Ambiental e Gestão de Resíduos.</li> </ul>

\* Os impactos prováveis são classificados quanto aos seus valores em: Positivo (+) ou Negativo (-).

Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

Desse modo, obedecendo aos trâmites legais de desapropriação do imóvel a comunidade a ser assentada está inserida na área que atualmente é o Projeto de Assentamento, isso fez com que as famílias definissem um local para morar provisoriamente até o período de loteamento do PA.

Tal fato desencadeou uma instalação rápida para locais até então desabitados e ainda com a cobertura vegetal praticamente inalterada, levando a supressão de parte da vegetação para dar lugar às moradias provisórias e condições de sobrevivência até o momento de lotear e construir as habitações adequadas para as famílias.

Embora não seja grande o número de famílias e de estarem de maneira esparsa na área do PA, a retirada da vegetação natural dessas localidades, mesmo que tenha sido apenas pequenas áreas para construção dos barracos e adequação das famílias (local de

acesso à água, etc.), houve toda uma alteração física, biológica e social do local. Até mesmo espécies vegetais foram suprimidas para estruturar as moradias e parte da fauna local foi afugentada devido à presença humana ou pela ação da caça como fonte de alimento para algumas famílias.

Além disso, as famílias optaram pelo plantio em suas áreas individuais para o provimento de necessidades básicas das famílias no decorrer dos primeiros anos de instalação do PA onde foram cultivados alimentos essenciais na alimentação como arroz, feijão, mandioca, milho, etc. Estes cultivos, embora desenvolvidos em uma área pequena, trazem alguns agravantes por estarem em áreas de proteção especial, e para a implantação delas não levou-se em consideração a topografia do terreno ou as condições de aptidão do solo classificada no laudo de vistoria de desapropriação do imóvel ou até mesmo a indicação técnica para utilização de outra área. Devido a essa atividade parte da vegetação também foi suprimida para dar lugar ao cultivo, apesar de ser vegetação de cerrado pouco densa. O material suprimido foi enleirado e queimado posteriormente para diminuição das leiras geradas na supressão. Após esse procedimento a área foi gradeada com o uso de tratores com o intuito de facilitar seu preparo.

**Quadro 46** – Lista de controle para ações, impactos e medidas a partir do plantio em área comunitária.

Tipologia da ação	Impactos prováveis*	Medidas
2 Plantio em área comunitária		
2.1 Supressão da cobertura vegetal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuição da umidade do ar e do solo (-);</li> <li>- Alterações microclimáticas (-);</li> <li>- Depreciação da qualidade do ar (-);</li> <li>- Emissão de gases da combustão e poeiras na atmosfera (-);</li> <li>- Aumento da evapotranspiração (-);</li> <li>- Aumento da incidência de ventos (-);</li> <li>- Alteração da estrutura do solo em decorrência de processos erosivos (-);</li> <li>- Aumento da temperatura ao nível do solo (-);</li> <li>- Aumento do escoamento superficial (-);</li> <li>- Perda de habitats naturais (-);</li> <li>- Redução das áreas de abrigo, nidificação e alimentação (-);</li> <li>- Migração de espécies (-);</li> <li>- Competição intra e interespecies (-);</li> <li>- Alteração na estrutura vegetativa (-);</li> <li>- Alteração na abundância de espécies vegetais nativas (-);</li> <li>- Alteração do equilíbrio biológico (-);</li> <li>- Alteração da qualidade paisagística (-);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Revegetação da área caso não venha a ser novamente utilizada;</li> <li>- Utilização de técnicas de conservação do solo;</li> <li>- Fiscalização efetiva para conter supressões irregulares.</li> </ul>
2.1 Enleiramento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Emissão de gases da combustão e poeiras na atmosfera (-);</li> <li>- Remoção da camada fértil (-);</li> <li>- Comprometimento do solo devido a compactação (-);</li> <li>- Alteração das características da fauna e flora (-);</li> <li>- Depreciação da qualidade paisagística (-).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilização do material vegetal enleirado.</li> </ul>
2.2 Queima das leiras	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Depreciação da qualidade do ar devido a emissão de CO<sub>2</sub> e CO (-);</li> <li>- Morte da microfauna na camada superficial do solo (-);</li> <li>- Eliminação da camada orgânica do solo (-);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação do Programa Ambiental com ênfase para os subprogramas de</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colocação de nutrientes em disponibilidade para assimilação vegetal (potássio) (-);</li> <li>- Diminuição da fertilidade do solo (-);</li> <li>- Alteração da biodiversidade da área (-);</li> <li>- Aumento do aproveitamento da área efetiva (+)</li> </ul>	Educação Ambiental e Prevenção e Controle de Queimadas.
2.3 Preparo do solo e plantio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desestruturação do solo ocasionado pela compactação nos acessos (-);</li> <li>- Exposição das camadas mais profundas (-);</li> <li>- Aumento da infiltração de água no solo arado (-);</li> <li>- Diminuição da infiltração de água no solo compactado (-)</li> <li>- Predisposição ao aparecimento de erosão (-)</li> <li>- Reposição da matéria orgânica (-);</li> <li>- Redução do banco de propágulos (-);</li> <li>- Geração de alimentos para a comunidade (+);</li> <li>- Melhoria da qualidade de vida (+).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Investir na qualificação dos produtores;</li> <li>- Utilização de técnicas de cultivo menos degradantes;</li> <li>- Análise do solo para correção adequada;</li> <li>- Utilização de equipamentos que reduzam o desgaste do solo.</li> </ul>

\* Os impactos prováveis são classificados quanto aos seus valores em: Positivo (+) ou Negativo (-).  
**Fonte:** Levantamento Coopvag, 2007.

Portanto, todas as ações executadas para o plantio ocasionaram impactos praticamente inevitáveis no caso de uma produção de baixo custo para as famílias. Sendo assim, as medidas mitigadoras visam a revegetação do local inapropriados para cultivos, ou que as áreas que estão em conformidade sejam mais bem preparadas para que possam servir por um período maior de produção, além disso, devem estar aliadas as medidas de conservação do solo, como o previsto no programa ambiental.

Ressalta-se que apesar das famílias terem sido alocadas de forma contraproducente pelas condições de moradia, foi positivo pelo fato de poderem dividir suas experiências de luta e sobrevivência por um ideal comum: a aquisição de um lugar definitivo para morar e trabalhar, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares.

### 7.3 Principais Impactos ambientais gerados na execução dos Programas

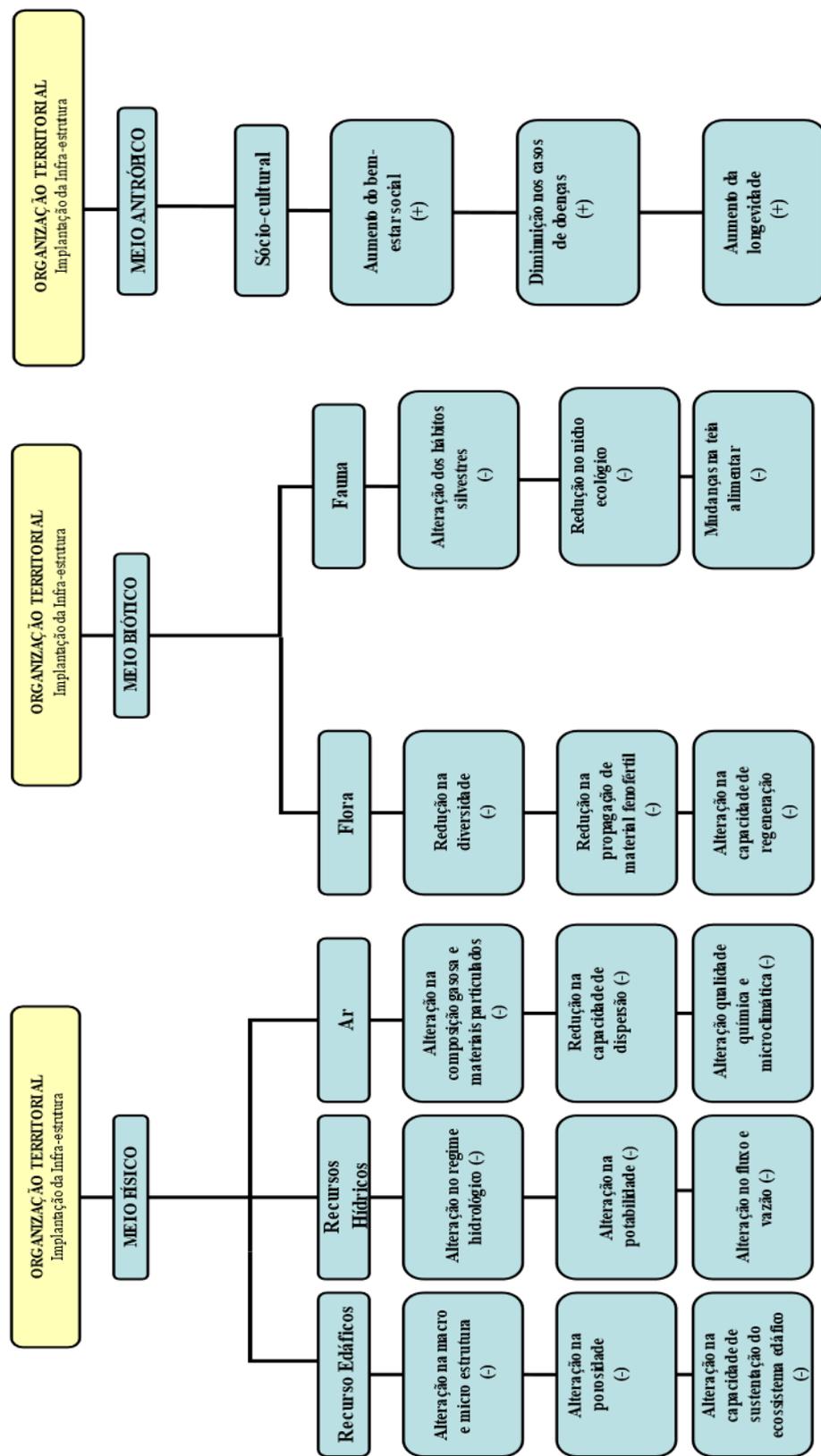
Considerando a criação dos Programas fundamentais para o desenvolvimento da comunidade do PA, alguns destes foram elaborados justamente como forma de minimizar alguns impactos já existentes ou impactos que possam vir a ocorrer no decorrer da concretização de outros programas.

Para tanto, o levantamento das ações a serem desenvolvidas nos programas de organização territorial, produtivo e social terá como escopo a identificação e análise dos principais impactos ambientais gerados durante a execução dos subprogramas relacionados. Mas, de forma infalível a elaboração dos programas e seus subprogramas que compõem este PDA contemplam atividades como agropecuária, implementação da infraestrutura e serviços sociais que desencadearão impactos perfeitamente prognosticáveis.

Desse modo, avaliou-se em cada setor a ser desenvolvido e com base nessas atividades impactantes, as possíveis alterações a serem geradas no ambiente.

Utilizou-se nesta avaliação o método da rede de interação (*network*) que possibilitou identificar os possíveis impactos ambientais em cada compartimento e fator ambiental, além de apresentar uma seqüência dos efeitos provocados em decorrência disso, sendo permitido apontar os impactos indiretos de terceira ordem e seus valores (positivo ou negativo) que podem ser gerados.

Na organização territorial, com a implantação da infra-estrutura do PA uma série de impactos serão desencadeados devido a alteração que deverá ocorrer nos meios, físico, biótico e antrópico. Para o meio físico os principais fatores afetados serão os recursos edáficos, recursos hídricos e o ar. No meio biótico, a flora e a fauna sofrerão uma desestabilização e no meio antrópico os fatores de ordem sócio-cultural terão influência direta das ações desenvolvidas nessa etapa. Cabe ressaltar que nem todos os impactos desencadeados serão de valor negativo, há aqueles que trarão conseqüências benéficas, é o que poderá ser notado quando tratar-se dos aspectos sociais (Figura 37).



**Figuras 37** – Possíveis impactos ambientais gerados com a implantação da infra-estrutura do PA Taboca. **Fonte:** Levantamento Coopvag, 2007.

As atividades demandadas no sistema produtivo e previstas nos seus subprogramas contribuirão para o surgimento de diversos efeitos para os três meios principais e novamente notar-se-á, para os fatores que englobam os recursos naturais físicos e bióticos, uma alteração, cujo impacto será negativo. Sendo assim, é possível adiantar que os impactos a esses recursos serão, nesta fase do PDA, os de maior proporção, mas consequentemente serão estas atividades necessárias ao desenvolvimento do plano e que trarão grandes benefícios à comunidade, aliando os interesses produtivos aos objetivos sociais (Figura 38). Além disso, mesmo observando a intensa mudança que ocorrerá no meio natural é possível através de alternativas sustentáveis mitigar os efeitos destas ações, para isso, técnicas de manejo conservacionistas e já definidas nos programas ambientais subsidiarão a adoção de práticas racionais pela comunidade.

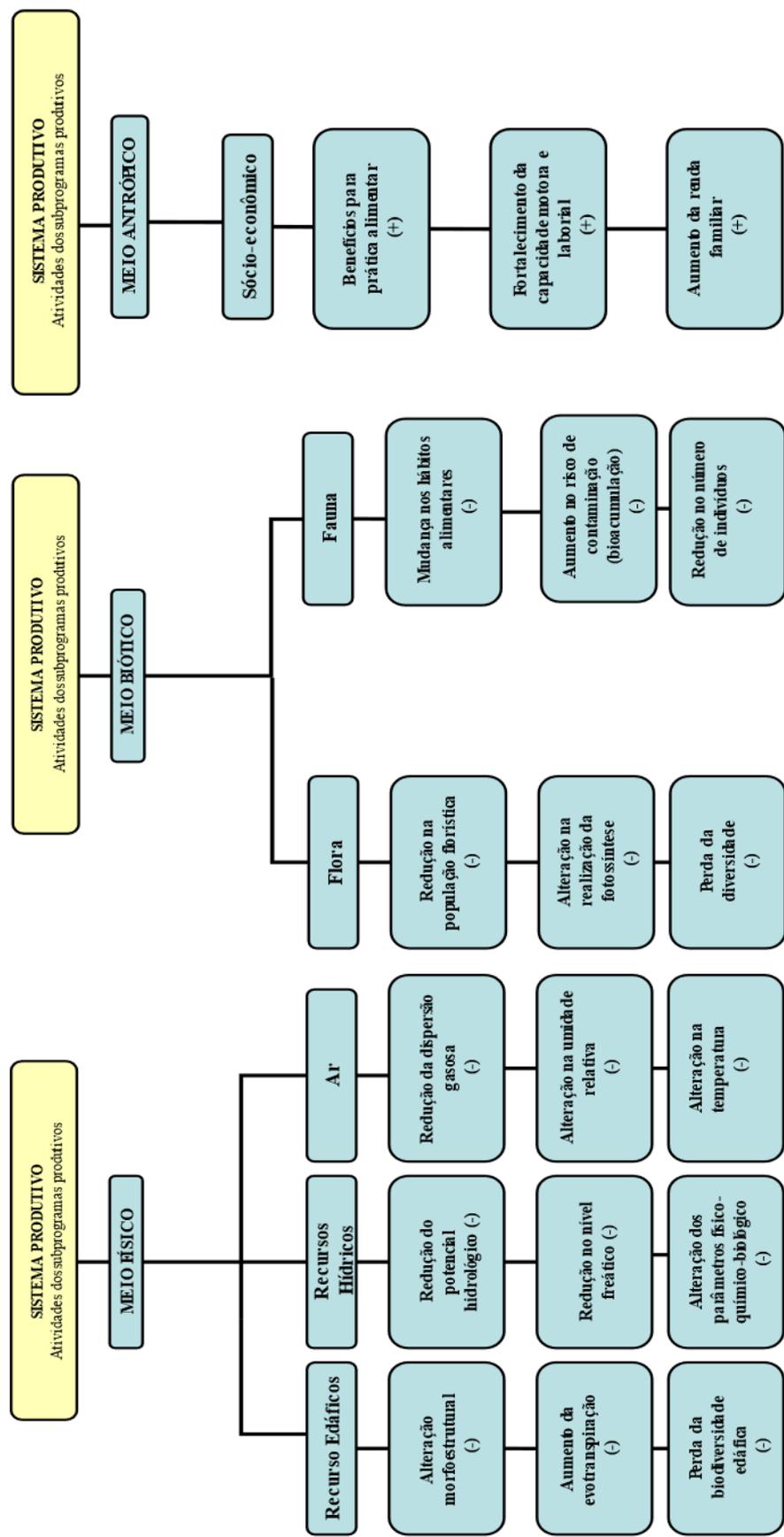


Figura 38 – Possíveis impactos ambientais gerados com a execução dos subprogramas do sistema produtivo do PA Taboca. Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

A implantação das ações para os programas sociais é a fase dentro dos programas do plano que trarão uma gama de impactos positivos e que estarão diretamente relacionados às questões sociais (Figura 39). A possibilidade de elevar as condições sociais, cultural e econômica da comunidade do PA fará com que diversos benefícios sejam trazidos aos assentados. Nesse processo, outros fatores que compõem o meio ambiente serão favorecidos, pois a população assentada obtendo melhoria nas suas condições de vida através de incentivos dos parceiros envolvidos e da atuação da Assessoria Técnica será também uma comunidade comprometida com a estabilidade dos recursos naturais presentes na sua área.

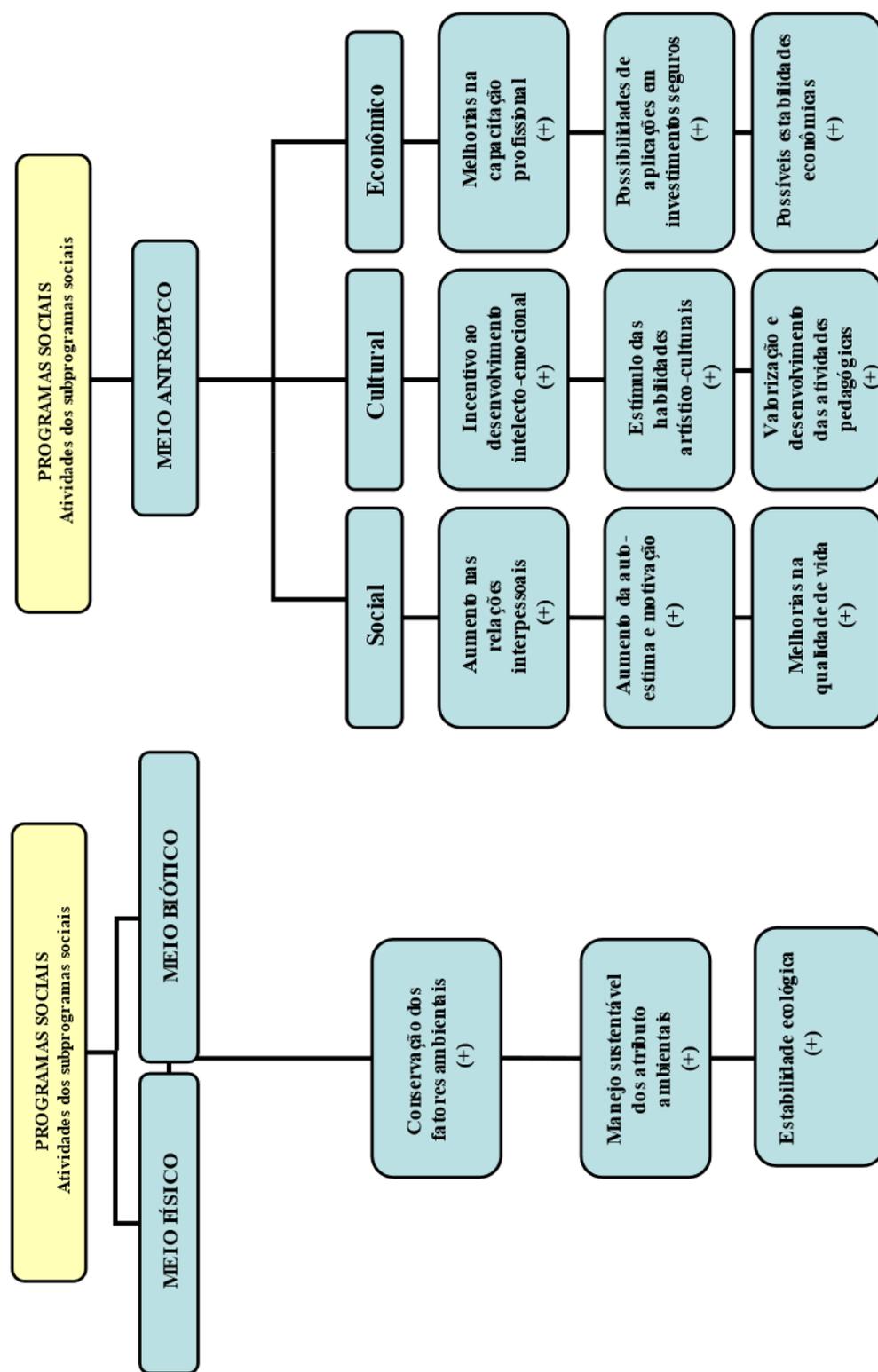


Figura 39 – Possíveis impactos ambientais gerados com a execução dos subprogramas sociais do PA Taboca. Fonte: Levantamento Coopvag, 2007.

Portanto, esta prognose a cerca dos problemas ambientais que possam surgir a partir do desencadeamento de diversos impactos, além destes mencionados e identificados por meio da rede de interação. Torna-se importante frisar que na interação dos meios e fatores ambientais como, por exemplo, entre recursos edáficos (solo), recursos hídricos (água) e aspectos sociais podem ocorrer efeitos que afetem tanto um quanto o outro, caracterizando, com isso, a imensa teia à qual se constitui o meio ambiente.

Com isso, orienta-se que em algumas atividades como a agricultura, construção de estrada, recuperação de acessos, implantação de eletrificação rural, exploração florestal etc. quando desenvolvidas em maior escala, passarão por processo de licenciamento específico, por isso, um suplementar conjunto de ações deverá ser realizado a fim de apontar as devidas particularidades de cada uma dessas atividades.

Diante de tudo, cabe ressaltar a necessidade da execução dos programas propostos neste plano em concomitância com os programas ambientais a fim de ser mais um mecanismo de mitigação ou potencialização dos respectivos impactos negativos e positivos que venham a surgir no decorrer do desenvolvimento do projeto de assentamento Taboca.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do PDA do PA Taboca, embora tenha seguido as mesmas orientações da construção de PDAs de outros assentamentos e ter contado com a participação da comunidade, com seus sonhos e suas expectativas, não foi construído da forma sonhada e planejada pela comunidade.

Como já foi mencionado, no processo de conhecimento da realidade do PA (diagnóstico), a equipe de elaboração do Plano constatou que havia muita distorção entre o conhecimento obtido através de documentos do INCRA, como o laudo de vistoria técnica, por exemplo, e a realidade diagnosticada, principalmente no que se refere às características ambientais que refletem em uma reduzida capacidade de abrigar os elementos e as atividades antrópicas, principalmente, em termos de exploração agrícola. Este fato provocou um retrocesso em tudo que já vinha sendo feito com a comunidade, pois esta se deparou com um impasse: para implantação do sistema produtivo definido pelas famílias assentadas seria necessário uma quantidade de terra equivalente ao tamanho médio das parcelas de assentamentos no Estado de Tocantins que equivale a cerca de 05 alqueires. Com essa medida, detectou-se que a capacidade do PA seria para apenas 05 famílias, aproximadamente, visto que mais de 80% da área total do PA é composta de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal.

Assim, legalmente, as terras desse PA devem estar voltadas para a exploração sustentável dos seus recursos, onde ações e medidas de manejos adequados devem ser adotados no desenrolar do sistema produtivo adotado pelas famílias. Esse fato mudou todo rumo da história do PA, pois o Plano de Desenvolvimento pensado e construído pelo conjunto de 13 famílias que até então compunham o PA, reduziu para o sonho de apenas 05 famílias e isso alterou também as propostas de desenvolvimento para o PA.

Portanto, este documento ora apresentado não deverá ser um instrumento que de fato promova o desenvolvimento visto que a maioria das pessoas que participaram do processo, não serão beneficiadas, bem como, muitas ações pensadas pelo conjunto não apresentaram viabilidade ao ser reduzido o número de famílias do PA.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. Piracicaba: Livroceres, 1985. 392 p.
- BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; BARRROS, M. T. L. de; SPENCER, M.; PORTO, M.; NUCCI, N.; JULIANO, N.; EIGER, S. **Introdução à Engenharia Ambiental**. 2. reimpressão. São Paulo: Prentice Hall, 2003. 305 p.
- BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986. **Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos, e diretrizes gerais para uso e implementação da avaliação do impacto ambiental**. 1986
- BRASIL, Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral. **Projeto RADAMBRASIL**. Folha SC. 23. Tocantins: Geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro: 1981. 524 p.
- EPAGRI – SC. **Curso de apicultura**, 1994. 139 p.
- FAVILA, M. E. e HALFFTER, G. 1997. The use of indicator groups for measuring biodiversity as related to community structure and function. **Acta Zoologica Mexicana** 72: 1–25.
- FENTON, M. B.; ACHARYA, L.; AUDET, D.; HICKEY, M. B. C.; MERRIMAN, C.; OBRIST, M. K. e SYME, D. M. 1992. **Phyllostomid bats (Chiroptera: Phyllostomidae) as indicators of habitat disruption in the neotropics**. *Biotropica*, 24(3): 440-446.
- FRASCA, A. A. S e ARAÚJO, V. A. **Projeto Hidrogeologia no Tocantins**. Executado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM/Ministério de Minas e Energia – MME. Goiânia, 2001.
- IBAMA, 2007. **Lista Oficial de Flora Ameaçada de Extinção**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/flora/extincao.htm>> . Acesso em: 21 abr. 2007.
- IBAMA, 2007. **Plantas Medicinais Ameaçadas de Extinção**. Disponível em: <[http://www.ibama.gov.br/flora/plantas\\_medicinais.htm](http://www.ibama.gov.br/flora/plantas_medicinais.htm)> . Acesso em: 21 abr. 2007.
- IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2000.
- LEPSCH, I.F. et al. **Manual para levantamento do meio físico e classificação da capacidade de uso da terra**. Campinas: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1983. 175 p.
- MARINHO FILHO, J.; RODRIGUES, F. H. G.; JUAREZ, K. M, 2002. The Cerrado mammals: diversity, ecology and natural history.. In: Paulo Sérgio Oliveira; Robert J. Marquis. (Org.) **The Cerrados of Brazil: Ecology and natural history of a neotropical savanna**. New York: Columbia University Press, p. 266-284.
- MMA, 2007. **Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/fauna/index.cfm>> . Acesso em: 21 abr. 2007.

MOREIRA, I.V.D. Avaliação de impacto ambiental: instrumentos de gestão. **Cadernos FUNDAP**, SP, 9 (16): 54-63. 1990.

PIERSON, E. D.; RACEY, P. A. 1996. Observational techniques for bats. **In: Measuring and monitoring biological diversity: standard methods for mammals**. WILSON, D. E.; COLE, F. R.; NICHOLS, J. D.; RUDRAN, R.; FOSTER, M. S. (eds). Smithsonian Institution Press. Washington e London. 409 p.

REYNAL, V. de; MUCHAGATA, A. G.; TOPALL, O.; HÉBETTE, J. **Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica**. Belém: LASAT/CAT, 1997.

RIBEIRO, L. Lei impede colheita de pequi verde. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, 12 out. 2003.

TOCANTINS, Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. **Anuário Estatístico do Tocantins**. Palmas: SEPLAN, 2004.

TOCANTINS. **Atlas do Tocantins**: subsídios ao planejamento da gestão territorial. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico DZE. Palmas: SEPLAN, 2007.

USDA. Department of Agriculture. Soil Conservation Service. Soil taxonomy. **A basic system of soil classification for making and interpreting soil surveys**. Washington, DC. Government Printing Office. 1975. 754 p. (Agricultural Handbook, 18).

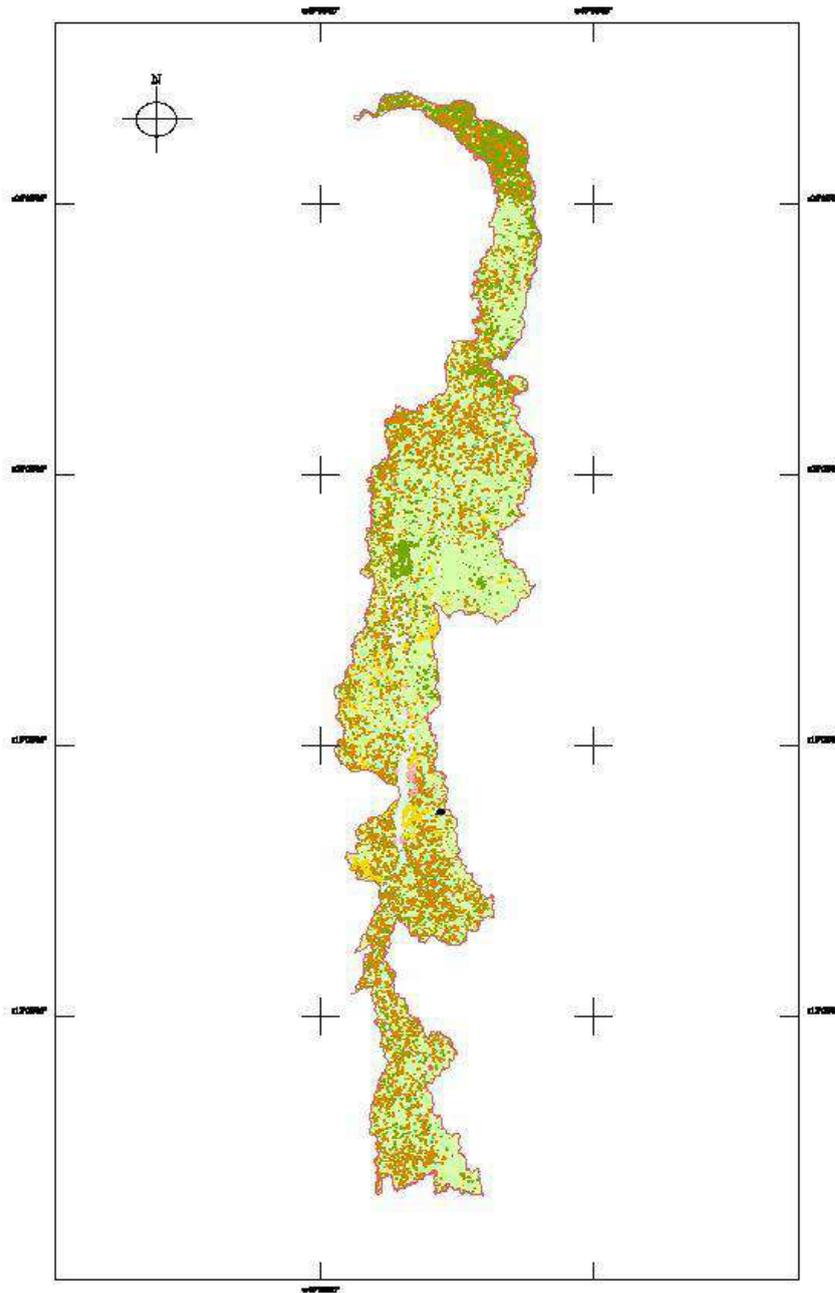
WERNECK, G. Minas deve escolher o pequizeiro. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, 16 out. 2001.

# ANEXOS



# Mapa da bacia de localização do Projeto de Assentamento Taboca

Bacia do rio Tocantins



## LEGENDA

-  Vegetação de cerrado
-  Formação florestal
-  Terras agriculturadas
-  Pastagem
-  Área urbanizada
-  Praia
-  Corpos d'água
-  PA Taboca

Escala 1 : 2.500.000

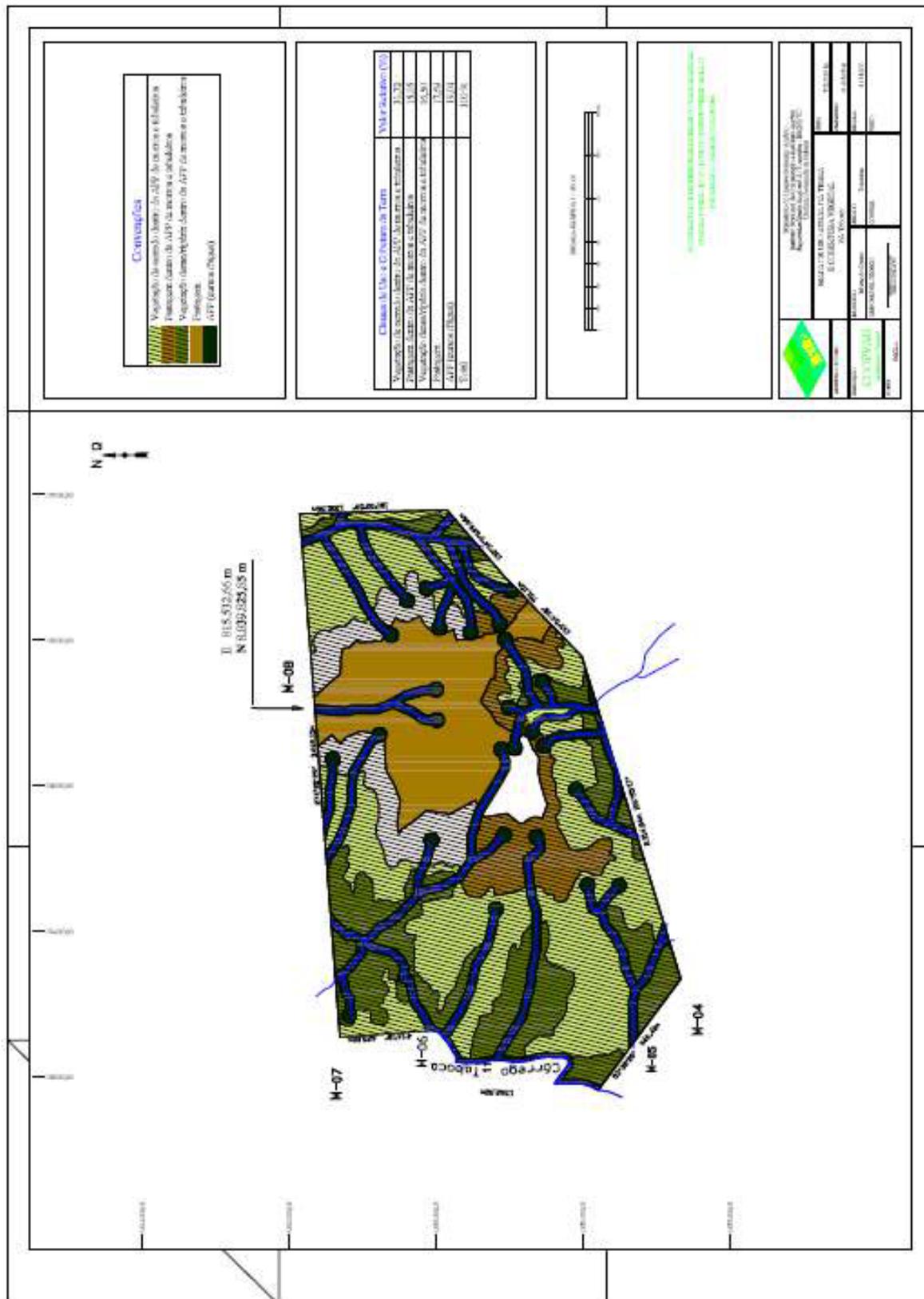
Sistema de Coordenadas Cartesiano

Projeção UTM

Datum Horizontal SAD 69

Fonte: NATURATINS





**Convencões**

	Vegetação de mata de galeria do APP da nascente e cabeceira
	Reserva Legal do APP da nascente e cabeceira
	Vegetação (Cerrado) dentro do APP da nascente e cabeceira
	APP (Área de Proteção Ambiental)

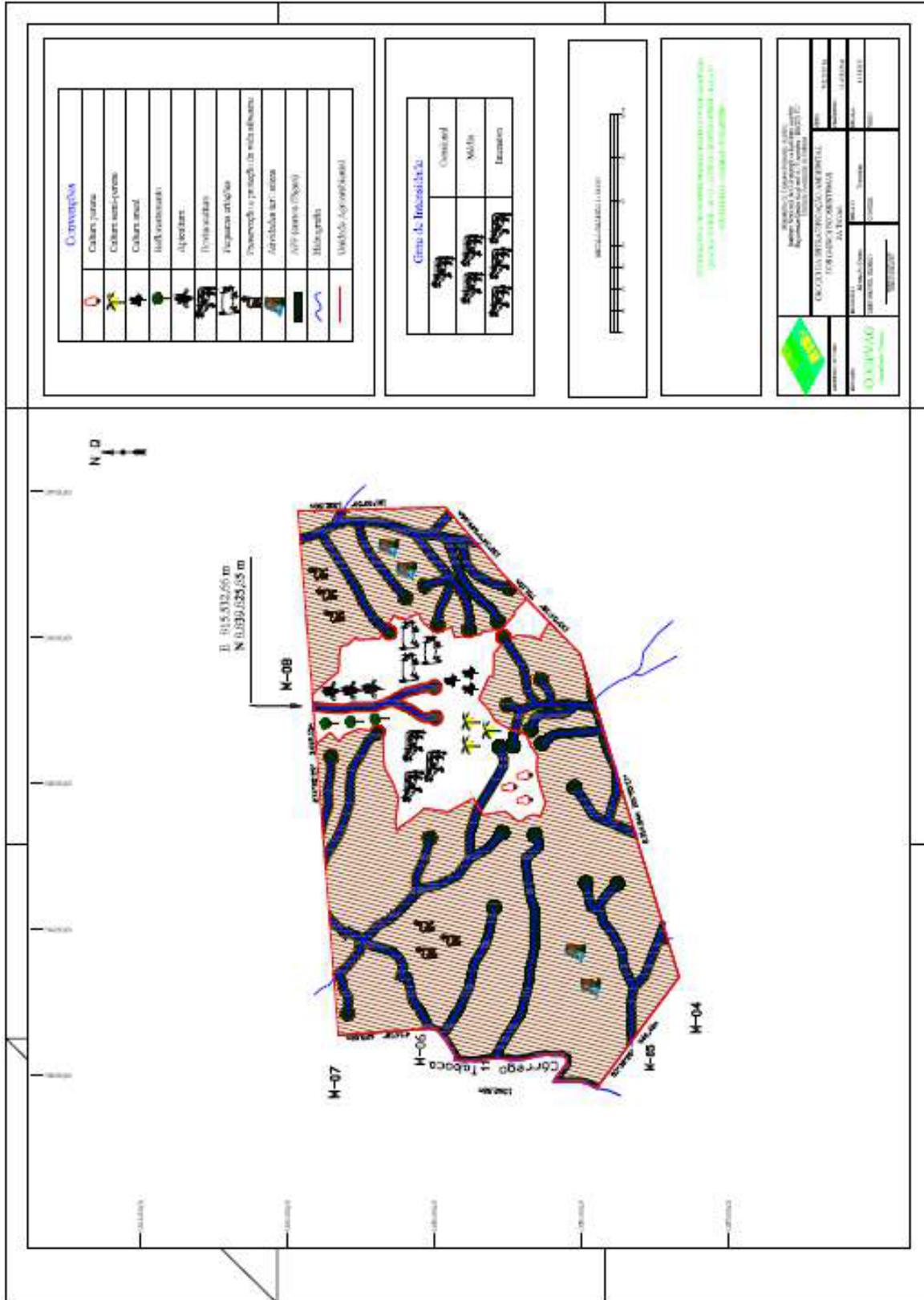
**Classes de Uso e Cobertura do Terreno**

Descrição	Área (ha)
Mantimento do uso atual dentro do APP da nascente e cabeceira	13,72
Reserva Legal do APP da nascente e cabeceira	15,17
Vegetação (Cerrado) dentro do APP da nascente e cabeceira	10,63
APP (Área de Proteção Ambiental)	17,94
<b>Total</b>	<b>57,46</b>



PROPOSTA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023  
 PROCESSO Nº 001/2023  
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO DE RECONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE TABOÇA DO VALE, ESTADO DE SÃO PAULO.

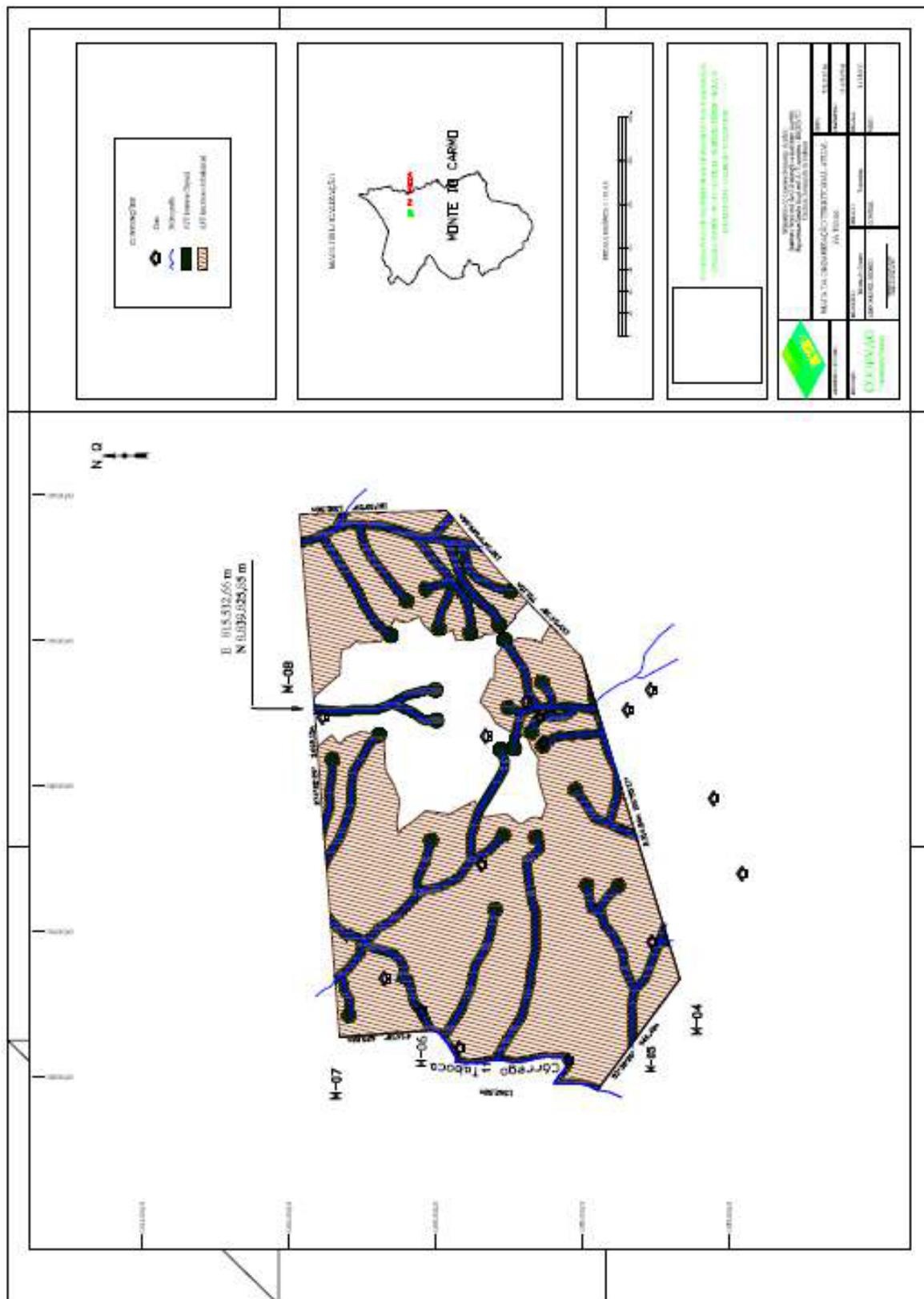
	<b>MUNICÍPIO DE TABOÇA DO VALE</b> SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
<b>EMPRESA</b>	CONSTRUTORA TABOÇA DO VALE S.A.
<b>PROJETO</b>	PROJETO DE INTERVENÇÃO DE RECONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE TABOÇA DO VALE, ESTADO DE SÃO PAULO.
<b>DATA</b>	11/11/2023



MINISTERIO DE AGRICULTURA, GANADERÍA Y PESQUERÍA DIRECCIÓN GENERAL DE REGISTRO Y CATASTRO	
INSTITUTO URUGUAYO DE INFORMÁTICA Y DOCUMENTACIÓN	
Nombre: [ ]	Fecha: [ ]
Tipo: [ ]	Estado: [ ]
Fecha de Emisión: [ ]	Fecha de Actualización: [ ]

Este documento es una copia digitalizada de un documento original. Para más información, consulte el sitio web: [www.dgri.gov.py](http://www.dgri.gov.py)











**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - TOCANTINS**  
**3º OFÍCIO – NÚCLEO DE TUTELA COLETIVA**

---

Ref.: PR-TO-00026149/2023

**DESPACHO**

Junte-se ao Procedimento de Acompanhamento n.º 1.36.000.000671/2023-67, que monitora a atuação do INCRA na avaliação e destinação de áreas do Projeto de Assentamento Taboca, objeto do documento em epígrafe.

Por último, voltem os autos conclusos.

Palmas-TO, data da assinatura eletrônica.

**Paulo de Tarso Moreira Oliveira**

Procurador da República

Em substituição no 3º Ofício - Núcleo de Tutela Coletiva



Ministério Público Federal  
Sala de Atendimento ao Cidadão

---

Manifestação 20230071052

---

Pessoa Física Manifestante	Sexo Masculino CICERO TEIXEIRA DE CARVALHO
CPF	402.255.421-53
Nascimento	22/08/1965
Ocupação	
Email	cicerocarvalho@outlook.com
Telefone	(63) 99292-4211
Município	PALMAS
UF	TO
País	Brasil
Endereço	Quadra ARNO 42 Alameda 14 Qi 16 16 - Plano Diretor Norte
CEP	77002-009

---

Pedido de Informação Processual

Descrição

Referência: IC - 1.36.000.001240/2018-51. CICERO TEIXEIRA DE CARVALHO, requer o agendamento de reunião com o membro titular do procedimento do IC - 1.36.000.001240 /2018-51, Dr. Alexandre Ismail Miguel. O Representante relata ainda, que está há vários meses tentando um atendimento presencial com o INCRA/TO para tratar de assuntos relacionados ao seu processo de regularização fundiária, mas não é atendido.



Ministério Público Federal  
Sala de Atendimento ao Cidadão

---



Ministério Público Federal  
Sala de Atendimento ao Cidadão

## Andamentos

Data	Tipo	Responsável
20/09/2023 11:17	Inserir Providência - Anexar Documento	JULIANA NUNES
20/09/2023 11:16	Inserir Providência - Anexar Documento	JULIANA NUNES
20/09/2023 11:15	Inserir Providência - Anexar Documento	JULIANA NUNES
20/09/2023 11:15	Inserir Providência - Anexar Documento	JULIANA NUNES
20/09/2023 10:57	Assumir manifestação	JULIANA NUNES
20/09/2023 10:57	Cadastro de Manifestação	JULIANA NUNES

Associação Taboca

Endereço:405 norte Al. 14 Qi. 16 Lt. 16 cep. 77.002-009 Palmas-TO cicerocarvalho\_@outlook.com

Ofício 22/2023

**Processo** 21451.000763/1983-78

**Interessado** Cicero Teixeira de Carvalho

**Ao Senhor,**

**Superintendente:** Edmundo Rodrigues Costa

**Assunto :** Solicitação de regularização fundiária

Prezado Senhor

Conforme Resposta ao ofício nº221/2018/SERFAL/SEAD/CC-PR

NUP:55000.000429/2018-26 (ANEXO) haveria alguns procedimentos a ser tomados para tal atendimento.

Portanto conforme apresentado nos tramites internos já se encontra regularizado para tal atendimento, estou apresentando mapa em (anexo) da área requerida em 2009, está área tem como confrontante, Gildemar Xavier dos Santos, Sebastião Cunha Ferreira, Márcio Antônio Batista, sendo esta área foi cultivada e trabalhada desde 1978 pelo sr. Mateus (de Tal), anterior a emissão de título em nome do sr, Luciano Aires em 1984 ( certidão de inteiro teor 1056) e adquirira por minha pessoa o equivalente a 10 alqueires ,tendo como parte integral da área área de APP para ser preservada.

Sr. Edmundo esta área de APP vem sendo turbada de depredada conforme já denunciado ao MPF, e nenhuma providencia foi tomada

Diante do meu pedido acredito que a vigilância vai ser mais de meu interesse para preservação.

Palmas,18 de agosto de 2023

Cicero Teixeira de Carvalho

402.255.421-53



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Quadra 103 Norte, Rua NO 07, Complemento N2 CJ 01 LT. 02 T 01C - Anexo III - CEP 77001-032 - Palmas - TO - http://wwa.tjto.jus.br

**PROCESSO** 21.0.000021360-5

**INTERESSADO** Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS

**ASSUNTO** *Pedido de Cancelamento de Matrícula M-2075 – Cartório de Registro de Imóveis de Monte do Carmo*

**Parecer N° 1819 / 2022 - CGJUS/ASJECGJUS**

Trata-se de expediente encaminhado pelo Presidente do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – Itertins, OFÍCIO/GP/ITERTINS N° 487/2020, de 25 de agosto de 2021, evento 3881437, em que solicita a notificação do Oficial da Serventia de Registro de Imóveis de Monte do Carmo, comarca de Porto Nacional/TO, para que apresente a documentação que deu origem à abertura da **Matrícula 2075**, fundamentada em *Título Definitivo expedido em 20 de junho de 1994 pelo Itertins, em favor de ARMANDO GAIESKI*, bem como, seja instaurado procedimento administrativo, com vista ao **cancelamento da matrícula M-2075, nos termos da Lei 6.739/79**.

**Sobre aos fatos relatados foram adotadas, neste órgão censor, as seguintes providências:**

**I.** Determinou-se a notificação do Oficial da Serventia de Registro de Imóveis de Monte do Carmo, *ANÉZIO FERREIRA DOS SANTOS*, para apresentar os documentos que deram origem à abertura da **Matrícula M-2.075**, bem como dos seus destaques e desmembramentos, no prazo de 10 dias.

Em resposta à notificação deste órgão censor, o Oficial *ANÉZIO FERREIRA DOS SANTOS* informou que a *“documentação apresentada e levada a Registro a época, (22 de junho de 1994), tratava-se do Título original expedido pelo ITERTINS em 20 de junho de 1994, na Presidência do Sr. VILOBALDO GONÇALVES VIEIRA, conferido a ARMANDO GAIESKI. Que à época o Cartório de Registro de Imóveis de Monte do Carmo/TO não guardava cópia de documentos que embasavam as escriturações, averbações, registros, bastando apenas à apresentação do título original, lavrado em papel timbrado do órgão”*.

O Oficial alega que, diante da fé pública a ele conferida por prerrogativa legal, promoveu o registro do título original tal como lhe fora apresentado, não só este, mas todos os títulos originais apresentados para tal mister desde a criação da serventia.

Afirma que no ano de 1994, data em que fora registrado o lote único **“Fazenda Santa Adyilia”, matrícula M-2.075**, ele fora feito no livro próprio, lançado por escrita manual e por apresentação do original do título definitivo expedido pelo Instituto de Terras do Estado do Tocantins – Itertins, *“sem cópia em arquivo na serventia, pelas razões de fato e de direito acima explicadas”*.

Relata que foram lançados desmembramentos da matrícula M-2075, que gerou a abertura das matrículas M-2740, M-2855, M-2863 e M-3146, conforme certidões atualizadas, anexadas aos autos, por consequência, **a matrícula M-2075 foi encerrada**.

**II.** O Presidente do Itertins foi notificado para conhecimento e manifestação sobre as informações prestadas pelo Oficial *ANÉZIO FERREIRA DOS SANTOS*, titular da Serventia de Registro de Imóveis de Monte do Carmo, nos termos do **Despacho/Ofício n° 2291/2021**, evento 3948252.

Em resposta, por meio do OFÍCIO/GP/ITERTINS N° 21/2022, de 14 de janeiro de 2022, encaminhou apenas cópia, na forma digital, do Processo Administrativo 2021/34511/000191, para conhecimento e deliberações.

**III.** Houve a tentativa de notificação da empresa AGROPECUÁRIA DELA VISTA LTDA, todavia a correspondência retornou sem cumprimento, conforme informação dos correios, evento 3950874, *“essa empresa mudou-se”*.

**IV.** O Senhor *PAULO CORAZZI*, por intermédio de sua advogada Dr. Alessandra Dantas Sampaio, OAB/TO 1.821 (evento 4223081), solicitou sua habilitação aos autos, na condição de terceiro interessado, alegando que é proprietário e possuidor de 539,0002ha de área desmembrada do Lote 14, originário do título do INCRA registrado sob o n° **M-1056**, que se sobrepõe a parte do Título de Matrícula **M-2075**.

Que também é proprietário e possuidor de 290,40 ha (Matrícula M-3146) de área desmembrada do Lote 2.740, que tem como origem o Título do Itertins **M-2075**, ora em processo de cancelamento nestes autos.

Afirma que comprou uma fazenda formada de várias áreas rurais e títulos, pelo preço de R\$ 5.010.000,00;

**Imóvel 01:** Área Rural que consta da **Matrícula M- 1056**, Livro 2-E, às folhas 039, do Cartório de Registro de Imóveis de Monte do Carmo - TO, descrito como Loteamento Taquaruçu, Lote n° 14, denominada Fazenda Serra Dourada, com área estimada em 539,0002ha, situada no município de Monte do Carmo – TO.

**Imóvel 02:** Totalidade da Área Rural que consta na **Matrícula M-1055**, Livro 2- E, às folhas 038, do Cartório de Registro de Imóveis de Monte do Carmo - TO, descrito como Loteamento Taquaruçu, Lote n° 14, denominada Fazenda Serra Dourada II, com área matriculada de 129,0521ha e com área ocupada ou de posse estimada de 271,7653ha, situada no município de Monte do Carmo – TO.

**Imóvel 03:** Área Rural correspondente aos Lotes ns° 17, 18, 19 e 20 do Loteamento Serra do Taquaruçu, com área de 1096,1945ha, denominada Fazenda Serra Dourada III, cuja ocupação efetiva está estimada em 805,7945ha.

Assevera que a posse da Fazenda, como sendo 333.999 alqueires ou 1.616.5598 hectares fora passada ao comprador em 20/06/2015 e vinha sendo exercida pelos então vendedores desde meados do ano de 2009, tendo eles comprado áreas tituladas e áreas de posse das pessoas de:

- 1) Geraldo do Nascimento e Esposa Walmira Ribeiro Nascimento, por Escritura Lote 14 e 16 – M-1056 Título Original Expedido Pelo INCRA;
- 2) Wanderlei Candido Ferreira - Contrato de Cessão de Direitos de Posse.
- 3) Silvestre Vicente Ferreira - Contrato de Cessão de Direitos de Posse, e
- 4) RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA - Contrato de Cessão de Direitos de Posse.

Todos que ali estavam e transmitiram a posse alegaram que compraram os lotes nos idos de 1998 e 1999 da família do Sr. *ARMANDO GAIESKY, MARIA DE FÁTIMA GAIESKI e PAULO CESAR GAIESKI* e foram emitidos na posse por eles.

Ademais, o requerente assegura que ostenta uma posse de 14 anos na área rural, sem nenhuma objeção, sem ameaça a sua posse, sendo respeitado pelos seus vizinhos lindeiros.

Afirma que ao requerer a Certidão de Inteiro Teor das escrituras dos Lotes 14 e 16 no Cartório de Monte do Carmo percebeu-se que havia **02 hipotecas gravadas na matrícula M-1056**, figurando o antigo proprietário *GERALDO NASCIMENTO* e esposa como avalistas, mas os vendedores ratificaram que elas já estavam pagas e deveriam ser baixadas para fins de transferência quando da quitação e o ônus, que era deles.

Além disso, o requerente descobriu a existência de outra matrícula sobre o mesmo Lote 14, a **M-2.075**, fato até então desconhecido dos vendedores dos imóveis, percebeu-se que na **M-2.075** havia mais **02 desmembramentos de área e transmissão a terceiros**.

Alega que os vendedores acima não transmitiram por escritura pública os lotes 14 e 16 ao comprador, por motivos e pendências (baixa das hipotecas, georreferenciamento), pois ainda teria que arrumar a situação, inclusive, está em discussão judicial, **Autos nº 0000672-83.2021.8.27.2737**.

Ao final, solicita o deferimento, em caráter de urgência, a anotação premonitória destes autos c/c com restrição de transmissão de domínio em todas as matrículas que surgiram da originária do Título do Itertins M-2075 junto ao Cartório de Monte do Carmo e dela derivada, a fim de dar publicidade deste feito a terceiros que possam vir a ser lesados em razão de tentativa de venda de “papeis” falsos, com o propósito de evitar vantagem indevida junto ao requerente, terceiros e em especial às Instituições Financeiras.

O requerente poderá ser intimado via sua advogada constituída no endereço indicado “**SAMPAIO E PRADO ADVOCACIA Sala 02, piso superior - Plano Diretor Sul, ARSE 21 (204 Sul), QI 10, Alameda Perdizes, Lote 16, s/nº, Palmas – TO., Tel.: (63) 3213-1529, WhatsApp: (63) 99200-9000, e-mail: [sampaioadvocacia@gmail.com](mailto:sampaioadvocacia@gmail.com)”.**

V. Registra-se que sobre este tema aportou neste órgão censor o OFÍCIO Nº 60986/2022/SR(TO)G/SR(TO)/INCRA-INCRA, de 26 de agosto de 2022, Processo Administrativo – SEI nº 22.0.000027984-4, informando o não atendimento da solicitação de cancelamento da Matrícula nº M-1056, ao mesmo tempo solicitando o cancelamento da referida matrícula, a fim de resguardar o patrimônio público da União e a correta destinação das Terras Públicas.

Informa que sobre o presente imóvel (Matrícula nº M-1056), consta também a denominação de “Lote Único Fazenda Santa Adylia”, com 1.225,1198 ha, onde o ITERTINS expediu título definitivo, em 20.06.1994, o qual gerou a matrícula M-2.075, do CRI de Monte do Carmo/TO, sobrepondo exatamente a mesma área titulada pelo INCRA.

Informa, também, que o imóvel ou parte dele é objeto de **Inquérito Civil nº 1.36.000.001240/2016-51**, promovido pelo Ministério Público Federal e há também **ação de usucapião** com Averbação AV.22-1056, à margem da matrícula M-1056.

#### É o relatório.

A Corregedoria-Geral da Justiça é órgão integrante da estrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com sede na capital, tem a atribuição de exercer a vigilância, controle, planejamento, supervisão, orientação e fiscalização disciplinar dos serviços judiciários do primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário, bem como dos serviços notariais e de registro em todo o Estado do Tocantins, nos termos do Regimento Interno, Resolução nº 8/2021/TJTO.

Inicialmente, é importante destacar que o cancelamento administrativo de matrículas de imóveis, formulados por pessoa jurídica de direito público, vinculados a título nulo de pleno direito ou feitos em desacordo com a legislação legal, e ainda, fundamentado em provas irrefutáveis, podem ser declarados inexistentes pela Corregedoria-Geral de Justiça, nos termos do artigo 1º, da Lei nº 6.739, de 5 de dezembro de 1979, vejamos:

*Art. 1º A requerimento de pessoa jurídica de direito público ao Corregedor-Geral da Justiça são declarados inexistentes e cancelados a matrícula e o registro de imóvel rural vinculado a título nulo de pleno direito, ou feitos em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei nº 6.216, de 30 de junho de 1975.*

§ 1º Editado e cumprido o ato, que deve ser fundamentado em provas irrefutáveis, proceder-se-á, no quinquêdimo subsequente, à notificação pessoal:

*a) da pessoa cujo nome constava na matrícula ou no registro cancelados;*

*b) do titular do direito real, inscrito ou registrado, do imóvel vinculado ao registro cancelado.*

Nesse sentido, em se tratando de pedido formulado pelo Instituto de Terras do Estado do Tocantins – Itertins, pessoa jurídica de direito público, resta evidente a competência do Corregedor-Geral de Justiça ou da Corregedora-Geral da Justiça para o processamento do pedido de cancelamento da matrícula.

Fixada a competência da Corregedoria-Geral da Justiça, passa-se à análise do pedido.

A medida administrativa de cancelamento da matrícula visa preservação do patrimônio público, contudo, não deve causar prejuízos de terceiros de boa-fé, os quais podem resguardar os seus direitos pelas vias ordinárias, uma vez que a decisão administrativa pode ser revista a qualquer momento, resguardado as vias judiciais para aqueles que forem prejudicados com o cancelamento, *nos termos do Art. 3º da Lei nº 6.739, de 1979.*

Art. 3º - A parte interessada, se inconformada com o provimento, poderá ingressar com ação anulatória, perante o juiz competente, contra a pessoa jurídica de direito público que requereu o cancelamento, ação que não susstará os efeitos deste, admitido o registro da citação, nos termos do art. 167, I, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei nº 6.216, de 30 de junho de 1975.

*Parágrafo único. Da decisão proferida, caberá apelação e, quando contrária ao requerente do cancelamento, ficará sujeita ao duplo grau de jurisdição. (grifos nossos).*

Diante da análise da certidão de inteiro teor da **matrícula M-2075**, percebe-se uma cadeia sucessória e desmembramentos resultando na abertura das matrículas M-2740, M-2855, M-2863 e M- 3146, sendo a matrícula M-2075 encerrada, vejamos:

A **matrícula M-2075** foi aberta em 22 de junho de 1994, originada de um suposto Título Definitivo expedido pelo Instituto de Terras do Estado do Tocantins – Itertins, em favor do senhor *ARMANDO GAIESKI*, com área de **1.225,11,98** há, (**R-1-2075**); depois, em 25/05/2004, o imóvel foi vendido para a empresa *AGROPECUÁRIA DELA VISTA LTDA (R-2-2075)*; em seguida foi desmembrada área de 416,24,91 há, a qual foi vendida à empresa *RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA*, dando origem à matrícula M-2740, ficando remanescentes área de 808,87,07 há (**AV-5-2075**); finalmente a área remanescente foi desmembradas em duas áreas distintas, resultando na abertura das matrículas **M-2855**, com área de 400,90,00 ha vendida para *REGINALDO CANDIDO FERREIRA* em 16 de setembro de 2008; e **M-2863**, com área de 400,05,07 há, vendida para *DOMINGOS DA SILVA*, em 13 de novembro de 2008, promovendo, com isso, o **encerramento da Matrícula M-2075**, possivelmente em novembro de 2008.

O Instituto de Terras do Estado do Tocantins – Itertins, por meio do Parecer 324/2021, (evento 4136711, páginas 13/14), afirma que a matrícula M-2075 não se originou de título definitivo expedido pelo Itertins, haja vista que não consta registrado nos livros fundiários do órgão e tampouco processo administrativo autuado a época em favor de *ARMANDO GAIESKI* para emissão de título definitivo, diante disso, solicita o seu cancelamento.

No mesmo contexto, o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Monte do Carmo não conseguiu apresentar cópia do título definitivo, em tese, expedido pelo Itertins, alegando que “a época o Cartório de Registro de Imóveis de Monte do Carmo/TO não guardava cópia de documentos que embasavam as escriturações, averbações, registros, bastando apenas à apresentação do título original, lavrado em papel timbrado do órgão”.

De acordo como Parecer Técnico nº 1274/2021/GCADEC, encartado no **Processo Administrativo nº 2021/34511/00191** do Itertins, a área da **matrícula M-2075** está sobrepondo ao perímetro da **matrícula M-1056**, originária de Títulos expedido pelo INCRA, conforme croqui apresentado nos autos.

**Parecer Técnico nº 1274/2021/GCADEC**

(evento 4136718, página 95)

*Em atendimento à solicitação do despacho no verso da folha 183 dos autos, de acordo como as certidões anexadas nas folhas 12 a 19 e com base em dados do nosso acervo cartográfico, realizamos a plotagem do imóvel em pauta, e constatamos que:*

*Fizemos a reconstituição do perímetro da Certidão de Inteiro Teor da matrícula nº 2075 e identificamos que a referida matrícula está Sobrepondo ao perímetro da matrícula nº 1056, conforme croqui anexo.*

*É o que termos a informar.*

*Palmas, 12 de novembro de 2021.*

A matrícula M-2075, apesar de aparentemente documentada, haja vista a existência de registro no cartório de registro de imóveis, se encontra em xeque, vez que como informado alhures, **está fundada em título inexistente, ou seja, nulo de pleno direito** e, ainda, **em sobreposição à área da matrícula M-1056**, aberta em 07 de novembro de 1984, originária de Título Definitivo expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em 28 de novembro de 1983, com área de **1.225,11,98** há, exatamente igual a área da matrícula M-2075.

Os princípios informadores do registro de imóveis não permitem que direitos contraditórios permaneçam simultaneamente registrados ou a existência de duplicidade de matrículas, havendo duplicidade de transcrições ou de matrículas, pode-se e deve-se ser cancelada, até na via administrativa.

De acordo os princípios que regem o registro imobiliário, exhaustivamente revelado na doutrina especializada – notadamente o da especialidade (art. 176, § 1º, II, e 225 da LPR) e o da continuidade (art. 195 e 237 da LRP), não resta dúvida de que um dos principais objetivos da Lei 6.015/73 foi assegurar que cada imóvel passasse a ter uma matrícula própria. (*Princípio da Unitariedade Matricial, cada imóvel será objeto de uma matrícula e cada matrícula descreverá apenas um imóvel.*)

A unicidade da matrícula é um dos princípios elementares do Direito Imobiliário. Sendo assim, para cada imóvel deve ser aberta uma matrícula somente. É na matrícula que se encontra toda a vida do bem, tendo em vista que todas as alterações dele serão registradas na matrícula, sendo que qualquer interessado poderá conhecer todas as mutações ocorridas no imóvel.

Caso existam duas matrículas para o mesmo imóvel, uma delas é nula, sendo que a matrícula mais antiga prevalece, por força do princípio da prioridade.

Ocorrendo duplicidade de matrícula ou registros, o caminho correto para a solução é a decretação da nulidade da matrícula ou do registro efetivado em último. Essa providência pode ser adotada na via administrativa, com fulcro no art. 214 da Lei n. 6.015/73.

*Art. 214 - As nulidades de pleno direito do registro, uma vez provadas, invalidam-no, independentemente de ação direta. (Renumerado do art. 215 com nova redação pela Lei nº 6.216, de 1975).*

O ato administrativo nulo tende a ser considerado impossível de convalidação e manutenção no mundo jurídico. Há um entendimento de primazia do princípio da legalidade em sede de Direito Administrativo. Porém, há outros princípios de igual importância que também devem ser sopesados ao se examinar a pertinência da manutenção do ato administrativo nulo. A segurança jurídica e a boa-fé versam a respeito de princípios de índole constitucional que devem sofrer juízo de ponderação juntamente com o princípio da legalidade para fins de analisar se o ato administrativo, mesmo maculado por vício grave, deve ou não ser mantido no ordenamento jurídico.

A presunção de que o direito pertence àquele em cujo nome está registrado não pode conviver com o duplo registro, em outras palavras, a presunção de veracidade do registro desaparece quando há duplicidade, a solução é o cancelamento da segunda matrícula ou registro, ou seja, da matrícula mais recente.

De acordo com os diversos casos julgados pelo judiciário, comprovada a sobreposição de terras, deve prevalecer o registro mais antigo, exceto, logicamente, se o documento for considerado fraudulento, quando passa a se tratar de uma questão criminal.

Existe toda uma lógica no sistema registral ao prever a competência do juízo administrativo para, por meio da Corregedoria-Geral de Justiça, cancelar **registros de títulos nulos de pleno direito, em duplicidade e/ou em sobreposição**, não havendo, por sua vez, qualquer justificativa plausível para recusa de aplicação de tais normas especiais (Leis ns. 6.015/73 e 6.739/79).

Conforme bem ressaltado pelo Ministro GILSON DIPP, impõe ao *“administrador tomar todas as iniciativas suficientes e necessárias para a proteção dos bens públicos”*, tal como a adoção das medidas de ordem administrativas destinadas a cancelar registros vinculados a títulos nulos de pleno direito.

Por essa razão, considerado que o procedimento de cancelamento de matrículas amparadas em títulos nulos de pleno direito se reveste de atividade meramente administrativa, **entendo plausível** o reconhecimento do pedido de cancelamento administrativo de matrícula M-2075, e seus respectivos desmembramentos, uma vez que fundada em título inexistente, como informado pela própria Autarquia responsável pela regularização fundiária do Estado, que requereu o seu cancelamento.

As partes interessadas, se inconformadas com a decisão de cancelamento, poderão ingressar com ação anulatória, perante o juiz competente, contra a pessoa jurídica de direito público que requereu o cancelamento, ação que não sustará os efeitos da decisão, nos termos do Art. 3º da Lei 6739/79.

**Lei nº 6739/79**

*Art. 3º A parte interessada, se inconformada com o Provimento, poderá ingressar com ação anulatória, perante o Juiz competente, contra a pessoa jurídica de direito público que requereu o cancelamento, ação que não sustará os efeitos deste, admitido o registro da citação, nos termos do art. 167, I, 21, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterado pela Lei nº 6.216, de 30 de junho de 1975.*

*Parágrafo único. Da decisão proferida, caberá apelação e, quando contrária ao requerente do cancelamento, ficará sujeita ao duplo grau de jurisdição.*

É evidente que se promovido o cancelamento da **matrícula M-2075**, é necessário, também, o cancelamento das matrículas derivadas M-2740, M-2855 e M-2863 e M-3146, em razão do vício de origem.

Deste modo, passa-se a análise das matrículas derivadas M-2740, M-2855 e M-2863 e M-3146.

**MATRÍCULA - M-2740** aberta em 16 de agosto de 2006, originada da matrícula M-2075, com área de **416,24,91 há**, em nome da AGROPECUÁRIA DELA VISTA LTDA, constando os seguintes registros e averbações:

<b>R-1-2740</b> , de 17/08/2006 que a empresa AGROPECUÁRIA DELA VISTA LTDA vendeu o imóvel para empresa <b>RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA</b> ;
<b>R-2-2740</b> , de 28/08/2006 [...]
<b>R-3-2740</b> , de 07/08/2008, que parte do imóvel foi transferido por escritura de retrovenda para <b>DIRACI PIRES DE FARIAS</b> , área de 290,40.00 ha, remanescendo área de 125,8491, sendo aberta a matrícula M-3146, conforme demonstrado no AV-7-2740;
<b>R-4-2740</b> , de 08/06/2009, [...]
<b>AV-5-2740</b> , de 22/01/2010 – registro de penhora expedido pela 2ª Vara do Trabalho de Palmas, processo 0197-2008.802.10.00.6. Exequente: Leonardo Pereira de Sousa e Executado empresa RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA, ficando penhorado o imóvel para garantir execução no valor de <b>RS- 20.265,53</b> ;
<b>AV-6-2740</b> , de 22/01/2010 – registro de penhora expedido pela 2ª Vara do Trabalho de Palmas, processo 00820-2005.802.10.00.8. Exequente: Kleber Pereira do Nascimento e Executado empresa RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA, ficando penhorado o imóvel para garantir execução no valor de R\$- 321,33;
<b>AV-7-2740</b> , de 26/08/2011, a área desmembrada de 290,40.00 há, deu origem à matrícula <b>M-3146</b> – em nome de DIRACI PIRES DE FARIAS;
<b>AV-8-2740</b> , de 18/11/2018, [...]
<b>AV-9-2740</b> , de 21/08/2015, registro de penhora expedido pelo Juiz Federal da 2ª Vara de Palmas (Carta Precatória 149/2013), Autos de Execução Fiscal nº 1499-69.2011.01. 4300 Exequente: Fazenda Nacional e Executado empresa RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA, ficando penhorado o imóvel para garantir execução no valor de R\$- 86.964,81;
<b>AV-10-2740</b> , de 21/08/2015, [ ];
<b>AV-11-2740</b> , de 18/05/2065, registro de penhora expedido pelo Juiz Federal da 1ª Vara Cível de Porto Nacional (Carta Precatória 0000389-74.2016.827.2737), extraído dos Autos de Execução Fiscal nº 5132-83.2014.01.4300, Exequente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais - IBAMA e Executado empresa RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA, ficando penhorado o imóvel para garantir execução no valor de R\$- 9.202,54;
<b>AV-8-2740</b> , de 18/11/2018, [...]

**MATRÍCULA M-3146** aberta em 26 de agosto de 2011, originada da matrícula M-2740, com área de 290,00,00 há, em nome de DIRACI PIRES DE FARIAS, não consta registro e averbação.

**MATRÍCULA - M-2855** aberta em 16 de setembro de 2008, originada da matrícula M-2075, com área de 400,90,00 há, em nome da AGROPECUÁRIA DELA VISTA LTDA, constando os seguintes registros e averbações:

<b>R-1-2855</b> , de 17/08/2006 que a empresa AGROPECUÁRIA DELA VISTA LTDA vendeu o imóvel para <b>REGINALDO CANDIDO FERREIRA</b> ;
<b>R-2-2855</b> , de 15/01/2009, registro de Cédula Rural Hipotecária nº 200905002, no valor de <b>RS 130.000,00</b> , em favor do Banco Bradesco S/A, para vencimento em 08/01/2010.
<b>AV-3-2855</b> , de 27/02/2009, [...]
<b>AV-4-2855</b> , de 04/03/2009, Averbação de Contrato de Compra e Venda de 50% da área, em favor de HORÁCIO ANTONIO DE AVELAR;
<b>R-5-2855</b> , de 11/03/2009, registro de Cédula Rural Hipotecária nº 200905016, no valor de <b>RS 24.960,00</b> , em favor do Banco Bradesco S/A, para vencimento em 11/03/2010.
<b>R-6-2855</b> , de 27/03/2009, registro de Cédula Rural Hipotecária nº 200905032, no valor de <b>RS 20.244,00</b> , em favor do Banco Bradesco S/A, para vencimento em 26/03/2010.
<b>R-7-2855</b> , de 07/04/2009, registro de Cédula de Crédito Bancário – BNDS AGROPECUÁRIO nº 2009/0260.548-1, no valor de <b>RS 200.000,00</b> , em favor do Banco Bradesco S/A, para vencimento em 15/04/2021.
<b>AV-8-2855</b> , de 04/06/2009, [...]
<b>R-9-2855</b> , de 03/02/2017, <b>Prenotação de ônus reais</b> , Ação de Execução de Títulos Extrajudicial, Autos 004391-95.2010.827.2729, da 3ª Vara Cível da Comarca de Palmas, Exequente Banco Bradesco S/A, Executado REGINALDO CÂNDIDO FERREIRA;

Note-se que o Banco Bradesco S/A pediu desistência da penhora do imóvel objeto da matrícula M-2855, Ação de Execução de Títulos Extrajudicial, Autos 004391-95.2010.827.2729, da 3ª Vara Cível da Comarca de Palmas, considerando a notícia do processo de cancelamento da referida matrícula junto ao Itertins.



**AO DOUTO JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS – TO.**

**Autos nº: 5004391-95.2010.827.2729.**

**Ação: Execução de Título Extrajudicial.**

**Exequente: Banco Bradesco S/A.**

**Executados: Reginaldo Candido Ferreira e Outro.**

**BANCO BRADESCO S/A**, já qualificado nos autos em epígrafe, vêm à presença de Vossa Excelência, por seus advogados, *expor e requer*:

Excelência, este exequente vem ao feito informar que requereu a baixa da carta precatória de penhora e avaliação do imóvel sob a matrícula nº 2.855, uma vez que o imóvel em questão é objeto de processo administrativo que visa o cancelamento de sua matrícula junto ao INTERTINS, por isto não há interesse, no momento, da penhora e avaliação do mesmo.

Dando continuidade ao feito, no intuito de receber o que é de direito, o exequente requer a Vossa Excelência que seja determinado o bloqueio dos valores existentes nas contas em nome dos executados e/ou aplicações financeiras via sistema SISBAJUD, requerendo que a busca ocorra na modalidade de reiteração automática de ordens de bloqueio, conhecida como TEIMOSINHA, de forma ininterrupta, pelo prazo legal regularizado pelo CNJ, visando satisfazer, assim, o seu direito, objeto do presente.

Por fim, planilha de débitos atualizada em anexo.

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

Palmas/TO, 12 de agosto de 2022.

**OSMARINO JOSÉ DE MELO**  
OAB/TO 779-B, GO 5792-A, PA 15.101-A, MA  
21.434-A

**ROSALIA MARIA VIDAL MARTINS**  
OAB/TO 5.200-A, AP 2.097  
**SAMUEL TELES OLIVEIRA SILVA**

**MATRÍCULA - M-2863** aberta em 13 de novembro de 2008, originada da matrícula M-2075, com área de 400,05,07 há, em nome da AGROPECUÁRIA DELA VISTA LTDA, constando os seguintes registros e averbações:

<b>R-1-2863</b> , de 13/11/2008 que a empresa AGROPECUÁRIA DELA VISTA LTDA vendeu o imóvel para <b>DOMINGOS DA SILVA</b> ;
<b>R-2-2863</b> , de 17/02/2009, [...].
<b>R-3-3-2863</b> , de 21/06/2010, <b>DOMINGOS DA SILVA</b> vende para <b>NIVALSON JOSÉ ALVES</b> .
<b>R-4-2863</b> , de 22/07/2013, registro de Cédula Rural Hipotecária nº 0134619.2013.0101460, no valor de <b>RS 200.640,00</b> , em favor do Banco HSBC Bank Brasil Agência de Guarái para vencimento em 05/08/2015.
<b>R-5-2863</b> , de 15/09/2014, registro de Cédula Rural Hipotecária nº 0134619.2014.0107849, no valor de <b>RS 106.000,00</b> , em favor do Banco HSBC Bank Brasil S/A. Agência de Guarái, para vencimento em 05/09/2016.
<b>R-6-2863</b> , de 01/10/2015 – <b>Baixa do registro</b> de Cédula Rural Hipotecária nº 0134619.2013.0101460, no valor de <b>RS 200.640,00</b> , em favor do Banco HSBC S/A, Agência de Guarái, constante do R-4-2863.
<b>R-7-2863</b> , de 01/10/2015, registro de Cédula Rural Hipotecária nº 0134619.2015.0132691, no valor de <b>RS 151.040,00</b> , em favor do Banco HSBC Bank Brasil S/A. Agência de Guarái, para vencimento em 03/10/2017.
<b>R-8-2863</b> , de 29/09/2016, registro de Cédula Rural Hipotecária nº 0134619.2016.0072765, no valor de <b>RS 170.400,00</b> , em favor do Banco HSBC Bank Brasil S/A. Agência de Guarái, para vencimento em 02/10/2018, (renegociada AV-9-2863)
<b>AV-9-2863</b> , de 05/11/2018, registro de Termo Aditivo da Cédula Rural Hipotecária nº 0134619.2016.0072765, para constar alteração do saldo devedor no valor de <b>RS 96.930,65</b> , em favor do Banco HSBC S/A, Agência de Guarái;

Observa-se que as matrículas desmembradas foram dadas em garantias em empréstimos bancários, bem como são objeto de ações judiciais cíveis trabalhistas e fiscais, com registro de autos de penhora. Embora as referidas matrículas sejam originárias de ato administrativo nulo na origem, a Lei 6739/79 prevê, repise-se, que as partes interessadas, se inconformadas com a decisão de cancelamento, poderão ingressar com ação anulatória, perante o Juiz competente, contra a pessoa jurídica de direito público que requereu o cancelamento, nos termos do Art. 3º da Lei 6739/79.

Como se sabe, o cancelamento de matrículas, pela via administrativa deve está amparado em títulos nulos de pleno direito ou feitos em desacordo com os arts. 221 e segs. da Lei n.º 6.015/73, de 31 de dezembro de 1973, e ainda, respaldado em provas irrefutáveis. Assim, o caso em análise se amolda aos termos da lei, pois as matrículas foram constituídas com base em títulos nulos de pleno direito, ou seja, título inexistente, e ainda, em sobreposição da área da matrícula M-1056, anteriormente matriculada.

O cancelamento é relevante e repercute no sistema jurídico, pois resulta na extinção formal de um ato, pode-se dizer que o cancelamento é forma extintiva dos efeitos do registro e evita a propagação de atos nulos em prejuízos à terceiros de boa fé.

É importante ressaltar que o cancelamento de registro, na via administrativa, tem cabimento nas hipóteses de vício extrínseco, conforme previsto no artigo 214 da Lei de Registros Públicos, o qual faz menção às nulidades de pleno direito, ao passo que outras nulidades, referentes aos vícios intrínsecos, devem ser buscadas por meio de propositura de ação na via jurisdicional, nos termos do artigo 216 da mesma Lei.

Atualmente, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no Pedido de Providências n. 0001943-67.2009.2.0.0000, culminou por derrubar um dogma na jurisprudência pátria, de que somente por meio da jurisdição é possível cancelar registro ou matrícula vinculada a título nulo de pleno direito.

Amparado em precedentes do próprio CNJ, a tese da cláusula de reserva de jurisdição foi afastada com base nos seguintes argumentos:

1º Registro baseado em suposto título que formalmente deixou de existir, é hipótese que se enquadra no exemplo de inexistência do título, passível de cancelamento em sede administrativa;

2º As partes interessadas – prejudicadas com o cancelamento administrativo dos títulos – dispõem de ação anulatória para atacar o ato, a ser proposta perante o juiz competente contra a pessoa jurídica de direito público que requereu o cancelamento, nos termos do art. 3º da Lei n. 6.739/79;

3º A possibilidade da controvérsia sobre o domínio estar em discussão no âmbito judicial não importa em obstáculo à atuação da Corregedoria, tendo em vista a independência de que gozam as esferas administrativa e judicial;

4º A Lei n. 10.267/2001, que possibilitou o cancelamento administrativo de matrículas irregulares, veio exatamente para obstar a prática de grilagem, pois até então, a legislação vigente era supostamente insuficiente para proteger o patrimônio da União;

A decisão exarada no Pedido de Providências n. 0001943-67.2009.2.0.0000 foi além dos argumentos utilizados nos precedentes anteriores daquele órgão, admitindo que os referidos precedentes não deram "a devida saliência aos fundamentos que lhe abonam a tese, não os explicitaram adequadamente ou não os exploraram com a exigível profundidade", razão pela qual o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro GILSON DIPP, decidiu "expor e reiterar à exaustão" o assunto.

Compreende-se que o efeito próprio do reconhecimento da nulidade do título é o cancelamento da matrícula e registro que dele se originou, o que se dará na própria esfera administrativa, resguardado as vias judiciais para aqueles que forem prejudicados com o cancelamento.

Ademais, os fundamentos e provas apresentados pelo Itertins, consoante a inexistência do título que deu origem às referidas matrículas autoriza a decretação da nulidade das matrículas e dos registros, pois fundada em provas irrefutáveis.

De fato, tratando-se de nulidade de pleno direito, cabe ao juízo declará-la de ofício, independentemente de qualquer ação judicial. O efeito próprio do reconhecimento da nulidade do título é o cancelamento da matrícula e registro que dele se originou, o que se dará na própria esfera administrativa, resguardado as vias judiciais para aqueles que porventura forem prejudicados com o cancelamento.

Diante das razões expostas, o parecer que submeto ao crivo de Vossa Excelência pelo reconhecimento do pedido de cancelamento administrativo de matrícula M-2075, e seus respectivos desmembramentos (M-2740, M-2855, M-2863, M-3146), uma vez que fundada em título inexistente, como informado pela própria Autarquia responsável pela regularização fundiária do Estado, que requereu o seu cancelamento, e ainda, por sobreposição à área da Matrícula M-1056.

Em face do exposto, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.739/79, c/c Art. 214 da LRP, sugiro:

1. Determinar o cancelamento das matrículas M-2075, M-2740, M-2855, M-2863 e M-3146 da Serventia de Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos, Protesto e Tabelionato de Notas de Monte do Carmo, comarca de Porto Nacional/TO;
2. Notificar o Oficial da Serventia de Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos, Protesto e Tabelionato de Notas de Monte do Carmo, para cumprimento do item anterior, **no prazo de 5 (cinco) dias**;
3. Intimar a Presidência do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – Itertins, para conhecimento do cancelamento das matrículas M-2075, M-2740, M-2855, M-2863 e M-3146;
4. Intimar a Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no Tocantins, para conhecimento do cancelamento das matrículas M-2075, M-2740, M-2855, M-2863 e M-3146, do fôlio real de Monte do Carmo, uma vez que sobrepõe a matrícula M-1056, cujo Título foi expedido pelo INCRA;
5. Oficiar a Procuradoria da República no Tocantins, 3º Núcleo de Tutela Coletiva, em resposta ao Ofício nº 1724/20228/PRTO/GABPR3 – FAAAAOJ, de 9 de setembro de 2022, referente ao Inquérito Civil nº 1.36.000.001240/PRTO/PRDC, através do e-mail: <https://apps.mpf.mp.br/ouvidoria/app/protocolo/>, sobre o teor da decisão de cancelamento das matrículas M-2075, M-2740, M-2855, M-2863 e M-3146, deferindo-se acesso externo dos autos, caso solicitados pelos Procuradores da República.
6. Intimar o Juiz Corregedor Permanente da Comarca de Porto Nacional, para conhecimento do cancelamento das matrículas M-2075, M-2740, M-2855, M-2863 e M-3146;
7. Notificar a empresa RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA, pessoa jurídica, cujo nome consta como detentora do domínio da matrícula **M-2740**, nos termos do Art. 1º, §1º, alínea "a" da Lei 6739/79, acerca do cancelamento das matrículas em referência, no endereço: Quadra 104-Sul, Rua SE 03, Lote 10, Galeria Amazonas, Sala 11, CEP 77020-016 – Palmas/TO. Não sendo possível a intimação pessoal, intime-se por edital;
8. Notificar, DIRACI PIRES DE FARIAS pessoa física, cujo nome consta como detentor do domínio da matrícula **M-3146**, nos termos do Art. 1º, §1º, alínea "a" da Lei 6739/79, acerca do cancelamento das matrículas em referência, no endereço Rua 2, nº 125, Centro de São Miguel do Araguaia/GO. Não sendo possível a intimação pessoal, intime-se por edital;
9. Notificar REGINALDO CÂNDIDO FERREIRA, pessoa física, cujo nome consta como detentor do domínio da matrícula **M-2855**, nos termos do Art. 1º, §1º, alínea "a" da Lei 6739/79, acerca do cancelamento das matrículas em referência, no endereço Quadra 308 Sul, Alameda 07, Lote 15 – Palmas/TO. Não sendo possível a intimação pessoal, intime-se por edital;
10. Notificar NIVALSON JOSÉ ALVES, pessoa física, cujo nome consta como detentor do domínio matrícula **M-2863**, nos termos do Art. 1º, §1º, alínea "a" da Lei 6739/79, acerca do cancelamento das matrículas em referência, no endereço: Avenida Tiradentes, Nº 2055, centro Guaraí/TO. Não sendo possível a intimação pessoal, intime-se por edital;
11. Intimar o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Palmas, sobre o teor da decisão de cancelamento da Matrícula M-2740, haja vista a existência de registro de penhora, Processo **0197-2008.802.10.00.6**. Exequente: Leonardo Pereira de Sousa e Executado empresa RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA, e Processo **00820-2005.802.10.00.8**. Exequente: Kleber Pereira do Nascimento e Executado empresa RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA;
12. Intimar o Juízo da 2ª Vara Federal de Palmas, sobre o teor da decisão de cancelamento da Matrícula M-2740, haja vista a existência de registro de penhora, Autos de Execução Fiscal nº **1499-69.2011.01.4300** Exequente: Fazenda Nacional e Executado empresa RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA, e Autos de Execução Fiscal nº **5132-83.2014.01.4300**, Exequente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais - IBAMA e Executado empresa RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA;
13. Intimar o Banco do Bradesco S/A, sobre o teor da decisão de cancelamento da Matrícula M-2855, haja vista a existência do registro de Cédula Rural Hipotecária nº 200905002, no valor de **R\$ 130.000,00**; Cédula Rural Hipotecária nº 200905016, no valor de **R\$ 24.960,00**; Cédula Rural Hipotecária nº 200905032, no valor de **R\$ 20.244,00**; Cédula de Crédito Bancário – BNDS AGROPECUÁRIO nº 2009/0260.548-1, no valor de **R\$ 200.000,00**, emitidas por REGINALDO CÂNDIDO FERREIRA.
14. Intimar o Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Palmas, sobre o teor da decisão de cancelamento da Matrícula M-2855, haja vista a existência da Ação de Execução de Títulos Extrajudicial, Autos 004391-95.2010.827.2729, Exequente Banco Bradesco S/A, Executado REGINALDO CÂNDIDO FERREIRA.
15. Intimar o Banco do Bradesco S/A, Agência de Guaraí/TO, sobre o teor da decisão de cancelamento da Matrícula M-2863, haja vista a existência do registro de Cédula Rural Hipotecária nº 0134619.2014.0107849, no valor de **R\$ 106.000,00**; Cédula Rural Hipotecária nº 0134619.2015.0132691, no valor de **R\$ 151.040,00** e do Termo Aditivo da Cédula Rural Hipotecária nº 0134619.2016.0072765, para constar alteração do saldo devedor no valor de **R\$ 96.930,65**, emitidos por NIVALSON JOSÉ ALVES.

16. Intimar PAULO CORAZZI, na condição de terceiro interessado, sobre o teor da decisão de cancelamento das matrículas M-2075, M-2740, M-2855, M-2863 e M-3146 do fôlio real do Cartório de Monte do Carmo, no endereço: “SAMPAIO E PRADO ADVOCACIA Sala 02, piso superior - Plano Diretor Sul, ARSE 21 (204 Sul), QI 10, Alameda Perdizes, Lote 16, s/nº, Palmas – TO., Tel.: (63) 3213-1529, WhatsApp: (63) 99200-9000, e-mail: [sampaioadvocacia@gmail.com](mailto:sampaioadvocacia@gmail.com)”.

É o parecer que submeto ao crivo de Vossa Excelência.



Documento assinado eletronicamente por **Roniclay Alves de Morais, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça**, em 04/10/2022, às 16:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **4576636** e o código CRC **E6F1929D**.

**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**

Divisão de Governança Fundiária  
Serviço de Regularização Fundiária - SR(TO)F3

Processo nº 21451.000763/1983-78

Interessado: Luciano Ayres da Silva

**DESPACHO**

**Ao Gabinete da Superintendência da SR(TO),**

**Senhor Superintendente,**

Considerando os Despachos (SEI nº 14650895 e 14662236), estes que encaminham a Decisão/Ofício (SEI nº 14638823), a qual informa que o cancelamento da **Matrícula nº M-1056** foi realizada pelo Cartório de Registro de Imóveis de Monte do Carmo/TO. Assim, passamos a informar as respostas solicitadas pelo Ministério Público Federal por meio do Ofício nº 1042/2022 (SEI nº 12938121), conforme abaixo:

**(a) se tem ciência sobre a venda e a ocupação de área de preservação permanente na área do Projeto de Assentamento Taboca e que medidas podem ser adotadas para apurar esse fato;**

Informamos que este setor não tem ciência acerca de tais informações, contudo por se tratar de área de Projeto de Assentamento sugerimos consultar o setor responsável pelo tema, tendo em vista que este setor trabalha apenas com regularização fundiária.

**(b) se a matrícula do título emitido em nome de Luciano Aires da Silva foi cancelada pelo Cartório de Registros de Imóveis de Monte do Carmo - TO e em que fase estão os trabalhos para regularização da área.**

Conforme pode ser aferido pela Decisão/Ofício nº 2210/2022 (SEI nº 14638823), o Cartório de Registro de Imóveis de Monte do Carmo/TO, já procedeu com o cancelamento da referida matrícula.

Quanto ao questionamento sobre em que fase estão os trabalhos para regularizar a referida área, informamos que decisões quanto a destinação de áreas para fins de Regularização Fundiária ou criação de Projeto de Assentamento não é de competência deste setor, cabendo as instâncias superiores desta Autarquia tal decisão.

**À consideração superior.**



Documento assinado eletronicamente por **Renan Balduino De Oliveira, Chefe de Serviço**, em 27/12/2022, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.incra.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **15212598** e o código CRC **60C20806**.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
Quadra 302, Alameda 01, Lote 1 A - Plano Diretor Norte, - Bairro Palmas, Palmas/TO, CEP 77006-336  
<https://www.gov.br/incra>

OFÍCIO Nº 8498/2023/SR(TO)D1/SR(TO)D/SR(TO)/INCRA-INCRA

Palmas, data da assinatura eletrônica.

Ao Senhor

**Ismael Gomes Marinho**

Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento  
INCRA/TO (SR/TO)

**Assunto: Ofício MPF nº 1042/2022/PRTO/PRDC-Inquérito Civil- apuração de supostas irregularidades na destinação das terras do PA Taboca.**

**Referência: Caso resposta este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 21451.000763/1983-78.**

Senhor Chefe,

1. Em atenção ao Despacho 15230742 informa-se inicialmente que o antigo Serviço de Meio Ambiente foi dissolvido por meio da alteração advinda da Portaria nº 531/2020 que alterou o Regimento Interno do Incra, atualmente a equipe restante (2 servidoras) vem trabalhando através de Ordem de Serviço precária, sendo que parte da equipe encontra-se atualmente em afastamento por ocasião de capacitação.

2. No que se refere ao **Ofício nº 1042/2022/PRTO/PRDC (12938121), item (a): se tem ciência sobre a venda e a ocupação de área de preservação permanente na área do Projeto de Assentamento Taboca e que medidas podem ser adotadas para apurar esse fato;** informa-se que para avaliar esta situação as definições da ocupação, de uso da área e localização de reserva legal e APPs são realizadas no contexto de demarcação do projeto de assentamento, com a consequente implantação do parcelamento de lotes, o que não parece ter sido concluído. Ademais, dada a ausência da documentação e a situação sub judice, não foi realizado o Cadastro Ambiental Rural do projeto. Conforme última resposta ao MPF, a Superintendência afirmou Ofício 4865664:

Por outro lado, não temos informações da localização das atuais ocupações, ditas do PA Taboca; assim, não podemos afirmar se estão extrapolando os limites **do ante projeto do PA Taboca, considerando ainda que o mesmo não possui seu parcelamento demarcado oficialmente.**

3. Na busca por mais informações junto ao Processo de Criação do Assentamento: 54400.002196/2005-14 verifica-se que no laudo agrônomo de fiscalização, de dezembro de 2005, consta que já haviam na área 13 famílias:

#### ASPECTOS SOCIAIS

No imóvel rural em questão não existe tensão social, sendo que já existem trabalhadores rurais morando na propriedade, um total de 13 famílias, as quais pleiteiam o assentamento no imóvel. As famílias de trabalhadores rurais que vivem no imóvel são:

Domingos Lopes Barbosa (CPF 126.384.801-00)  
Eliane Alves dos Santos  
Gildemar Xavier dos Santos  
Gilvan Pereira Barbosa (CPF 776.765.051-00)  
Joaquim Neto Lopes da Silva (CPF 839.474.001- 44)  
José Maria Francisco do Nascimento  
Marlúcia P. C. de Brito  
Maria Aparecida B. S. Pereira  
Salvador Baptista de Oliveira (CPF 060.640.869-04)  
Sebastião Barbosa Filho (CPF 009.997.561-86)  
Sebastião Cunha Ferreira (CPF 878.646.571-68)  
Soraia Pereira da Silva  
Raimundo Nonato Vieira

4. A questão da ocupação anterior da área e da limitação da área produtiva foi retomada no **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento-PDA (SEI 4538771)**, realizado por meio da instituição contratada, COOPVAG, no ano de 2007, no qual constatou-se que mais de 80% do área do PA se referia a Reserva legal e/ou APP:

#### 5.4.2 Reserva Legal e Área de Preservação Permanente

Este Projeto de Assentamento possui um sério problema com relação a sua adequação ao Novo Código Florestal (Lei nº 4.771/65). **Foi constatado, através do diagnóstico do meio físico, realizada pela equipe da COOPVAG e por técnicos do INCRA, que também fizeram o levantamento de dados, que a área do PA Taboca encontra-se, em grande parte, inserida em área considerada como APP.** Essa área, diagnosticada recentemente e não mencionada no Laudo de Vistoria do imóvel e Laudo Agrônomo de Fiscalização não obedece ao Novo Código Florestal, instituído pela Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (BRASIL, 1965) e Resolução CONAMA 303, de 20 de março de 2002 (BRASIL, 2002). Ambas dispõem sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente, as quais além de outras providências dão o seguinte tratamento para as áreas diagnosticadas:

[...] Art. 3º - Constitui Área de Preservação Permanente a área situada:

- VII. em encosta ou parte desta, com declividade superior a 100% ou 45º na linha de maior declive;
- VIII. nas escarpas e nas bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura em faixa nunca inferior a cem metros em projeção horizontal no sentido do reverso da escarpa; [...]

**Tal fato muda toda a forma de ocupação e capacidade do Assentamento, uma vez que a área delimitada a ser ocupada pelas famílias para utilização produtiva corresponde a uma área inferior a 20% do total (Mapa A2).** Com isto a legislação admite o cômputo das áreas relativas à vegetação nativa existente em área de preservação permanente no cálculo do percentual de reserva legal, considerando que a soma da vegetação nativa em APP e Reserva Legal excedem a 80% da propriedade que está localizada na Amazônia Legal. (grifo nosso) (PDA Taboca, 2007)

5. Mesmo com a alteração do Código Florestal, com a Lei 12.651/2012 o Artigo 3º teve alterações pontuais nos incisos VII e VIII, passando a ter como redação:

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

- V - as encostas ou partes destas com declividade superior a 45º , equivalente a 100% (cem por cento) na linha de maior declive;
- VIII - as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

6. Pode-se observar que trata-se de regularização de ocupações já distribuídas e não organizadas antes da criação do assentamento, conforme mencionado no referido PDA:

As famílias assentadas encontram-se espalhadas em diversos pontos da propriedade, sendo considerado pelos ocupantes como área delimitada de seus lotes. No entanto, como mencionado anteriormente, quase a totalidade das famílias encontram-se fora da área que poderá ser ocupada e

utilizada produtivamente. Ressaltando também, 04 famílias que se encontram fora da área do PA em uma área que acreditava-se fazer parte do perímetro da propriedade, porém está inserida no restante da fazenda a qual a área do PA foi desmembrada, e que ainda é de propriedade da União Federal.

...

No entanto, **com a discussão da organização territorial e, conseqüente estudo do relevo do PA**, diagnosticou-se que a capacidade de assentamento deverá ser reduzida em aproximadamente 67%, ou seja, tomando em consideração o levantamento realizado pelo técnico do INCRA, **o número de famílias sugerido seria de 05 famílias ao contrário das 15 famílias proposto inicialmente. Sendo que, as primeiras famílias chegaram ao PA em 2004** e a partir desse período algumas famílias foram substituídas em 2005 e 2006.

...

De acordo com os dados coletados em documentos do INCRA, existem 15 famílias cadastradas para o PA Taboca, **porém com a discussão do mapa territorial e análise das características do relevo do PA, que determina mais de 80% da área como APP, constatou-se que o PA tem capacidade para apenas 5 ou 6 famílias**, conforme o tamanho da área produtiva de cada lote. O processo sobre o número exato de famílias a permanecer no PA está em análise por uma câmara técnica do INCRA. (PDA Taboca, 2007)

7. Não há informações no processo sobre o resultado dessas discussões sobre a viabilidade do assentamento devido ao reduzido número de famílias, todavia deve-se levar em consideração que podem ser pertinentes as recomendações do PDA, as quais podem não ser sido observadas quando da criação do Projeto Taboca:

O PA já possui parte da área empastada, isso pode ser considerado como um fator positivo para as famílias que desejam pecuária como atividade produtiva. **Porém as terras que podem ser exploradas pelos assentados são apenas 125 ha aproximadamente, pois o restante do PA é classificado como Áreas de Preservação Permanente, devido suas características de relevo. Isso impossibilita a maximização da produtividade devido à restrição topográfica.** Além de serem necessárias ações intensivas para o controle da erosão.

...

**As extensas de áreas de preservação permanente impossibilitam a permanência do número de famílias cadastradas para o PA.** No caso de se dividir as áreas agricultáveis por entre as famílias assentadas, o tamanho das parcelas seria insuficiente para implantação das atividades desejadas pelas famílias. Para que boa parte das atividades discutidas entre os assentados sejam viabilizadas, é necessário que a os familiares possuam áreas maiores; com tamanho mínimo de 24,0 hectares, o **que geraria apenas cinco lotes familiares no PA.** (PDA Taboca, 2007)

8. Como conclusão da análise do sistema produtivo no referido Plano, obteve-se que devido às condições limitantes do local, a produção ficaria restrita apenas à subsistência dos moradores:

**As cinco famílias recomendadas para utilização das áreas agricultáveis do PA, apenas teriam condição de produzir alimentos para subsistência, comercializando apenas os excedentes da produção.** Assim, como não trará o desenvolvimento socioeconômico desejado pela maioria das famílias envolvidas, com aquisição de bens e melhoria da qualidade de vida, o PA ficará restrito a apenas subsistência dos moradores. (PDA Taboca, 2007)

9. Na análise dos documentos disponíveis verificou-se que a exploração das áreas de preservação permanente é algo que já vem ao longo dos anos na ocupação desordenada das famílias, segundo o Plano de Desenvolvimento do Projeto, que afirma que as famílias residem em lotes definidos pela própria comunidade, a partir da primeira ocupação do PA:

**Neste PA diversos problemas ambientais foram diagnosticados em Áreas de Preservação Permanente, a começar pelas moradias das famílias, que em sua maioria estão localizadas dentro dessa área delimitada como APP, mencionada acima. Além de utilizarem as matas ripárias, também definidas como APPs, para localizarem suas plantações de subsistência ou para a retirada da madeira para utilizar nas construções das moradias.** (grifo nosso) (PDA Taboca, 2007)

10. Considerando que a implantação do assentamento não era de conhecimento da equipe; considerando a ausência de documentação sobre o projeto; considerando a ausência de profissionais habilitados e competentes na equipe, a análise técnica sobre o caso resta prejudicada. Informa-se que a

equipe atual desconhece o andamento dos trâmites da implantação do Projeto de Assentamento denominado "Taboca", e portanto não dispõe de arquivos digitais de mapas do perímetro e reserva legal, incluindo áreas de APP. Também não é de conhecimento da equipe eventuais vendas de áreas inseridas em área de preservação permanente.

11. A presente análise buscou retomar manifestações e documentos técnicos relativos ao PA na tentativa de melhorar a compreensão do caso, devido a ausência de informações por parte da equipe, **entretanto é necessário que haja uma avaliação técnica por parte de profissionais da equipe competente e habilitados para avaliar a viabilidade da implantação do projeto de assentamento devidos às restrições encontradas posteriormente à criação, principalmente no que se refere às questões ambientais e implantação de um projeto com apenas 5 parcelas e possível passivo ambiental. A legislação ambiental deve ser levada em consideração na implantação do PA, a qual pode limitar o uso a menos de 20% da área, conforme já exposto. Ressalta-se ainda que qualquer proposta de reserva legal e APP deve ser levada à análise do órgão ambiental que é a única instituição competente análise e aprovação.**

12. Devem ser observados critérios de conveniência e oportunidade antes de se remeter nova resposta ao MPF, pois já foram enviados os Ofícios nº 48085 (sei 13263196) e nº 92807 (sei 15159400), e ainda a questão da implantação do projeto está pendente de ser analisada e concluída. Portanto, encaminha-se à chefia para **apreciação e encaminhamentos às equipes competentes, podendo ainda avaliar o encaminhamento à Procuradoria Federal, se entender necessário para avaliação dos aspectos jurídicos do caso em questão considerando a legislação sobre criação e implantação de projetos de assentamento.**

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Michely Milhomem Pereira, Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário**, em 17/02/2023, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



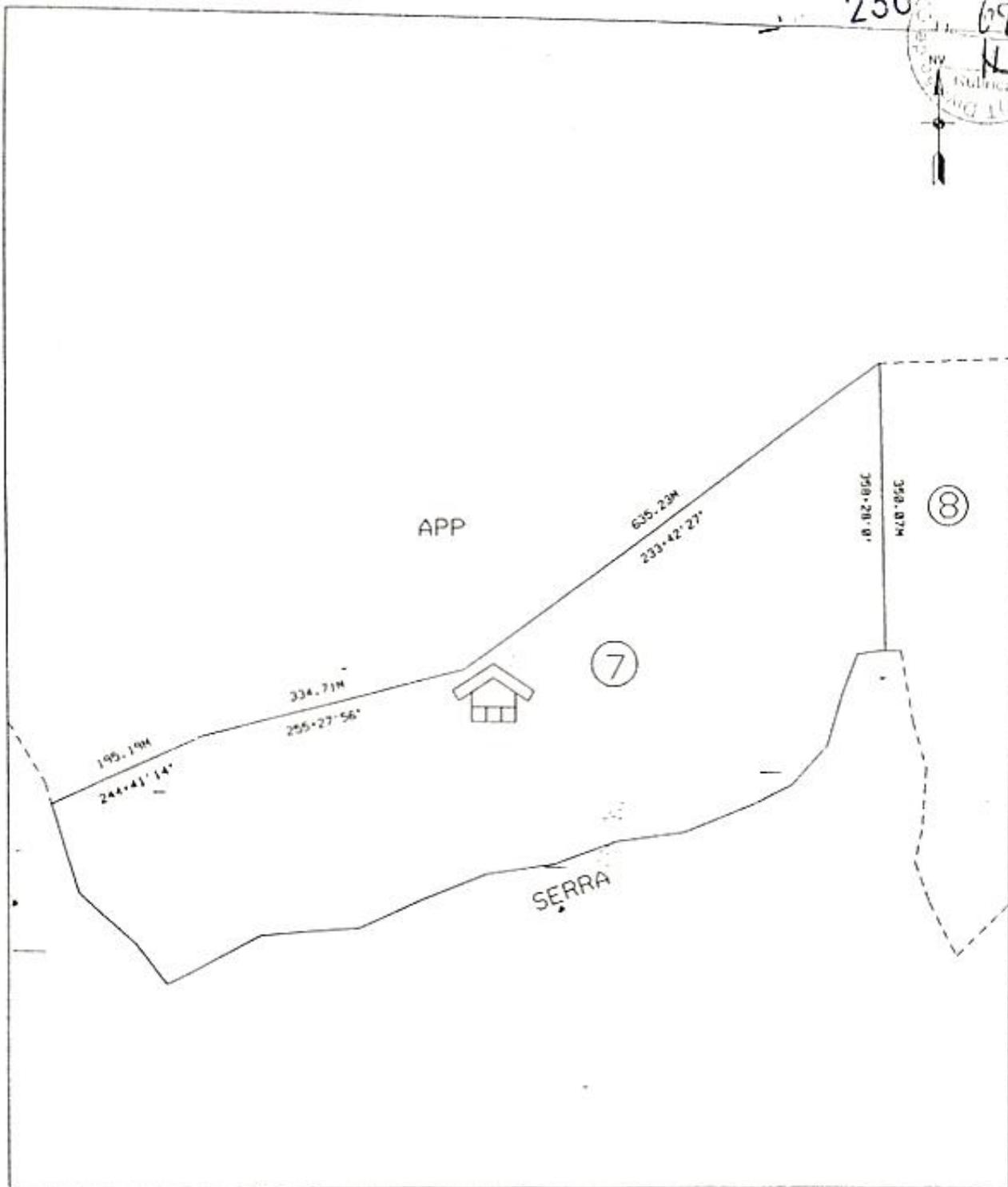
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.incra.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **15621835** e o código CRC **6717C4BE**.

233

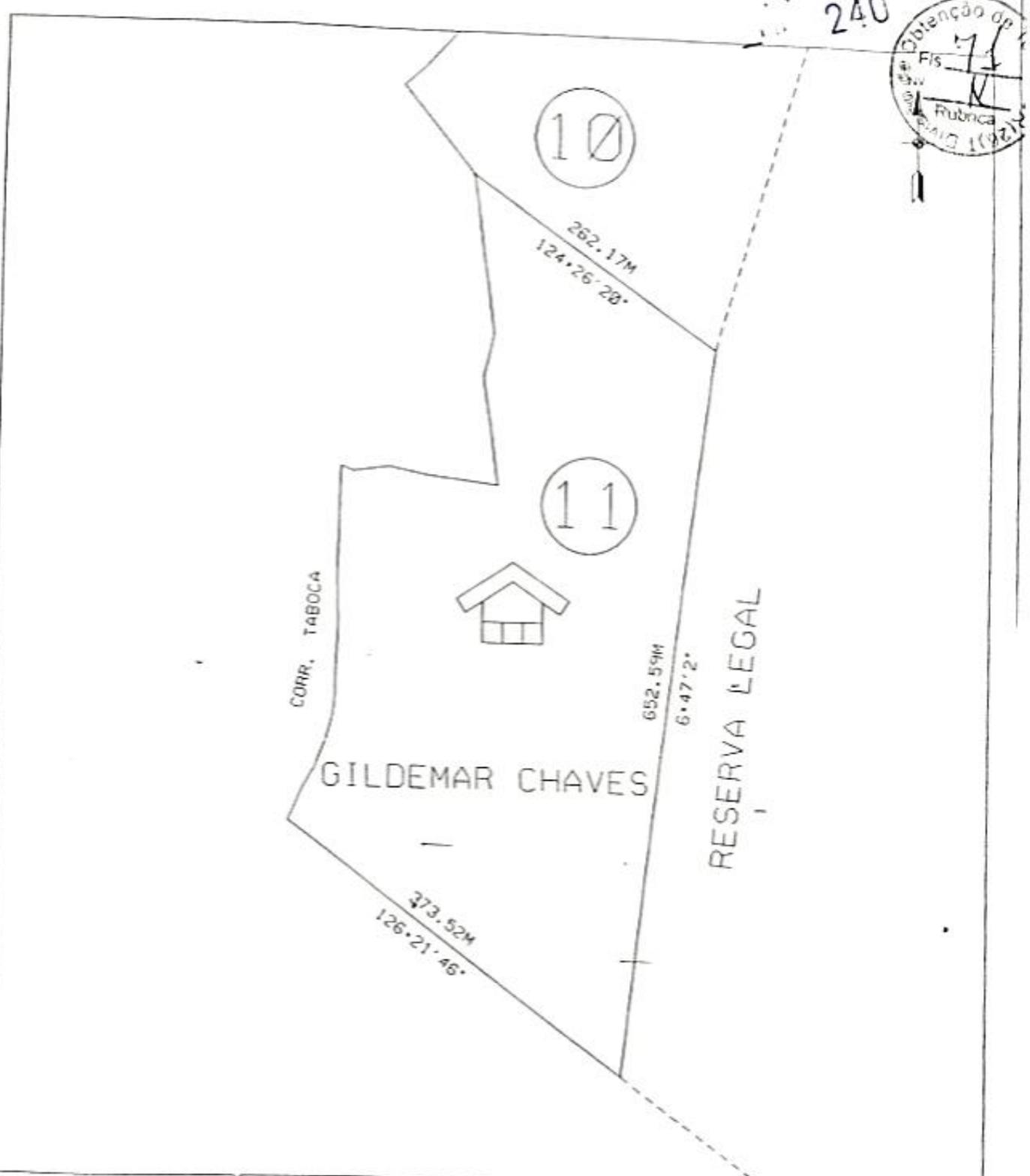


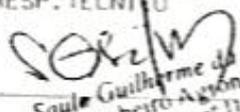
		MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TOCANTINS SBC26110 DIVISAO TECNICA CARTOGRAFIA	
		IMOVEL PA TRACIA CANTERRO JELO LOTEAMENTO LOTE N. 04	AREA 2.450 M
PROPRIETARIO MUNICIPIO DE	MONTE DO CARMO/TO	VALOR 1.6.000	
DATA NOVEMBRO/2008	PROJ. TECNICO  Saulo Guilherme da Silva Engenheiro Agrônomo CREA TO Visto nº 118639 D	FONTE	VALOR

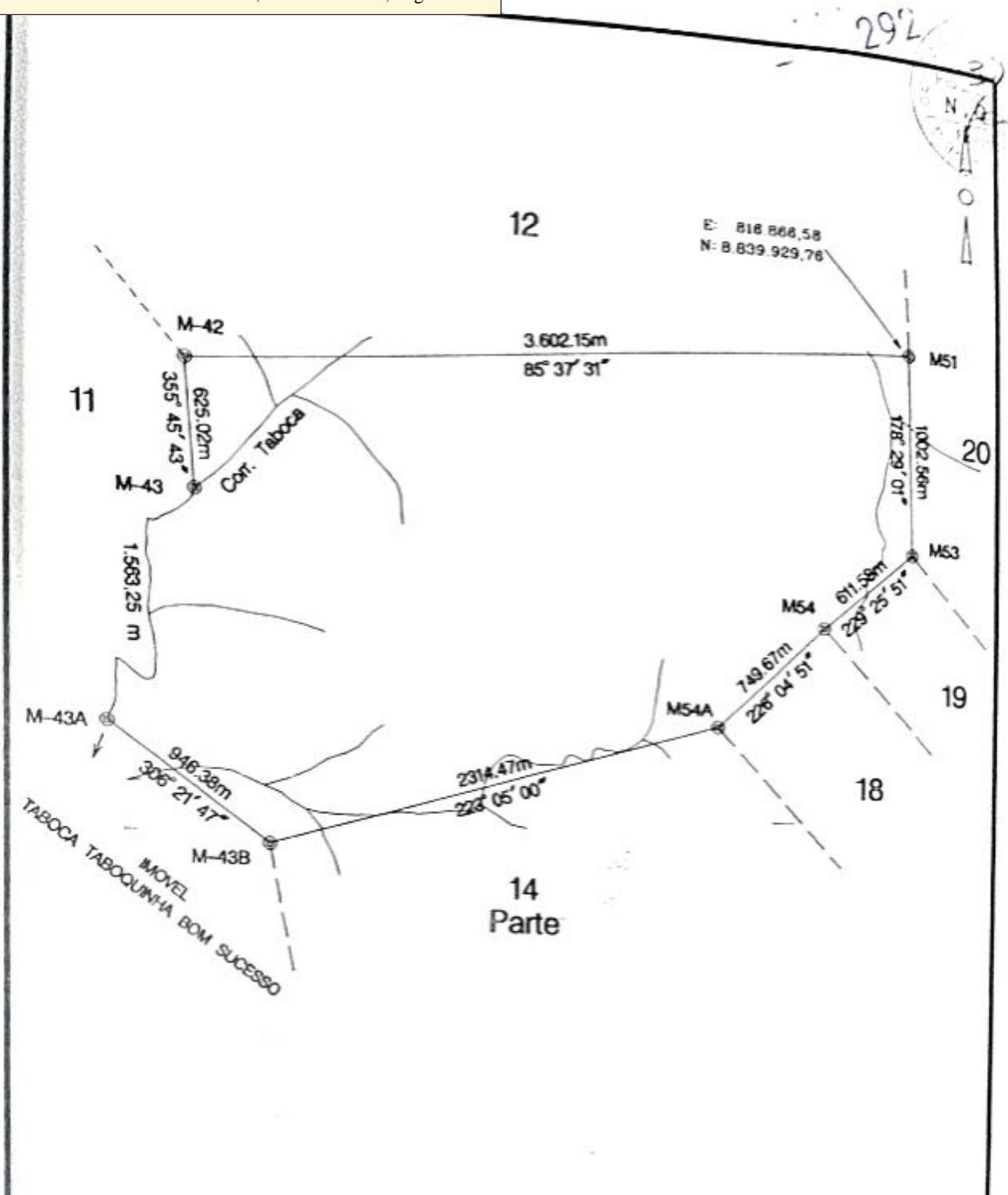
236  
69  
N  
L  
S  
S  
S



	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TOCANTINS SR(26)TO DIVISAO TECNICA - CARTOGRAFIA	
	IMOVEL PA TABOCA (ANTEPROJETO) LOTEAMENTO LOTE N. 07	AREA 31,2310 HA
REG. COD. ...	PROPRIETARIO ...	PERIMETRO 2.819 M
DATA NOVEMBRO/2008	MUNICIPIO/UF MONTE DO CARMO/TO	ESCALA 1 : 7.000
FONTE	RESP. TECNICO  Saulo Guilherme da Silva Engenheiro Agrônomo CREA - TO Visto nº 113639/D INCR/SR-26/TO	CONFERE VISTO



		MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TOCANTINS SR(26)TO DIVISAO TECNICA - CARTOGRAFIA	
		IMOVEL LOTEAMENTO PROPRIETARIO	PA TABOCA LOTE N. 11 ...
REG. COD. ...	DATA NOVEMBRO/2008	MUNICIPIO/UF MONTE DO CARMO/TO	ESCALA 1 : 5.000
FONTE	RESP. TECNICO  Saulo Guilherme da Silva Engenheiro Agrônomo CREA - TO Visto nº 114619/11 CREA - TO ANEXO 26/10	CONFERE	VISTO



		MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TOCANTINS SR.26/TO DIVISÃO TÉCNICA / GEOPROCESSAMENTO	
		IMÓVEL <b>FAZENDA SERRA DOURADA</b> LOT. SERRA DO TAQUARUCO QLEBA 1, FOLHA 2, LOTE 14 - Parte	ÁREA 701.9069 ha
REG. COD.	DATA DEZEMBRO / 2005	MUNICÍPIO / UF MONTE DO CARMO / TO	PERIMETRO 11.415,08 m
DIGITALIZAÇÃO	RESP. TÉCNICO 	CONFERE	ESCALA 1 : 30.000
		VISTO	

241



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA  
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE TOCANTINS - SR (26)  
 Divisão de Suporte Operacional - SR (26)IO

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA  
 RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS - RB

Projeto: T00374000 - PA-TABOCA		Município: MONTE DO CARMO			Data: 25/11/2008	
Código	Nome do Beneficiário	Data Homologação	Documento de Identificação			
			Tipo	Número	Órgão Emissor	CPF
T0037400000018 Conjuge	AGENCI PEREIRA MARINHO	14/03/2006	Carteira de Identidade	285079	SSP/PA	165.149.982-91
T0037400000017	MARIA CELIS FERREIRA ROCHA	14/03/2006	Carteira de Identidade	557497	SSP/PA	183.828.002-20
	ANA MARIA DE SOUSA VIEIRA	14/03/2006	Carteira de Identidade	1155639	SSP/PA	003.433.171-92
T0037400000004 Conjuge	EVANGELISTA MENDE DA COSTA	29/12/2005	Carteira de Identidade	779118	SSP/TO	011.565.931-95
T0037400000016 Conjuge	SORAIA PEREIRA DA SILVA	14/03/2006	Carteira de Identidade	357760	SSP/TO	022.657.661-27
T0037400000007 Conjuge	GERSON RODRIGUES PEREIRA	29/12/2005	Carteira de Identidade	250475	SSP/TO	231.567.831-03
	MARLY RODRIGUES DUARTE	29/12/2005	Carteira de Identidade	842549	SSP/TO	618.825.421-34
	GILDEMAR XAVIER DOS SANTOS	29/12/2005	Carteira de Identidade	892129	SSP/TO	017.704.451-56
	DORALICE LUIZ VARANDA	29/12/2005	Carteira de Identidade	476671	SSP/TO	892.099.511-20
T0037400000015 Conjuge	SILVANA FERREIRA BARBOSA	29/12/2005	Carteira de Identidade	01191403635	SSP/GO	776.765.051-00
T0037400000008 Conjuge	IDELVAN BARBOSA ROCHA	29/12/2005	Carteira de Identidade	1276149	SSP/GO	009.354.411-01
	JOAQUIM NETO LOPES DA SILVA	29/12/2005	Carteira de Identidade	299503	SSP/TO	893.474.001-44
	MARIA DE JESUS ALVES DA SILVA	29/12/2005	Carteira de Identidade	173399	SSP/TO	013.548.871-07
T0037400000002 Conjuge	MARIVANILDO SILVA DOS SANTOS	29/12/2005	Carteira de Identidade	02345869378	SSP/PA	954.333.113-53
	ELIANE ALVES SANTOS	29/12/2005	Carteira de Identidade	504914	SSP/TO	020.245.921-71
T0037400000006 Conjuge	MARIA APARECIDA BARROS DA SILVA PEREIRA	29/12/2005	Carteira de Identidade	167419	SSP/TO	928.667.001-04
	ALDENAR COELHO PEREIRA	22/03/2007	Carteira de Identidade	0000050966 2*VIA	SSP/MS	845.852.481-15
T0037400000019	MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA	22/03/2007	Carteira de Identidade	M-3837900	SSP/MS	547.263.445-60
T0037400000014	MARIA VILMA PEREIRA DO NASCIMENTO	29/12/2005	Carteira de Identidade	6211	SSP/TO	630.008.131-68
T0037400000001 Conjuge	MARLUCIA PINTO CIRQUEIRA DE BRITO	29/12/2005	Carteira de Identidade	935559	SSP/TO	433.096.151-20
T0037400000005 Conjuge	CERVARIO PEREIRA DE BRITO	29/12/2005	Carteira de Identidade	469045	SSP/TO	178.613.233-53
	SALVADOR BATISTA DE OLIVEIRA	29/12/2005	Carteira de Identidade	410735	SSP/TO	060.640.869-04
T0037400000009	SEBASTIÃO BARBOSA SILVA FILHO	29/12/2005	Carteira de Identidade	671570	SSP/TO	009.947.561-85
T0037400000002 Conjuge	SEBASTIÃO CUNHA FERREIRA	29/12/2005	Carteira de Identidade	349654	SSP/TO	878.646.571-68
	MARCIANE DA SILVA ALVES	29/12/2005	Carteira de Identidade	848271	SSP/TO	015.084.491-67

**Status: CONFLITO**

**CAR/TO: 118315**

**Condição: Aguardando análise**

**Registro no CAR: TO-1713601-39A2.1281.D6A6.45FE.B9B6.EEA3.6E54.5DC1**

**Dados do Imóvel Rural**

**Nome:** LOTE 09

**Município:** Monte do Carmo/TO

**Coordenadas Geográficas do Centroe do Imóvel:** Latitude: 10°30'15,54" S Longitude: 48°7'49,26" O

**Área Total (ha) do Imóvel Rural:** 86,5803

**Módulos Fiscais:** 1,08

**Aderiu ao Programa de Regularização Ambiental:** Não

**Identificação do Cadastrante**

**Nome:** JOSÉ ELIAS JUNIOR

**CPF:** 231.676.371-53

**Identificação do Proprietário/Possuidor**

CICERO TEIXEIRA DE CARVALHO - CPF 402.255.421-53

**Documentação**

**Total de Documentos:** 1

**Área Total conforme documentação (ha):** 86,58

Tipo	Documento	Área(ha)	Nº Matrícula
Posse	Contrato de promessa de compra e venda	86,58	Não se aplica

**Local e Data:**

**Palmas, 08 de Agosto de 2023.**

**Observações**

- 1 - Este Certificado não autoriza, em qualquer hipótese, a supressão de vegetação nativa da propriedade (desmatamento).
- 2 - Segundo consta no Decreto Federal nº 7.830 de 17/10/2012, que dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural:
  - 2.1 - As informações (prestadas no CAR) são de responsabilidade do declarante, que incorrerá em sanções penais e administrativas, sem prejuízos de outras previstas na legislação, quando total ou parcialmente falsas, enganosas ou omissas (§1º do art. 6º do mencionado Decreto);
  - 2.2 - Caso detectadas pendências ou inconsistências nas informações declaradas e nos documentos apresentados no CAR, o órgão ambiental deverá notificar o requerente, de uma única vez, para que preste informações complementares ou promova a correção e adequação das informações prestadas (art. 7º do mencionado Decreto);
  - 2.3 - Na hipótese prevista no item anterior, o requerente deverá fazer as alterações no prazo estabelecido pelo órgão ambiental, sob pena de cancelamento de sua inscrição no CAR (§1º do art. 7º);
  - 2.4 - O órgão ambiental poderá realizar vistorias de campo sempre que julgar necessário para verificação das informações declaradas e acompanhamento dos compromissos assumidos (§3º do art. 7º);
- 3 - O desenvolvimento de atividades rurais (pecuária, agricultura e silvicultura) deve atender as disposições da legislação vigente, notadamente quanto a:
  - 3.1 - Conservação e manejo do solo;
  - 3.2 - Uso adequado de defensivos agrícolas;
  - 3.3 - Disposição de resíduos sólidos (ex. lixo doméstico, peças de máquinas e veículos);
  - 3.4 - Tratamento e destino final de efluentes (ex. esgoto);
  - 3.5 - Armazenamento e destinação de substâncias perigosas (ex. óleo diesel).



Status: CONFLITO

CAR/TO: 118315

Condição: Aguardando análise

Registro no CAR: TO-1713601-39A2.1281.D6A6.45FE.B9B6.EEA3.6E54.5DC1

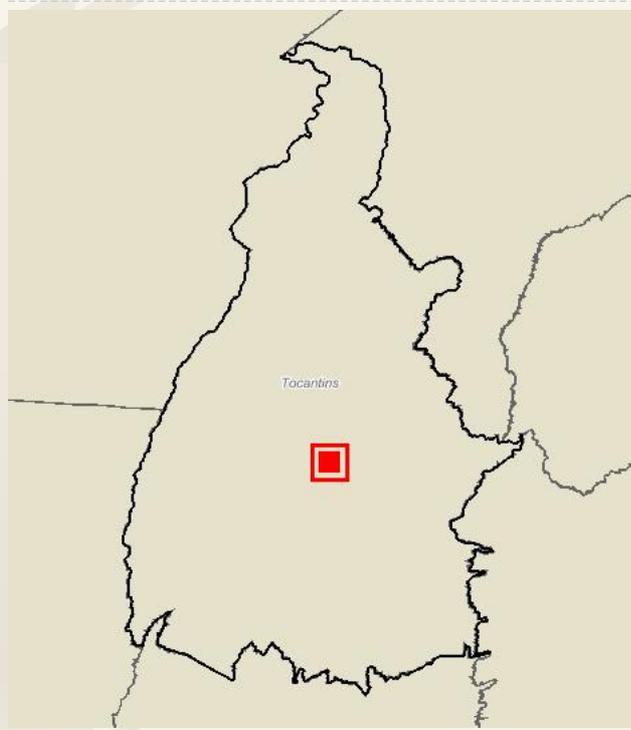
Mapa de Áreas do Imóvel nº 1



Mapa de Áreas do Imóvel nº 2



Localização



Status: CONFLITO

CAR/TO: 118315

Condição: Aguardando análise

Registro no CAR: TO-1713601-39A2.1281.D6A6.45FE.B9B6.EEA3.6E54.5DC1

Quadro de Áreas

Tipo da Área	Área(ha)	% Imóvel
Área do Imóvel	86,5803	100,00
Remanescente de Vegetação Nativa	55,0522	63,58%
Área de Pousio	-	-
Área Consolidada	21,1744	24,45%
Área Antropizada após 22/07/2008	8,8637	10,23%
Área de Uso Alternativo (AC + AA - APP - ARL)	29,9087	34,54%
Área de Infraestrutura Pública	-	-
Área de Utilidade Pública	-	-
Reservatório para Abastecimento ou Geração de Energia	-	-
Entorno de Reservatório para Abastecimento ou Geração de Energia	-	-
Área de Servidão Administrativa Total	-	-
Área Líquida do Imóvel	86,5803	100,00
Área de Uso Restrito para declividade de 25 a 45 graus	-	-
Área de Uso Restrito para regiões pantaneiras	-	-
Curso d'água natural de até 10 metros	1,5032	1,73%
Curso d'água natural de 10 a 50 metros	-	-
Curso d'água natural de 50 a 200 metros	-	-
Curso d'água natural de 200 a 600 metros	-	-
Curso d'água natural acima de 600 metros	-	-
Lago ou lagoa natural	-	-
Nascente ou olho d'água perene	-	-
Reservatório artificial decorrente de barramento ou represamento de cursos d'água	-	-
Reservatório de geração de energia elétrica construído até 24/08/2001	-	-
Manguezal	-	-
Restinga	-	-
Vereda	-	-
Área com altitude superior a 1.800 metros	-	-
Área de declividade maior que 45 graus	-	-
Borda de chapada	-	-
Área de topo de morro	-	-
Hidrografia do Imóvel	1,4900	1,72%
Área de Uso Restrito Total	-	-
APP	8,6171	9,95%
APP segundo art. 61-A da Lei 12.651 de 2012	-	-
APP a Preservar	8,4255	9,73%
APP Antropizada	0,1294	0,14%
APP sem Vegetação	0,3210	0,37%
Reserva Legal Proposta	31,3740 (*)	36,23%
Reserva Legal Suplementar	-	-
Reserva Legal Averbada	-	-
Reserva Legal Aprovada e não Averbada	-	-
Reserva Legal Vinculada à Compensação de Outro Imóvel	-	-
Área de Reserva Legal Total	31,3740 (*)	36,23%
ARL Antropizada	0,0000 (*)	0,00%
ARL com Vegetação	31,3740 (*)	36,23%
ARL Sobreposta com APP	0,9041 (*)	1,04%

(\*) Os percentuais de Reserva Legal são calculados com relação à Área Líquida do Imóvel.



814500,000000 815000,000000

8839000,000000

8838500,000000

8838000,000000

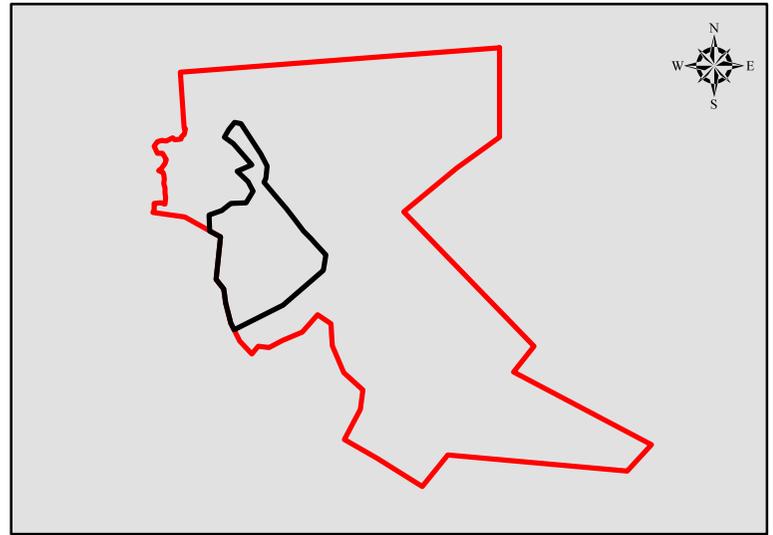
8837500,000000

8837000,000000

813000,000000 813500,000000 814000,000000 814500,000000 815000,000000



### IMÓVEL - LOTE 09



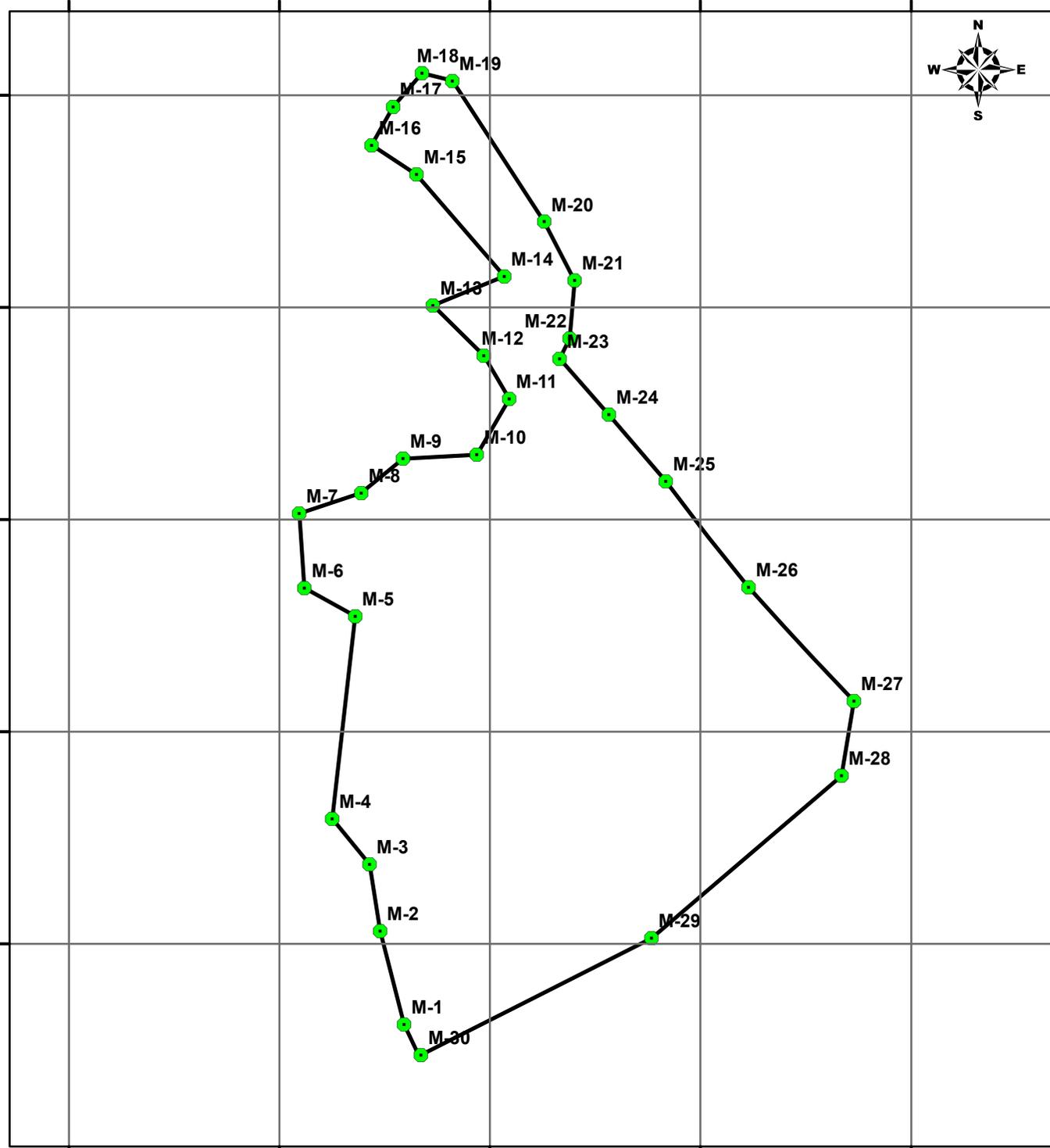
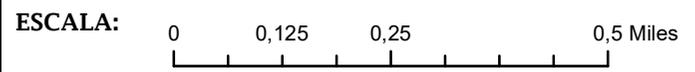
### MAPA TOPOGRÁFICO

**Imóvel:** Lote 09, Parte dos Lotes 14 e 16  
**Área:** 142,1716 ha      **CAR Nº:** 118315  
**Município:** Monte do Carmo      **UF:** Tocantins  
**Perímetro:** 6.411,2 m  
**Proprietário:** Cícero Teixeira de Carvalho

#### Legenda

-  LOTE 09
-  UNIF. DOS LOTES 14 E 16, LOTº SERRA DO TAQUARUSSU

Informações Técnicas:  
 Sistema de Projecção - UTM  
 Datum: SIRGAS 2000 / Fuso 22 S  
 Data: 08/08/2023  
 Fonte de Dados: SEPLAN 2012/SEMARH - 2015



<b>Quadro de Áreas</b>				
<b>VÉRTICES</b>		<b>DISTÂNCIA (m)</b>	<b>COORDENADAS UTM</b>	
<b>DE</b>	<b>PARA</b>		<b>X (m)</b>	<b>Y (m)</b>
M-1	M-2	227,7	813796,13	8836810,44
M-2	M-3	158,3	813738,50	8837030,79
M-3	M-4	139,9	813713,95	8837187,21
M-4	M-5	480,6	813624,99	8837295,26
M-5	M-6	137,4	813679,29	8837772,85
M-6	M-7	174,9	813559,06	8837839,41
M-7	M-8	155	813546,85	8838013,97
M-8	M-9	128,1	813693,96	8838063,09
M-9	M-10	175,9	813793,35	8838143,91
M-10	M-11	151,3	813969,07	8838153,38
M-11	M-12	119,3	814045,14	8838284,19
M-12	M-13	168,7	813984,71	8838387,09
M-13	M-14	182,2	813864,50	8838505,55
M-14	M-15	316,8	814033,42	8838574,06
M-15	M-16	127,9	813825,51	8838813,17
M-16	M-17	103,2	813718,66	8838883,51
M-17	M-18	105,4	813769,18	8838973,61
M-18	M-19	74,2	813838,42	8839053,14
M-19	M-20	398,1	813910,25	8839034,26
M-20	M-21	156,3	814129,02	8838701,59
M-21	M-22	137,1	814201,13	8838562,87
M-22	M-23	52,5	814189,03	8838426,28
M-23	M-24	176,3	814165,89	8838379,14
M-24	M-25	206,5	814282,55	8838246,95
M-25	M-26	319,3	814417,55	8838090,68
M-26	M-27	365,8	814615,06	8837839,70
M-27	M-28	178,2	814864,58	8837572,12
M-28	M-29	592,7	814835,30	8837396,31
M-29	M-30	612,1	814383,67	8837012,47
M-30	M-1	82,7	813836,45	8836738,12





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

**MEMORIAL DESCRITIVO**



**Denominação:** UNIF. DOS LOTES 14 E 16, LOT° SERRA DO TAQUARUSSU, GLEBA 02  
**Proprietário(a):** XXXXXXXO BRITXXXXXX  
**Matrícula do imóvel:** 1056 / 1055  
**Município/UF:** Monte do Carmo-TO  
**Responsável Técnico(a):** HEVALDO JOSÉ DE ALMEIDA BRAGA  
**Formação:** Técnico(a) Industrial em Agrimensura  
**Código de credenciamento:** BG4  
**Sistema Geodésico de referência:** SIRGAS 2000  
**Área (Sistema Geodésico Local):** 1329,068 ha

**Natureza da Área:** Particular  
**CNPJ:** \*\*.05.395/0001\*\*  
**Código INCRA/SNCR:** 9500929713244  
**Cartório (CNS):** (12.772-0) Monte do Carmo - TO

**Conselho Profissional:** 09617655187/GO  
**Documento de RT:** 00002848201102480510  
**Coordenadas:** Latitude, longitude e altitude geodésicas  
**Perímetro (m):** 21.022,54 m      **Azimutes:** Azimutes geodésicos

DESCRIÇÃO DA PARCELA

VÉRTICE				SEGMENTO VANTE			
Código	Longitude	Latitude	Altitude (m)	Código	Azimute	Dist. (m)	Confrontações
BG4-M-0013	-48°06'21,583"	-10°28'53,584"	619,55	BG4-M-0181	179°10'	1002,98	LT 20, LOT° SERRA DO TAQUARUSSU, GL-1(ÁREA DA UNIÃO)
BG4-M-0181	-48°06'21,106"	-10°29'26,221"	665,96	BG4-M-0358	233°57'	594,52	LT 19, LOT° SERRA DO TAQUARUSSU, GL-1(ÁREA DA UNIÃO)
BG4-M-0358	-48°06'36,915"	-10°29'37,602"	650,57	BG4-M-0017	230°30'	769,03	LT 18, LOT° SERRA DO TAQUARUSSU, GL-1(ÁREA DA UNIÃO)
BG4-M-0017	-48°06'56,432"	-10°29'53,516"	652,08	BG4-M-0357	135°15'	2101,99	LT 18, LOT° SERRA DO TAQUARUSSU, GL-1(ÁREA DA UNIÃO)
BG4-M-0357	-48°06'07,771"	-10°30'42,098"	668,31	BG4-M-0356	218°05'	362,41	LT 17, LOT° SERRA DO TAQUARUSSU, GL-1(ÁREA DA UNIÃO)
BG4-M-0356	-48°06'15,123"	-10°30'51,381"	666,69	BG4-M-0362	117°13'	1748,33	LT 17, LOT° SERRA DO TAQUARUSSU, GL-1(ÁREA DA UNIÃO)
BG4-M-0362	-48°05'24,000"	-10°31'17,412"	623,03	BG4-M-0361	222°11'	402,12	CNS: 12.772-0   Mat. 2128   DORANY PEREIRA NEGRY DE PINA
BG4-M-0361	-48°05'32,881"	-10°31'27,108"	623,08	BG4-M-0355	274°34'	2025,24	LT 15, LOT° SERRA DO TAQUARUSSU, GL-1(ÁREA DA UNIÃO)
BG4-M-0355	-48°06'39,270"	-10°31'21,848"	659,72	BG4-M-0354	218°59'	452,56	CNS: 12.772-0   Mat. 2112   SYNVAL AUGUSTO PEREIRA
BG4-M-0354	-48°06'48,634"	-10°31'33,295"	648,77	BG4-P-0004	300°58'	595,2	CNS: 12.772-0   Mat. 2112   SYNVAL AUGUSTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO TAQU...
BG4-P-0004	-48°07'05,416"	-10°31'23,327"	627,39	BG4-P-0003	299°24'	424,18	CNS: 12.772-0   Mat. 2112   SYNVAL AUGUSTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO TAQU...
BG4-P-0003	-48°07'17,569"	-10°31'16,550"	610,76	BG4-P-0002	27°11'	380,93	CNS: 12.772-0   Mat. 2112   SYNVAL AUGUSTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO TAQU...
BG4-P-0002	-48°07'11,844"	-10°31'05,523"	633,3	BG4-M-0364	06°47'	218,62	CNS: 12.772-0   Mat. 2112   SYNVAL AUGUSTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO TAQU...
BG4-M-0364	-48°07'10,993"	-10°30'58,458"	579,78	BG4-P-0001	311°17'	284,37	CNS: 12.772-0   Mat. 2126   DEMERVAL EVARISTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO T...
BG4-P-0001	-48°07'18,020"	-10°30'52,351"	659,02	BG4-M-0022	336°04'	333,63	CNS: 12.772-0   Mat. 2126   DEMERVAL EVARISTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO T...
BG4-M-0022	-48°07'22,469"	-10°30'42,427"	636,9	BG4-P-1240	357°40'	111,87	CNS: 12.772-0   Mat. 2126   DEMERVAL EVARISTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO T...

Este Memorial Descritivo foi gerado automaticamente pelo Sigef com base nas informações transmitidas e assinadas digitalmente pelo(a) Responsável Técnico(a) (Credenciado(a)).

BG4-P-1240	-48°07'22,618"	-10°30'38,789"	636,15	BG4-P-1239	355°05'	131,29	CNS: 12.772-0   Mat. 2126   DEMERVAL EVARISTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO T...
BG4-P-1239	-48°07'22,987"	-10°30'34,532"	635,56	BG4-P-1238	303°58'	179,47	CNS: 12.772-0   Mat. 2126   DEMERVAL EVARISTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO T...
BG4-P-1238	-48°07'27,881"	-10°30'31,268"	633,89	BG4-P-1237	221°04'	258,69	CNS: 12.772-0   Mat. 2126   DEMERVAL EVARISTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO T...
BG4-P-1237	-48°07'33,470"	-10°30'37,615"	628,93	BG4-P-1236	245°51'	242,95	CNS: 12.772-0   Mat. 2126   DEMERVAL EVARISTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO T...
BG4-P-1236	-48°07'40,760"	-10°30'40,848"	608,07	BG4-P-1235	242°45'	171,9	CNS: 12.772-0   Mat. 2126   DEMERVAL EVARISTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO T...
BG4-P-1235	-48°07'45,786"	-10°30'43,409"	597,02	BG4-P-1234	276°32'	121,31	CNS: 12.772-0   Mat. 2126   DEMERVAL EVARISTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO T...
BG4-P-1234	-48°07'49,749"	-10°30'42,959"	595,34	BG4-P-1233	221°38'	112,46	CNS: 12.772-0   Mat. 2126   DEMERVAL EVARISTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO T...
BG4-P-1233	-48°07'52,207"	-10°30'45,694"	594,92	BG4-P-1232	314°48'	192,62	CNS: 12.772-0   Mat. 2126   DEMERVAL EVARISTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO T...
BG4-P-1232	-48°07'56,701"	-10°30'41,276"	598,81	BG4-P-1231	334°18'	228,72	CNS: 12.772-0   Mat. 2126   DEMERVAL EVARISTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO T...
BG4-P-1231	-48°07'59,962"	-10°30'34,569"	596,83	BG4-P-1230	344°49'	227,6	CNS: 12.772-0   Mat. 2126   DEMERVAL EVARISTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO T...
BG4-P-1230	-48°08'01,922"	-10°30'27,421"	595,28	BG4-P-1229	350°33'	158,22	CNS: 12.772-0   Mat. 2126   DEMERVAL EVARISTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO T...
BG4-P-1229	-48°08'02,776"	-10°30'22,341"	595,45	AY3-M-0897	320°00'	139,86	CNS: 12.772-0   Mat. 2126   DEMERVAL EVARISTO PEREIRA E TALHADO DA SERRA DO T...
AY3-M-0897	-48°08'05,731"	-10°30'18,854"	600,98	CN8-M-0053	05°57'	480,31	CNS: 12.772-0   Mat. 2339   EURÍPEDES RODRIGUES REBOUÇAS
CN8-M-0053	-48°08'04,090"	-10°30'03,308"	443,67	CN8-M-0054	298°26'	457,38	CNS: 12.772-0   Mat. 2339   EURÍPEDES RODRIGUES REBOUÇAS
CN8-M-0054	-48°08'17,315"	-10°29'56,217"	443,67	CN8-M-0081	277°15'	363,17	CNS: 12.772-0   Mat. 2339   EURÍPEDES RODRIGUES REBOUÇAS
CN8-M-0081	-48°08'29,161"	-10°29'54,723"	443,67	BG4-P-1226	18°26'	30,35	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1226	-48°08'28,845"	-10°29'53,786"	434,73	BG4-P-1225	02°36'	72,51	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1225	-48°08'28,737"	-10°29'51,429"	432,32	BG4-P-1224	84°06'	69,33	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1224	-48°08'26,469"	-10°29'51,197"	428,71	BG4-P-1223	104°48'	54,22	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1223	-48°08'24,745"	-10°29'51,648"	430,57	BG4-P-1222	03°12'	72,94	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1222	-48°08'24,611"	-10°29'49,278"	430,38	BG4-P-1221	352°47'	51,92	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1221	-48°08'24,825"	-10°29'47,601"	431,35	BG4-P-1220	356°41'	53,32	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1220	-48°08'24,926"	-10°29'45,869"	432,14	BG4-P-1219	345°09'	55,29	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1219	-48°08'25,392"	-10°29'44,130"	432,24	BG4-P-1218	12°52'	50,74	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1218	-48°08'25,020"	-10°29'42,520"	433,44	BG4-P-1217	351°56'	52,87	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1217	-48°08'25,264"	-10°29'40,816"	433,04	BG4-P-1216	338°18'	22,08	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1216	-48°08'25,532"	-10°29'40,149"	432,98	BG4-P-1215	294°45'	57,42	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1215	-48°08'27,247"	-10°29'39,366"	433,73	BG4-P-1214	57°10'	38,04	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1214	-48°08'26,196"	-10°29'38,695"	434,18	BG4-P-1213	38°16'	67,85	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1213	-48°08'24,814"	-10°29'36,962"	437,67	BG4-P-1212	09°48'	46,8	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1212	-48°08'24,551"	-10°29'35,461"	436,18	BG4-P-1211	331°08'	81,7	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1211	-48°08'25,848"	-10°29'33,132"	436,05	BG4-P-1210	268°53'	61,71	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1210	-48°08'27,877"	-10°29'33,171"	436,69	BG4-P-1209	336°41'	86,49	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1209	-48°08'29,002"	-10°29'30,586"	437,24	BG4-P-1208	34°12'	59,36	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1208	-48°08'27,905"	-10°29'28,988"	438,69	BG4-P-1207	71°01'	56,93	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1207	-48°08'26,134"	-10°29'28,386"	439,53	BG4-P-1206	99°52'	48,88	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1206	-48°08'24,551"	-10°29'28,659"	441,56	BG4-P-1205	65°31'	36,09	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1205	-48°08'23,471"	-10°29'28,172"	441,32	BG4-P-1204	65°35'	46,75	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1204	-48°08'22,071"	-10°29'27,543"	440,83	BG4-P-1203	134°14'	31,36	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1203	-48°08'21,332"	-10°29'28,255"	443,45	BG4-P-1202	80°22'	69,21	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1202	-48°08'19,088"	-10°29'27,879"	442,73	BG4-P-1201	16°02'	27,7	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1201	-48°08'18,837"	-10°29'27,013"	442,3	BG4-P-1200	51°06'	39,26	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
BG4-P-1200	-48°08'17,832"	-10°29'26,210"	443,3	AY3-M-0880	10°33'	63,29	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA
AY3-M-0880	-48°08'17,451"	-10°29'24,185"	443,67	AY3-M-0888	300°21'	17,29	MARGEM ESQUERDA A MONTANTE DO CÓR. TABOCA

Este Memorial Descritivo foi gerado automaticamente pelo Sigef com base nas informações transmitidas e assinadas digitalmente pelo(a) Responsável Técnico(a) (Credenciado(a)).

AY3-M-0888	-48°08'17,941"	-10°29'23,901"	443,19	AY3-M-0887	355°40'	627,97	CNS: 12.772-0   Mat. 2034   BERNADETTE GONÇALVES NARDES
AY3-M-0887	-48°08'19,496"	-10°29'03,522"	443,67	BG4-M-0014	85°10'	2261,05	LT 12, LOT° SERRA DO TAQUARUSSU, GL-1(ÁREA DA UNIÃO)
BG4-M-0014	-48°07'05,411"	-10°28'57,340"	625,23	BG4-M-0013	85°03'	1337,9	LT 12, LOT° SERRA DO TAQUARUSSU, GL-1(ÁREA DA UNIÃO)

**CERTIFICAÇÃO:** cbf7fcfae6ee-4479-a528-a24e0a3c275c

Em atendimento ao § 5º do art. 176 da Lei 6.015/73, certificamos que a poligonal objeto deste memorial descritivo não se sobrepõe, nesta data, a nenhuma outra poligonal constante do cadastro georreferenciado do INCRA.

Data Certificação: 25/02/2014 15:58

Data da Geração: 08/08/2023 12:30

**Certificada - Sem Confirmação de Registro em Cartório**

Parcela certificada pelo SIGEF de acordo com a Lei 6.015/73 e pendente de confirmação do registro da certificação em cartório

A autenticidade desde documento pode ser verificada pelo endereço eletrônico <http://sigef.incra.gov.br/autenticidade/cbf7fcfae6ee-4479-a528-a24e0a3c275c/>

Associação Taboca

Endereço:405 norte Al. 14 Qi. 16 Lt. 16 cep. 77.002-009 Palmas-TO cicerocarvalho\_@outlook.com

Ofício 22/2023

**Processo** 21451.000763/1983-78

**Interessado** Cicero Teixeira de Carvalho

**Ao Senhor,**

**Superintendente:** Edmundo Rodrigues Costa

**Assunto :** Solicitação de regularização fundiária

Prezado Senhor

Conforme Resposta ao ofício nº221/2018/SERFAL/SEAD/CC-PR

NUP:55000.000429/2018-26 (ANEXO) haveria alguns procedimentos a ser tomados para tal atendimento.

Portanto conforme apresentado nos tramites internos já se encontra regularizado para tal atendimento, estou apresentando mapa em (anexo) da área requerida em 2009, está área tem como confrontante, Gildemar Xavier dos Santos, Sebastião Cunha Ferreira, Márcio Antônio Batista, sendo esta área foi cultivada e trabalhada desde 1978 pelo sr. Mateus (de Tal), anterior a emissão de título em nome do sr, Luciano Aires em 1984 ( certidão de inteiro teor 1056) e adquirira por minha pessoa o equivalente a 10 alqueires ,tendo como parte integral da área área de APP para ser preservada.

Sr. Edmundo esta área de APP vem sendo turbada de depredada conforme já denunciado ao MPF, e nenhuma providencia foi tomada

Diante do meu pedido acredito que a vigilância vai ser mais de meu interesse para preservação.

Palmas,18 de agosto de 2023

Cicero Teixeira de Carvalho

402.255.421-53



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Quadra 103 Norte, Rua NO 07, Complemento N2 CJ 01 LT. 02 T 01C - Anexo III - CEP 77001-032 - Palmas - TO - http://wwa.tjto.jus.br

**PROCESSO** 21.0.000021360-5

**INTERESSADO** Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS

**ASSUNTO** *Pedido de Cancelamento de Matrícula M-2075 – Cartório de Registro de Imóveis de Monte do Carmo*

**Parecer N° 1819 / 2022 - CGJUS/ASJECGJUS**

Trata-se de expediente encaminhado pelo Presidente do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – Itertins, OFÍCIO/GP/ITERTINS N° 487/2020, de 25 de agosto de 2021, evento 3881437, em que solicita a notificação do Oficial da Serventia de Registro de Imóveis de Monte do Carmo, comarca de Porto Nacional/TO, para que apresente a documentação que deu origem à abertura da **Matrícula 2075**, fundamentada em *Título Definitivo expedido em 20 de junho de 1994 pelo Itertins, em favor de ARMANDO GAIESKI*, bem como, seja instaurado procedimento administrativo, com vista ao **cancelamento da matrícula M-2075, nos termos da Lei 6.739/79**.

**Sobre aos fatos relatados foram adotadas, neste órgão censor, as seguintes providências:**

**I.** Determinou-se a notificação do Oficial da Serventia de Registro de Imóveis de Monte do Carmo, *ANÉZIO FERREIRA DOS SANTOS*, para apresentar os documentos que deram origem à abertura da **Matrícula M-2.075**, bem como dos seus destaques e desmembramentos, no prazo de 10 dias.

Em resposta à notificação deste órgão censor, o Oficial *ANÉZIO FERREIRA DOS SANTOS* informou que a *“documentação apresentada e levada a Registro a época, (22 de junho de 1994), tratava-se do Título original expedido pelo ITERTINS em 20 de junho de 1994, na Presidência do Sr. VILOBALDO GONÇALVES VIEIRA, conferido a ARMANDO GAIESKI. Que à época o Cartório de Registro de Imóveis de Monte do Carmo/TO não guardava cópia de documentos que embasavam as escriturações, averbações, registros, bastando apenas à apresentação do título original, lavrado em papel timbrado do órgão”*.

O Oficial alega que, diante da fé pública a ele conferida por prerrogativa legal, promoveu o registro do título original tal como lhe fora apresentado, não só este, mas todos os títulos originais apresentados para tal mister desde a criação da serventia.

Afirma que no ano de 1994, data em que fora registrado o lote único **“Fazenda Santa Adyilia”, matrícula M-2.075**, ele fora feito no livro próprio, lançado por escrita manual e por apresentação do original do título definitivo expedido pelo Instituto de Terras do Estado do Tocantins – Itertins, *“sem cópia em arquivo na serventia, pelas razões de fato e de direito acima explicadas”*.

Relata que foram lançados desmembramentos da matrícula M-2075, que gerou a abertura das matrículas M-2740, M-2855, M-2863 e M-3146, conforme certidões atualizadas, anexadas aos autos, por consequência, **a matrícula M-2075 foi encerrada**.

**II.** O Presidente do Itertins foi notificado para conhecimento e manifestação sobre as informações prestadas pelo Oficial *ANÉZIO FERREIRA DOS SANTOS*, titular da Serventia de Registro de Imóveis de Monte do Carmo, nos termos do **Despacho/Ofício n° 2291/2021**, evento 3948252.

Em resposta, por meio do OFÍCIO/GP/ITERTINS N° 21/2022, de 14 de janeiro de 2022, encaminhou apenas cópia, na forma digital, do Processo Administrativo 2021/34511/000191, para conhecimento e deliberações.

**III.** Houve a tentativa de notificação da empresa AGROPECUÁRIA DELA VISTA LTDA, todavia a correspondência retornou sem cumprimento, conforme informação dos correios, evento 3950874, *“essa empresa mudou-se”*.

**IV.** O Senhor *PAULO CORAZZI*, por intermédio de sua advogada Dr. Alessandra Dantas Sampaio, OAB/TO 1.821 (evento 4223081), solicitou sua habilitação aos autos, na condição de terceiro interessado, alegando que é proprietário e possuidor de 539,0002ha de área desmembrada do Lote 14, originário do título do INCRA registrado sob o n° **M-1056**, que se sobrepõe a parte do Título de Matrícula **M-2075**.

Que também é proprietário e possuidor de 290,40 ha (Matrícula M-3146) de área desmembrada do Lote 2.740, que tem como origem o Título do Itertins **M-2075**, ora em processo de cancelamento nestes autos.

Afirma que comprou uma fazenda formada de várias áreas rurais e títulos, pelo preço de R\$ 5.010.000,00;

**Imóvel 01:** Área Rural que consta da **Matrícula M- 1056**, Livro 2-E, às folhas 039, do Cartório de Registro de Imóveis de Monte do Carmo - TO, descrito como Loteamento Taquaruçu, Lote n° 14, denominada Fazenda Serra Dourada, com área estimada em 539,0002ha, situada no município de Monte do Carmo – TO.

**Imóvel 02:** Totalidade da Área Rural que consta na **Matrícula M-1055**, Livro 2- E, às folhas 038, do Cartório de Registro de Imóveis de Monte do Carmo - TO, descrito como Loteamento Taquaruçu, Lote n° 14, denominada Fazenda Serra Dourada II, com área matriculada de 129,0521ha e com área ocupada ou de posse estimada de 271,7653ha, situada no município de Monte do Carmo – TO.

**Imóvel 03:** Área Rural correspondente aos Lotes ns° 17, 18, 19 e 20 do Loteamento Serra do Taquaruçu, com área de 1096,1945ha, denominada Fazenda Serra Dourada III, cuja ocupação efetiva está estimada em 805,7945ha.

Assevera que a posse da Fazenda, como sendo 333.999 alqueires ou 1.616.5598 hectares fora passada ao comprador em 20/06/2015 e vinha sendo exercida pelos então vendedores desde meados do ano de 2009, tendo eles comprado áreas tituladas e áreas de posse das pessoas de:

- 1) Geraldo do Nascimento e Esposa Walmira Ribeiro Nascimento, por Escritura Lote 14 e 16 – M-1056 Título Original Expedido Pelo INCRA;
- 2) Wanderlei Candido Ferreira - Contrato de Cessão de Direitos de Posse.
- 3) Silvestre Vicente Ferreira - Contrato de Cessão de Direitos de Posse, e
- 4) RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA - Contrato de Cessão de Direitos de Posse.

Todos que ali estavam e transmitiram a posse alegaram que compraram os lotes nos idos de 1998 e 1999 da família do Sr. *ARMANDO GAIESKY, MARIA DE FÁTIMA GAIESKI e PAULO CESAR GAIESKI* e foram emitidos na posse por eles.

Ademais, o requerente assegura que ostenta uma posse de 14 anos na área rural, sem nenhuma objeção, sem ameaça a sua posse, sendo respeitado pelos seus vizinhos lindeiros.

Afirma que ao requerer a Certidão de Inteiro Teor das escrituras dos Lotes 14 e 16 no Cartório de Monte do Carmo percebeu-se que havia **02 hipotecas gravadas na matrícula M-1056**, figurando o antigo proprietário *GERALDO NASCIMENTO* e esposa como avalistas, mas os vendedores ratificaram que elas já estavam pagas e deveriam ser baixadas para fins de transferência quando da quitação e o ônus, que era deles.

Além disso, o requerente descobriu a existência de outra matrícula sobre o mesmo Lote 14, a **M-2.075**, fato até então desconhecido dos vendedores dos imóveis, percebeu-se que na **M-2.075** havia mais **02 desmembramentos de área e transmissão a terceiros**.

Alega que os vendedores acima não transmitiram por escritura pública os lotes 14 e 16 ao comprador, por motivos e pendências (baixa das hipotecas, georreferenciamento), pois ainda teria que arrumar a situação, inclusive, está em discussão judicial, **Autos nº 0000672-83.2021.8.27. 2737**.

Ao final, solicita o deferimento, em caráter de urgência, a anotação premonitória destes autos c/c com restrição de transmissão de domínio em todas as matrículas que surgiram da originária do Título do Itertins M-2075 junto ao Cartório de Monte do Carmo e dela derivada, a fim de dar publicidade deste feito a terceiros que possam vir a ser lesados em razão de tentativa de venda de “papeis” falsos, com o propósito de evitar vantagem indevida junto ao requerente, terceiros e em especial às Instituições Financeiras.

O requerente poderá ser intimado via sua advogada constituída no endereço indicado “**SAMPAIO E PRADO ADVOCACIA Sala 02, piso superior - Plano Diretor Sul, ARSE 21 (204 Sul), QI 10, Alameda Perdizes, Lote 16, s/nº, Palmas – TO., Tel.: (63) 3213-1529, WhatsApp: (63) 99200-9000, e-mail: [sampaioadvocacia@gmail.com](mailto:sampaioadvocacia@gmail.com)”.**

V. Registra-se que sobre este tema aportou neste órgão censor o OFÍCIO Nº 60986/2022/SR(TO)G/SR(TO)/INCRA-INCRA, de 26 de agosto de 2022, Processo Administrativo – SEI nº 22.0.000027984-4, informando o não atendimento da solicitação de cancelamento da Matrícula nº M-1056, ao mesmo tempo solicitando o cancelamento da referida matrícula, a fim de resguardar o patrimônio público da União e a correta destinação das Terras Públicas.

Informa que sobre o presente imóvel (Matrícula nº M-1056), consta também a denominação de “Lote Único Fazenda Santa Adylia”, com 1.225,1198 ha, onde o ITERTINS expediu título definitivo, em 20.06.1994, o qual gerou a matrícula M-2.075, do CRI de Monte do Carmo/TO, sobrepondo exatamente a mesma área titulada pelo INCRA.

Informa, também, que o imóvel ou parte dele é objeto de **Inquérito Civil nº 1.36.000.001240/2016-51**, promovido pelo Ministério Público Federal e há também **ação de usucapião** com Averbação AV.22-1056, à margem da matrícula M-1056.

#### É o relatório.

A Corregedoria-Geral da Justiça é órgão integrante da estrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com sede na capital, tem a atribuição de exercer a vigilância, controle, planejamento, supervisão, orientação e fiscalização disciplinar dos serviços judiciários do primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário, bem como dos serviços notariais e de registro em todo o Estado do Tocantins, nos termos do Regimento Interno, Resolução nº 8/2021/TJTO.

Inicialmente, é importante destacar que o cancelamento administrativo de matrículas de imóveis, formulados por pessoa jurídica de direito público, vinculados a título nulo de pleno direito ou feitos em desacordo com a legislação legal, e ainda, fundamentado em provas irrefutáveis, podem ser declarados inexistentes pela Corregedoria-Geral de Justiça, nos termos do artigo 1º, da Lei nº 6.739, de 5 de dezembro de 1979, vejamos:

*Art. 1º A requerimento de pessoa jurídica de direito público ao Corregedor-Geral da Justiça são declarados inexistentes e cancelados a matrícula e o registro de imóvel rural vinculado a título nulo de pleno direito, ou feitos em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei nº 6.216, de 30 de junho de 1975.*

§ 1º Editado e cumprido o ato, que deve ser fundamentado em provas irrefutáveis, proceder-se-á, no quinquêdimo subsequente, à notificação pessoal:

*a) da pessoa cujo nome constava na matrícula ou no registro cancelados;*

*b) do titular do direito real, inscrito ou registrado, do imóvel vinculado ao registro cancelado.*

Nesse sentido, em se tratando de pedido formulado pelo Instituto de Terras do Estado do Tocantins – Itertins, pessoa jurídica de direito público, resta evidente a competência do Corregedor-Geral de Justiça ou da Corregedora-Geral da Justiça para o processamento do pedido de cancelamento da matrícula.

Fixada a competência da Corregedoria-Geral da Justiça, passa-se à análise do pedido.

A medida administrativa de cancelamento da matrícula visa preservação do patrimônio público, contudo, não deve causar prejuízos de terceiros de boa-fé, os quais podem resguardar os seus direitos pelas vias ordinárias, uma vez que a decisão administrativa pode ser revista a qualquer momento, resguardado as vias judiciais para aqueles que forem prejudicados com o cancelamento, *nos termos do Art. 3º da Lei nº 6.739, de 1979.*

Art. 3º - A parte interessada, se inconformada com o provimento, poderá ingressar com ação anulatória, perante o juiz competente, contra a pessoa jurídica de direito público que requereu o cancelamento, ação que não susstará os efeitos deste, admitido o registro da citação, nos termos do art. 167, I, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei nº 6.216, de 30 de junho de 1975.

*Parágrafo único. Da decisão proferida, caberá apelação e, quando contrária ao requerente do cancelamento, ficará sujeita ao duplo grau de jurisdição. (grifos nossos).*

Diante da análise da certidão de inteiro teor da **matrícula M-2075**, percebe-se uma cadeia sucessória e desmembramentos resultando na abertura das matrículas M-2740, M-2855, M-2863 e M- 3146, sendo a matrícula M-2075 encerrada, vejamos:

A **matrícula M-2075** foi aberta em 22 de junho de 1994, originada de um suposto Título Definitivo expedido pelo Instituto de Terras do Estado do Tocantins – Itertins, em favor do senhor *ARMANDO GAIESKI*, com área de **1.225,11,98** há, (**R-1-2075**); depois, em 25/05/2004, o imóvel foi vendido para a empresa *AGROPECUÁRIA DELA VISTA LTDA (R-2-2075)*; em seguida foi desmembrada área de 416,24,91 há, a qual foi vendida à empresa *RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA*, dando origem à matrícula M-2740, ficando remanescentes área de 808,87,07 há (**AV-5-2075**); finalmente a área remanescente foi desmembradas em duas áreas distintas, resultando na abertura das matrículas **M-2855**, com área de 400,90,00 ha vendida para *REGINALDO CANDIDO FERREIRA* em 16 de setembro de 2008; e **M-2863**, com área de 400,05,07 há, vendida para *DOMINGOS DA SILVA*, em 13 de novembro de 2008, promovendo, com isso, o **encerramento da Matrícula M-2075**, possivelmente em novembro de 2008.

O Instituto de Terras do Estado do Tocantins – Itertins, por meio do Parecer 324/2021, (evento 4136711, páginas 13/14), afirma que a matrícula M-2075 não se originou de título definitivo expedido pelo Itertins, haja vista que não consta registrado nos livros fundiários do órgão e tampouco processo administrativo autuado a época em favor de *ARMANDO GAIESKI* para emissão de título definitivo, diante disso, solicita o seu cancelamento.

No mesmo contexto, o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Monte do Carmo não conseguiu apresentar cópia do título definitivo, em tese, expedido pelo Itertins, alegando que “a época o Cartório de Registro de Imóveis de Monte do Carmo/TO não guardava cópia de documentos que embasavam as escriturações, averbações, registros, bastando apenas à apresentação do título original, lavrado em papel timbrado do órgão”.

De acordo como Parecer Técnico nº 1274/2021/GCADEC, encartado no **Processo Administrativo nº 2021/34511/00191** do Itertins, a área da **matrícula M-2075** está sobrepondo ao perímetro da **matrícula M-1056**, originária de Títulos expedido pelo INCRA, conforme croqui apresentado nos autos.

**Parecer Técnico nº 1274/2021/GCADEC**

(evento 4136718, página 95)

*Em atendimento à solicitação do despacho no verso da folha 183 dos autos, de acordo como as certidões anexadas nas folhas 12 a 19 e com base em dados do nosso acervo cartográfico, realizamos a plotagem do imóvel em pauta, e constatamos que:*

Fizemos a reconstituição do perímetro da Certidão de Inteiro Teor da matrícula nº 2075 e identificamos que a referida matrícula está Sobrepondo ao perímetro da matrícula nº 1056, conforme croqui anexo.

*É o que termos a informar.*

*Palmas, 12 de novembro de 2021.*

A matrícula M-2075, apesar de aparentemente documentada, haja vista a existência de registro no cartório de registro de imóveis, se encontra em xeque, vez que como informado alhures, **está fundada em título inexistente, ou seja, nulo de pleno direito** e, ainda, **em sobreposição à área da matrícula M-1056**, aberta em 07 de novembro de 1984, originária de Título Definitivo expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em 28 de novembro de 1983, com área de **1.225,11,98** há, exatamente igual a área da matrícula M-2075.

Os princípios informadores do registro de imóveis não permitem que direitos contraditórios permaneçam simultaneamente registrados ou a existência de duplicidade de matrículas, havendo duplicidade de transcrições ou de matrículas, pode-se e deve-se ser cancelada, até na via administrativa.

De acordo os princípios que regem o registro imobiliário, exaustivamente revelado na doutrina especializada – notadamente o da especialidade (art. 176, § 1º, II, e 225 da LPR) e o da continuidade (art. 195 e 237 da LRP), não resta dúvida de que um dos principais objetivos da Lei 6.015/73 **foi assegurar que cada imóvel passasse a ter uma matrícula própria**. (*Princípio da Unitariedade Matricial, cada imóvel será objeto de uma matrícula e cada matrícula descreverá apenas um imóvel.*)

A unicidade da matrícula é um dos princípios elementares do Direito Imobiliário. Sendo assim, para cada imóvel deve ser aberta uma matrícula somente. É na matrícula que se encontra toda a vida do bem, tendo em vista que todas as alterações dele serão registradas na matrícula, sendo que qualquer interessado poderá conhecer todas as mutações ocorridas no imóvel.

Caso existam duas matrículas para o mesmo imóvel, uma delas é nula, sendo que a matrícula mais antiga prevalece, por força do princípio da prioridade.

Ocorrendo duplicidade de matrícula ou registros, o caminho correto para a solução é a decretação da nulidade da matrícula ou do registro efetivado em último. Essa providência pode ser adotada na via administrativa, com fulcro no art. 214 da Lei n. 6.015/73.

*Art. 214 - As nulidades de pleno direito do registro, uma vez provadas, invalidam-no, independentemente de ação direta. (Renumerado do art. 215 com nova redação pela Lei nº 6.216, de 1975).*

O ato administrativo nulo tende a ser considerado impossível de convalidação e manutenção no mundo jurídico. Há um entendimento de primazia do princípio da legalidade em sede de Direito Administrativo. Porém, há outros princípios de igual importância que também devem ser sopesados ao se examinar a pertinência da manutenção do ato administrativo nulo. A segurança jurídica e a boa-fé versam a respeito de princípios de índole constitucional que devem sofrer juízo de ponderação juntamente com o princípio da legalidade para fins de analisar se o ato administrativo, mesmo maculado por vício grave, deve ou não ser mantido no ordenamento jurídico.

A presunção de que o direito pertence àquele em cujo nome está registrado não pode conviver com o duplo registro, em outras palavras, a presunção de veracidade do registro desaparece quando há duplicidade, a solução é o cancelamento da segunda matrícula ou registro, ou seja, da matrícula mais recente.

De acordo com os diversos casos julgados pelo judiciário, comprovada a sobreposição de terras, deve prevalecer o registro mais antigo, exceto, logicamente, se o documento for considerado fraudulento, quando passa a se tratar de uma questão criminal.

Existe toda uma lógica no sistema registral ao prever a competência do juízo administrativo para, por meio da Corregedoria-Geral de Justiça, cancelar **registros de títulos nulos de pleno direito, em duplicidade e/ou em sobreposição**, não havendo, por sua vez, qualquer justificativa plausível para recusa de aplicação de tais normas especiais (Leis ns. 6.015/73 e 6.739/79).

Conforme bem ressaltado pelo Ministro GILSON DIPP, impõe ao “*administrador tomar todas as iniciativas suficientes e necessárias para a proteção dos bens públicos*”, tal como a adoção das medidas de ordem administrativas destinadas a cancelar registros vinculados a títulos nulos de pleno direito.

Por essa razão, considerado que o procedimento de cancelamento de matrículas amparadas em títulos nulos de pleno direito se reveste de atividade meramente administrativa, **entendo plausível** o reconhecimento do pedido de cancelamento administrativo de matrícula M-2075, e seus respectivos desmembramentos, uma vez que fundada em título inexistente, como informado pela própria Autarquia responsável pela regularização fundiária do Estado, que requereu o seu cancelamento.

As partes interessadas, se inconformadas com a decisão de cancelamento, poderão ingressar com ação anulatória, perante o juiz competente, **contra a pessoa jurídica de direito público que requereu o cancelamento**, ação que não sustará os efeitos da decisão, nos termos do Art. 3º da Lei 6739/79.

**Lei nº 6739/79**

*Art. 3º A parte interessada, se inconformada com o Provimento, poderá ingressar com ação anulatória, perante o Juiz competente, contra a pessoa jurídica de direito público que requereu o cancelamento, ação que não sustará os efeitos deste, admitido o registro da citação, nos termos do art. 167, I, 21, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterado pela Lei nº 6.216, de 30 de junho de 1975.*

*Parágrafo único. Da decisão proferida, caberá apelação e, quando contrária ao requerente do cancelamento, ficará sujeita ao duplo grau de jurisdição.*

É evidente que se promovido o cancelamento da **matrícula M-2075**, é necessário, também, o cancelamento das matrículas derivadas M-2740, M-2855 e M-2863 e M-3146, em razão do vício de origem.

Deste modo, passa-se a análise das matrículas derivadas M-2740, M-2855 e M-2863 e M-3146.

**MATRÍCULA - M-2740** aberta em 16 de agosto de 2006, originada da matrícula M-2075, com área de **416,24,91 há**, em nome da AGROPECUÁRIA DELA VISTA LTDA, constando os seguintes registros e averbações:

<b>R-1-2740</b> , de 17/08/2006 que a empresa AGROPECUÁRIA DELA VISTA LTDA vendeu o imóvel para empresa <b>RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA</b> ;
<b>R-2-2740</b> , de 28/08/2006 [...]
<b>R-3-2740</b> , de 07/08/2008, que parte do imóvel foi transferido por escritura de retrovenda para <b>DIRACI PIRES DE FARIAS</b> , área de 290,40.00 ha, remanescendo área de 125,8491, sendo aberta a matrícula M-3146, conforme demonstrado no AV-7-2740;
<b>R-4-2740</b> , de 08/06/2009, [...]
<b>AV-5-2740</b> , de 22/01/2010 – registro de penhora expedido pela 2ª Vara do Trabalho de Palmas, processo 0197-2008.802.10.00.6. Exequente: Leonardo Pereira de Sousa e Executado empresa RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA, ficando penhorado o imóvel para garantir execução no valor de <b>RS- 20.265,53</b> ;
<b>AV-6-2740</b> , de 22/01/2010 – registro de penhora expedido pela 2ª Vara do Trabalho de Palmas, processo 00820-2005.802.10.00.8. Exequente: Kleber Pereira do Nascimento e Executado empresa RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA, ficando penhorado o imóvel para garantir execução no valor de R\$- 321,33;
<b>AV-7-2740</b> , de 26/08/2011, a área desmembrada de 290,40.00 há, deu origem à matrícula <b>M-3146</b> – em nome de DIRACI PIRES DE FARIAS;
<b>AV-8-2740</b> , de 18/11/2018, [...]
<b>AV-9-2740</b> , de 21/08/2015, registro de penhora expedido pelo Juiz Federal da 2ª Vara de Palmas (Carta Precatória 149/2013), Autos de Execução Fiscal nº 1499-69.2011.01. 4300 Exequente: Fazenda Nacional e Executado empresa RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA, ficando penhorado o imóvel para garantir execução no valor de R\$- 86.964,81;
<b>AV-10-2740</b> , de 21/08/2015, [ ];
<b>AV-11-2740</b> , de 18/05/2065, registro de penhora expedido pelo Juiz Federal da 1ª Vara Cível de Porto Nacional (Carta Precatória 0000389-74.2016.827.2737), extraído dos Autos de Execução Fiscal nº 5132-83.2014.01.4300, Exequente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais - IBAMA e Executado empresa RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA, ficando penhorado o imóvel para garantir execução no valor de R\$- 9.202,54;
<b>AV-8-2740</b> , de 18/11/2018, [...]

**MATRÍCULA M-3146** aberta em 26 de agosto de 2011, originada da matrícula M-2740, com área de 290,00,00 há, em nome de DIRACI PIRES DE FARIAS, não consta registro e averbação.

**MATRÍCULA - M-2855** aberta em 16 de setembro de 2008, originada da matrícula M-2075, com área de 400,90,00 há, em nome da AGROPECUÁRIA DELA VISTA LTDA, constando os seguintes registros e averbações:

<b>R-1-2855</b> , de 17/08/2006 que a empresa AGROPECUÁRIA DELA VISTA LTDA vendeu o imóvel para <b>REGINALDO CANDIDO FERREIRA</b> ;
<b>R-2-2855</b> , de 15/01/2009, registro de Cédula Rural Hipotecária nº 200905002, no valor de <b>RS 130.000,00</b> , em favor do Banco Bradesco S/A, para vencimento em 08/01/2010.
<b>AV-3-2855</b> , de 27/02/2009, [...]
<b>AV-4-2855</b> , de 04/03/2009, Averbação de Contrato de Compra e Venda de 50% da área, em favor de HORÁCIO ANTONIO DE AVELAR;
<b>R-5-2855</b> , de 11/03/2009, registro de Cédula Rural Hipotecária nº 200905016, no valor de <b>RS 24.960,00</b> , em favor do Banco Bradesco S/A, para vencimento em 11/03/2010.
<b>R-6-2855</b> , de 27/03/2009, registro de Cédula Rural Hipotecária nº 200905032, no valor de <b>RS 20.244,00</b> , em favor do Banco Bradesco S/A, para vencimento em 26/03/2010.
<b>R-7-2855</b> , de 07/04/2009, registro de Cédula de Crédito Bancário – BNDS AGROPECUÁRIO nº 2009/0260.548-1, no valor de <b>RS 200.000,00</b> , em favor do Banco Bradesco S/A, para vencimento em 15/04/2021.
<b>AV-8-2855</b> , de 04/06/2009, [...]
<b>R-9-2855</b> , de 03/02/2017, <b>Prenotação de ônus reais</b> , Ação de Execução de Títulos Extrajudicial, Autos 004391-95.2010.827.2729, da 3ª Vara Cível da Comarca de Palmas, Exequente Banco Bradesco S/A, Executado REGINALDO CÂNDIDO FERREIRA;

Note-se que o Banco Bradesco S/A pediu desistência da penhora do imóvel objeto da matrícula M-2855, Ação de Execução de Títulos Extrajudicial, Autos 004391-95.2010.827.2729, da 3ª Vara Cível da Comarca de Palmas, considerando a notícia do processo de cancelamento da referida matrícula junto ao Itertins.



**AO DOUTO JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS – TO.**

**Autos nº: 5004391-95.2010.827.2729.**

**Ação: Execução de Título Extrajudicial.**

**Exequente: Banco Bradesco S/A.**

**Executados: Reginaldo Candido Ferreira e Outro.**

**BANCO BRADESCO S/A**, já qualificado nos autos em epígrafe, vêm à presença de Vossa Excelência, por seus advogados, *expor e requer*:

Excelência, este exequente vem ao feito informar que requereu a baixa da carta precatória de penhora e avaliação do imóvel sob a matrícula nº 2.855, uma vez que o imóvel em questão é objeto de processo administrativo que visa o cancelamento de sua matrícula junto ao INTERTINS, por isto não há interesse, no momento, da penhora e avaliação do mesmo.

Dando continuidade ao feito, no intuito de receber o que é de direito, o exequente requer a Vossa Excelência que seja determinado o bloqueio dos valores existentes nas contas em nome dos executados e/ou aplicações financeiras via sistema SISBAJUD, requerendo que a busca ocorra na modalidade de reiteração automática de ordens de bloqueio, conhecida como TEIMOSINHA, de forma ininterrupta, pelo prazo legal regularizado pelo CNJ, visando satisfazer, assim, o seu direito, objeto do presente.

Por fim, planilha de débitos atualizada em anexo.

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

Palmas/TO, 12 de agosto de 2022.

OSMARINO JOSÉ DE MELO  
OAB/TO 779-B, GO 5792-A, PA 15.101-A, MA  
21.434-A

ROSALIA MARIA VIDAL MARTINS  
OAB/TO 5.200-A, AP 2.097

SAMUEL TELES OLIVEIRA SILVA

**MATRÍCULA - M-2863** aberta em 13 de novembro de 2008, originada da matrícula M-2075, com área de 400,05,07 há, em nome da AGROPECUÁRIA DELA VISTA LTDA, constando os seguintes registros e averbações:

<b>R-1-2863</b> , de 13/11/2008 que a empresa AGROPECUÁRIA DELA VISTA LTDA vendeu o imóvel para <b>DOMINGOS DA SILVA</b> ;
<b>R-2-2863</b> , de 17/02/2009, [...].
<b>R-3-3-2863</b> , de 21/06/2010, <b>DOMINGOS DA SILVA</b> vende para <b>NIVALSON JOSÉ ALVES</b> .
<b>R-4-2863</b> , de 22/07/2013, registro de Cédula Rural Hipotecária nº 0134619.2013.0101460, no valor de <b>RS 200.640,00</b> , em favor do Banco HSBC Bank Brasil. Agência de Guarái para vencimento em 05/08/2015.
<b>R-5-2863</b> , de 15/09/2014, registro de Cédula Rural Hipotecária nº 0134619.2014.0107849, no valor de <b>RS 106.000,00</b> , em favor do Banco HSBC Bank Brasil S/A. Agência de Guarái, para vencimento em 05/09/2016.
<b>R-6-2863</b> , de 01/10/2015 – <b>Baixa do registro</b> de Cédula Rural Hipotecária nº 0134619.2013.0101460, no valor de <b>RS 200.640,00</b> , em favor do Banco HSBC S/A, Agência de Guarái, constante do R-4-2863.
<b>R-7-2863</b> , de 01/10/2015, registro de Cédula Rural Hipotecária nº 0134619.2015.0132691, no valor de <b>RS 151.040,00</b> , em favor do Banco HSBC Bank Brasil S/A. Agência de Guarái, para vencimento em 03/10/2017.
<b>R-8-2863</b> , de 29/09/2016, registro de Cédula Rural Hipotecária nº 0134619.2016.0072765, no valor de <b>RS 170.400,00</b> , em favor do Banco HSBC Bank Brasil S/A. Agência de Guarái, para vencimento em 02/10/2018, (renegociada AV-9-2863)
<b>AV-9-2863</b> , de 05/11/2018, registro de Termo Aditivo da Cédula Rural Hipotecária nº 0134619.2016.0072765, para constar alteração do saldo devedor no valor de <b>RS 96.930,65</b> , em favor do Banco HSBC S/A, Agência de Guarái;

Observa-se que as matrículas desmembradas foram dadas em garantias em empréstimos bancários, bem como são objeto de ações judiciais cíveis trabalhistas e fiscais, com registro de autos de penhora. Embora as referidas matrículas sejam originárias de ato administrativo nulo na origem, a Lei 6739/79 prevê, repise-se, que as partes interessadas, se inconformadas com a decisão de cancelamento, poderão ingressar com ação anulatória, perante o Juiz competente, contra a pessoa jurídica de direito público que requereu o cancelamento, nos termos do Art. 3º da Lei 6739/79.

Como se sabe, o cancelamento de matrículas, pela via administrativa deve está amparado em títulos nulos de pleno direito ou feitos em desacordo com os arts. 221 e segs. da Lei n.º 6.015/73, de 31 de dezembro de 1973, e ainda, respaldado em provas irrefutáveis. Assim, o caso em análise se amolda aos termos da lei, pois as matrículas foram constituídas com base em títulos nulos de pleno direito, ou seja, título inexistente, e ainda, em sobreposição da área da matrícula M-1056, anteriormente matriculada.

O cancelamento é relevante e repercute no sistema jurídico, pois resulta na extinção formal de um ato, pode-se dizer que o cancelamento é forma extintiva dos efeitos do registro e evita a propagação de atos nulos em prejuízos à terceiros de boa fé.

É importante ressaltar que o cancelamento de registro, na via administrativa, tem cabimento nas hipóteses de vício extrínseco, conforme previsto no artigo 214 da Lei de Registros Públicos, o qual faz menção às nulidades de pleno direito, ao passo que outras nulidades, referentes aos vícios intrínsecos, devem ser buscadas por meio de propositura de ação na via jurisdicional, nos termos do artigo 216 da mesma Lei.

Atualmente, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no Pedido de Providências n. 0001943-67.2009.2.0.0000, culminou por derrubar um dogma na jurisprudência pátria, de que somente por meio da jurisdição é possível cancelar registro ou matrícula vinculada a título nulo de pleno direito.

Amparado em precedentes do próprio CNJ, a tese da cláusula de reserva de jurisdição foi afastada com base nos seguintes argumentos:

1º Registro baseado em suposto título que formalmente deixou de existir, é hipótese que se enquadra no exemplo de inexistência do título, passível de cancelamento em sede administrativa;

2º As partes interessadas – prejudicadas com o cancelamento administrativo dos títulos – dispõem de ação anulatória para atacar o ato, a ser proposta perante o juiz competente contra a pessoa jurídica de direito público que requereu o cancelamento, nos termos do art. 3º da Lei n. 6.739/79;

3º A possibilidade da controvérsia sobre o domínio estar em discussão no âmbito judicial não importa em obstáculo à atuação da Corregedoria, tendo em vista a independência de que gozam as esferas administrativa e judicial;

4º A Lei n. 10.267/2001, que possibilitou o cancelamento administrativo de matrículas irregulares, veio exatamente para obstar a prática de grilagem, pois até então, a legislação vigente era supostamente insuficiente para proteger o patrimônio da União;

A decisão exarada no Pedido de Providências n. 0001943-67.2009.2.0.0000 foi além dos argumentos utilizados nos precedentes anteriores daquele órgão, admitindo que os referidos precedentes não deram "a devida saliência aos fundamentos que lhe abonam a tese, não os explicitaram adequadamente ou não os exploraram com a exigível profundidade", razão pela qual o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro GILSON DIPP, decidiu "expor e reiterar à exaustão" o assunto.

Compreende-se que o efeito próprio do reconhecimento da nulidade do título é o cancelamento da matrícula e registro que dele se originou, o que se dará na própria esfera administrativa, resguardado as vias judiciais para aqueles que forem prejudicados com o cancelamento.

Ademais, os fundamentos e provas apresentados pelo Itertins, consoante a inexistência do título que deu origem às referidas matrículas autoriza a decretação da nulidade das matrículas e dos registros, pois fundada em provas irrefutáveis.

De fato, tratando-se de nulidade de pleno direito, cabe ao juízo declará-la de ofício, independentemente de qualquer ação judicial. O efeito próprio do reconhecimento da nulidade do título é o cancelamento da matrícula e registro que dele se originou, o que se dará na própria esfera administrativa, resguardado as vias judiciais para aqueles que porventura forem prejudicados com o cancelamento.

Diante das razões expostas, o parecer que submeto ao crivo de Vossa Excelência pelo reconhecimento do pedido de cancelamento administrativo de matrícula M-2075, e seus respectivos desmembramentos (M-2740, M-2855, M-2863, M-3146), uma vez que fundada em título inexistente, como informado pela própria Autarquia responsável pela regularização fundiária do Estado, que requereu o seu cancelamento, e ainda, por sobreposição à área da Matrícula M-1056.

Em face do exposto, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.739/79, c/c Art. 214 da LRP, sugiro:

1. Determinar o cancelamento das matrículas M-2075, M-2740, M-2855, M-2863 e M-3146 da Serventia de Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos, Protesto e Tabelionato de Notas de Monte do Carmo, comarca de Porto Nacional/TO;
2. Notificar o Oficial da Serventia de Registro de Imóveis, Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos, Protesto e Tabelionato de Notas de Monte do Carmo, para cumprimento do item anterior, **no prazo de 5 (cinco) dias**;
3. Intimar a Presidência do Instituto de Terras do Estado do Tocantins – Itertins, para conhecimento do cancelamento das matrículas M-2075, M-2740, M-2855, M-2863 e M-3146;
4. Intimar a Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no Tocantins, para conhecimento do cancelamento das matrículas M-2075, M-2740, M-2855, M-2863 e M-3146, do fôlio real de Monte do Carmo, uma vez que sobrepõe a matrícula M-1056, cujo Título foi expedido pelo INCRA;
5. Oficiar a Procuradoria da República no Tocantins, 3º Núcleo de Tutela Coletiva, em resposta ao Ofício nº 1724/20228/PRTO/GABPR3 – FAAAAOJ, de 9 de setembro de 2022, referente ao Inquérito Civil nº 1.36.000.001240/PRTO/PRDC, através do e-mail: <https://apps.mpf.mp.br/ouvidoria/app/protocolo/>, sobre o teor da decisão de cancelamento das matrículas M-2075, M-2740, M-2855, M-2863 e M-3146, deferindo-se acesso externo dos autos, caso solicitados pelos Procuradores da República.
6. Intimar o Juiz Corregedor Permanente da Comarca de Porto Nacional, para conhecimento do cancelamento das matrículas M-2075, M-2740, M-2855, M-2863 e M-3146;
7. Notificar a empresa RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA, pessoa jurídica, cujo nome consta como detentora do domínio da matrícula **M-2740**, nos termos do Art. 1º, §1º, alínea "a" da Lei 6739/79, acerca do cancelamento das matrículas em referência, no endereço: Quadra 104-Sul, Rua SE 03, Lote 10, Galeria Amazonas, Sala 11, CEP 77020-016 – Palmas/TO. Não sendo possível a intimação pessoal, intime-se por edital;
8. Notificar, DIRACI PIRES DE FARIAS pessoa física, cujo nome consta como detentor do domínio da matrícula **M-3146**, nos termos do Art. 1º, §1º, alínea "a" da Lei 6739/79, acerca do cancelamento das matrículas em referência, no endereço Rua 2, nº 125, Centro de São Miguel do Araguaia/GO. Não sendo possível a intimação pessoal, intime-se por edital;
9. Notificar REGINALDO CÂNDIDO FERREIRA, pessoa física, cujo nome consta como detentor do domínio da matrícula **M-2855**, nos termos do Art. 1º, §1º, alínea "a" da Lei 6739/79, acerca do cancelamento das matrículas em referência, no endereço Quadra 308 Sul, Alameda 07, Lote 15 – Palmas/TO. Não sendo possível a intimação pessoal, intime-se por edital;
10. Notificar NIVALSON JOSÉ ALVES, pessoa física, cujo nome consta como detentor do domínio matrícula **M-2863**, nos termos do Art. 1º, §1º, alínea "a" da Lei 6739/79, acerca do cancelamento das matrículas em referência, no endereço: Avenida Tiradentes, Nº 2055, centro Guaraí/TO. Não sendo possível a intimação pessoal, intime-se por edital;
11. Intimar o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Palmas, sobre o teor da decisão de cancelamento da Matrícula M-2740, haja vista a existência de registro de penhora, Processo **0197-2008.802.10.00.6**. Exequente: Leonardo Pereira de Sousa e Executado empresa RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA, e Processo **00820-2005.802.10.00.8**. Exequente: Kleber Pereira do Nascimento e Executado empresa RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA;
12. Intimar o Juízo da 2ª Vara Federal de Palmas, sobre o teor da decisão de cancelamento da Matrícula M-2740, haja vista a existência de registro de penhora, Autos de Execução Fiscal nº **1499-69.2011.01.4300** Exequente: Fazenda Nacional e Executado empresa RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA, e Autos de Execução Fiscal nº **5132-83.2014.01.4300**, Exequente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais - IBAMA e Executado empresa RECATO – Reflorestamento e Carvoejamento do Tocantins LTDA;
13. Intimar o Banco do Bradesco S/A, sobre o teor da decisão de cancelamento da Matrícula M-2855, haja vista a existência do registro de Cédula Rural Hipotecária nº 200905002, no valor de **R\$ 130.000,00**; Cédula Rural Hipotecária nº 200905016, no valor de **R\$ 24.960,00**; Cédula Rural Hipotecária nº 200905032, no valor de **R\$ 20.244,00**; Cédula de Crédito Bancário – BNDS AGROPECUÁRIO nº 2009/0260.548-1, no valor de **R\$ 200.000,00**, emitidas por REGINALDO CÂNDIDO FERREIRA.
14. Intimar o Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Palmas, sobre o teor da decisão de cancelamento da Matrícula M-2855, haja vista a existência da Ação de Execução de Títulos Extrajudicial, Autos 004391-95.2010.827.2729, Exequente Banco Bradesco S/A, Executado REGINALDO CÂNDIDO FERREIRA.
15. Intimar o Banco do Bradesco S/A, Agência de Guaraí/TO, sobre o teor da decisão de cancelamento da Matrícula M-2863, haja vista a existência do registro de Cédula Rural Hipotecária nº 0134619.2014.0107849, no valor de **R\$ 106.000,00**; Cédula Rural Hipotecária nº 0134619.2015.0132691, no valor de **R\$ 151.040,00** e do Termo Aditivo da Cédula Rural Hipotecária nº 0134619.2016.0072765, para constar alteração do saldo devedor no valor de **R\$ 96.930,65**, emitidos por NIVALSON JOSÉ ALVES.

16. Intimar PAULO CORAZZI, na condição de terceiro interessado, sobre o teor da decisão de cancelamento das matrículas M-2075, M-2740, M-2855, M-2863 e M-3146 do fôlio real do Cartório de Monte do Carmo, no endereço: “SAMPAIO E PRADO ADVOCACIA Sala 02, piso superior - Plano Diretor Sul, ARSE 21 (204 Sul), QI 10, Alameda Perdizes, Lote 16, s/nº, Palmas – TO., Tel.: (63) 3213-1529, WhatsApp: (63) 99200-9000, e-mail: [sampaioadvocacia@gmail.com](mailto:sampaioadvocacia@gmail.com)”.

É o parecer que submeto ao crivo de Vossa Excelência.



Documento assinado eletronicamente por **Roniclay Alves de Morais, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça**, em 04/10/2022, às 16:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **4576636** e o código CRC **E6F1929D**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - TOCANTINS**  
**3º OFÍCIO – NÚCLEO DE TUTELA COLETIVA**

---

Ref.: PR-TO-00024745/2023

**DESPACHO**

Trata-se da Manifestação 20230071052, apresentada à Sala de Atendimento ao Cidadão desta PR/TO pelo Sr. CICERO TEIXEIRA DE CARVALHO, a qual descreve, em síntese, o seguinte:

**"CICERO TEIXEIRA DE CARVALHO, requer o agendamento de reunião com o membro titular do procedimento do IC - 1.36.000.001240 /2018-51, Dr. Alexandre Ismail Miguel. O Representante relata ainda, que está há vários meses tentando um atendimento presencial com o INCRA/TO para tratar de assuntos relacionados ao seu processo de regularização fundiária, mas não é atendido".**

**Pois bem.** Inicialmente, observa-se que o Inquérito Civil n. 1.36.000.001240/2018-51 que apurava irregularidades na emissão de título a Luciano Aires da Silva e realização de diligências para cancelamento da matrícula gerada, relativa à área transferida ao Instituto Nacional de Reforma Agrária e Colonização - INCRA para criação do Projeto de Assentamento Taboca, em Monte do Carmo/TO foi arquivado, pois seu objeto principal foi atingido.

Conforme relatado, a controvérsia do feito estava na necessidade do cancelamento da matrícula M-1.056, emitida em nome de Luciano Aires da Silva para que o processo de avaliação e destinação do Lote 14, Loteamento Serra do Taquaruçu, arrecadado pelo INCRA, pudesse ter seguimento, ante a existência de sobreposição das duas áreas. As diligências realizadas resultaram no devido cancelamento dos títulos e das matrículas que estavam em sobreposição ao Lote 14, e, conforme informado pelo INCRA, a área será avaliada para destinação à reforma agrária.

Nesse contexto, determinou-se a instauração de Procedimento de Acompanhamento para monitorar as medidas administrativas que serão adotadas pelo INCRA para devida destinação da área do Lote 14 e possível criação de Assentamento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - TOCANTINS**  
**3º OFÍCIO – NÚCLEO DE TUTELA COLETIVA**

---

A determinação deu origem, então, ao PA n. 1.36.000.000671/2023-67, que em seu bojo já foi oficiado ao Incra/TO, solicitando informações sobre os procedimentos já adotados para destinação da área do “Lote 14, Loteamento Serra do Taquaruçu” e estruturação do assentamento do Projeto de Assentamento Taboca, em Monte do Carmo/TO, no que aguarda resposta da autarquia sobre essa questão específica.

De mais a mais, apesar da alegação, verifica-se que o requerente não apresentou qualquer comprovação de sua efetiva solicitação de atendimento presencial ao INCRA/TO com sua consequente negativa.

De todo modo, devem ser realizadas as seguintes diligências:

- (i) junte-se o documento em epígrafe ao PA 1.36.000.000671/2023-67; e
- (ii) providencie-se a reunião solicitada, conforme as orientações de praxe.

Após, voltem os autos conclusos para análise

Palmas-TO, data da assinatura eletrônica.

**ALEXANDRE ISMAIL MIGUEL**  
Procurador da República